

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

ELISANE ROSELI ULRICH ZANELATO

**O PRONATEC COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA PARA
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
UM ESTUDO DE CASO NO IFRS - CAMPUS SERTÃO**

SÃO LEOPOLDO - RS

2019

Elisane Roseli Ulrich Zanelato

O PRONATEC COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA PARA
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Um estudo de caso no IFRS – Campus Sertão

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais,
pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra Adriane Vieira Ferrarini

São Leopoldo - RS

2019

Elisane Roseli Ulrich Zanelato

O PRONATEC COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA PARA
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Um estudo de caso no IFRS – Campus Sertão

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais,
pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Adriane Vieira Ferrarini (Orientadora)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Profª. Dra. Marília Veríssimo Veronese
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Profª. Dra. Marilene Maia
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Profª. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Profª. Dra Julice Salvagni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Dedico este trabalho ao meu esposo Lauro, pelo apoio incondicional em todos os momentos, além da compreensão e paciência perante minha apreensão para conseguir cumprir as metas desta etapa acadêmica.

Aos meus pais, Rudi e Leopoldina, pelo apoio e carinho e, também, por serem meus exemplos de dignidade e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, ser supremo, pelo amparo, força e conforto nos momentos de dificuldade;

À minha orientadora, Prof. Dra. Adriane Vieira Ferrarini, pelas valiosas contribuições e sugestões que permitiram traçar o caminho para chegar ao final desta tese;

Ao IFRS – Campus Sertão, pela oportunidade de cursar o doutorado, podendo ficar afastada integralmente das atividades durante os três últimos anos do curso, e também, por todo o apoio e incentivo na realização da pesquisa desta tese;

Aos colegas do IFRS – Campus Sertão Valdir Francisco Schafer, Emerson Rogério de Oliveira Júnior e Daiane Corrêa da Silva pela atenção e disponibilidade em atender as minhas demandas;

Aos professores do PPG em Ciências Sociais, por partilharem seus conhecimentos e saberes;

À secretaria do PPG em Ciências Sociais, na pessoa da Maristela, pela sua dedicação e atenção nos atendimentos;

Aos meus colegas de doutorado, pela amizade, carinho e vínculo de afeto que construímos;

À amiga e colega Denise de Oliveira, pela força, compreensão e apoio;

A todos os que diretamente ou indiretamente contribuíram de alguma forma para que eu aqui chegasse.

*“Ninguém é tão grande que não possa aprender, nem
tão pequeno que não possa ensinar.”*
(Esopo)

RESUMO

Com o advento da Constituição Federal de 1988 no Brasil, a assistência social firmou-se como direito de cidadania e oportunizou políticas com propósito emancipatório. Nesse contexto, o Bolsa Família é o seu programa principal na atualidade e a inclusão produtiva um dos eixos da política que tem por fim promover à autonomia econômica de famílias por meio da qualificação profissional e inserção ao mundo do trabalho. Este estudo teve como propósito analisar as contribuições do Pronatec como política pública voltada à inclusão produtiva de beneficiários do Programa Bolsa Família em situação de vulnerabilidade social nos municípios de abrangência do IFRS – Campus Sertão. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa de cunho descritivo, com procedimento de estudo de caso. Os sujeitos foram os alunos, supervisores e parceiros demandantes dos cursos FIC oferecidos pelo Pronatec no IFRS – Campus Sertão, no período de 2013 e de 2014. Para a realização do estudo de caso, os procedimentos e instrumentos utilizados para a coleta de dados foram análise de documentos e entrevistas. Os entrevistados foram escolhidos em conjunto com o responsável pelo CRAS dos municípios de Sertão, Estação, Getúlio Vargas, Coxilha e Sananduva. Foram entrevistados 3 (três) supervisores, 5 (cinco) demandantes e 12 (doze) alunos egressos dos cursos Pronatec/FIC. Como instrumento de pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada e o processo de análise dos resultados contemplou a técnica de análise de conteúdo, de Bardin (2009). Os resultados possibilitaram verificar que o Pronatec representou empoderamento ao proporcionar o acesso às informações e ao conhecimento, a criação de vínculos sociais, maior participação comunitária e o estímulo à elevação da escolaridade. Todavia, constatou-se a reprodução da exclusão na medida em que a escolaridade exigida para muitos cursos (ensino fundamental incompleto) era incompatível com a complexidade destes. Outra constatação foi que a inclusão no mundo do trabalho dos beneficiários do PBF que concluíram os cursos Pronatec/FIC não se tornou uma realidade. Verificou-se que a falta de comprovação de experiência prévia na carteira de trabalho colaborou para a permanência na situação de desemprego ou levou as pessoas a aceitarem um trabalho informal. Faltou uma parceria público-privada que promovesse ações de monitoramento e encaminhamento para gerar oportunidades, além da grave e longa recessão que ainda hoje assola o país com mais de 12 milhões de desempregados. O estudo conclui que os limites ocorridos na implementação do Pronatec quanto à geração da inclusão social e produtiva, não desqualificam o programa que estava em sua primeira versão, no qual todos eram aprendizes. O Pronatec se mostrou um bom programa que, para ser aprimorado, na percepção dos entrevistados, deveria ter continuidade. Contudo, vê-se na atualidade um cenário de desenvolvimento excludente com uma profunda desregulamentação do trabalho e o retorno à vulnerabilidade, mesmo daqueles que tinham uma maior proteção social. Ainda que iniciativas de educação profissional para os segmentos em situação de pobreza e vulnerabilidade social tenham seus méritos, não podem ser compreendidas fora do quadro de precarização das condições de trabalho e da redução dos direitos dos trabalhadores.

Palavras-chave: Educação. Políticas Sociais. Pronatec.

ABSTRACT

With the advent of the Federal Constitution of 1988 in Brazil, social assistance was established as a right of citizenship and provided policies with an emancipatory purpose. In this context, Bolsa Família is its main program in the present and productive inclusion is one of the axes of the policy that aims to promote the economic autonomy of families through professional qualification and insertion into the world of work. The purpose of this study was to analyze the contributions of Pronatec as a public policy aimed at the productive inclusion of beneficiaries of the Bolsa Família Program in situations of social vulnerability in the municipalities covered by the IFRS - Campus Sertão. The research was characterized as qualitative descriptive, with a case study procedure. The subjects were the students, supervisors and demanding partners of the FIC courses offered by Pronatec in the IFRS - Campus Sertão, in the period of 2013 and 2014. For the accomplishment of the case study, the procedures and instruments used for the data collection were analysis of documents and interviews. The interviewees were chosen together with the person responsible for CRAS of the municipalities of Sertão, Estação, Getúlio Vargas, Coxilha and Sananduva. Three (3) supervisors, five (5) applicants and 12 (twelve) students graduating from Pronatec/FIC courses were interviewed. As a research tool, the semi-structured interview was chosen and the results analysis process included the content analysis technique, by Bardin (2009). The results made it possible to verify that Pronatec represented empowerment by providing access to information and knowledge, the creation of social bonds, greater community participation and the stimulation of higher education. However, the exclusion was reproduced as the schooling required for many courses (incomplete elementary education) was incompatible with their complexity. Another finding was that the inclusion in the workforce of the beneficiaries of the PBF who completed the Pronatec/FIC courses did not become a reality. It was found that the lack of proof of prior experience in the work portfolio contributed to the continued unemployment or led people to accept informal work. It lacked a public-private partnership that promoted monitoring and referral actions to generate opportunities, in addition to the serious and long recession that still plagues the country with more than 12 million unemployed. The study concludes that the limits that occurred in the implementation of Pronatec regarding the generation of social and productive inclusion do not disqualify the program that was in its first version, in which all were apprentices. Pronatec was a good program that, to be improved, in the interviewees' perception, should be continued. However, there is currently a scenario of exclusionary development with a profound deregulation of work and a return to vulnerability, even among those who have greater social protection. Even if vocational education initiatives for the segments in poverty and social vulnerability have their merits, they can not be understood outside the framework of precarious conditions of work and the reduction of workers' rights.

Keywords: Education. Social Politics. Pronatec.

LISTA DE SIGLAS

ACCIAS	- Associação Comercial, Cultural, Industrial, de Agropecuária e de Serviços
Acessuas Trabalho	- Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
BM	- Banco Mundial
BPC	- Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social
BSM	- Plano Brasil Sem Miséria
CadÚnico	- Cadastro Único
CAP	- Caixa de Aposentadoria e Pensão
CDL	- Câmara de Dirigentes Lojistas
CEF	- Caixa Econômica Federal
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CNCT	- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNSS	- Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	- Centros de Referência de Assistência Social
CRE	- Coordenadoria Regional de Educação
CREAS	- Centro de Referência Especializada de Assistência Social
EAFS	- Escola Agrotécnica Federal de Sertão
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EPT	- Educação Profissional e Tecnológica
FEB	- Força Expedicionária Brasileira
FGTS	- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIC	- Formação Inicial e Continuada
FIES	- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIRJAN	- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	- Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFET	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFPB	- Instituto Federal da Paraíba
IFRS	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
INPS	- Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS	- Lei Orgânica da Previdência Social
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	- Ministério da Educação
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
NOB	- Norma Operacional Básica
OECD	- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico.
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAIF	- Programa de Atenção Integral à Família
PBF	- Programa Bolsa Família
PNE	- Plano Nacional de Educação
PETI	- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	- Política Nacional da Assistência Social
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCs	- Projetos Pedagógicos dos Cursos
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REP	- Reforma da Educação Profissional
RS	- Rio Grande do Sul
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESEP	- Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza

SETEC	- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINE	- Sistema Nacional de Emprego
SISTEC	- Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SNA	- Serviços Nacionais de Aprendizagem
SNAS	- Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	- Sistema Único da Assistência Social
SUS	- Sistema Único de Saúde

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões da pobreza	37
Quadro 2 – Variação da taxa de desemprego no Brasil	60
Quadro 3 – Informações sobre os cursos Pronatec/FIC ofertados pelo IFRS – Campus Sertão nos anos de 2013 e 2014	103
Quadro 4 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Emprego e Renda	106
Quadro 5 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Educação.....	106
Quadro 6 – Supervisores dos cursos Pronatec/FIC.....	116
Quadro 7 – Demandantes dos cursos Pronatec/FIC.....	116
Quadro 8 - Cursos Pronatec/FIC ofertados pelo IFRS - Campus Sertão nos anos de 2013 e 2014	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos realizados pelos egressos entrevistados	117
Tabela 2 – Perfil dos beneficiários concluintes	123
Tabela 3 – Perfil dos beneficiários desistentes	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de desemprego no Brasil	59
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Enfoques sobre a pobreza em uma linha temporal	35
Figura 2 – Processo da Pesquisa	112
Figura 3 - Informações sobre os beneficiários do PBF que realizaram os cursos FIC ofertados pelo IFRS – Campus Sertão nos anos de 2013 e de 2014.....	113
Figura 4 - Mapeamento da amostra	114
Figura 5 – Localização dos municípios onde foi realizada pesquisa.....	115

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 QUESTÃO SOCIAL E POBREZA	20
2.1 Modernidade, capitalismo e questão social	20
2.2 Desigualdades e pobreza no mundo e no Brasil	28
2.3 Várias concepções de pobreza e exclusão na contemporaneidade	32
3 O TRABALHO COMO FATOR DE INCLUSÃO	41
3.1 Discussão ontológica do trabalho	41
3.2 Teses contra e a favor da centralidade do trabalho	47
3.3 Trajetória e atualidade do trabalho no Brasil.....	54
4 DO MODELO DE ESTADO ÀS AÇÕES DE POLÍTICAS SOCIAIS	63
4.1 Estado de Bem-Estar Social.....	63
4.2 Políticas de Assistência Social no Brasil.....	67
4.2.1 Assistência Social pós 1988.....	72
4.2.2 Programa Bolsa Família no combate à pobreza.....	78
5 A INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ...	85
5.1 Inclusão social e produtiva	85
5.2 Educação profissional	91
5.3 O Pronatec como política de qualificação profissional.....	95
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	101
6.1 Delineamento e contexto da pesquisa	101
6.2 Do objeto	103
6.3 Amostra e instrumento de coleta.....	112
6.4 Mapeamento da amostra e análise dos dados	114
6.5 Implantação do Pronatec no IFRS - Campus Sertão.....	118
7 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA	123
7.1 Motivo da evasão	124
7.2 Operacionalização dos cursos Pronatec/FIC	126
7.3 Efeitos socioeconômicos	149
7.4 Motivo da conclusão	164
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICES	186

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a humanidade já passou por vários modelos de produção e formas de organização social, econômica e cultural. Através dessa trajetória histórica é possível identificar traços comuns e de discontinuidades ou rupturas que podem ser vistos nos modos de produção da vida material e simbólica, no poder, na regulação social, na emancipação, entre outras. Alguns fenômenos, como desigualdade, pobreza e exclusão social sempre existiram no mundo e se apresentam em diferentes formas e significados (FERRARINI, 2008).

A pobreza é um fenômeno social que ao longo do tempo incorporou em seu conceito as mudanças sofridas pela sociedade. Atualmente, ela vem sendo compreendida como um fenômeno complexo, abrangente e de natureza multidimensional, que para Rocha (2003), está ligado a situações de carências dos indivíduos, os quais não têm suas necessidades humanas atendidas de forma adequada.

O Brasil é uma das nações mais desiguais do mundo e também apresenta elevados níveis de pobreza. Para Barros, Henrique e Mendonça (2000, p. 123) o país está “exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania”. Para tanto, a Constituição Federal de 1988 foi um marco no sentido de ampliação de direitos e democratização de políticas públicas.

No âmbito da proteção social, políticas inovadoras e inclusivas foram implementadas, sendo o Bolsa Família um programa emblemático de transferência de renda condicionada e uma abrangência que atinge um quarto da população brasileira. A educação, uma das políticas essenciais para a redução da pobreza e das desigualdades, foi universalizada, porém ainda sem atingir um patamar de qualidade. A partir da década de 1990, no âmbito das políticas sociais, a qualificação profissional voltou a ser reconhecida como uma estratégia governamental de inclusão social e econômica. Nesse sentido, o governo federal criou em 2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com o objetivo de incentivar o ensino e a qualificação profissional das pessoas que visam se inserir no mercado de trabalho, ascender a uma melhor colocação no seu emprego ou empreender em seu próprio negócio.

Uma das metas do Pronatec foi capacitar, até 2014, 8 milhões de jovens. Isso contou com um significativo montante de recursos financeiros públicos. De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, em 2013, a União transferiu para os estados e municípios,

mais de 2,3 bilhões de reais, sem contar os gastos diretos realizados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país. Diante desse contexto, mostrou-se relevante indagar que resultados foram gerados, ou seja, conhecer as contribuições do Pronatec como uma política de inclusão social e econômica na vida dos egressos.

O interesse pela pesquisa surgiu no período em que a pesquisadora atuou como bolsista do Pronatec na função de supervisora de um curso técnico. A atuação na área da educação profissional começou em 2014 ao ingressar no quadro efetivo de servidores técnico-administrativos da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão (EAFS), hoje, Campus Sertão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), no cargo de Assistente em Administração. Posteriormente, em 2008, após aprovação em concurso público passou a atuar como docente na área de Contabilidade em uma Unidade de Ensino Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Bento Gonçalves, hoje, Campus Bento Gonçalves do IFRS. No ano seguinte, ocorreu a remoção para o IFRS – Campus Sertão, instituição no qual a pesquisadora continua atuando atualmente como docente. Em 2012, com a implementação do Pronatec neste campus, mediante seleção por edital passou a compor a equipe de Apoio do Pronatec que deu início ao programa por meio da oferta de três cursos técnicos no primeiro momento. Desde a implantação em 2012 até 2014 a pesquisadora atuou no mesmo cargo no programa, ou seja, como supervisora. Essa oportunidade proporcionou conhecer a dimensão do Pronatec, seus objetivos, suas ações, seu público prioritário e também o alto investimento feito pelo Governo Federal nessa política pública. Dessa forma, foram surgindo muitas inquietudes e dúvidas quanto ao cumprimento dos objetivos propostos pelo Programa, ou seja, tornou-se necessário saber se os alunos egressos dos cursos do Pronatec oferecidos pelo IFRS – Campus Sertão conseguiram se inserir no mundo do trabalho, principalmente o público prioritário, e, conseqüentemente, melhorar sua qualidade de vida, suas condições econômicas e sociais, desenvolver a cidadania e a sua emancipação.

Esse estudo analisou as contribuições do Pronatec como política pública voltada à inclusão produtiva de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em situação de vulnerabilidade social nos municípios de abrangência do IFRS – Campus Sertão. A pesquisa focalizou os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas, ministrados nos 25 municípios abrangidos pelo IFRS - Campus Sertão. A

população participante desse estudo foi constituída de egressos beneficiários do PBF¹, parceiros demandantes e supervisores do Campus, exclusivamente dos cursos Pronatec/FIC nos anos de 2013 e 2014.

Delimitou-se como objetivo geral analisar as contribuições sociais e econômicas do Pronatec como política pública voltada à inclusão produtiva de beneficiários do PBF em situação de vulnerabilidade social nos municípios de abrangência do IFRS – Campus Sertão. Este se desdobrou nos seguintes objetivos específicos:

- a) Aprofundar teoricamente o conceito de inclusão social numa perspectiva cidadã e de inclusão econômica em suas múltiplas formas de acesso ao mundo do trabalho;
- b) Compreender os objetivos e conceitos do Pronatec, bem como sua implementação pelo IFRS – Campus Sertão em sua área de abrangência;
- c) Conhecer o público participante do Pronatec/FIC e beneficiários do PBF, considerando seu perfil socioeconômico, aspectos culturais e expectativas;
- d) Verificar os efeitos sociais e econômicos na vida dos beneficiários do programa que concluíram o curso.

Esse trabalho está dividido em oito capítulos, considerando a introdução e as considerações finais e estas, apresentam uma síntese das principais reflexões sobre o tema proposto. O primeiro capítulo visa introduzir o estudo, apresenta um panorama geral da tese e, também, aponta os seus objetivos. O segundo capítulo objetiva abordar a questão social, considerando-se esta, uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção.

No capítulo seguinte, trata-se sobre o trabalho como fator de inclusão social. Para tanto, parte-se da discussão ontológica do trabalho, em que são apresentadas as posições sobre a díade centralidade/descentralidade do trabalho, trajetória e atualidade do Brasil em relação ao mundo do trabalho.

No próximo capítulo, demonstra-se que existe uma relação entre Estado e políticas sociais que visem gerar oportunidades de trabalho e renda. Desse modo, analisa-se o modelo de Estado de Bem-Estar-Social e a construção das políticas sociais brasileiras, com foco no PBF. No quinto capítulo, realiza-se a análise da inclusão social e produtiva e a sua

¹ A grande maioria dos estudos utiliza a terminologia “beneficiárias”, para identificar quem recebe o benefício do PBF. Neste estudo optou-se por utilizar “beneficiários”, para os entrevistados por contemplar também os familiares que vivem sob a cobertura do programa.

contribuição para a quebra das fronteiras entre trabalho e assistência social, ao oferecer ações de qualificação profissional, como o Pronatec.

Posteriormente foram descritos os procedimentos metodológicos, os quais proporcionaram a abordagem empírica do tema proposto na tese. E, então, passou-se a apresentação dos resultados e análise da pesquisa, a qual foi realizada com os egressos (concluintes/desistentes), supervisores e demandantes, revelando quatro categorias como importantes: motivo da evasão, operacionalização dos cursos Pronatec/FIC, efeitos socioeconômicos e motivo da conclusão do curso.

2 QUESTÃO SOCIAL E POBREZA

Neste capítulo abordam-se os temas "questão social e pobreza", sob o viés da modernidade e do capitalismo. A globalização desencadeou novos processos de industrialização e expansão de mercado, estabelecendo uma integração econômica, social, cultural, de trabalho e de informação, a qual conectou pessoas e lugares ao redor do mundo. Todavia, populações e territórios foram desconectados e desprovidos de valor e interesse para a dinâmica do capitalismo global. (CASTELLS, 1999).

Esse processo colaborou para o aumento da exclusão social, reduzindo as oportunidades de trabalho, renda e educação, de regiões e países, originando desigualdades sociais, culturais e econômicas. Assim, para entender a questão social é preciso fazer uma revisão crítica da ação dos sujeitos e dos processos histórico-estruturais que instituíram as sociedades, desde o passado recente até a atualidade. A situação atual guarda traços imaneses dessa longa história que condiciona as características específicas de cada local, as influências globais e como foram compreendidos os processos de reconhecimento dos conflitos sociais presentes na sociedade capitalista, a partir do acirramento do pauperismo.

2.1 Modernidade, capitalismo e questão social

A modernidade refere-se a um período da história que envolve um modo de vida ou organização social que surgiu a partir do século XVIII na Europa e que, posteriormente, se expandiu pelo mundo todo por sua influência. O modo de vida produzido pela modernidade desprende-se de todos os tipos de ordem social já vividos anteriormente. As transformações provocadas por este novo estilo de vida são mais profundas e serviram para determinar formas de interconexão que cobrem o mundo. (GIDDENS, 1991).

Como afirma Habermas:

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. (2002, p. 5).

A modernidade está intrinsecamente associada ao advento do capitalismo, que marca uma época singular e prolongada da evolução do Ocidente. Teve seu início com a decadência do sistema feudal e a ascensão do poder mercantil no século XVII, sendo denominado capitalismo mercantil, e vem se prolongando até os dias de hoje, passando pelo período que ficou conhecido como capitalismo industrial, e chegando até o seu período atual, de pós-industrial.

Durante o período feudal as comunidades produziam o necessário para o seu próprio consumo, caso houvesse algum excedente, este era trocado com outras comunidades vizinhas ou com pessoas de seus vínculos sociais. Já no final do século XV, a economia deixou de girar em torno da subsistência e passou a produzir em maior escala, gerando excedentes. A inserção de máquinas no processo de produção contribuiu para a geração do excedente que passou a ser trocado também por moedas como forma intermediária de barganha de mercadorias. O excedente gerado assume aspecto de riqueza gerando qualidades de valor de uso e capacidade de expressar o poder e, o mesmo ocorre com o capital. Assim, inicia-se o capitalismo, que é chamado de capitalismo mercantil ou pré-capitalismo que durou até o final do século XVIII. Também é o primeiro sistema cujo princípio central é baseado no aspecto econômico. (FERRARINI, 2008).

O capitalismo é um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes. O empreendimento capitalista depende da produção para mercados competitivos, os preços sendo sinais para investidores, produtores e consumidores. A característica principal do industrialismo é o uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens, combinado ao papel central da maquinaria no processo de produção. Uma "máquina" pode ser definida como um artefato que realiza tarefas empregando tais fontes de energia como os meios de suas operações. (GIDDENS 1991, p. 61).

Para Polanyi (1980) a grande mudança na sociedade tradicional ocorreu com o advento da ideia de um mercado autorregulável, em que as concepções anteriores foram trocadas pelo princípio da permuta ou troca, do qual o padrão implícito era o de mercado. No mesmo momento em que o mercantilismo agrupou a conjuntura existente, a economia de mercado exigiu condições que precisaram ser criadas, pois até então eram inexistentes. A mais importante delas foi a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

Os traços e as acepções instituidores do capitalismo foram sofrendo modificações ao longo da sua trajetória de desenvolvimento. O primeiro período de transição, do capitalismo

mercantil para o capitalismo industrial, foi marcado pela Revolução Industrial no final do século XVIII. Sobre este momento, Eric J. Hobsbawm narra que:

[...] a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a "partida para o crescimento autossustentável". Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção. A "partida" não foi logicamente um desses fenômenos que, como os terremotos e os cometas, assaltam o mundo não-técnico de surpresa. Sua pré-história na Europa pode ser traçada, dependendo do gosto do historiador e do seu particular interesse, até cerca do ano 1000 de nossa era, se não antes, e tentativas anteriores de alçar voo, desajeitadas como as primeiras experiências dos patinhos, foram exaltadas com o nome de "revolução industrial" - no século XIII, no XVI e nas últimas décadas do XVII. A partir da metade do século XVIII, o processo de acumulação de velocidade para partida é tão nítido que historiadores mais velhos tenderam a datar a revolução industrial de 1760. Mas uma investigação cuidadosa levou a maioria dos estudiosos a localizar como decisiva a década de 1780 e não a de 1760, pois foi então que, até onde se pode distinguir, todos os índices estatísticos relevantes deram uma guinada repentina, brusca e quase vertical para a "partida". A economia, por assim dizer, voava. (2007, p. 50).

Com o advento da Revolução Industrial teve início a utilização de combustíveis fósseis (carvão mineral e o petróleo), fontes de energia não renováveis, o que possibilitou um grande avanço tecnológico e econômico. Os meios de produção se modernizaram e as pessoas começaram a migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida e também de trabalho nas grandes fábricas. Isto causou o êxodo rural e um grande crescimento demográfico. (GIDDENS 1991; HOBSBAWN, 2007). As relações também sofreram modificações com a criação de duas novas classes: a burguesia e o proletariado. Karl Marx explica o significado destas duas classes distintas e opostas da sociedade moderna:

Burguesia significa a classe dos capitalistas modernos, que possuem meios de produção social e empregados assalariados. Proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, por não ter meios de produção próprios, são reduzidos a vender a própria força de trabalho para poder viver. (MARX, 2004, p. 09).

É possível inferir que o proletariado não possuía oportunidades sociais e/ou econômicas para modificarem a situação em que se encontravam no período da Revolução Industrial, deles eram exigidos apenas a capacidade de utilizar a força braçal e não a intelectualidade. Estas cabiam à burguesia, por possuírem condições de ter acesso às competências exigidas no período e o capital necessário. Não havia iniciativas que pudessem

transformar a realidade dos trabalhadores do período. A eles cabia a baixa remuneração por demasiadas horas de trabalho, os quais se conformavam devido à necessidade de sobrevivência. Nota-se, assim a importância de fatores sociais como a educação para modificar situações de desigualdade e exclusão, quando se trata de oportunidades de trabalho.

O capitalismo, desde o seu início, começava a mostrar limitações na sua capacidade de regulação social, pois as condições e as oportunidades eram extremamente desiguais, assim, a livre concorrência não era para todos como pregava o liberalismo. Além disso, a atividade econômica estava sujeita à regulação política do Estado que, inconstitucionalmente, isolava o econômico do político e defendia os interesses da classe dominante. Por essa razão, as particularidades e os princípios instituidores do capitalismo vão sofrendo modificações através de sua trajetória de desenvolvimento frente às transformações políticas, sociais e culturais de cada localidade ou país. (FERRARINI, 2008).

A transição do capitalismo comercial para o industrial/liberal foi marcada por um aumento do pauperismo que não foi compreendido pelos pensadores da época, pois a pobreza e a riqueza cresciam simultaneamente e não se tinha conhecimento sobre a sua causa. A fase do capitalismo industrial/organizado se estende do final do século XIX até 1960 e é marcado por novas formas de gerenciamento e de organização da produção, como o fordismo e o taylorismo, e por várias mudanças na sociedade, como por exemplo, a urbanização. A passagem do capitalismo industrial/organizado para o financeiro/desorganizado começa a ocorrer a partir da desintegração das ideologias progressistas, que vai de 1960 em diante. Este período foi marcado pelo neoliberalismo e pela mundialização da produção e do capital. (FERRARINI, 2008).

Para dar conta do pauperismo resultante dos impactos da onda industrializante iniciada na Inglaterra surge uma expressão denominada de “questão social”. A denominação desse pauperismo se relacionava diretamente aos seus desdobramentos sociopolíticos, pois a partir da primeira década até a metade do século XIX o seu protesto conquistou as mais variadas formas numa concepção efetiva de ameaça a ordem burguesa. (NETTO, 2001).

Assim, a expressão “questão social” começou a ser utilizada no início do século XIX, mais especificamente em 1830, e surgiu com as grandes transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na Europa ocidental devido ao processo de industrialização. Essa expressão surgiu, historicamente, como uma ameaça que a luta de classes (principalmente, a classe proletária) retratava a ordem política e moral instituída. As populações tomaram consciência das condições de vida, a partir “da separação entre o crescimento econômico e o

surgimento do pauperismo, de um lado, e entre uma ordem jurídico-política, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, e uma ordem econômica,” de outro, negando esses direitos. (CASTEL, 1998, p. 30).

Robert Castel em sua obra “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário” constatou que para entender as principais transformações sofridas pela questão social na contemporaneidade é necessário acompanhar o caminho da sociedade salarial. Demonstra o autor que:

A “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. (CASTEL, 1998, p. 30).

Com a Revolução Industrial surge a exploração na relação capital/trabalho e o sistema capitalista produz um brutal pauperismo, uma pobreza escandalosa e generalizada que não era conhecida no antigo regime. A questão social surge para denotar este “novo pauperismo”. Segundo Netto:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (2001, p. 45).

Em consonância a esse pensamento, Yamamoto (2001) salienta que a questão social é indissociável do sistema capitalista e expressa as desigualdades políticas e culturais das classes sociais marcadas pelas disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais. Em consequência, a produção e o trabalho social estavam cada vez mais coletivos contrapondo a apropriação de seus frutos, que se mantinham monopolizados por uma pequena parcela da sociedade.

Portanto, como registra Tomaz:

[...] a questão social não é um fenômeno recente, típico do esgotamento dos chamados trinta anos gloriosos da expansão do capitalismo, ao contrário, trata-se de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se reproduz sob novas mediações

históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espalhadas em todas as dimensões da vida em sociedade. (2013, p. 4-5).

Levando em consideração o capitalismo e a globalização, avalia-se que as consequências do progresso sobre as relações das classes sociais são tão profundas quanto complexas. Comenta Castells que:

[...] o novo sistema distingue-se por uma tendência a aumentar a desigualdade social e a polarização, ou seja, o crescimento simultâneo de ambos os extremos da escala social, o mais alto e o mais baixo. Esse cenário resulta de três fatores: (a) uma diferenciação fundamental entre mão-de-obra altamente produtiva e autoprogramável e mão-de-obra genérica dispensável; (b) a individualização dos trabalhadores, que enfraquece a organização coletiva e abandona os segmentos mais frágeis da força de trabalho ao próprio destino; e (c) sob o impacto da individualização dos trabalhadores, da globalização da economia e da deslegitimação do estado, o fim gradativo do estado do bem-estar-social, com isso tirando a rede de segurança das pessoas que necessitam dessa assistência. Essa tendência para a desigualdade e polarização com certeza não é inexorável: pode ser combatida e evitada por políticas públicas deliberadas. Mas a desigualdade e a polarização são predefinidas na dinâmica do capitalismo informacional e prevalecerão a menos que seja tomada alguma ação consciente para contrapor-se a elas. (1999, p. 425-426).

Tem-se a desigualdade social com base na renda e na condição social, de acordo com a teoria da estratificação social, bem como as relações de classes que dizem respeito à exclusão social, o que se efetiva em escala global devido à dinâmica do capitalismo. Com essa dinâmica do novo sistema de produção, um número considerável de pessoas, provavelmente em crescimento, não será mais pertinente nem como produtor, nem como consumidor. Dados comparativos demonstram que de forma geral, “em todas as sociedades urbanas a maior parte das pessoas e/ou suas famílias tem trabalho remunerado, mesmo em bairros e em países pobres. A questão é: que espécie de trabalho, por qual tipo de salário, sob quais condições?”. (CASTELLS, 1999, p. 430).

Convém ponderar que

É isto que está acontecendo: a massa de trabalhadores genéricos circula por vários empregos, cada vez mais por trabalhos eventuais, com muita descontinuidade. Portanto, milhões de pessoas estão o tempo todo com e sem trabalho remunerado, frequentemente em atividades informais e, em grande parte, no chão de fábrica da economia do crime, além disso, a perda da relação estável com o emprego e o pequeno poder de barganha de muitos trabalhadores levam a um nível mais alto de incidência de crises profundas na vida familiar: perda temporária de emprego, crises pessoais, doença, vícios em drogas/álcool, perda de empregabilidade, perda de bens, perda de crédito. Muitas dessas crises ligam-se entre si, provocando a espiral descendente da exclusão social rumo ao capitalismo [...]. (CASTELLS, 1999, p. 439).

Existem analistas com tendência a conceber a globalização como um fenômeno apenas de cunho econômico, baseado no fomento das trocas comerciais internacionais e do fluxo de capitais. Significa dizer que se mostra em segundo plano as dimensões de interdependência a nível político, social, cultural e tecnológico que determinam as relações complexas das sociedades modernas. (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2011).

Em se tratando de globalização, não é possível desconsiderar ou secundarizar os fatores a ela associados, já que a crescente interdependência das economias, mesmo que relevante, impacta diversas dimensões, viabilizando as desigualdades em escala mundial. Reflexos que necessitam de decisão global, que venham ao encontro de otimizar as autonomias locais e oportunizar o exercício da cidadania.

Um dos pilares que potenciou o processo de globalização econômica em curso foi de fato a desregulamentação crescente em benefício da liberalização dos fluxos internacionais de capitais. Deste modo, nas últimas décadas, a matriz liberal ocidental tende a afirmar-se como quadro referencial não somente das relações econômicas, mas também das relações sociais e culturais (Giddens, 1990; Lipietz, 1992), colocando em evidência um conjunto de mudanças profundas e articuladas (ora de sinal positivo, ora negativo, consoante o prisma de análise), muitas das quais são simultaneamente causa e consequência dos processos em curso. (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2011, p. 53).

É possível dizer que a globalização, da forma como se vive, não é somente uma novidade, é também algo revolucionário. Deste modo, ela torna-se de difícil compreensão, principalmente quando se reflete sobre quais serão suas implicações em relação à vida de cada um e de todos. Contudo, sabe-se que a globalização é um fenômeno de natureza econômica, política, tecnológica e cultural, e tem sido influenciada pelo progresso nos sistemas de comunicação, registrado a partir do final da década de 1960. (GIDDENS, 2001).

É errôneo crer que a globalização só diz respeito aos grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. Ela não é apenas mais uma coisa que “anda por aí, remota e afastada do indivíduo. É também um fenômeno interior, que influencia aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas”. [...] (GIDDENS, 2001, p. 23).

Mas, para a maioria das pessoas, a globalização é somente uma troca de poder ou de influência, das comunidades locais ou das nações para a arena global. Há de se falar sobre o efeito contrário, já que a globalização não se limita a empurrar para cima, também puxa para baixo, criando novas pressões para a concessão de autonomias locais. A globalização é a razão que leva ao reaparecimento das identidades culturais em diversas partes do mundo. “Os nacionalismos locais florescem como resposta às tendências globalizantes, porque os velhos

Estados-nações estão a ficar mais fracos”. Ademais, a globalização também exerce pressão lateral, ao criar novas zonas econômicas e culturais, dentro e por cima das nações. (GIDDENS, 2001, p.24).

[...] a globalização tem algo a ver com a tese de que agora vivemos todos num único mundo. [...] Há quem renegue totalmente o conceito. A estes, darei o nome de cépticos. De acordo com os cépticos, toda esta conversa acerca da globalização não passa disso mesmo, de conversa. Quaisquer que sejam os seus benefícios, preocupações ou dificuldades, a economia global não é assim tão diferente da que existia em períodos antecedentes. [...]. Há outras pessoas que adotam posições muito diferentes. Vou chamar-lhes radicais. Para os radicais a globalização é um fato bem concreto, cujos efeitos se fazem sentir por toda a parte. [...] As nações perderam uma boa parte da soberania que detinham e os políticos perderam muita da sua capacidade de influenciar os acontecimentos. [...] (GIDDENS, 2001, p. 20).

Percebe-se que as questões sociais foram se modificando ao longo dos tempos e, em decorrência da globalização, as fronteiras inexistentes permitem a livre circulação de mercadorias, de capital e ou finanças. Essa realidade proporcionou muros entre Países, Estados, regiões, contribuindo para aumentar exclusões, diferenças e intolerâncias culturais, econômicas, sociais e políticas. Assim, evidencia-se a importância de articular políticas sociais que viabilizem a geração de emprego e de distribuição da renda socialmente produzida.

No caso latino-americano, a questão social foi determinada pelos colonizadores por meio do pacto colonial e segue direcionada pelo laço da dominação burguesa. É uma região marcada por extremas desigualdades e injustiças que são o resultado do modo de produção e reprodução social e de desenvolvimento. Assim, diferencia-se da realidade europeia, em tempo e espaço, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania, da implantação do capitalismo. A realidade latino-americana é *sui generis*, composta de um mosaico diferenciado de elementos provenientes das formas que os povos construíram e estão construindo suas trajetórias de vida. (WANDERLEY, 2008).

A propósito cabe inferir que:

A crise dos modelos de desenvolvimento econômico, tanto do capitalismo como do estatismo, motivaram sua reestruturação paralela a partir de meados dos anos 70, nas economias capitalistas, empresas e governos estabeleceram várias medidas e políticas que, em conjunto, levaram a uma nova forma de capitalismo. Suas características são a globalização das principais atividades econômicas, flexibilidade organizacional e maior poder para o patronato em suas relações com os trabalhadores. Pressões competitivas, flexibilidade de trabalho e enfraquecimento de mão-de-obra sindicalizada levaram à redução de despesas com o Estado do bem-estar social, alicerce do contrato social na era industrial. As novas tecnologias da informação desempenharam papel decisivo ao facilitarem o surgimento desse

capitalismo flexível e rejuvenescido, proporcionando ferramentas para a formação de redes, comunicação à distância, [...] individualização coordenada do trabalho e concentração e descentralização simultâneas do processo decisório. (CASTELLS, 1999, p. 415).

Os prognósticos para o século XXI envolvem a batalha entre o fundamentalismo e a tolerância cosmopolita, num mundo em processo de globalização, em que a transmissão de imagens através de todo o globo se tomou rotineira, no qual existe contato regular com outros que pensam de maneira diferente, que vivem de maneira diferente. Os cosmopolitas louvam e adotam esta complexidade cultural, enquanto os fundamentalistas consideram-na perturbadora e perigosa. Vive-se num mundo de transformações, que afetam quase tudo o que se faz. Sem o conhecimento sobre ser para o melhor ou para o pior, se é empurrado para uma ordem global que ainda não se compreende na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir. (GIDDENS, 2001).

Portanto, se a globalização pode ser compreendida como uma oportunidade de desenvolvimento e de inclusão no contexto internacional para determinados países, paradoxalmente para outros, considerados frágeis social e economicamente, pode tornar-se um instrumento de promoção à desigualdade. Desse modo, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente, onde os trabalhadores são responsáveis pela produção da riqueza e os capitalistas responsáveis pela apropriação dela. Não existe um consenso entre os autores sobre um fator específico que represente a questão social, ou seja, nem todos os autores analisam que existe uma contradição entre capital e trabalho, portanto o assunto envolve processos sociais distintos, analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, entre outros.

2.2 Desigualdades e pobreza no mundo e no Brasil

No Brasil e no mundo, o tema das desigualdades percorre por diversos campos temáticos porque suas origens são tão múltiplas e variadas quanto seus desdobramentos e consequências. Sobre os termos desigualdade e pobreza, Scalón (2011, p. 52) afirma que “embora sejam conceitos distintos, estão fortemente vinculados, na medida em que as disparidades nas chances de vida acabam por determinar as possibilidades de escapar de situações de privação e vulnerabilidade”.

Para Asseburg e Gaiger (2007, p. 505) desigualdade e pobreza são fenômenos associados. “Primeiramente, desigualdade não gera crescimento econômico, nem este, posteriormente, produz por si mesmo diminuição da desigualdade e nivelamentos da renda”; em segundo lugar, a política econômica precisa estar focada nos setores mais pobres para que estimule o crescimento desses setores e gere efeitos redistributivos diretos e; em terceiro lugar, é necessário promover a equidade nas rendas redistributivas para provocar ativação econômica em setores menos favorecidos.

No mesmo sentido, Veronese (2009, p. 4) também afirma que “o modo como a dominação econômica, política e cultural produz e reproduz as desigualdades se traduz em hierarquias entre os tipos de conhecimento e de prática social exercidos entre os atores”. Pontua a autora que, os pobres são excluídos e discriminados em várias situações, como em espaços educativos, midiáticos e informacionais, oportunidades de trabalho digno e bem remunerado, espaços decisórios, entre outros. Os conhecimentos dessas pessoas pobres são considerados inferiores, não credíveis e não desejáveis.

Na atualidade a desigualdade e a pobreza são problemas que afetam a maioria dos países no mundo. Segundo o Relatório da Oxfam de 2017, em nível mundial, o 1% mais rico da população possui o mesmo patrimônio que os outros 99%. Apenas oito pessoas possuem o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população no planeta. Conforme dados do Banco Mundial em 2013, a pobreza já era realidade de mais de 700 milhões de pessoas que viviam com menos de US\$ 1,90 por dia no mundo. (OXFAM, 2017).

No mesmo Relatório, no Brasil o cenário é ainda pior. Somente seis pessoas possuem o mesmo patrimônio que os 100 milhões de brasileiros mais pobres. Além disso, os 5% mais ricos da população dispõem da mesma fatia de renda que os demais 95%. Assim, o país persiste em ficar na lista das piores nações do mundo quando o assunto é a desigualdade de renda, abrigando mais de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. (OXFAM, 2017).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2016 o Brasil ocupa a 10ª posição no ranking da desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini), de um conjunto de mais 140 países. Também é importante mencionar que o nosso país é um dos que mais concentra renda no 1% mais rico, alcançando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe, ficando atrás somente da Colômbia e de Honduras. (OXFAM, 2017).

Sen (2010) desenvolveu a concepção de pobreza como privação de liberdade. Para o autor, a maioria da população mundial sofre de diversas formas de privação de liberdade. A fome coletiva continua ocorrendo em determinadas regiões, tirando de milhares de seres humanos a liberdade básica de sobreviver. Além disso, um grande número de pessoas tem pouco ou nenhum acesso a serviços de saúde, saneamento básico, educação funcional, emprego remunerado e segurança econômica e social, levando, muitas vezes, à subnutrição e a morte prematura. Também é importante mencionar que no mundo há outras formas de privações de liberdade que ocorrem quando acontece a violação do direito ao voto ou a negação de outros direitos políticos ou civis básicos.

Em pleno século XXI, mesmo com o aumento da riqueza, o avanço da tecnologia e a disseminação de informações, é lamentável mencionar que em diversos países do mundo, a grande maioria da população ainda continua sendo vítima desta privação de liberdade seja, através da pobreza, da desigualdade social e da exclusão social. Esses fenômenos, resultantes da questão social predominantemente capitalista, se mantêm na sociedade contemporânea e atingem todos os cantos do planeta. Pode-se, pois, falar de desilusões do progresso, no plano econômico e social. O aumento do desemprego e dos fenômenos de exclusão social contribui para as desigualdades.

Sobre o contexto brasileiro, Yazbek (2001) ratifica que a pobreza e a exclusão social presentes na vida das classes subalternas na sociedade são resultantes da questão social. A pobreza, a exclusão e a subalternidade são configuradas como indicadores de inserção na vida social, de uma condição de classe e outras condições que reiteram a desigualdade (como gênero, etnia, procedência), expressando as relações vigentes na sociedade.

O Brasil não é considerado um país pobre, mas desigual e injusto para com os mais vulneráveis. E, se a desigualdade é um fator que dá origem à pobreza, combatê-la é fundamental. Torna-se essencial um projeto de sociedade que enfrente o desafio de harmonizar democracia, eficiência econômica e justiça social. “Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo”. (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000, p. 141).

Complementam os autores que

O Brasil não é um país pobre, mas também que apresenta farta disponibilidade de recursos para combater a pobreza. Enfim, a sociedade brasileira não enfrenta problemas de escassez, absoluta ou relativa, de recursos para erradicar o seu atual nível de pobreza. Além disso, procuramos construir, exaustivamente, diversos prismas de entendimento da desigualdade econômica brasileira, colocando-a no eixo da causalidade que explica o elevado grau de pobreza. Desigualdade que surpreende

tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas. Desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais. É imperativo reduzir a desigualdade tanto por razões morais, como por motivações relativas à implementação de políticas eficazes para erradicar a pobreza. (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000, p. 141).

O crescimento brasileiro precisa ser acompanhado de políticas sociais que gerem resultados efetivos de redução da pobreza e das desigualdades sociais, pois seu aumento nos anos 1980 fez com que

[...] o bem-estar (em termos de rendas absolutas e relativas) entre os 40% mais pobres da população caísse, apesar do crescimento na média de renda (reportada) da população total. A base da distribuição experimentou uma melhora temporária em 1986. Durante os anos 90 a desigualdade declinou ligeiramente, com o crescimento e a redistribuição beneficiando 70% da população. Entretanto, apesar do crescimento nas rendas em todos os níveis entre 1981 e 1995, a desigualdade foi sem ambiguidade maior em 1995 do que em 1981. (FERREIRA; LITCHFIELD, 2000, p. 64).

Quando se identifica “graves desigualdades sociais”, nas dimensões econômicas e de participação política, tem-se a ocorrência de injustiças nos espaços das relações humanas, na organização da estrutura social, na administração equilibrada dos recursos disponíveis e no compromisso com as condições de sobrevivência das futuras gerações. Ocorrem obstáculos à estabilidade das diferentes instâncias da sociedade, especialmente as instituições democráticas, que com facilidade podem ser instrumentalizadas. (ZAMBAN, 2009).

Desse modo, sustenta o autor que:

A existência de gritantes desigualdades sociais interpela, mais fortemente, a reflexão e impulsiona o Estado, expõe os governos e compromete as organizações sociais para uma atuação mais expressiva em busca da superação das dicotomias e para um ordenamento social que evidencie o vigor da democracia, a atuação das instituições, o fortalecimento do sistema jurídico e as políticas de desenvolvimento orientadas pelo princípio da sustentabilidade. Assim como a concepção do desenvolvimento de uma sociedade pode estar atrelada, prioritariamente, ao progresso econômico, em detrimento de outras áreas importantes para as pessoas e para o conjunto da sociedade, também a abordagem da justiça, quando ocorre de maneira restrita, pode limitar sua compreensão e avaliação aos rendimentos econômicos, à busca do bem-estar, à satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência e à realização e satisfação dos desejos individuais. Da mesma forma, pode restringir o seu alcance à congruência entre o que está disposto na legislação e a sua aplicabilidade para a solução de conflitos interpessoais, grupais ou que afetam o bem-estar social. Considerando as desigualdades sociais e as contradições daí decorrentes, a concepção de justiça é um referencial imprescindível e seguro para a avaliação e a organização da sociedade [...]. (ZAMBAN, 2009, p. 151).

Acrescenta Zamban (2009, p. 152) que “a busca pela superação das graves desigualdades inicia pela constatação das diferenças que caracterizam as pessoas”. Destaca a ampla diferença existente de pessoa para pessoa, como “variedade de raças, culturas, formas de organização, entre outras, que definem as relações externas entre as pessoas e a sua estrutura de relacionamento interno”.

E, ainda demonstra que as diferenças entre as pessoas, características como, o local onde vivem e o “contexto social têm larga influência sobre a formação da sociedade e os compromissos que esta estabelece em seus diferentes estágios de organização, com as pessoas, o Estado e com outros atores sociais”. (ZAMBAN, 2009, p. 152-153).

Vale lembrar que as sociedades contemporâneas apresentam paradoxos nunca imaginados como o alto desenvolvimento tecnológico e acelerado crescimento econômico que se confrontam com o aumento da pobreza, da fome, de mortes por doenças evitáveis, da barbárie social e da degradação ambiental. A crescente diversidade nas formas de produção e relação social possibilitou a busca por uma compreensão mais profunda para a pobreza. Essa visão mais ampla da pobreza necessita de ações de enfrentamento que excedam a satisfação das necessidades materiais e que sejam capazes de simultaneamente construir condições para o empoderamento social, político e cultural da população envolvida. (FERRARINI, 2008).

Também foi possível constatar que o Brasil, assim como a maioria dos países do Sul, estava submetido ao processo de globalização e ainda hoje sofre o efeito de políticas econômicas que podem ser consideradas neocolonialistas. Contudo, sabe-se que para mudar esse cenário brasileiro e mundial de desigualdade, pobreza e exclusão não é tarefa fácil e imediata. Isso é um processo lento e complexo que deve ser construído com uma visão multidimensional da pobreza e com processos políticos bem planejados e organizados e que promovam a integração dos diferentes atores e ações envolvidas nesse meio.

2.3 Várias concepções de pobreza e exclusão social na contemporaneidade

A questão social está diretamente ligada à situação de pobreza vivida pela população a partir da terceira década do século XIX. Porém, para conhecer melhor a situação da pobreza contemporânea é preciso voltar um pouco mais no tempo para descobrir como os pobres eram vistos e tratados nos antigos regimes. No período da Idade Média, a pobreza era entendida como algo que foi criado e existia pela própria vontade de Deus. Tinha-se a naturalização da pobreza. Assim, os pobres e suas condições sociais eram vistos como parte do todo social. Os membros dessa sociedade, em sua maioria, não ousaram confrontar a divisão entre ricos e

pobres, pois, conforme se acreditava, isso tinha sido estabelecido pela vontade divina. Nesse período a pobreza não era vista como um problema social. Os pobres não representavam uma ameaça à reprodução da estrutura social e, portanto, não foram excluídos das coletividades. (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2013).

Na transição da Idade Média para a Idade Moderna, a visão da pobreza mudou radicalmente. Os pobres passaram a ser vistos como estranhos, perigosos, indesejáveis e identificados como vagabundos, mendigos, miseráveis ou sem-vergonha. Nesse período ocorreu a ruptura da interdependência e da proteção aos pobres porque surgia a pobreza móvel em virtude das migrações. Com isso, os pobres foram perdendo seu lugar na sociedade e passaram a integrar uma categoria específica que era identificada com o uso de medalhas, chapinhas, chumbo e cruzeiros costurados na manga ou no peito. Isso os diferenciava do resto da sociedade e lhes dava o direito de receber esmolas e frequentar as instituições hospitalares. (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2013).

A degradação da proteção comunitária presente nas sociedades pré-modernas e as grandes mudanças realizadas na estrutura social, política e econômica na Idade Média não afetaram somente a configuração das sociedades, mas, também, o lugar das pessoas nelas. Nesse sentido, a Revolução Industrial trouxe grandes transformações na configuração das sociedades, promovendo drásticas mudanças nas esferas, social, política e econômica e estabelecendo o capitalismo no plano econômico. Assim, essa revolução se caracterizou pelo uso de máquinas movidas à força motriz na produção. Tornava-se praticamente impossível, para os trabalhadores, até então autônomos, concorrer com a produção capitalista fabril, o que fez aumentar, de forma dramática, a proletarianização. (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2013).

Nas últimas décadas, o tema pobreza e suas formas de superação têm se constituído o centro de vários estudos, pesquisas e debates no Brasil e no mundo. Para esse tema, no decorrer da história, já foram atribuídos diferentes conceitos que representam determinadas formas de intervenção social. Durante vários séculos a pobreza era vista como um problema ligado ao caráter e a idiossincrasias dos sujeitos. Nessa época prevaleceram as concepções individualizantes e patologizantes da pobreza. Mais tarde, a teoria marxiana promoveu o desvendamento do caráter estrutural da pobreza, salientando sua gênese econômica ligada à forma como os sujeitos estão inseridos na esfera produtiva. (CATTANI; FERRARINI, 2010).

Rocha (2003, p. 9-10) conceitua a pobreza como “um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. E acrescenta que

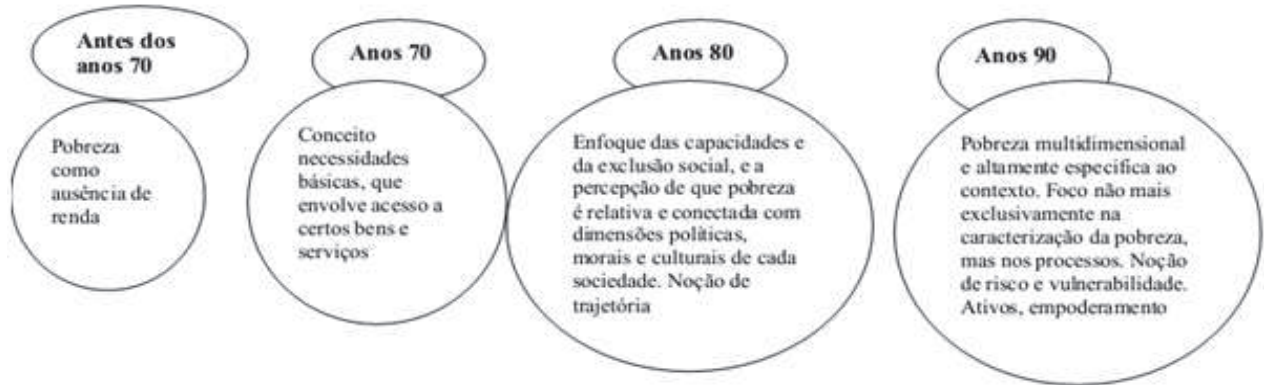
Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Por um lado, trata-se da questão de identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade. É generalizada, atingindo a maior parte da população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada? Quais são seus determinantes? É um fenômeno crônico ou está associado a mudanças econômicas e tecnológicas? Quais são seus sintomas principais – subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego ou marginalidade? Quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas, ou em outras palavras, qual o perfil dos pobres? (ROCHA, 2003, p. 9-10).

Como se pode observar na literatura, a pobreza já passou por diversas definições, significados e atribuições e através destes houve uma reflexão sobre as formas de intervenções voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade social. O modo como é concebida, a pobreza tem várias implicações como a mensuração e as alternativas de intervenção traçadas para sua superação. Para Laderchi, Saith e Stewart (2003 apud Carneiro, 2005, p. 36) os aspectos e os vários métodos de mensuração diferenciam-se em alguns pontos, que são:

O grau em que os parâmetros utilizados em um contexto podem ser aplicados sem alterações significativas em outros; a ênfase em métodos objetivos ou subjetivos na mensuração do fenômeno; a visão uni ou multidimensional da pobreza; seleção de unidades de análise (indivíduos, famílias, territórios); definições de cadeias de causalidade da pobreza e estratégias para sua superação. (LADERCHI, SAITH e STEWART 2003 apud CARNEIRO, 2005, p. 36).

Com relação a esses enfoques, a mesma autora elaborou uma linha temporal, que foi representada graficamente conforme a figura a seguir:

Figura 1 – Enfoques sobre a pobreza em uma linha temporal



Fonte: Carneiro (2005, p. 36)

Diante do contexto, a figura 1 ratifica que a pobreza, ao longo dos anos, foi visualizada e continua sendo vista através vários ângulos, sob o enfoque de várias abordagens, com ênfase em diferentes aspectos e dimensões. Isso provocou uma grande diversidade de reflexões, de critérios e de definições que, muitas vezes, geram controvérsias. Todavia, é preciso entender a pobreza pelos prismas multidisciplinar, multicultural e multidimensional.

Para compreender e definir a pobreza é preciso ter como referência a noção de riqueza construída nos últimos séculos. No quadro do capitalismo e do colonialismo, a questão social concebe riqueza e desenvolvimento como crescimento econômico infinito e indiscriminado e a realização do ser humano como acesso ao consumo. Desse modo, a pobreza tem sido historicamente conceituada como insuficiência de renda e da carência de recursos materiais necessários à vida. (FERRARINI, 2008).

A abordagem da pobreza a partir do caráter economicista, cuja mensuração é feita por critérios monetários, focaliza a renda e o consumo de indivíduos e domicílios como informação básica tanto para a concepção quanto para a mensuração da pobreza. Por isso mesmo, são pobres aqueles que não alcançam um nível de renda suficiente para satisfazer as necessidades, absoluta ou relativamente estabelecidas, de sobrevivência. (CARNEIRO, 2005).

Para Crespo e Gurovitz quando a definição de pobreza é caracterizada pelo critério de renda, pode-se dizer que essa forma aborda:

Uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável e [...] não leva em conta uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos. (2002, p. 03).

Por outro lado, para Santos (2007), a concepção baseada nas necessidades básicas consiste em definir, de forma mais precisa, quais são as necessidades básicas de cada sociedade, considerando suas especificidades, já que estas variam de uma localidade para outra. Rocha exemplifica essa concepção da pobreza:

Aprender a ler e a escrever se constitui, por exemplo, numa necessidade básica, mas em sociedades onde a alfabetização é generalizada esse critério de necessidade básica não será útil para distinguir os pobres. Seria necessário, então, considerar necessidade básica de educação um nível de escolarização mais elevado [...]. (2003, p. 19).

Os conceitos de pobreza baseados nos critérios de renda ou em outros conceitos ligados à ideia de privação, como: indigência, precariedade, miséria, vulnerabilidade social, desfiliação, exclusão social e nova pobreza, vêm sendo questionados nos últimos anos. No Brasil, as medidas de pobreza podem ser criticadas porque se concentram apenas na incidência, não levando em conta sua intensidade e nem a forma como é distribuída entre os pobres. Outra razão é porque a sua mensuração é feita por critérios monetários, deixando de lado o fato de que a pobreza é multidimensional, ou seja, envolve o impacto de outras variáveis constitutivas como saúde, educação, entre outros. (FERRARINI, 2011).

A mesma autora avalia que a abordagem da pobreza através do caráter economicista não permite que ela seja pensada como um processo multidimensional que inclua políticas sociais mais abrangentes, cujos indicadores de medição são: o acesso e o grau de escolaridade, mortalidade infantil, saneamento básico, segurança, trabalho, moradia, entre outros. O caráter multidimensional ou interdimensional da pobreza leva em consideração:

[...] não apenas a existência de múltiplas dimensões (econômicas, sociais, políticas e culturais) sobrepostas, o que será definido como multidimensionalidade, mas a indissociabilidade e interação retroativa entre elas. [...] Desemprego, baixa escolaridade, desnutrição, falta de saneamento básico, violência, violência sexual, dependência química, gravidez na adolescência, doenças crônicas, sofrimento psíquico, dentre tantas outras expressões da questão social, estão mutuamente relacionadas umas às outras, retroalimentando-se e potencializando suas causas e efeitos. (FERRARINI, 2011, p. 53).

Para aprofundar e ilustrar a compreensão do conceito de pobreza nas múltiplas dimensões em que se expressa na sociedade, segue o quadro a seguir:

Quadro 1 – Dimensões da pobreza

Econômica	Precariedade e falta de acesso a meios de subsistência (trabalho e renda).
Social	Falta de acesso às políticas e aos serviços; Fragilização de laços sociais e de pertencimento.
Política	Desconhecimento dos direitos; Limitação de exercício do poder; Falta de articulação / mobilização de forças populares; Tutela / dependência do Estado; Déficit de participação cidadã.
Cultural	Desconhecimento de suas origens e história; Desvalorização de culturas locais; Fragilização ou perda de identidade cultural; Imposição de uma cultura de massa.

Fonte: Ferrarini (2011, p. 56).

Da mesma forma Codes (2008) afirma que atualmente é consensual que a pobreza se constitui um fenômeno social multidimensional e complexo, em que interagem diversos fatores socioeconômicos. Privações materiais, reveladas em termos de baixos níveis de consumo e de rendimentos, representam o eixo do problema e resultam em outros aspectos, má nutrição e moradia de baixa qualidade. Nas camadas pobres é mais comum o acesso insuficiente a bens produtivos, a serviços públicos básicos, ao mundo do trabalho, à educação e à saúde. Além disso, ainda existem os problemas de gênero que acabam restringindo-lhes o potencial de obtenção de renda. Sendo assim, a pobreza pode ser uma armadilha mais social que econômica, o que ainda se estende em sentimentos de vulnerabilidade e insegurança.

Mestrum (2002, p 37-38 apud Codes, 2008, p. 24-25) também defende a definição multidimensional da pobreza porque ela permite que se leve em conta um número ilimitado de problemas com seus sintomas, causas e consequências. Segundo a autora

[...] a constatação de que certos indivíduos são muito pobres para poderem sair daquela situação sozinhos está na raiz destas abordagens complexas, que transcendem a perspectiva apenas monetária da pobreza. Da mesma forma, a ideia de “ciclo vicioso” e a convicção de que um aumento de renda não seria suficiente para resolver os problemas são inerentes a tais formulações. [...] A multidimensionalidade da pobreza tem a potencialidade de situar os pobres dentro de uma alteridade em comparação ao resto da sociedade. O fato de a linha que separa ricos de pobres não concernir somente à renda, mas igualmente a diversos elementos – como saúde, educação, habitação, direitos econômicos e sociais, igualdade entre os sexos, participação econômica e política, liberdades políticas etc. –, abre novas perspectivas de análise. Há, por exemplo, a possibilidade de se contemplarem situações em que as necessidades relativas aos domínios não monetários da pobreza sejam satisfeitas, sem que a pobreza monetária seja eliminada.

Ao percorrer algumas das abordagens e dimensões do fenômeno social denominado pobreza, constata-se que sua definição enquanto insuficiência de renda é amplamente utilizada, mas é incompleta, considerando-se o nível de complexidade e heterogeneidade das sociedades contemporâneas. Neste estudo seguiu-se uma linha multidisciplinar e multicultural, adotando-se uma abordagem multidimensional para fazer referência à pobreza.

Nos últimos vinte anos, além das concepções anteriormente mencionadas da pobreza, através da insuficiência de renda e da privação das necessidades básicas, surgiram outras duas dimensões: a de exclusão social e a que define a pobreza como privação de capacitações básicas. (ESTIVILL, 2003).

De acordo com Ferrarini (2008), o conceito de exclusão social está apoiado na dimensão relativa da pobreza, pois sempre se está excluído de um determinado contexto, que pode ser muito diversificado. Estivill (2003, p. 15) complementa que a exclusão social se manifesta “à escala individual (micro), nas relações entre os homens e as mulheres e destes com os grupos e instituições intermédias (meso) e destes com o conjunto da sociedade (macro) [...] e não pode ser separada da exclusão política e econômica”.

Na concepção de Paugam (1999, p. 55), a exclusão social é um processo multicausado, de “mudanças que se verificam ao longo do tempo e que vão significando um acréscimo progressivo de dificuldades”. O mesmo autor afirma que o processo de exclusão possui três dimensões importantes: trajetória, ao considerar que se trata de um processo; identidade, como questões relacionadas à estigmatização, discriminação racial, identidade negativa; e território, quando se considera a segregação espacial.

Convém considerar que, segundo Guerra, Pochmann e Silva (2015) o Estado vem reduzindo seu papel no enfrentamento do processo contínuo da exclusão social gerado no capitalismo devido ao agigantamento do poder privado, desde o século XX. Assim, pode-se dizer que o capitalismo, a globalização, a modernidade, são termos indissociáveis da noção de exclusão, esta, relacionada a nações ou aos indivíduos, pois

[...] a noção da exclusão social aparece quando, no contexto social, tornou-se impossível a formalização do vínculo com a produção pela maioria da população, como outrora, quando se permitia a existência de grupos sociais homogêneos. Assim, a noção da exclusão social aparece exatamente no momento em que o sistema econômico quebra esta homogeneidade, impondo um processo de individualização. Neste caso os “excluídos”, [...] não constituem, a bem da verdade, um grupo homogêneo. São mais precisamente coleções de indivíduos separados de seus pertencimentos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maior parte das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência, etc. [...] falar em exclusão social refere-se à inquietação geral diante da degradação

das estruturas da sociedade salarial, sublinhando-se a necessidade de se ocupar das vítimas desta transformação. (BONETI, 2006, p. 189).

A noção de exclusão já foi mais limitada, restringindo-se aos que se encontravam excluídos da vida social, como os leprosos, os doentes mentais ou ainda os marginais. Verifica-se que o entendimento sobre exclusão se tornou mais abrangente, o que se justifica pelo contexto que contribuiu para sua efetivação.

Conhecida como privação de capacitações básicas, a pobreza representa a ausência de algumas capacidades básicas para funcionar. Para Sen (2010) essa concepção não nega que a renda baixa é uma das principais causas do fenômeno e que a falta da renda pode representar uma razão básica da privação de capacidades das pessoas.

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe a atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins. (SEN, 2010, p.123).

Nessa concepção, como já referido, a pobreza é vista como uma das formas de privação da liberdade humana. O prisma dessa liberdade institui os meios que possibilitem a liberdade de ação e de decisão e as condições reais das pessoas. Tal liberdade deve integrar-se às atividades econômicas, sociais e políticas de uma sociedade. (SEN, 2010).

Assim, o desenvolvimento não é visto como um fim, mas um meio para as pessoas expandirem suas liberdades. O grau de desenvolvimento de uma sociedade deve ser mensurado em função das liberdades substantivas que os indivíduos dessa sociedade possuem. Ter mais liberdade, além dos ganhos pessoais, eleva a potencialidade das pessoas em cuidar de si e servir como boa influência a seus semelhantes. Aqui se relaciona ao que se pode chamar de “condição de agente” como conceito central de desenvolvimento. (SEN, 2010).

Desse modo, é importante ressaltar que a ampliação das liberdades reais que as pessoas desfrutam é o fim primordial e, também, o principal meio de desenvolvimento. Sen (2010) identifica cinco tipos de liberdade instrumental: liberdade política (na forma de liberdade de expressão e eleições livres); facilidade econômica (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção ou troca); oportunidade social (na forma de serviços de educação e saúde); garantia de transparência (na forma de lisura nas relações e nos processos com a finalidade de inibir a corrupção, a gestão irresponsável e as transações

ilícitas) e segurança protetora (na forma de benefícios, suplementos de renda e ajudas humanitárias nas crises). Essas liberdades fortalecem as capacidades das pessoas e também se suplementam mutuamente e podem, além disso, reforçar umas às outras.

A visão de Amartya Sen não se fundamenta exclusivamente no crescimento econômico. Ele é um fator importante para o aporte das outras liberdades, mas não deve ser considerado como foco singular de um governo: “a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais [...] que o crescimento econômico pode possibilitar”. (SEN, 2010, p. 61).

Dessa forma:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. (SEN, 2010, p. 77).

A relação mútua entre cidadãos e governo, que trabalham e cooperam para a idealização de uma sociedade livre, pode proporcionar um Estado menos desigual, em que aos poucos uma economia de bem-estar seja constituída. A liberdade somente poderá ser atingida através de um Estado que propicie condições sociais para se determinar um alicerce de igualdade material. (PANSIERI, 2016).

Este estudo alinha-se às concepções de Amartya Sen, que reflete sobre a pobreza considerando a expansão das liberdades e capacidades. Assim, entende-se, que a construção de uma sociedade sustentável e emancipatória está vinculada a ações corporativas e pedagógicas, que objetivem uma formação integral que oportunize o empoderamento e o fortalecimento de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social, política e cultural. A falta do trabalho gera vulnerabilidade econômica e social. O trabalho se constitui fator de inclusão ao transformar-se em meio para subsistência, e ainda fonte de experiência psicossocial devido à centralidade que ocupa na vida do ser humano, o qual atribui sentido significativo e singular ao trabalho, como será demonstrado no capítulo a seguir.

3 O TRABALHO COMO FATOR DE INCLUSÃO

Neste capítulo objetiva-se analisar o trabalho como fator de inclusão social. Para tanto, parte-se da discussão ontológica do trabalho. Após apresenta-se as posições sobre a sua díade centralidade/descentralidade e, em seguida, a trajetória e atualidade do Brasil em relação ao mundo do trabalho.

3.1 Discussão ontológica do trabalho

Quando se aborda o tema "trabalho", um debate fundamental gira em torno da sua centralidade. Na constituição da modernidade capitalista, o trabalho foi elemento central para o desenvolvimento das forças produtivas e da riqueza. Contudo, a própria fragilização do assalariamento e todo o conjunto de metamorfoses que fragmentam e precarizam o mundo do trabalho, além de câmbios socioculturais, engendraram debate acerca da centralidade do trabalho na contemporaneidade.

Para tanto, compreender o trabalho desde sua dimensão ontológica mostra-se pertinente para a elucidação dos sentidos e das relações sociais capazes de conduzir a processos de inclusão. Nessa perspectiva será dada ênfase às contribuições teóricas de Marx, Gorz, Lukács, Offe, Antunes e Méda, os quais são base da literatura e dos estudos que tratam sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Marx, sob o prisma econômico, avalia as formas de dominação e a desigualdade no mundo de trabalho, que envolvem a coisificação das relações sociais, considerada base do fetichismo da mercadoria, completando as formas mais desenvolvidas do capital. (MARX, 2017).

Marx argumenta que:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. (MARX, 2017, p. 258).

Cabe enfatizar que o processo de trabalho é uma atividade direcionada a um fim, produção de valores de uso. Envolve apropriação do elemento natural para satisfazer

necessidades humanas, “condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independentemente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais”. (MARX, 2017, p. 261).

Para compreender o fundamento ontológico da categoria trabalho, utiliza-se como referência o livro primeiro de “O Capital”, especificamente no capítulo V, em que Marx define o trabalho como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais, do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. (MARX, 2017, p. 255).

Compreende-se a descoberta de Marx: o trabalho, base da sociabilidade humana, ou seja, o fundamento do ser social. Tal descoberta é a chave para compreensão da raiz do processo social. Marx concluiu que:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (2008, p. 47).

O trabalho para Marx é essencial para que o ser humano se constitua como ser social, ele deixa de ser dominado pela natureza e passa a pensar e transformar, garantindo sua existência. Nesse momento, o trabalho se reveste de caráter mediador da relação homem/natureza, ambos se transformam, enquanto a natureza se torna meio de subsistência ou produção, e o homem passa a atuar intencionalmente contra os elementos da natureza. Surgem novas habilidades e técnicas por meio de conhecimentos adquiridos no meio natural.

(AMARAL, 2014). O autor comenta que para Marx o trabalho foi primeiramente um processo entre homem/natureza, entretanto, o homem passou a agir e controlar a natureza. Nesse sentido, note-se que:

No legado marxiano o trabalho é uma atividade tipicamente humana, porque implica a existência de ação previamente concebida no plano das ideias que orientam a ação a ser efetivada para alcançar um fim estabelecido. [...], o que diferencia o trabalho, do ponto de vista ontológico, de qualquer atividade natural desenvolvida por outros seres, é o ato do homem idealizar o resultado final do trabalho antes de sua objetivação. Ao converter a natureza através de sua ação, o faz por meio de sua força física e de sua potência espiritual. (AMARAL, 2014, p. 2).

Para Marx, na reprodução do mundo dos homens, o trabalho é uma condição ineliminável e continuará em qualquer forma de sociedade que existir. No capitalismo, o trabalho tem como finalidade a produção da mais-valia para satisfazer as necessidades de acumulação e proliferação do capital. Assim, Marx entende que o trabalho possui uma dúplici determinação: é trabalho útil-concreto, quando se destina a satisfazer as necessidades humanas e trabalho abstrato, quando atende a sociedade capitalista, onde predomina o valor de troca, designado para a sociedade capitalista onde prima o valor de troca, remetido à acumulação e reprodução de capital. Logo, tem-se um atrito entre o trabalho útil e abstrato. Essa tensão somente poderá ser solucionada com a superação do modo de produção capitalista, ensejo em que o trabalho for liberto do domínio do capital. (SABINO, 2014).

Para compreender como o trabalho assume a forma abstrata no modo de produção capitalista, é preciso entender o surgimento das classes sociais, pois

[...] o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionadas pela agricultura e pela pecuária, permitiu que os homens passassem a produzir excedentes, ou seja, mais do que necessitavam para se reproduzir. Foi a partir deste excedente que se tornou proveitoso ao homem explorar o próprio homem, colocar outros homens na condição de escravos para produzirem para outros que se apropriam desta riqueza. Assim, temos basicamente duas classes: a que por meio do trabalho produz toda riqueza e outra que se apropria dessa riqueza. A partir daí, o trabalho sofre uma alteração no sentido de sua finalidade última não atendendo prioritariamente as necessidades humanas, mas produzindo riqueza para ser apropriada pela classe dominante. No modo de produção capitalista, o trabalho se converte em trabalho alienado, não que ele perca esta dimensão de fundante do ser social, mas sua finalidade última é atender os interesses de reprodução do capital, não perdendo o caráter de atender as necessidades humanas, mas vai subordinar estas necessidades ao interesse do capital. (SABINO, 2014, p. 140).

O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho possuem graus de importância diferentes. Para o capitalista, o valor do trabalho centra-se em sua utilidade, ele compra a força de trabalho para este fim, ser consumido de modo útil.

Marx explica que:

O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco a seu vendedor quanto o valor de uso do óleo pertence ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; a ele pertence, portanto, o valor de uso dessa força de trabalho durante um dia, isto é, o trabalho de uma jornada. A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e, conseqüentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário – tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor. (MARX, 2017, p. 270).

Fundamentado na categoria trabalho, Marx pôde demonstrar que o ser humano é histórico e social, isto quer dizer que toda a realidade é social. O mesmo autor ainda afirma que a natureza humana se origina da construção dos próprios homens através do trabalho e, sem este não pode haver reprodução social dos homens. O trabalho vai estar presente em qualquer sociedade, no entanto, o que vai mudar não é a sua base ontológica, mas o formato que configura, ao longo da história, em cada sociedade. (SABINO, 2014).

O trabalho é a condição da vida social, então, procede comentar que a exploração do homem pelo homem resultou em formas históricas de organização da produção: escravismo, feudalismo e o capitalismo. Diferentemente das sociedades precedentes ao capitalismo, a exemplo do escravismo, no qual o escravo pertencia ao seu senhor, e do feudalismo, em que o servo estava submisso ao senhor feudal, o trabalhador na sociedade capitalista é livre para vender sua força de trabalho. (SABINO, 2014).

Observa-se que o trabalho na sociedade capitalista é mercadoria. O trabalhador vende sua força, e esta necessita produzir um valor superior a ela mesma, para gerar no final do mês lucro àquele que comprou a força de trabalho. Assim, no modo de produção capitalista, no qual a força de trabalho é mercadoria, revela-se um dos elementos da alienação, pois o ser humano é visto como mercadoria, que precisa produzir lucro.

Sabino menciona que:

[...] Marx está evidenciando que os produtos do trabalho na sociedade capitalista são mercadorias utilizadas para valorização de capital, estas possuem valor de uso e passam a ter um valor de troca. Disto, fica evidente que o produto do trabalho sempre terá um valor de uso, haja vista que sua finalidade imediata é atender as

necessidades humanas de reprodução. Então, pelo trabalho sempre será produzido valor de uso. Todavia, no modo de produção capitalista, o trabalho tem que produzir valor de uso e valor de troca, ou seja, tem que ser produtor de mais-valia, pois nele predomina o valor de troca destinado a valorização do capital. A novidade que o modo de produção capitalista introduz é que a forma de enriquecimento pode ser decorrente da transformação da natureza pelo trabalho manual (proletários) como também através de outras atividades que não estão diretamente ligadas a transformação da natureza. Então, ao capitalista não importa se a mais-valia (lucro) é decorrente da transformação da natureza ou não, o que realmente importa é o aumento de sua riqueza. [...]. (SABINO, 2014, p. 142-143).

A produção no capitalismo é a produção de mais-valia, esta e outras atividades, servem para valorizar o capital. O trabalho sob o viés do capital produz alienações e desumanidades, tem como finalidade primeira efetivar as necessidades de reprodução do capital, as necessidades humanas são secundárias, e, somente serão atendidas mediante interesse do capital, podendo ser desprezadas se não atenderem ao capital. O trabalho é uma categoria ontológica eterna e universal, e a partir do trabalho abstrato tem-se sua particularidade histórica no modo de produção capitalista. (SABINO, 2014).

O marxismo proporciona compreender a categoria central do trabalho, a realidade social e a dinâmica do modo de produção capitalista, como diz Lukács (2012, p. 286), “o legado onto-histórico de Marx assinala que é no e a partir do trabalho, que o homem produz na materialidade sua existência, que ele salta da natureza e supera seus limites naturais”. Verifica-se o seguinte dualismo, o ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica sua própria natureza, sujeitando esta ao seu próprio domínio.

Assim, o trabalho se inicia no momento em que o ser humano interage com a natureza criando mecanismo para prover suas necessidades de sobrevivência. Em seguida, o trabalho evolui de geração em geração e novas atividades foram surgindo. Consequentemente, o homem necessitou se adaptar à natureza, ou seja, desenvolvendo habilidades e competências até então adormecidas. O ponto de partida da humanização do homem se deu através do trabalho, do aprimoramento de suas faculdades, esse processo deve contemplar o controle sobre si mesmo e as modificações do meio natural. Nesse contexto, essa categoria na teoria marxista é inerente ao processo de humanização do homem, tornando-se modelo de toda a práxis social, ocorrendo pela relação entre teleologia e movimentos de séries causais (LUKÁCS, 2012).

Marx e Lukács consideram que a história humana tem início mediante o ato de produção de sua existência material, que se realiza pelo trabalho. Identifica-se a categoria

fundante do ser social, o trabalho, o homem fez da natureza o meio para eliminar barreiras e fundar a sociedade humana. (AMARAL, 2014).

Enquanto categoria ontológica, o trabalho deve ser compreendido não somente pela transformação da natureza, mas por outras características também como, por exemplo, a função social de caráter coletivo, melhor dizendo, as necessidades de outros indivíduos permitem que o trabalho demonstre sua finalidade social, de caráter coletivo. No capitalismo, aquilo que o trabalhador produz em âmbito privado torna-se social a partir das necessidades coletivas, estabelecendo os laços sociais entre os indivíduos, o que é mediado pela mercadoria produzida, que, por sua vez, tem um sentido financeiro, valor socialmente determinado. Essa monetarização das mercadorias precisa ser interpretada no contexto do desenvolvimento da divisão social do trabalho, pois, é nesse cenário que os indivíduos produzem objetos por meio do trabalho, que, por sua vez, são possuidores de valor de troca. (FRANÇA JUNIOR; LARA, 2015).

O trabalho, enquanto categoria ontológica fundante do ser social, promove a liberdade e revela a capacidade humana de criar a sua própria existência. Todavia, a liberdade não é infinita, em razão da produção estar relacionada às condições materiais e às necessidades a serem criadas. O trabalho proporcionou novos modos de vida, interferiu socialmente e culturalmente na civilização:

A caça e a pesca juntaram-se à agricultura e mais tarde a fiação, a tecelagem, a manipulação dos metais, a olaria, a navegação, enfim, novas aragens foram sendo descobertas, novas culturas, novas formas de relações sociais. Por outro lado, o comércio e os ofícios, as artes, a filosofia e as ciências. Das tribos, surgiram os pequenos aglomerados, as cidades, as nações e os Estados. Destes complexos sociais, surge a necessidade de criar regras e normas para a vida em sociedade. Surge a ética, o direito, a ideologia e a política e, com eles, a religião e o poder. No auge do desenvolvimento das forças produtivas, constitui-se o modo de produção capitalista e, com ele, a exploração do “homem pelo homem” e, assim, a contradição, a exploração e alienação do próprio ser social frente aos apelos contínuos do capital. (BRAGHINI; DONIZETI; VERONEZE, 2013, p. 12).

É oportuno ponderar sobre o caráter sociológico e ontológico do trabalho, os quais configuram o entendimento das relações sociais entre os homens nas sociedades capitalistas. A compreensão dessas duas dimensões é condição essencial para entender o caráter contraditório e o sentido que o trabalho possui na realidade social. (SALAZAR, 2009). Para tanto, demonstra-se que a centralidade do trabalho ainda é um tema em relação ao qual os autores possuem teorias diferentes.

3.2 Teses contra e a favor da centralidade do trabalho

A partir dos anos de 1970, com a “crise da sociedade que vive do trabalho”, aumentou-se a discussão acerca de sua centralidade como forma de compreensão da vida social. Nesse sentido, Santos e Melo afirmam que:

O debate a respeito da centralidade do trabalho ganhou novos contornos a partir da década de 1970, quando o mundo experimentou a chamada “crise do trabalho”, originada com a crise econômica pelo crescimento do desemprego e, junto com eles, a erosão das formas tradicionais de trabalho em favor da multiplicação de seus desenhos atípicos e precarizados. (2011, p. 27).

Com o surgimento de novas e inusitadas formas de trabalho, passou-se a defender que a sociedade inspirada no modelo fordista estava passando para o modelo pós-industrial, pós-fordista ou de acumulação flexível. Isso apontava para uma mutação de forças no desenvolvimento de atividades consideradas pós-industriais como, por exemplo, o setor de serviços. Nesse contexto, iniciaram-se os questionamentos acerca do trabalho continuar a existir como componente central na organização social. (SANTOS; MELO, 2011).

Para Lima (2008) esse contexto se justifica em função dos seguintes fatores: inovações técnico-científicas do capitalismo moderno e, as novas formas de organização produtiva e empresarial. Esses fatores que simultaneamente fundamentam a tese da descentralização do trabalho, gerando o desemprego estrutural.

Assim, diversos autores, dentre eles André Gorz e Claus Offe argumentam que o trabalho estaria perdendo a sua centralidade para a sociologia contemporânea, assim como a teoria das classes sociais de Marx deixariam de ser o marco analítico para entender a dinâmica das sociedades capitalistas. (GRAZIA, 2012).

Essa crise estrutural da sociedade, segundo o debate produzido, estaria lançando o germen de um novo sistema dotado de uma nova e diferente racionalidade. O argumento principal desses autores residiu no fato de que esse capitalismo seria um sistema novo e diferente, no qual prevaleceria a superposição da racionalidade formal/instrumental tradicional por uma nova racionalidade, não tanto instrumental, calculista e voltada para a obsessiva valorização do capital, mas, muito pelo contrário, voltada para a redescoberta e maior valorização do elemento humano e de sua subjetividade no conjunto do processo produtivo. (CARDOSO, 2011, p. 270).

André Gorz idealiza uma nova organização social, esta capaz de permitir ao indivíduo fugir das determinações da racionalidade econômica capitalista. Em suas obras “Adeus ao Proletariado” e “Miséria do Presente, Riqueza do Possível”, demonstra que as transformações

ocorridas a partir de 1970 levaram a uma abolição do trabalho na sociedade. Portanto, “o modo capitalista de produção aboliria o trabalho fabril e, dessa forma, o antagonismo econômico originador das classes sociais deixaria para os proletários apenas a luta pela sobrevivência.” (GRAZIA, 2012, p. 2-3).

De um modo geral, a tese desenvolvida por Gorz parte do pressuposto de que a crise do capitalismo nos países centrais teria ocasionado uma substituição crescente e contínua da tradicional classe operária por uma nova classe, que ele denomina de não-classe-de-não-trabalhadores. Segundo o autor, esta seria composta pelas pessoas excluídas do mercado formal de trabalho assalariado, desempregados, trabalhadores em tempo parcial e temporários, em razão da introdução, difusão e desenvolvimento do processo da automação, da microeletrônica e das novas tecnologias da informação. (CARDOSO, 2011, p. 276).

Assim, de acordo com Gorz a não centralidade da categoria trabalho teria como fundamento as novas tecnologias da informação que contribuíram para construção de uma nova sociedade, a do conhecimento e da informação. (CAMARGO, 2011).

Por fim, é a partir da tese da neutralidade da técnica que Gorz erige sua utopia de uma sociedade de tempo livre. Nessa sociedade, o trabalho heterônomo é subordinado à esfera da autonomia, uma vez que a possibilidade de redução do tempo de trabalho permite a transformação do trabalho em atividade, e não na atividade. Para o autor, a redução do tempo de trabalho deve ser considerada um fim para reduzir as desigualdades sociais. Assim, ela não pode ser seletiva nem muito menos pode estar condicionada aos ganhos de produtividade, e seu objetivo maior é que a redistribuição do trabalho socialmente necessário seja benéfica para todos. (CARDOSO, 2011, p. 278).

Sousa (2003, p. 5) comenta sobre a perda da centralidade do trabalho, atribuindo a esse cenário as formações sociais capitalistas, as quais se transformaram em um espaço de relações estruturalmente despolitizadas. Pertinente reflexão faz Prieb (2000, p. 54) em relação “a era da abolição do trabalho, com duplo sentido: a) a quantidade de trabalho decresceria até se tornar marginal; b) o trabalho atual não implicaria mais uma ação exercida de forma direta entre o trabalhador e a matéria”. Sousa e Prieb se basearam nas concepções de Gorz, sobre “neoproletariado pós-industrial”, ou seja, o trabalhador estará sujeito a realizar uma atividade aquém da sua capacidade, sempre sob a ameaça de se tornar mais um desempregado.

De acordo com Augusto, o enfoque adotado por Offè refere-se à heterogeneidade crescente do emprego e à perda de centralidade subjetiva do trabalho e assim, o significado do trabalho e a sua importância na estruturação da vida pessoal na sua concepção:

[...] poderia ser derivada de dois fatores: primeiramente o trabalho pode ser visto como um dever, uma imposição moral; em segundo lugar a centralidade do trabalho poderia ser o resultado da necessidade física. O argumento consiste em que tanto como dever moral quanto como necessidade, o trabalho perdeu sua importância. O autor aponta para a desagregação de tradições religiosas e culturais, juntamente com a ascensão do hedonismo consumista como fatores responsáveis pela desintegração da ideia de trabalho como dever moral. (AUGUSTO, 1998, p. 92).

O mesmo autor ainda comenta que Offe faz referência a fatores relacionados aos processos de racionalização técnica e organizacional que repercutem na eliminação do fator humano e de suas faculdades morais da produção industrial; a degradação do trabalho; extinção das especializações; a redução do tempo de trabalho e ausência de continuidade. Por fim, o autor sustenta que o aumento da experiência do desemprego gera um provável desaparecimento da estigmatização moral que este envolve e a criação de uma cultura "fora do trabalho" e hostil a ele. (AUGUSTO, 1998).

Em suma, a ideia central de Offe é de que, por conta da fragmentação, da diferenciação do trabalho e da produção de uma cultura do não trabalho, oriunda do aumento da população de excluídos do emprego industrial formal, a consciência social não pode mais ser reconstruída como consciência de classe e, portanto, a sociologia deve buscar outras categorias para construir seu objeto, explorando aquelas que estejam além da esfera do trabalho. Tais categorias surgem para refundar o pensamento social e não se reduzem mais à perspectiva das contradições e dos conflitos tradicionais na sociologia, mas, ao contrário, tendem a se erigir sobre o espaço da economia de serviços. Assentada sobre uma base mais comunicacional do que instrumental, essa nova racionalidade do sistema fará, segundo o autor, despontar para a sociologia novas categorias que tenderão a se apoiar sobre o espaço vital, o modo de vida e o cotidiano dos que compõem a nova sociedade. (CARDOSO, 2011, p. 281).

Gorz e Offe consideram que a crise social e política da classe trabalhadora causou a perda da centralidade do trabalho. Assim, foi possível verificar que esses autores:

confundem a crise do proletariado com uma alegada crise do trabalho como esfera de estruturação do capitalismo contemporâneo. Tal identificação equívoca entre perda de centralidade do trabalho e crise sociopolítica da classe trabalhadora deriva da incapacidade de ambos reterem devidamente a ideia de centralidade do trabalho e a própria estrutura da formação capitalista. Desse modo, não apenas falham na demonstração de suas teses, como obscurecem as causas da crise do desemprego e do atual dismantelamento político do proletariado, contribuindo para ocultar, sob a aparência da despolitização do trabalho, o acirramento contemporâneo do sistema capitalista e da luta de classes. (SOUSA, 2003, p. 8).

Em contraposição as ideias de Gorz e Offe, autores como Antunes, Navarro e Padilha e Méda sustentam que o trabalho ainda continua como categoria fundante do ser social. Embora reconhecendo que o trabalho nas últimas décadas esteja passando por transformações,

como maior complexidade, fragmentação, heterogeneização, terceirizações, ele ainda permanece como categoria fundamental para entender a sociedade contemporânea.

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não poderia tornar-se a sua principal força produtiva. Ela interage com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. Não sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo. Essas interpretações entre atividades laborativas e ciências associa e articula a potencia constituinte do trabalho vivo a potencia constitutiva do conhecimento tecno-científico na produção de valores (materiais ou imateriais). O saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro” faça cair por terra” o segundo. Várias experiências, das quais o projeto saturno da General Motors é exemplar, fracassaram quando procuraram automatizar o processo produtivo minimizando e desconsiderando o trabalho. As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores (ANTUNES, 1999, p. 123).

Méda aborda o tema argumentando que o trabalho é o meio concreto para alcançar a abundância. Representa um esforço sempre orientado, é a medida das trocas e relações sociais em geral. Ele é a relação social nuclear que promove a troca e a sociabilidade ao fazer com que os indivíduos permaneçam juntos. Assim, trabalho e a troca são o caminho para substituir a velha ordem natural por outra igualmente sólida. (apud GOLOVANEVSKY, 2013).

Nessa linha de pensar, Méda sustenta que, como consequência central da regulação econômica, o trabalho está localizado na base da vida social, forçando a sociedade a persistir, não parar de produzir. A economia faz do trabalho a principal parte da adesão social e, também, o dever de cada indivíduo. No entanto, ele ainda não é valorizado. Até o final do século XVIII, o trabalho era considerado como algo mecânico e abstrato, como um fator de produção que ligava o indivíduo à sociedade. Somente no século XIX essa representação é transformada e o trabalho passa a ser o modelo de atividade criativa, a essência do homem. Assim, o trabalho não é apenas a mais alta expressão da individualidade, é também o contexto no qual a verdadeira sociabilidade é realizada. (apud GOLOVANEVSKY, 2013).

Além disso, Méda compreende que o trabalho visa integrar o indivíduo em um conjunto social, assegurando uma automaticidade na regulação social. Ele veio para substituir as ordens antigas baseadas em hierarquias naturais ou herdadas, fundando uma nova hierarquia social. As atuais legitimações do trabalho contêm contradições, uma vez que, representam o trabalho na forma idealizada do século XIX, com liberdade individual, coletiva e criativa, sem afastar sua dimensão econômica, ou seja, o fato de que foi concebido e continua a ser como um fator de produção, imbuído da ideologia econômica. (apud GOLOVANEVSKY, 2013).

De acordo com Pochmann (2011), desde o último quartel do século 20, o conjunto de profundas e complexas transformações tecnológicas, econômicas, laborais e demográficas vem impondo mudanças, em diferentes nações, nos sistemas nacionais de formação e qualificação profissional. Não obstante, mais recentemente, as diferenças entre os países podem encontrar certo traço que marca a definição das novas perspectivas do Estado, empresas e trabalhadores.

Nesse contexto, Antunes demonstra que:

Há, então, uma outra contradição que se evidencia, quando o olhar se volta para a (des)sociabilidade contemporânea no mundo do capital mundializado e financeirizado: quanto maior é a incidência do ideário e da pragmática na chamada “empresa moderna”, quanto mais racionalizado é seu *modus operandi*, quanto mais as empresas laboram na implantação das “competências”, da chamada “qualificação”, da gestão do “conhecimento”, mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho (agora no sentido da perda de liames e da erosão da regulamentação e da contratação) para uma parcela enorme de trabalhadores/as. (2007, p. 6).

Assim, emerge um novo cenário relacionado ao trabalho, o qual propicia a precarização e o desemprego, pois o trabalho se reveste de exigências que somente poucos têm acesso, devido à necessidade de ultraqualificação. Esta funciona sempre no hoje, ou seja, o ultraqualificado pode ser o desempregado ou precarizado do amanhã. Dessa forma, a expansão no mundo do capital global, associado às novas tecnologias, são fatores dinâmicos e se transformam diariamente, dificultando o apoderamento da dimensão intelectual. (ANTUNES, 2007). Cumpre assinalar que:

Se, no passado recente, só marginalmente a classe trabalhadora no Brasil presenciava níveis de informalidade, hoje mais de 50% dela se encontra nessa condição (aqui a informalidade é concebida em sentido amplo), desprovida de direitos, fora da rede de proteção social e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais frequente da nossa classe trabalhadora. O que sinaliza um século XXI com alta temperatura também nas confrontações entre as forças sociais do trabalho social e a totalidade do capital social global. (ANTUNES, 2007, p. 8).

As transformações que ocorreram do século XX para o XXI foram marcantes no mundo do trabalho, pois houve o crescimento do desemprego em âmbito mundial considerado um quadro perverso, já que a partir dos anos de 1990 foi intensificada a exploração da força de trabalho e a precarização do emprego. Mesmo diante do desenvolvimento científico,

tecnológico e inovações dos processos produtivos foram observadas poucas mudanças que aliviassem a “labuta humana”. (NAVARRO; PADILHA, 2007).

O caráter plural e polissêmico do trabalho passou a exigir conhecimento multidisciplinar, considerado também fonte de experiência psicossocial em razão da centralidade que ocupa na vida das pessoas, sendo parte importante do espaço e tempo na vida humana contemporânea. Desse modo, ele não se associa mais somente à satisfação de necessidades básicas, “é também fonte de identificação e de autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade. Trabalho e profissão ainda são senhas de identidade”. (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 14).

A centralidade do trabalho dá-se não só em âmbito econômico (o trabalho é a fonte de renda da maioria da população mundial) como também psíquico – representando um paradoxo devido à atividade laboral ainda parecer base de saúde psíquica do trabalhador. Quando se afirma que o trabalho é central na vida das pessoas, parte-se do princípio de que é por meio do trabalho que o homem se torna um ser social. Assim, o trabalho é compreendido como momento decisivo na relação do homem com a natureza, pois ele modifica a sua própria natureza ao atuar sobre a natureza externa quando executa o ato de produção e de reprodução. O trabalho é um ato que pressupõe a consciência e o conhecimento dos meios e dos fins aos quais se pretende chegar. Não há trabalho humano sem consciência (enquanto finalidade), na medida em que todo trabalho busca a satisfação de uma necessidade. (NAVARRO; PADILHA, 2007).

O que se pretende destacar é que ao longo do desenvolvimento do processo de trabalho nos séculos XIX e XX, mesmo com a ocorrência de algumas das crises, não houve uma ruptura com o modo de produção capitalista e suas ideologias referentes à facilitação da manutenção de seu projeto hegemônico. Esse contexto encontra fundamento na apologia do individualismo, o aumento do desemprego, da intensificação e da precarização do trabalho nos diferentes setores da economia. (NAVARRO; PADILHA, 2007).

É importante refletir sobre a concepção do trabalho como um elemento imprescindível para a construção da identidade do sujeito com base nas várias transformações no mundo produtivo, analisando quais articulações ainda são possíveis de serem estabelecidas entre os conceitos de identidade e trabalho, em um contexto em que são modificadas as construções identitárias. Para tanto, “é necessário ter em conta as contradições que permeiam a relação homem-trabalho contemporânea, como o caso de processos de inserção profissional morosos

e sofisticados, paralelamente a carreiras fugazes”. (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007, p. 34).

Os novos arranjos no mundo laboral ocorreram nos processos identitários dos trabalhadores quando estes passaram por momentos de transição e/ou interrupção profissional, provocados por demissões ou modificações nos vínculos laborais. Melhor dizendo, as trajetórias profissionais no processo de viver dos trabalhadores, “seja pelo tempo a elas dedicado, seja pela sua importância, fragmentações nesse percurso laboral se mesclam, inevitavelmente, à própria trajetória de construção identitária, que precisará ser retomada”. A mencionada vivência desse processo oportuniza refletir a respeito de ações e decisões no mundo profissional, levando a novas escolhas e à definição de novos direcionamentos nos âmbitos pessoal e profissional, restabelecendo uma continuidade. (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007, p. 35).

Cabe inferir que a flexibilização trazida pela reestruturação produtiva contribuiu para as novas exigências do mercado de trabalho, quais sejam, trabalhadores ágeis, abertos a mudanças a curto prazo, que assumam riscos continuamente e que dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais, estas não causam somente sobrecarga de trabalho para os que sobreviveram ao enxugamento dos cargos, mas acarreta grande impacto para a vida pessoal e familiar de todos os trabalhadores; sejam eles empregados ou desempregados. (NAVARRO; PADILHA, 2007).

Não obstante, Camargo sustenta que:

[...] as modificações no mundo do trabalho não significam transformações profundas nas relações sociais de produção. O trabalho permanece como categoria central de análise da materialidade histórica dos homens por que é a forma mais simples, mais objetiva, que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. A base das relações sociais são as relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho. Recuperar o sentido do trabalho criativo como instrumento eminentemente humano, como um processo de construção coletiva do sujeito social. Como ruptura com a propriedade privada, da socialização tanto dos meios de produção, como dos bens produzidos, rompendo a alienação e a perspectiva individual do lucro, permanece como central no debate contemporâneo. (CAMARGO, 2011, p. 13).

Pode-se inferir que os estudos que defendem a categoria trabalho como central na formação da sociedade, ainda encontram divergências, pois as discussões como demonstrado no estudo remetem a esse entendimento. Como diz Camargo (2011, p. 13) “[...] nos últimos anos negando a centralidade do trabalho, como a substituição do trabalho pela ciência, a mercadoria pela esfera comunicacional, da produção pela informação, segue sendo um debate permanente”.

Apesar de todas as transformações e inovações que vêm afetando o mundo laboral das sociedades contemporâneas, nessa tese adota-se a concepção que o trabalho ainda mantém a sua centralidade na vida do ser humano, embora com dimensões diferentes, pois é através dele que os homens se desenvolvem e criam suas relações sociais para se organizarem em sociedade. Constata-se que o capitalismo continua com as mesmas formas de produção, porém com novas roupagens. Nesse sentido, passa-se a tratar sobre a trajetória e atualidade do trabalho no Brasil.

3.3 Trajetória e atualidade do trabalho no Brasil

A organização societária mostrada na passagem do período feudal para o capitalismo não é homogênea e também não ocorreu simultaneamente em todos os países do mundo. Em outros países fora da Europa, como é o caso do Brasil, não houve feudalismo e a transição para o capitalismo foi realizada num regime escravocrata. Assim, quando os escravos livres passaram a ser trabalhadores assalariados nas indústrias ocorreu o fortalecimento da mudança para o sistema capitalista. Esse trabalho assalariado passou a ser conduzido por produção e surgiram outras estruturas sociais: a burguesia e o operariado. (CORRÊA, 2008).

Portanto, em nota ao período escravocrata, Martins (2005) salienta que a primeira forma de trabalho foi a escravidão. Nesse período o escravo era coisificado, não tendo garantias e nem direitos, a não ser o de trabalhar até o instante que deixasse de produzir.

O período escravocrata brasileiro era, essencialmente, uma economia rural, preponderantemente escravagista, afastando-se, portanto, dos moldes da liberdade fundados na Revolução Francesa em 1789. Essa situação foi modificada somente em 1888 com a abolição do trabalho escravo. No período que compreendeu a Proclamação da República, que vai de 1889 a 1930, o movimento operário ainda era incipiente, havia barreiras econômicas e sociais que limitavam o crescimento de movimentos trabalhistas. (VECCHI, 2009).

Já a partir de 1930, surge a proposta de introduzir o Brasil em uma sociedade industrializada, retirando-o de uma economia até então, predominantemente agrária. Esse cenário deu origem ao aparecimento de relações de trabalho regulamentadas, passa o país, assim, a experienciar um Estado intervencionista, que veio a regulamentar a “questão social”, porém, ainda não se pode falar em Estado de bem-estar social. (VECCHI, 2009).

A denominada Constituição Social do Brasil de 1934, acrescida da Carta Constitucional de 1937 e a Constituição de 1946 representam um marco expressivo de intervenção estatal no mundo do trabalho, todavia nesse período surgem as bases legais para

regulamentar as relações trabalhistas, as quais permaneceram inalteradas até a Constituição Cidadã de 1988. (VECCHI, 2009).

No período que compreende o pós-guerra até 1970, a economia brasileira já se baseava em atividades industriais, as quais vinham se firmando cada vez mais. Houve uma expansão da indústria de 44%, seguida dos serviços com aumento de 2,5% no produto total da economia, já a agropecuária teve um decréscimo de 36%. O crescimento mais significativo em relação a postos de trabalho foi constatado no setor de serviços, gerando, se comparado com a indústria, 20% a mais que esta. (MELO et al., 1998).

No século XX, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil trouxe, como relação social que se hegemonizou, o trabalho assalariado constituído em suas formas concretas pelos trabalhos “informais” e pelos trabalhadores “formais”. (DURÃES, 2002). Nesse período predominou o trabalho formal, ou seja, a atividade profissional registrada e oficializada no âmbito legal, na qual o indivíduo pode contar com a proteção e o amparo das leis trabalhistas, possuindo direitos como: salário mensal, férias, décimo terceiro salário, vale alimentação, vale transporte, dentre outros, que conforme a evolução científica e tecnológica faz evoluir em razão das condições laborais e as necessidades de adequação ao mundo contemporâneo do trabalho.

É oportuno salientar que somente na década de 1980 surge o novo perfil, que redefine o cenário, associado às transformações institucionais e abertura política. Também se evidenciou no período a crise econômica estrutural que se consubstanciou numa persistente estagnação do crescimento econômico. (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2011).

Antunes descreve que:

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 2006, p. 23).

Foram intensas as transformações ocorridas no mundo do trabalho, legislação, regulamentos, sindicatos, atingindo a materialidade e subjetividade da classe trabalhadora.

Assim, quando Fernando Collor de Mello torna-se presidente, na década de 1990, novas modalidades de política econômica de tipo neoliberal foram adotadas no Brasil. Ocorre o início as políticas de abertura econômica, vinculadas a inúmeras formas de flexibilização da

estrutura econômica e social e de altas taxas de juros, pressionando substancialmente o nível e o perfil do emprego. (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2011).

Como se observa:

[...] nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. (ANTUNES, 1999, p. 15).

Simultaneamente são observados movimentos de (des)sociabilização, ou seja, “novas e positivas dimensões de organização societal, como se a humanidade que trabalha estivesse prestes a atingir seu ponto mais avançado de sociabilidade”. A partir disso, se constituem formas de fetichização que compreendem o culto da sociedade democrática até a crença na desmercantilização da vida societal, melhor dizendo, é visualizado o fim do trabalho e a efetivação do tempo livre, parte integrante da estrutura global da reprodução societária da época. Essa mudança de paradigma no mundo trabalho atingiu a sociedade contemporânea de forma crítica envolvendo não só o Brasil como o Terceiro Mundo e os países capitalistas centrais. A lógica de mercado contribuiu para precarização do trabalho, aumento do exército industrial de reserva, diminuindo as vagas de emprego. (ANTUNES, 1999, p. 15).

O resultado bastante visível foi uma reestruturação (ou desestruturação) profunda do mercado de trabalho. Estas transformações associadas à abertura econômica, a inovações tecnológicas, a reestruturação industrial, a terceirização da economia e a flexibilização produtiva, trouxeram uma novidade na estrutura econômica capitalista, cujo epicentro está na maior racionalização na criação de empregos dada a nova estrutura tecnológica flexível do capitalismo global. Neste contexto, vários estudos têm procurado refletir sobre a reconfiguração de práticas anteriores (trabalho ao domicílio, trabalho ambulante, trabalho a tempo parcial, etc.) em novos contextos e sobretudo como e que se misturam, no mercado de trabalho, o formal e o informal, o regular e o atípico [...]. (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2011, p. 62).

Seguem os mesmos autores explicando que, o trabalho informal passou a figurar no cenário da economia urbana, sendo considerado de grande importância para a manutenção da ordem social, que poderia ser quebrada pela pressão dos excluídos do mundo de trabalho formal, melhor dizendo, sem a oportunidade de emprego poderiam rebelar-se. O crescimento

populacional e a complexidade das relações sociais e econômicas no meio urbano contribuíram para o desempenho de funções que, embora já existissem, se expandiram e diversificaram, constituindo-se como mecanismos de uma nova configuração do mundo de trabalho em sociedades globalizadas. (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2011).

A precarização se apresenta quando são analisadas as várias modalidades de flexibilização do trabalho. Com as novas condições de trabalho, os indivíduos estão sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se torna precariedade, sem nenhuma garantia de continuidade (VASAPOLLO, 2005). O mesmo autor ainda afirma que:

A flexibilização é governada pela ficção, pela fantasia, pela imaterialidade, pelo capital fictício, pelas imagens, pelo efêmero, pelo acaso, tanto nas técnicas de produção, nos mercados de trabalho, quanto nos setores de consumo. Esse processo vem levando a um aumento muito grande do “setor de serviços” e, ao mesmo tempo, como consequência principal, à elevação excessiva dos níveis de desemprego “estrutural”, caracterizado também por aumentos salariais nulos, porque, em termos reais, vêm sempre acompanhados da diminuição do poder sindical que havia caracterizado o regime fordista (VASAPOLLO, 2005, p. 373).

Dentre as formas de flexibilização (precarização), Antunes (2008) destaca a salarial, de horário, funcional ou organizativa, entre outras. Para ele a flexibilização pode ser entendida como

“liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2008, p. 6-7).

Em conformidade com o exposto, Guerra et al. comentam que:

[...] o cenário da condição salarial verificado na segunda metade do século XX demonstra uma *desestabilização dos estáveis*, uma precarização no trabalho, com baixo nível de proteção social. A precarização do emprego e o crescimento do desemprego correspondem a um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social: trabalhadores com cinquenta anos ou menos que não têm lugar no processo produtivo; jovens que buscam o primeiro emprego e que acumulam experiências em estágios e pequenos serviços; desempregados que se requalificam, sem resultado, ou seja, o déficit de lugares leva a presença na sociedade atual de um perfil de pessoas que podem ser consideradas “inúteis para o mundo”. Há assim, um processo de vulnerabilidade social, que tem como consequência o desemprego e a desfiliação. (2007, p. 6).

Antunes e Alves (2004) apresentam as principais mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho na era da mundialização do capital:

- 1) Redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista;
- 2) Aumento do novo proletariado fabril e de serviços nas várias modalidades de trabalho precarizado. Esse processo atinge também, ainda que de modo diferenciado, os países subordinados de industrialização intermediária, como é o caso do Brasil;
- 3) Aumento significativo do trabalho feminino, em diversos países avançados e também na América Latina. O salário médio das mulheres, no Brasil, está em torno de 60% do salário dos trabalhadores (NOGUEIRA, 2006);
- 4) Aumento dos assalariados médios no “setor de serviços” que absorveu parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial;
- 5) Crescente exclusão dos jovens com idade de ingresso no mundo do trabalho;
- 6) Exclusão das pessoas consideradas “idosas” pelo capital, com idade próxima de 40 anos;
- 7) Crescente expansão do trabalho no chamando “Terceiro Setor” que engloba empresas de perfil mais comunitário;
- 8) Expansão do trabalho em domicílio que se tornou possível pela desconcentração do processo produtivo e pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas;
- 9) Transnacionalização do mundo do trabalho. Assim como o capital se transnacionalizou, o mundo do trabalho também ampliou suas fronteiras para a esfera internacional.

Nota-se que, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se. Em alguns setores ela se tornou mais capacitada e intelectualizada, entretanto, esta realidade não se expandiu a outros, resultando numa mão de obra mais desqualificada e precarizada. Assim, tem-se de um lado, em escala menor, o trabalhador polivalente e multifuncional da era informacional e, de outro, uma grande massa de trabalhadores sem qualificação e precarizadas, que atualmente possuem um emprego *part-time*, temporário, parcial ou estão desempregadas. (ANTUNES, 2006).

Pode-se exemplificar a referida nova configuração, com o trabalho ambulante, o qual mesmo já existindo no Brasil como meio de sobrevivência para populações vulneráveis e/ou

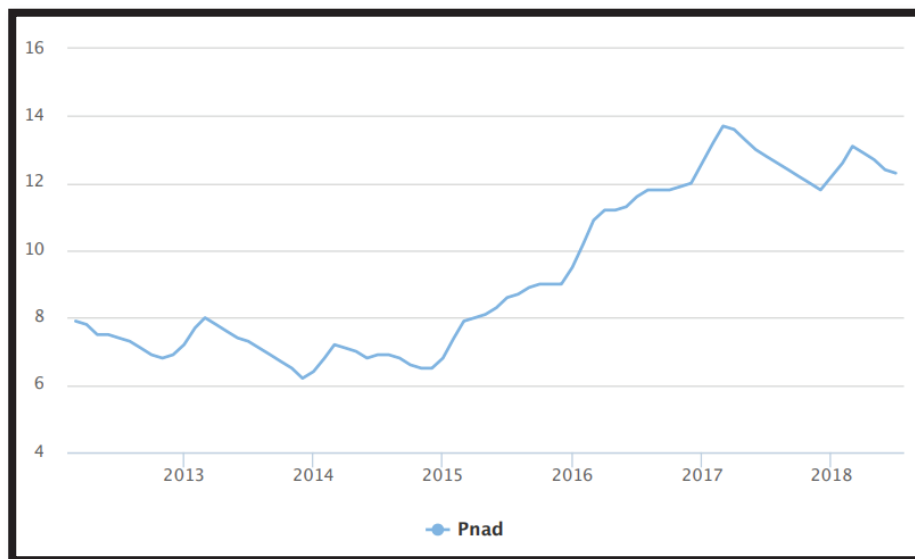
afastadas do trabalho formal, a partir da lógica capitalista passou a ser um meio cada vez mais evidente de empreendedorismo. Desse modo, a informalidade passa a ser redefinida para situação de trabalho, carregando características de inclusão nas relações produtivas e da proteção social.

Gennari e Albuquerque informam que:

Na passagem do milênio, os dados do IBGE (2010) demonstram que 56% dos trabalhadores estavam na informalidade. Segundo os mesmos dados, no início da primeira década, inicia-se uma tendência de descida: a taxa de informalidade em 2001 e de 55,2%, em 2002 de 55,3%, em 2008 de 49,2%, chegando em 2009, último dado disponível, a 48,7%, em consonância com a melhoria de outros indicadores macroeconômicos do período. (2011, p. 63).

Acompanhando as colocações de Gennari e Albuquerque (2011), destacam-se os dados sobre a taxa e a variação da taxa de desemprego no Brasil, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2018), revelando o significativo crescimento desse indicador a partir de 2012 até 2018.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego no Brasil



Fonte: IBGE/PNAD Contínua, 2018.

No Quadro 2 apresentam-se os índices percentuais de variação da taxa de desemprego referente ao período de março de 2012 a julho de 2018, comprovando o exposto no Gráfico 1.

Quadro 2 – Variação da taxa de desemprego no Brasil

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2012	-	-	7,90	7,80	7,50	7,50	7,40	7,30	7,10	6,90	6,80	6,90
2013	7,20	7,70	8,00	7,80	7,60	7,40	7,30	7,10	6,90	6,70	6,50	6,20
2014	6,40	6,80	7,20	7,10	7,00	6,80	6,90	6,90	6,80	6,60	6,50	6,50
2015	6,80	7,40	7,90	8,00	8,10	8,30	8,60	8,70	8,90	9,00	9,00	9,00
2016	9,50	10,20	10,90	11,20	11,20	11,30	11,60	11,80	11,80	11,80	11,90	12,00
2017	12,60	13,20	13,70	13,60	13,30	13,00	12,80	12,60	12,40	12,20	12,00	11,80
2018	12,20	12,60	13,10	12,90	12,70	12,40	12,30	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/PNAD Contínua, 2018.

Destaca-se que as dinâmicas política e econômica que fazem parte do cotidiano nacional, contribuem para construir um abismo social e econômico, permitindo que os destituídos de condições a sua própria subsistência acabem cedendo ao sistema como única forma de inclusão, na sociedade atual. Mesmo que ceder ao sistema não lhes garanta a inclusão total, pois a dinâmica atual consiste na inclusão e exclusão de indivíduos “para a manutenção do sistema capitalista, dando a ideia de que todos esses processos que materializam na sociedade são funcionais, o que não é verdade”. (MATIAS, 2004, p. 177).

O Brasil adentra no século XXI com políticas de mudança ainda frágeis e ineficientes, perpetuando o país como uma das nações mais desiguais do mundo e também com elevados níveis de pobreza. Barros, Henrique e Mendonça (2000, p. 123) argumentam que o estado brasileiro está “exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania”.

Inegáveis são as transformações que a sociedade contemporânea sofre, pois, o século XX foi marcado por significativas mudanças, dentre as quais, “a relação dos homens com o meio em que estão inseridos e dos homens com os próprios homens”. Também, ocorrem mudanças nos processos socioeconômicos e políticos, os quais contribuíram para uma nova dinâmica no espaço, “determinando às vezes as relações homem/homem, homem/mundo, homem/natureza, transformando assim o cotidiano dos cidadãos modernos no espaço geográfico”. (MATIAS, 2004, p. 177).

Existem processos que se materializam na sociedade e no espaço, evidentes no cotidiano da população e adentrando o século XXI, “massificada pelos mesmos processos capitalistas que dominaram o século passado e que agora chegam até nós com uma nova

embalagem, denominada de globalização”. (MATIAS, 2004, p. 177). Consequentemente, a exploração do trabalho humano no capitalismo é um condicionante do acesso na medida em que produz alienação, significa dizer que o trabalhador dedica sua vida à venda do trabalho bruto, sem um saber sistematizado agregado, visando unicamente sua sobrevivência física e de sua família. Contudo, esse trabalho não lhe garante acesso a recursos financeiros, habilidades e competências que oportunizem acesso ao capital cultural e social da sociedade. “Marx definiu esta questão como fator promotor da desigualdade social”. (BONETI, 2006, p. 200).

Boneti menciona que:

No Brasil, muitas práticas de sobrevivência utilizadas hoje, até há poucas décadas não eram consideradas pela sociedade. É o caso das pessoas que ganham a vida procurando no lixo objetos de pequeno valor de venda (os catadores de lixo); ou aquelas que ganham a vida vigiando ou lavando automóveis no meio da rua (os vigias de automóveis, flanelinhas); ou aquelas que oferecem seus serviços para carregar volumes nas rodoviárias ou em feiras livres; ou as que montam barracas na rua para negociar com produtos diversos (os “camelôs”, por exemplo), etc. (BONETI, 2006, p. 203).

A globalização potencializou ou causou um processo de reorganização econômica, e consequentemente polarizou o mundo do trabalho e do emprego. Deu origem às desigualdades socioeconômicas que se evidenciam na sociedade brasileira.

Assim sendo, em um dos polos, identifica-se o incremento de situações de precariedade laboral e social que penalizam os mais vulneráveis, os quais não dominam a informação, ficando sujeitos a situações de exploração e submissão, como é o caso dos trabalhadores imigrantes ilegais, aqueles que se sujeitam ao trabalho escravo, justamente pela falta de conhecimento, então explorados em seu próprio país. E devido à fragilidade social, não possuem a menor possibilidade de inverter o ciclo de precarização a que são submetidos. (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2011).

O outro polo abrange a “nova elite socioprofissional”, já adaptada, com habilidades e competências alinhadas ao mundo do trabalho, que transita na escala global com naturalidade. (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2011, p. 57). Pode-se, enfim, inferir que a realidade dos polos descritos contribui para aumentar as desigualdades espaciais existentes hoje no Brasil, seja nas dimensões, econômica, sociais, culturais, laborais..., permitindo, assim, que o ciclo de precarização se renove gradativamente. O maior desafio da humanidade é dar sentido ao trabalho humano e também tornar nossa vida dotada de sentido. Constituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho (ANTUNES, 2008).

A globalização precarizou as condições de trabalho flexibilizando direitos essenciais, o que de certa forma contribuiu para a informalidade, para trabalhos temporários. Isso ameaçou o trabalho assalariado e atingiu principalmente as populações em situação de vulnerabilidade, demandando políticas que assegurem os seus direitos.

Com o objetivo de atender àqueles que se encontram excluídos do mundo do trabalho é que se faz de extrema importância a política de assistência social, pois é por meio de suas ações que os direitos sociais podem ser alcançados, por cidadãos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Daí a tênue linha que aproxima trabalho e assistência social. Mesmo mediante questionamentos e divergências sobre as fronteiras que os separam, é por meio da assistência social que o Brasil vem minimizando e visualizando a necessidade de efetivar as Políticas Sociais, como será demonstrado no capítulo seguinte.

4 DO MODELO DE ESTADO ÀS AÇÕES DE POLÍTICAS SOCIAIS

Demonstra-se neste estudo que existe uma relação entre Estado e políticas sociais que visem gerar oportunidades de trabalho e renda. Essas políticas procuram contribuir significativamente para a redução das desigualdades e da pobreza, assim como na efetivação de uma sociedade mais justa e igualitária. Desse modo, considera-se relevante analisar o modelo de Estado de Bem-Estar-Social e a construção das políticas sociais brasileiras, com foco no PBF.

4.1 Estado de Bem-Estar Social

O propósito da análise envolve as políticas sociais e o Estado de Bem-Estar sob o prisma da proteção aos cidadãos, com uma reflexão sobre os efeitos do desenvolvimento econômico na perspectiva do sistema de proteção social. (DRAIBE; RIESCO, 2011).

A questão social surge no século XIX, período da Revolução Industrial nos países europeus, indo de encontro à ordem e às instituições liberal-burguesas. Esse cenário tem origem no Estado Capitalista regulador. (ALVES; VILELA; RODRIGUES, 2013). Na concepção de Iamamoto (2004), a questão social é vinculada às desigualdades da sociedade capitalista, fazendo surgir a necessidade de investir em políticas sociais, para articular as relações entre as classes e o Estado. A princípio destaca-se que:

O chamado estado de bem-estar social foi o modelo típico de organização estatal dos países capitalistas desenvolvidos principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. A função básica desse modelo era fornecer a todos os cidadãos, na forma de um direito, e não como “caridade”, padrões mínimos de renda, saúde, alimentação, educação e segurança, dentre outras áreas sociais. O estado tornou-se, assim, o responsável por garantir a proteção desses padrões, atuando diretamente na sociedade e na economia. [...] É curioso notar o porquê do fortalecimento e da expansão do estado de bem-estar social ter acontecido apenas após a Segunda Guerra Mundial, se considerarmos que desde o final do século XIX este modelo já existia (na Alemanha, por exemplo) e que desde o início do século XX vários países europeus já criavam políticas de proteção a idosos e a mulheres [...]. Mesmo com o relativo fortalecimento do estado na década de 1930, devido à crise de 1929, quando as estruturas estatais viram-se responsáveis por reerguer a economia de seus países, foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que este modelo se desenvolveu e atingiu o seu auge. (SILVA, 2008, p. 7-8).

O termo *Welfare State* foi criado na década de 1940 e o Plano Beveridge foi o primeiro documento a marcar seus princípios, embora as interpretações analíticas sobre o *Welfare State* sejam distintas, o fato é que elas gravitam no plano da ética, filosofia, política,

economia e direito, ou seja, existe uma visão interdisciplinar teórica e metodológica. (NOGUEIRA, 2001). O mencionado Plano Beveridge é referenciado como marco na concepção de atendimento social, em que unifica a assistência e o seguro social e cria a seguridade social. Observe-se que:

Em 1942, na Inglaterra, foi apresentado o Plano Beveridge, que trazia ações destinadas à assistência da pobreza e relativas a seguro social, constituindo-se numa ação mais completa de política social. Esquemas de seguridade e tributação organizados pelo Estado protegeriam todos os cidadãos contra as cinco grandes pragas da humanidade: escassez, doença, ignorância, miséria e ociosidade [...]. A efetiva implantação ocorreu no ano de 1946, com a criação do Sistema Nacional de Saúde [...]. Nesta mesma linha, o *New Deal*, plano que implantou uma série de medidas intervencionistas nas áreas econômica e social nos Estados Unidos (1933 a 1937), tinha na concepção a atuação do Estado como fator de proteção aos mais necessitados. (CRESTANI; OLIVEIRA, 2018, p. 302).

Portanto, o Plano Beveridge e o *New Deal* proporcionaram ao Estado compreender a importância de proteger preventivamente a população desfavorecida, assegurando recursos mínimos. Na época, a busca consistia numa cobertura obrigatória e universal, que garantisse benefícios independentemente de contribuições prévias, concepção que se torna mais evidente após a crise econômica de 1929 e as duas guerras mundiais. (CRESTANI; OLIVEIRA, 2018). Especificamente, em relação ao Plano Beveridge, cabe dizer que ele transformou a percepção sobre as políticas sociais e sua implantação é considerada o marco do Estado de Bem-Estar. A relação Estado, mercado e sociedade passou a vigorar de maneira diferente, “o termo Estado de Bem-Estar foi empregado durante a segunda guerra mundial, para diferenciar as democracias liberais opostas aos regimes fascistas e nazistas”. (CRESTANI; OLIVEIRA, 2018, p. 302). Depois desse período, nota-se que:

[...] o termo Estado de Bem-Estar se identificou com os países ocidentais em desenvolvimento que adotavam políticas sociais e econômicas visando a proteção social [...]. A concepção de um Estado de Bem-Estar ou Estado Social mudou a maneira de o Estado interpretar as necessidades causadas na sociedade pela pressão negativa do mercado. É o Estado identificando que não pode deixar o indivíduo a mercê dos movimentos do mercado, necessitando agir preventivamente e a posteriori, para diminuir o impacto nas vidas dos indivíduos. (CRESTANI; OLIVEIRA, 2018, p. 302).

Numa análise sob outro prisma, a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo geraram problemas, desestruturando a vida social, ao convencer a população, originariamente, do campo que veio para cidades, passando a viver nas periferias, que o assalariamento significava a satisfação de necessidades básicas, assegurando dentre outras coisas, a segurança

contra os riscos por meio de programas sociais que tinham esse fim, além de atender parte das suas exigências de sobrevivência, concepção alinhada a Offe. Com base nas ideias de Giddens, as fontes estruturais do *Welfare State*, ou seja, os seus elementos básicos, centrais, já se destacavam bem antes da Primeira Guerra Mundial, voltando-se à necessidade de enfrentar a questão do desemprego em massa. (NOGUEIRA, 2001).

Mishra (1990) comenta que antes de 1950, não é possível falar em Estado de Bem-Estar Social, nem sobre a ruptura deste, baseado somente na evolução da política social, pois esta:

[...] por si só já adquire uma nova dimensão ao ser pensada com base no reconhecimento de direitos dos cidadãos e não mais apenas com base na condição de trabalhador e dos seus beneficiários. [...] associa o novo padrão ou paradigma a mudanças que ocorrem simultaneamente no plano da regulamentação da economia de mercado e a afirmação hegemônica das políticas econômicas ativas de inspiração keynesiana. Para ele não há como dissociar os serviços sociais universais, o objetivo de redistribuição e interação das rendas do objetivo maior do pleno emprego que norteou as políticas econômicas nacionais até os anos 80. (apud FIORI, 1997, p. 4-5).

Para Fiori (1997), Offe acrescenta novas dimensões ao conceito e à prática do *welfare*, deixando evidente sua inscrição como peça fundamental de um contexto que vigorou durante os trinta anos da denominada “era de ouro do capitalismo”. Seus estudos permitem identificar quatro situações nas quais se fundamentam a viabilidade e o sucesso dos *welfare* contemporâneos:

A primeira constituída pelos fatores materiais ou econômicos que se manifestaram nas seguintes formas: da generalização do paradigma fordista; da existência de um consenso suprapartidário em torno aos valores do crescimento e do pleno emprego; de um consenso paralelo em torno às políticas keynesianas; da manutenção de um ritmo de crescimento econômico constante e sem precedentes na história capitalista; o que, por causa disso e por sua vez, permitiu ganhos fiscais crescentes que foram alocados por coalizões políticas socialmente orientadas, mesmo quando não fosse o caso de governos controlados diretamente pelos social-democratas. A segunda era constituída pelo "ambiente" econômico global criado pelos acordos de Bretton Woods e que abria espaço para uma conciliação entre o desenvolvimento dos *welfare* e a estabilidade da economia internacional. A terceira, constituída, inicialmente, pelo "clima" de solidariedade nacional que instalou-se logo depois da guerra dentro dos países vencedores e vencidos, e, logo depois, pela solidariedade supranacional gerada pelo novo quadro geopolítico. A nova situação ao bipolarizar ideologicamente os conflitos mundiais entre duas propostas excludentes de organização econômica e social, criaram os estímulos ou receios necessários para consolidar as convicções "socialmente orientadas" de todos os governos, aí incluídos os conservadores os democrata-cristãos e os liberais. A quarta, constituída pelo avanço das democracias partidárias e de massa que, pelo menos nos países centrais – onde de fato pode-se falar de *welfare* –, permitiu que a concorrência eleitoral aumentasse o peso e a importância das reivindicações dos trabalhadores – e dos seus

sindicatos e partidos – e dos demais setores sociais interessados no desenvolvimento dos sistemas de *welfare states*. (FIORI, 1997, p. 134-135).

É verdade que o Brasil tem como marco legal, no que se refere à construção de um aparato de bem-estar, a Constituição de 1988, considerada tardia, quando comparada aos países centrais, contudo, ocorre no período de queda do consenso do *welfare* e prevalência do consenso de Washington, momento em que as políticas sociais vinham sendo retraídas. (LOBATO, 2016). Ainda, segundo o mesmo autor:

Principalmente durante os anos de 1990, foram apresentadas ao País várias das propostas editadas pelas agências internacionais para o enfrentamento dessa crise. Mas o Brasil não acompanhou integralmente as reformas levadas a cabo na América Latina durante os anos de 1990. As estruturas de políticas sociais previstas na Constituição não foram quebradas; ao contrário, foram, em grande parte, implementadas. Nesse sentido, o Brasil acompanhou mais o processo de *retração* das políticas de *welfare* originário do que a radicalidade das reformas latino-americanas. Houve, contudo, uma corrosão dessas estruturas ao longo das décadas que se seguiram, gerando uma complexa dinâmica de direitos segmentados, políticas focalizadas de grande potência sem relação com as políticas universais, baixa relação com a política econômica, o que causou sérios constrangimentos ao financiamento, e privatização ‘por dentro’ dos sistemas, ou seja, por meio da preferência contínua à compra de serviços ao setor privado. (LOBATO, 2016, p. 89).

Convém salientar que, com a Constituição Federal de 1988, ocorreu uma transformação na história das políticas públicas sociais:

Havia, no Brasil, um modelo seletivo e residual, o qual mudou para políticas públicas mais universalistas. Houve uma melhor definição quanto à responsabilização dos governos na aplicação das políticas públicas. A crítica em relação à mudança constitucional diz respeito ao fato de que a execução de muitos serviços públicos foi transferida para os Estados e Municípios, sem que tenha ocorrido o devido aporte de recursos para o atendimento destas competências. Esta descentralização político-administrativa [...] propiciaria, de maneira geral, uma maior aproximação entre demandas, demandantes e decisões no âmbito das políticas sociais. [...] que vem ocorrendo, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, uma municipalização do *welfare state*. (CRESTANI; OLIVEIRA, 2018, p. 308).

A Constituição Federal de 1988 inovou na área social ao efetivar direitos e garantias inerentes aos direitos sociais. Induzindo a uma nova estrutura social, colocando o Estado a atuar de maneira mais efetiva e com caráter universalista. Os direitos sociais passaram a ser garantidos pela Constituição por meio de previsões normativas, as quais asseguram o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, quando passa a atingir um número maior de pessoas e torna mais eficazes as políticas sociais. (CRESTANI; OLIVEIRA, 2018).

Já é possível identificar que no Brasil as políticas sociais foram sempre associadas aos projetos de desenvolvimento econômico de diferentes regimes políticos, ficando em um plano secundário a criação de ações para a melhoria das condições de vida e assegurar o mínimo de igualdade social. Nesse sentido, a cidadania era alicerçada na necessidade de legitimar diferentes regimes, cenário que contribuiu para que os direitos sociais não tivessem eficácia, quanto à universalidade e à igualdade, prevalecendo a cidadania regulada. Nesta, “o acesso a direitos dependia da inserção no mercado formal de trabalho, com privilégio aos setores urbanos e indispensáveis ao processo de industrialização”. (LOBATO, 2016, p. 89)

Assim, acessos à saúde, à educação e à assistência social tornaram-se um direito universal, inexistindo critérios para garanti-los, ou seja, o cidadão não precisava estar empregado, como no modelo que vigorava, em que o acesso estava vinculado ao cidadão estar no mercado formal de trabalho. Visando ser protagonista no acesso aos direitos sociais aparecem em destaque as Políticas de Assistência Social no Brasil.

4.2 Políticas de Assistência Social no Brasil

Há muitas décadas, a assistência social tem sido uma forma de intervenção estatal no enfrentamento da questão social. O aumento da desigualdade, da exclusão e da pobreza, frutos do processo intenso da acumulação capitalista nas sociedades, retrata um cenário dependente da ação assistencial do Estado para mediar os conflitos sociais que se encontram presentes nas melindrosas sentenças das relações capital/trabalho. No entanto, a sua conversão em política pública de direito ainda pode ser considerada bastante recente, pois ocorreu somente em 1988. (MARTINS, 2016).

Para se compreender a trajetória da política de assistência social torna-se oportuno evidenciar que ela se concebe a partir de duas tendências: “a primeira a vincula à ação assistencial ou assistencialista, ligada à caridade, ao humanismo cristão, à noção de favor, ajuda e benevolência”. A segunda relaciona “a assistência social ao trabalho, voltada para atender necessidades dos trabalhadores a partir de suas reivindicações pelo reconhecimento de sua cidadania, a partir da intervenção estatal”. (MARTINS, 2016, p. 49).

No Brasil, até 1930 a pobreza não era vista como uma expressão da questão social, mas como um distúrbio pessoal dos indivíduos, ou seja, uma incapacidade pessoal. Dessa forma, o pauperismo era tratado como uma doença e as pessoas pobres eram encaminhadas para o asilamento ou internação, transformando-as em carentes e necessitadas da benemerência e da filantropia. De acordo com Sposati et al.:

[...] os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. O resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regra, esta trajetória inicial unificada. (1998, p. 42).

Foi a partir de 1930, com a crise mundial do capitalismo, que o Estado passa a se repositonar perante a sociedade, inserindo-se na relação capital/trabalho, o que será primordial para a acumulação, consolidação e expansão do capital. Assim, no Brasil, o Estado passará a assumir e reconhecer gradativamente a pobreza como uma questão social a ser resolvida sob a sua direção. É importante mencionar que já em 1923, a Lei Elói Chaves (Lei nº 4.682/1923) deu origem à Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP) para os funcionários. Também, antes de 1930, os portuários e marítimos (Lei nº 5.109/1926) e os telegráficos e radiotelegráficos (Lei nº 5.485/1928) já recebiam benefícios do seguro social. (SPOSATI et al., 1998).

De acordo com Behring e Boschetti (2011) os anos de 1930 e 1943 podem ser caracterizados como os anos de iniciação da política social no Brasil. Muitos historiadores e intelectuais interpretam o movimento de 1930 como uma revolução burguesa no Brasil, com o desenvolvimento da indústria, mas, sem dúvida foi “um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil” (p. 105). Esse período culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo, que se destacou como um Estado de compromisso que estimulou profundas mudanças na sociedade brasileira.

Destarte, com o reconhecimento da legitimidade da questão social nas relações entre capital e trabalho, o governo Vargas procurou enquadrá-las juridicamente, com o objetivo de desmobilizar a classe operária e regular as tensões entre as classes sociais, criando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de caráter controlador e paternalista. (YAZBEK, 2012).

O Ministério do Trabalho foi criado em 1930 e a Carteira de Trabalho em 1932. Esta passou a ser o documento da cidadania no país. Porém, somente as pessoas que possuíam um emprego formal, ou seja, registrado em carteira é que eram portadoras de alguns direitos. Assim, o Estado Social brasileiro apresenta seu caráter corporativo e fragmentado, o que contraria a perspectiva de universalização de inspiração Beveridiana. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O sistema público de previdência, iniciado em 1930 com as CAPs se expandem e passam a cobrir riscos ligados à perda da capacidade laborativa, como velhice, morte, invalidez e doença, nas categorias estratégicas de trabalhadores, com a apresentação de planos pouco uniformizados e orientados pela lógica contributiva do seguro. Ainda em 1930, foi instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública e também o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo de Ensino Comercial. Até o momento não havia uma política nacional de saúde, que teve início nesse período com a intervenção efetiva do Estado, que ocorreu a partir de dois eixos: a saúde pública (restrita a campanhas sanitárias) e a medicina previdenciária (ligada as CAPs para as categorias que tinham acesso a elas). (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Como se pode observar, grande parte dos benefícios sociais estava voltada para o trabalho formal. Como a grande maioria da população não possuía vínculo empregatício, poucos tinham acesso a esses benefícios. Para Sposati (2007, p. 12) “no pensamento idealizado liberal permanecia a ideia moral pela qual atribuir benefícios ao trabalhador formal era um modo de disciplinar e incentivar a trabalhar o trabalhador informal, tido por vadio”. Assim, aos que não possuíam um trabalho formal somente restava a caridade das instituições filantrópicas. Os trabalhadores rurais também estavam desprotegidos nessa época porque o acesso às políticas sociais somente era proporcionado aos trabalhadores urbanos. Assim, até esse momento, pode-se dizer que a assistência social não possuía qualquer visibilidade e a atuação do governo era praticamente inexistente.

A primeira grande regulação da assistência social ocorreu em 1938 quando Getúlio Vargas instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Segundo Mestriner:

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. (2001, p. 57-58).

Nesse momento as relações entre o Estado e os segmentos da elite (homens e senhoras considerados bons) são seladas e também será avaliado o mérito do Estado em conceder auxílios e subvenções a organizações da sociedade civil, destinadas ao amparo legal, que é tido como uma concepção de assistência social, porém identificado com benemerência. Assim, o CNSS foi a primeira grande regulamentação da assistência social na burocracia do

estado brasileiro. (MESTRINER, 2001). Contudo, o CNSS caracterizou-se pela manipulação de verbas e subvenções e mecanismo de clientelismo político.

Alguns anos depois, suas funções passariam a ser exercidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) que foi a primeira grande instituição nacional de assistência social marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo.

A relação da assistência social com o sentimento patriótico foi exponenciada quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira – combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência – LBA. A ideia de legião era a de um corpo de luta em campo, ação. (SPOSATI, 2007, p. 19).

Em 1942, a LBA se torna uma sociedade civil sem fins lucrativos, destinada a agregar as organizações de boa vontade. Assim, a assistência social é vista como uma ação social, ou seja, um ato de vontade e não direito de cidadania, demonstrando um vínculo emergencial e assistencial, marco que predomina no percurso da assistência social. (SPOSATI, 2007).

Com o passar do tempo as formas de assistência social baseadas na filantropia e na benemerência evoluem e passam a atuar no amparo e apoio às famílias, em campanhas de higiene, na manutenção de creches, orfanatos e instituições carentes, na orientação maternal, na assistência médico-odontológica, entre outros, além de programas de combate à pobreza. Ainda no âmbito da Assistência Social foram desenvolvidas políticas para a infância, para a adolescência, para idosos, para necessitados e grupos vulneráveis (YAZBEK, 2012).

De acordo com Sposati et al. (1998), na década de 1950 o governo brasileiro estava preocupado em reconstruir o cenário do pós-guerra, almejando se libertar do colonialismo e impugnar o comunismo em defesa da expansão do capitalismo internacional. Esse panorama exigiu um processo de modernização e ampliação das políticas sociais. Assim, pode-se dizer que:

A assistência adquire, no discurso governamental, nova amplitude. Além dos programas de pronto-socorro social, destinados aos hipossuficientes economicamente, abarcará a prestação de serviços sociais básicos. Abarcará, igualmente, sob égide da ONU, os programas de desenvolvimento comunitário destinados às comunidades e regiões com “*problemas de estagnação*” socioeconômica (SPOSATI et al., 1998, p. 47).

Essas ações tinham por objetivo tornar os indivíduos menos dependentes e integrar os mesmos no mercado de trabalho e na sociedade, com a promessa de ascensão social e

econômica. Nos anos de 1960, iniciaram-se os programas sociais nacionais, como por exemplo, alfabetização de adultos, educação de base (criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB) e outros programas de desenvolvimento comunitário, além das ligas camponesas da zona rural. (SPOSATI et al., 1998).

Também na década de 1960 houve a criação do Estatuto do Trabalhador, surgimento do 13º salário e a propagação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). No campo da Saúde houve a criação de um novo Código Sanitário. Dessa forma, levando em consideração o contexto de disputa de projetos societários, pode-se dizer que a década de 1960 se constituiu um período decisório para o destino das políticas sociais brasileiras. De um lado, encontrava-se a política nacionalista de João Goulart, cujo principal objetivo era a realização das reformas de bases (reforma agrária, tributária e fiscal, bancária e urbana) de interesse dos trabalhadores; e de outro, encontrava-se a burguesia aliada ao capital internacional. (MARTINS, 2016).

O radicalismo do discurso de João Goulart fez com que as classes médias urbanas passassem a apoiar o golpe militar de 1964. A partir disso, entra em cena o discurso internacional e modernizador que contribuiu para a expansão do capital estrangeiro no Brasil. Essa política modernizadora e desenvolvimentista desse período trouxe o encolhimento no nível de vida dos trabalhadores assalariados, bem como a expansão da exploração e exclusão social nos setores trabalhistas do país. (MARTINS, 2016).

O Brasil, no período ditatorial, foi marcado pelo ideário desenvolvimentista e as políticas sociais tinham o propósito de atender aos interesses econômicos e empresariais. Também passaram a se configurar como ações assistencialistas, visando atender aos interesses do capital e a reprimir as angústias dos trabalhadores. Nesse período foram criados o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). (MARTINS, 2016).

Para Yazbek (2012) a partir de 1970 as circunstâncias começaram a mudar. Houve um avanço organizativo da sociedade civil, principalmente dos movimentos sociais, na luta pela redemocratização e pela retomada do Estado democrático de direito. O movimento sindical, bem como as organizações populares e associações comunitárias cresceram e se fortaleceram passando a se expressarem através de greves, reivindicações coletivas, movimentos contra a carestia, movimento por eleição direta para Presidente da República, pelo respeito a direitos humanos, entre vários outros.

Os anos 1980 foram marcados por diversas mobilizações sociais, foi uma década de efervescência para os movimentos sociais, que exigiam direitos sociais, trabalhistas,

a volta da ordem democrática e de eleições diretas. Esta década representou ainda avanços significativos para o mundo do trabalho. Até este momento no país a Assistência Social é entendida como um dever moral por meio de ações emergenciais, fragmentadas e assumidas por entidades religiosas dentre outras. Dessa forma, o clientelismo reafirma no campo da Assistência Social a fragilização da ideia do direito enfatizando o favor. Mas a década de 1980 é um importante marco histórico para Assistência Social, visto que com a promulgação da Constituição Federal em 1988 a Assistência Social é instituída enquanto uma política social pública não contributiva, direcionada para quem dela necessitar, ou seja, destinada àqueles que não possuem meios suficientes de satisfazer suas necessidades. (SILVA, 2012, p. 25-26).

Destarte, é somente a partir da Constituição Federal de 1988 que as políticas sociais são vistas como políticas públicas de fato, com o objetivo de assegurar aos cidadãos os direitos e as proteções necessárias para que possam ter condições dignas de vida. Também, é importante mencionar que é a partir desse momento que a assistência passa a ser reconhecida como um direito social. Isso irá gerar uma grande repercussão no âmbito das políticas sociais, conforme se verá a seguir.

4.2.1 Assistência Social pós 1988

O marco histórico para a Política de Assistência Social foi a Constituição Federal de 1988, quando ela passa a ser interpretada como Política Pública, inserida na categoria de Seguridade Social junto à Política de Saúde e da Previdência Social. Em seu artigo 203², a Constituição Federal de 1988, expressa sobre seus objetivos. A Seguridade Social passa a ser constituída pelo tripé Saúde, Previdência e Assistência Social, sendo considerada universal, uniforme e equivalente para a sociedade. Quanto à cobertura de atendimento, a Constituição Federal de 1988, dispõe no artigo 194, inciso I e II:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. [...] I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais [...] (BRASIL, 1988).

² Art. 203. A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a promoção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

Pereira (2006) ratifica que a Constituição de 1988 avançou ao incluir as políticas de Saúde e Assistência Social, de caráter distributivo, e a Previdência, de caráter contributivo, compondo o tripé da Seguridade Social. As concepções de Draibe permitem mencionar que:

Concebendo essas três políticas como um conjunto integrado de proteção social pública, na perspectiva da cidadania, a Constituição introduziu, de fato, tanto do ponto de vista conceitual quanto do arranjo institucional, inovações na experiência brasileira de bem-estar. Assim, além de considerar tais políticas como mecanismos imprescindíveis de concretização de direitos, concebeu um novo modelo de financiamento da área, apoiado em fundo e orçamento únicos, e redefiniu benefícios e formas de organização pautadas pelo princípio da universalização. (PEREIRA, 2006, p. 155).

De forma resumida, os avanços da Constituição de 1988 no âmbito da proteção social e sob a responsabilidade do Estado foram: instauração da Seguridade Social como sistema básico de proteção social; criação do Sistema Único de Saúde (SUS); reconhecimento da Assistência Social como política pública, assegurando para as pessoas mais vulneráveis o direito de acesso a serviços públicos e, também, para idosos e portadores de deficiência, em situação de extrema pobreza, o direito de acesso à renda; instituição do direito de aposentadoria não integralmente contributiva, especialmente para trabalhadores da zona rural; inclusão do seguro-desemprego como direito social do trabalhador, entre outros. (RODRIGUES; BELLINI, 2010).

A Assistência Social é considerada um avanço nas políticas sociais brasileiras, direcionadas à garantia da dignidade da pessoa humana, à qual precisa ter assegurado seus direitos fundamentais sociais. Nesse sentido, “a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, lei 8.742/93 vem respaldar e dar legitimidade para a Assistência Social numa perspectiva de universalidade, igualdade e participação popular na sua gestão”. (FONSECA et al., 2009, p. 4). Posteriormente, Ghizzo e Vasconcellos mencionam que:

no ano de 1997, foi aprovada a Norma Operacional Básica (NOB) onde a Política de Assistência Social é vista como um sistema descentralizado e participativo no âmbito da competência do governo federal, estadual e municipal, assim como regulariza, através de exigência formulada pela LOAS, de os municípios, implantarem os conselhos, os planos de Assistência Social e os fundos, para receberem recursos federais. A Política de Assistência Social, sempre foi visualizada e confundida com práticas caritativas e beneficentes, visto o contexto histórico de sua implementação, em especial no Brasil onde esteve sempre atrelada ao primeiro damismo e a caridade religiosa. Portanto, ainda se faz necessário que a Política de Assistência Social ganhe visibilidade, esteja articulada com as demais políticas sociais, rompendo com o caráter marginal através da superação de práticas assistencialistas. (2015, p. 5)

Seguindo-se a trajetória jurídica que alicerça a Política de Assistência Social no Brasil, no ano de 2004, ocorreu a aprovação da resolução n.º 145/04 no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS:

[...] junto com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, a implantação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em que foi deliberada a construção e a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, este, considerado um novo modelo de gestão de política pública “descentralizado e participativo”, constituído na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais, de acordo com sua lei de criação. [...]. (FONSECA et al., 2009, p. 4).

Embora consideradas contraditórias, as políticas sociais representam a melhor maneira de enfrentar as situações de vulnerabilidade social, fruto da relação capital e trabalho. Contudo, é preciso avançar para conquistar a igualdade social. Para melhor compreensão, registre-se que:

O SUAS pode ser utilizado por gestores em diversas maneiras de gerir projetos, planos e programas, desde que entendido neste contexto, destarte, será apenas mais um dentre tantos outros documentos que não se legitimam na prática social em que foram propostos, ainda que se defenda a ideia de que isso significa aceitar as diferenças entre classes sem perspectiva de luta por uma sociedade justa e igualitária. (FONSECA et al., 2009, p. 4).

A PNAS e o SUAS representam um marco fundamental que conferiu legitimidade de institucionalidade à Assistência Social. Eles são fruto de batalhas intensas que resultaram na proteção social brasileira. De acordo com a PNAS (Brasil, PNAS, 2004) a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

O SUAS (Brasil, NOB/SUAS, 2005) presta seus serviços socioassistenciais de acordo com a vigilância social. Esta possui as seguintes funções: a produção, a sistematização da informação, a proteção social e a defesa social, que se refere à proteção social e especial (de média e alta complexidade), sendo esses serviços oferecidos nas unidades de referência de assistência social, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

O CRAS, como já mencionado no estudo, é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de 1.000 famílias/ano, e onde se executam serviços de proteção social básica. Esse centro organiza e

coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Também atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário e visa à orientação a ao convívio sociofamiliar e comunitário. (BRASIL, PNAS, 2004).

O principal programa de proteção social básica do SUAS é o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Esse programa é realizado exclusivamente pelo poder público nos CRAS e tem como atribuições a oferta de ações e serviços básicos continuados para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, tendo como perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, PNAS, 2004).

O fornecimento desses serviços para esse determinado público permite que as pessoas tenham um espaço para suas manifestações, para conhecer seus direitos, para fortalecer a sua emancipação e autonomia. Isso com certeza gera uma melhoria na sua qualidade de vida. A Assistência Social proporciona esse espaço para a evolução e o fortalecimento das pessoas, permitindo o desenvolvimento de potencialidades e habilidades do indivíduo, e com isso, a erradicação da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais.

Todavia, na concepção de Sposati:

O campo da política de assistência social variou na história brasileira do lugar de desbravador para as demais políticas quando se assumia como assistência pública até o atual em que não desbrava, mas desvenda os esquecidos, invisíveis na bacia das almas de uma sociedade excludente e busca construir outra forma de proteção social pública que associe a atenção com reconhecimento da cidadania. Não restam dúvidas que a sociedade brasileira, e seu inerente conservadorismo, vincula frágeis responsabilidades públicas quanto às atenções das políticas sociais, e que estas se fazem presentes, não só no plano nacional, mas entre os entes federativos. A assistência social é uma espécie dentro de um só gênero, o que permite afirmar que, o que se enfrenta não é só a crise geral do capital, mas expressões de crises de enfrentamento, de forças liberais e conservadoras, face à desigualdade social que elas mesmos produzem. (2016, p. 9).

Em virtude dessas considerações, pode-se dizer que mesmo que exista no Brasil uma estrutura efetiva de proteção social, pós-Constituição Federal de 1988, a qual estabelece como Seguridade Social – Assistência Social – o seu alcance ainda é restrito e insuficiente. (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013). Existem inúmeros desafios, o que demanda ampliação das políticas para concretizar a universalização, contribuindo por meio da padronização da qualidade em todos os municípios brasileiros, para que possam desenvolver políticas públicas capazes de combater a pobreza e a desigualdade, que ainda é um fenômeno de preocupação constante quando se observa pelo viés de garantir um mínimo existencial.

A trajetória de implantação da política de assistência social no Brasil mostra que o seu campo de atuação não se limita somente à questão da pobreza como sinônimo de ausência de renda, mas busca assegurar direitos sociais e a inclusão social. Dessa forma, a pobreza não pode ser vista apenas pelo seu caráter econômico, pois ela engloba também o social. E nesse sentido é considerada “uma situação complexa e multidimensional, que exige a atenção em serviços que possam contribuir para o apoio às famílias e à ampliação de sua capacidade protetiva e de superação das situações de vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais”. (COLIN; PEREIRA, 2013. p. 104-105).

Ferrarini (2013) afirma que a pobreza é resultado das relações desiguais no modelo de produção decorrente do seu processo histórico. Também podem ser somados a isso: a fragmentação e a fragilização das políticas sociais e a hegemonia do modelo capitalista e mercados financeiros. Assim, o social não deveria ficar isolado e dependente das regulações do econômico, se se pretende o emancipatório. Nesse contexto, a emancipação se refere a dar autonomia para as pessoas conduzirem as várias dimensões da vida social e ter acesso aos direitos de cidadania, considerando o trabalho como um direito essencial, não pelo fato de possibilitar o acesso material a outros direitos numa sociedade capitalista; mas em razão de que guarda em si o potencial emancipador através da produção simbólica de sua existência na sociedade. (FERRARINI, 2016).

A mesma autora ainda acrescenta que a integração entre o social e o econômico tem longa tradição teórica, desde Marx a Weber, Durkheim e Polanyi. Nas últimas décadas, o social e o econômico têm sido tratados de forma isolada, porém, através de novos estudos de desenvolvimento eles têm sido reintegrados novamente. E nessa tentativa surgem inovadores arranjos e perspectivas sociais e econômicas, que serão brevemente analisadas:

Do ponto de vista econômico, seria necessário o questionamento da concepção canônica da economia como sinônimo de mercado e des(socializada) e a emergência de outras experiências econômicas centradas no desenvolvimento humano, solidárias e sustentáveis [...]. Do ponto de vista da política social, a superação da pobreza na perspectiva de agregar a dimensão econômica pode ser concebida a partir de duas dinâmicas. A primeira se refere à insistência em manter a compensação através da sociedade salarial transfigurada e buscando manter o círculo virtuoso consagrado nos "Anos Gloriosos". A segunda forma de conceber a política social em articulação ao econômico é a articulação da mesma com a promoção de ativos e com a geração de oportunidades, buscando uma dimensão emancipatória que expresse um *continuum* entre assistir e emancipar - algo quase utópico na prática, mas analiticamente ponderável. (FERRARINI, 2016, p. 6).

Essa análise trata a política social como forma de reestabelecer o ciclo virtuoso entre crescimento e redistribuição social, pois é com essa concepção que se amparam as análises na literatura brasileira. No entanto, mesmo com a degradação dos pilares da sociedade salarial, a inclusão pelo trabalho está sendo estimulada (quando não imposta) e objetiva um efeito edificante e a redução dos custos provenientes do bem-estar social. A relação dinâmica entre a economia e o Estado ilustra a instabilidade que os programas de proteção social associados ao *welfare state* têm sofrido frente às retrações da regulação pelo trabalho, acarretando o crescimento da vulnerabilidade. (FERRARINI, 2016).

Concorda-se com Crestani e Oliveira quando salientam que:

Ao Estado brasileiro quando da execução de qualquer política social, cabe atentar para objetivos primordiais na oferta de políticas públicas, especificamente quanto à necessidade da utilização dos benefícios sociais e de que forma o cidadão liberta-se desses benefícios. Nessa linha, o primeiro atendimento do Estado Social deve ser atender as necessidades de assistência social. Num segundo movimento, o Estado deve trabalhar para promover a inclusão das pessoas que se encontram em situações de riscos sociais e/ou econômicos e, no terceiro e último estágio, como consequência da assistência e da inclusão alcançada, surge a necessidade de o Estado proporcionar para as pessoas que usufruíram dos benefícios, possibilidades de as mesmas alcançarem as autonomias necessárias para atingirem um nível emancipatório dessas políticas sociais. O sucesso das políticas sociais de qualquer governo deve ser medido pela capacidade de os Estados proporcionarem aos demandantes dessas políticas públicas, a possibilidade de obterem a completa independência das mesmas. Considerando a Constituição/88 como um referencial de mudanças, pode-se identificar que a partir de então, o Estado brasileiro começou a deixar para trás o modelo conservador e corporativista, aproximando-se do tipo de Estado de Bem-Estar Social democrata, apesar das fragilidades das instituições, do modelo político praticado e das opções econômicas adotadas. (2018, p. 318).

A concentração de riqueza hoje no Brasil, demanda que a maioria que vive em situação de vulnerabilidade social, desigualdade e exclusão, busque efetivar seus direitos sociais a partir das ações de proteção e assistência social, já que essa circunstância, se tornou um meio de acessar programas que objetivam assegurar um mínimo de cidadania, numa sociedade ainda visivelmente desigual. (SPOSATI, 2016).

Todavia, “os efeitos redistributivos, institucionais, políticos e simbólicos das políticas assistenciais têm limites para a redução das diferentes formas de pobreza, desigualdade e exclusão da sociedade brasileira”. (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p. 740). Por tais razões, o PBF e o Pronatec são iniciativas de políticas sociais que visam dar oportunidades de trabalho e renda, acesso a benefícios e serviços públicos, ou seja, direitos socioassistenciais, com o propósito de minimizar as desigualdades, vulnerabilidades sociais e exclusão frente à concentração visível de riqueza no Brasil.

4.2.2 Programa Bolsa Família no combate à pobreza

O PBF é a principal iniciativa de transferência de renda do governo federal. Ele foi criado em 2003, através da Medida Provisória nº 132, que posteriormente foi transformada na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. (BRASIL, 2018). Os seus objetivos são: combater a fome, a pobreza e as desigualdades sociais através da transferência de um benefício financeiro que proporcione o acesso aos serviços públicos como saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e nutricional; promover a emancipação das famílias beneficiárias por meio da construção de alternativas para que elas possam se livrar da situação de pobreza e extrema pobreza em que se encontram. (BRASIL, 2004).

Para corroborar, Silva, Yazbek e Giovanni (2014) afirmam que a finalidade do PBF é combater a fome e a miséria e promover a emancipação das famílias em situação de pobreza no país. Esse programa tem como prerrogativa a articulação da transferência de renda e políticas de educação, de saúde e de trabalho destinadas aos membros de famílias pobres (crianças, jovens e adultos) e partiu de dois pressupostos. O primeiro é de que a transferência de renda para as famílias pobres proporciona a retirada de seus filhos da rua e de trabalhos precoces e penosos, pois eles devem ser enviados à escola; o segundo pressuposto é de que a reunião da transferência de renda com políticas e programas estruturantes, direcionados a famílias pobres, na área da educação, da saúde e do trabalho, poderá significar uma política de enfrentamento da pobreza e das desigualdades econômicas e sociais do país.

O PBF constitui-se na junção de três dimensões que são fundamentais para a superação da pobreza: 1) Transferência direta de renda às famílias, que consiste na transferência mensal do benefício pelo governo federal como o intuito de promover o alívio imediato da pobreza; 2) Condicionalidades, que consistem em compromissos assumidos pelas famílias com a finalidade de reforçar o exercício de direitos sociais básicos; e 3) Ações Complementares, que visam gerar oportunidades para que as famílias consigam superar a situação de pobreza e vulnerabilidade social em que se encontram. (BRASIL, 2015).

De acordo com a segunda dimensão do PBF mencionada, o núcleo familiar, visando assegurar a continuidade do benefício financeiro mensal, deve cumprir alguns compromissos, chamados condicionalidades. Essas condicionalidades são obrigações na área da saúde, educação e assistência que as famílias atendidas devem cumprir como o objetivo de expandir o acesso aos direitos sociais básicos. Quanto às condicionalidades, Cohn e Fonseca argumentam que:

As condicionalidades são concebidas como um contrato entre as partes, para que as famílias invistam naquilo que permitirá o desenvolvimento de suas capacidades para que possam, com a presença de políticas governamentais de natureza mais estrutural, dispor de condições mínimas necessárias para garantir para si a possibilidade de um processo de inclusão social sustentável. (2004, p. 14).

Por conseguinte, as condicionalidades que devem ser cumpridas são: a) na área da educação: todas as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos devem ser matriculados pelos seus responsáveis em um estabelecimento de ensino; a frequência escolar mensal mínima para essas crianças e adolescentes deve ser de 85% para a idade de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos; b) na área da saúde: as crianças menores de 7 anos devem ser levadas pelos seus responsáveis nas Unidades de Saúde mais próximas de sua casa para tomarem as vacinas recomendadas e para o acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento. As gestantes também devem fazer o pré-natal e ir às consultas de rotina. (BRASIL, 2018).

O descumprimento desses compromissos pelas famílias resulta em advertência, bloqueio e suspensão do benefício. No entanto, é preciso mencionar que a regulamentação do programa pressupõe um longo percurso até a retirada do benefício das famílias. No primeiro descumprimento a família é advertida através do envio de uma correspondência que comunica das obrigações com a frequência escolar e com a saúde. Na próxima incidência poderá ocorrer um bloqueio temporário do benefício e, conseqüentemente, o desbloqueio automático já ocorrerá no mês seguinte com o recebimento da parcela anterior. Reincidindo o descumprimento, o benefício é interrompido por dois meses. Essa penalidade pode ser aplicada somente duas vezes. Isto posto, se a família persistir com o descumprimento das condicionalidades, é que o benefício é cancelado. Esse processo demora, aproximadamente, um ano. (MESQUITA, 2007).

Ainda sobre as condicionalidades, é importante salientar que uma de suas qualidades é a de promover uma prática intersetorial na gestão do programa, ou seja, propor a articulação com as áreas responsáveis por garantir alguns direitos sociais básicos para os cidadãos, como educação, saúde e assistência social. Desse modo, a experiência em associar âmbitos diferentes que não se aproximavam, tem se evidenciado muito positivo para a implantação de reciprocidade entre as políticas sociais. (MESQUITA, 2007).

Do ponto de vista da intersetorialidade, as políticas sociais se complementam: o aluno assiste melhor à aula se estiver alimentado, se sua casa tiver luz e água, se usar de meio de transporte para chegar à escola, se sua saúde estiver cuidada e se tomar os remédios necessários (SPOSATI, 2004, p. 39).

O PBF apresenta a unificação de programas de transferência de renda já existentes no país. No início, a junção ficou restrita a quatro programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. Mais tarde, houve a incorporação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) do Agente Jovem.

A instituição do Bolsa Família decorreu da necessidade de unificação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil conforme diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento, elaborado durante a transição do Governo Fernando Henrique Cardoso para o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, destacando concorrência e sobreposição de programas, objetivos e público alvo; desperdício de recursos por falta de uma coordenação geral e dispersão dos programas em diversos ministérios; falta de planejamento e mobilidade do pessoal executor, além de alocações orçamentárias insuficientes, com não atendimento do público alvo conforme os critérios de elegibilidade determinados (SILVA, 2006, p. 10).

O agrupamento dos programas de transferência de renda requer responsabilidade compartilhada entre a União, estados, municípios e a sociedade. A sua efetivação ocorre de modo descentralizado pelos municípios que devem se incorporar ao programa e atender a dois requisitos: “a existência formal e o pleno funcionamento de um comitê ou conselho local de controle social e a indicação do gestor municipal do programa”. (SILVA, 2007, p. 1433).

Cavalcante argumenta que:

Dessa forma, o Bolsa Família introduziu algumas inovações nos programas de transferência de renda do governo federal, quais sejam: passou a proteger a família inteira, em vez de apenas o indivíduo; aumentou o valor dos benefícios pagos; simplificou a gestão de todos os programas em um só; exigiu maior compromisso das famílias atendidas; e potencializou as ações de governo, articulando União, Estados e Municípios. (2009, p. 30).

O PBF é dirigido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e MDS em parceria com os estados e municípios. O cadastramento das famílias e a atualização da base de dados do Cadastro Único ficam sob a responsabilidade das prefeituras. Cabe a estas, também, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades do benefício, bem como a promoção de ações complementares, com o objetivo de promover o desenvolvimento autônomo e sustentado das famílias em situação de vulnerabilidade do município. (WEISSHEIMER, 2006).

Com relação ao Cadastro Único (CadÚnico), convém mencionar que:

reúne um conjunto de informações essenciais ao planejamento da política de Assistência Social, pois permite mapear a realidade das famílias e identificar as

vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais.[...] O cadastro permite, inclusive, a identificação de famílias com perfis específicos, como famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, de comunidades tradicionais, com beneficiários do BPC, e pessoas em situação de rua. A inclusão destas famílias no CadÚnico, com a marcação de campo próprio, tem sido importante tanto para que acessem direitos, serviços e benefícios quanto para que a Assistência Social planeje e dimensione as ofertas para este público, considerando suas particularidades e onde vivem. (COLIN; PEREIRA; GONELLI, 2013, p. 57-58).

Assim, através do CadÚnico pode-se fazer um melhor acompanhamento das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social, com informações detalhadas de cada um dos seus integrantes, bem como do acesso destes aos serviços públicos. A obtenção dessas informações do CadÚnico proporciona o desenvolvimento de políticas sociais mais eficazes. Além disso, é importante mencionar que o referido cadastro, a partir de 2011, passou a ser usado por outros dezoito programas sociais do governo federal, como Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros. (CAMARGO et al., 2013).

O Ministério do Desenvolvimento Social - MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas de acordo com as informações do CadÚnico que são de responsabilidade das prefeituras municipais. O controle social do PBF é realizado através da criação de Comissões Municipais intersetoriais e paritárias. O agente operador do cadastro e também o responsável pelo pagamento dos benefícios é a Caixa Econômica Federal (CEF). (WEISSHEIMER, 2006).

A unidade favorecida do programa é a família, que é representada preferencialmente pela mãe. Assim, a família pode ser entendida como o primeiro núcleo social do ser humano, onde este recebe todo o alicerce necessário para o seu desenvolvimento e bem-estar. Uma família é formada por pessoas que possuam laços consanguíneos, de aliança ou afinidade e que vivam sob o mesmo teto, mantendo-se pela contribuição de seus membros.

Carvalho ratifica que:

De fato, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independentemente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais. (2002, p. 93).

Independentemente das diversas maneiras de se organizar uma família, é preciso mencionar que ela possui um papel social muito importante na vida dos indivíduos. É nesse espaço que ocorre a construção dos afetos e todo o aprendizado que estes podem trazer para contribuir com as relações familiares e também com a sociedade. Então, as famílias devem ser

apoiadas para terem condições de cumprir o seu papel, seja no sustento, na guarda e na educação das crianças e adolescentes, seja na proteção dos idosos e das pessoas com deficiência.

De acordo com o MDS, com o intuito de reunir várias iniciativas para que as famílias cumpram o seu papel e deixem a extrema pobreza, a partir de 2011, o Bolsa Família faz parte do Plano Brasil Sem Miséria que foi criado pelo governo federal para promover o efetivo acesso aos direitos sociais básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. (BRASIL, 2018).

O valor do benefício recebido mensalmente por uma família depende de sua renda mensal por pessoa (*per capita*) e da sua composição familiar, ou seja, se há crianças, adolescentes, jovens, mulheres grávidas ou nutrizes. Assim, a combinação dos fatores mencionados anteriormente faz com que cada família receba um valor diferente. (BRASIL, 2015). O PBF possui os seguintes tipos de benefícios:

- a) **Benefício Básico** (R\$ 89,00): é pago apenas às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoas de até R\$ 89,00), mesmo que não tenham crianças, adolescentes ou jovens em seu núcleo familiar.
- b) **Benefício Variável** (R\$ 41,00): é pago às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa) e que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco benefícios deste tipo.
- c) **Benefício Variável vinculado ao Adolescente** (R\$ 48,00): é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham em sua composição familiar adolescentes com idades entre 16 e 17 anos. É reivindicada a frequência escolar desses jovens. Cada família pode receber até dois benefícios dessa modalidade.
- d) **Benefício para superação da extrema pobreza**: é pago às famílias cuja renda mensal por pessoa seja inferior a R\$ 89,00, mesmo após o recebimento de outros tipos de benefícios do PBF. O valor a ser recebido é calculado individualmente para cada família, levando em consideração a renda e a quantidade de pessoas do núcleo familiar. (BRASIL, 2018).

Ainda com relação aos benefícios do programa, é importante salientar que, de acordo com o site do MDS, em junho de 2018, o governo transferiu R\$ 2,4 bilhões para cerca de 13,7 milhões de famílias brasileiras beneficiadas. O valor médio por benefício fica em torno de R\$

178,04. Nesse mês também, novamente, a fila de entrada para o programa foi zerada e 327,6 mil novas famílias foram adicionadas e passaram a receber o benefício. (BRASIL, 2018). Após a apresentação desses dados numéricos, convém ponderar que o PBF não pode ser considerado um direito, pois ele se encontra condicionado às dotações orçamentárias existentes, conforme previsto na sua lei de criação. Assim, “o Bolsa Família é um programa de orçamento definido. Uma vez esgotada a dotação orçamentária, ninguém mais pode passar a receber o benefício, pelo menos até que haja crédito suplementar”. (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 11).

Destaca-se que o PBF vem aumentando o seu público alvo, estendendo o benefício também para o atendimento de famílias sem filhos, como é o caso dos quilombolas, famílias indígenas e moradores de rua. Além disto, as famílias possuem autonomia para a utilização do dinheiro recebido e podem continuar no programa enquanto houver a permanência dos critérios de elegibilidade. (SILVA, 2007).

Nesse sentido, pode-se dizer que:

[...] o Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família. Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como da articulação com um conjunto amplo de programas sociais. (CAMPELLO; NERI, 2013, p. 11)

Na visão de Weissheimer (2006, p.39) o PBF até pode ser considerado um paradoxo, porém, seu objetivo é exatamente “fazer com que seus beneficiários deixem de sê-lo. Essa é uma tarefa para muitos anos e não apenas para um programa isolado”. Esse antagonismo é melindroso e requer ações conjuntas por parte dos governos e da sociedade em geral para que ocorram mudanças socioeconômicas que permitam o maior fortalecimento do PBF através da equalização na distribuição do Produto Interno Bruto (PIB).

[...] Promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, devolver ou mesmo criar uma dignidade capaz de levar a algo que possa ser chamado de cidadania. Esse é o caminho para a saída do Bolsa Família. O caminho de entrada é bem conhecido: décadas – e mesmo séculos – de uma política patrimonialista, de apropriação privada do Estado, de concepção da política como balcão de negócios e de exclusão da imensa maioria da população não apenas do mercado produtivo, mas de um sentimento mínimo de pertencimento a uma comunidade, a algo que mereça o nome de país. (WEISSHEIMER, 2006, p. 39-40).

Assim, um bom programa de transferência de renda é aquele que potencializa a transição dos beneficiários do mundo da dependência para o mundo do trabalho e da autonomia, com acesso aos benefícios e serviços a que têm direito. Isso significa a criação de oportunidades de desenvolvimento para as famílias, o que é bem diferente de querer retirá-las do programa o quanto antes. (WEISSHEIMER, 2006).

No cenário das políticas sociais brasileiras, o PBF é um programa de extrema relevância. O número de beneficiários é semelhante ao das grandes políticas (saúde, educação pública e previdência social). Assim, o PBF cumpre um importante papel na sociedade. Os seus impactos são vistos na redução da pobreza, no encolhimento da desigualdade de renda, no aumento da frequência escolar e na proteção das crianças beneficiárias ao trabalho infantil. Porém, é importante frisar que o PBF não é considerado um programa de geração de oportunidades, não é um programa de incentivo à acumulação do capital humano e também não é, nitidamente, um programa de proteção social. (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Com a mesma relevância e objetivos, o Pronatec veio a somar enquanto política social, pois tem como base a universalidade e a dignidade viabilizando o acesso à educação profissional. Então, passa-se a analisar a inclusão social e produtiva no âmbito da assistência social.

5 A INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo tem-se como objetivo analisar a inclusão social e produtiva e a sua contribuição na quebra das fronteiras entre trabalho e assistência social, ao oferecer ações de qualificação profissional, como o Pronatec, que prioriza atender as pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade.

5.1 Inclusão social e produtiva

O desemprego, a precarização e heterogeneização dos trabalhadores acabaram aumentando as desigualdades e a pobreza, conseqüentemente o número de pessoas em vulnerabilidade social e econômica. Essa realidade revelou a importância das políticas social e econômica, que por meio da inclusão social e produtiva, consideram-se um fator decisivo no que se refere à criação de ações para oportunizar autonomia e emancipação por meio da geração de trabalho e renda.

As discussões inerentes à assistência social e à inclusão social e produtiva, sobre capacitação e qualificação profissional, apresentam sempre como premissa a vulnerabilidade social em que se encontra uma parte da população brasileira. Assegurar direitos relacionados ao trabalho e à geração de renda dessa população, além da perspectiva de emancipação e cidadania, é uma questão legal, já que o caráter público da criação de uma política deve estar centrado na capacidade dessa política interagir, intervir e elaborar soluções para os fatos cotidianos vividos pela população. “A política pública tem que ser capaz de oferecer proteção e promoção”. (NUNES, 2012, p. 106-107).

É importante mencionar, que a realidade que se observa atualmente revela o distanciamento e a fragmentação das políticas públicas, principalmente as sociais. Elas são idealizadas sob a lógica integrada, mas operacionalizada de forma desarticulada, em que cada ministério se volta a alcançar suas próprias metas. Nesse contexto, a Política de Assistência Social, tem o compromisso de proteger uma parcela significativa da população brasileira marcada por múltiplas expressões da questão social, notadamente pela pobreza e suas decorrentes situações de vulnerabilidade ou risco social. Assim, é fundamental destacar que:

Das conquistas alcançadas na Constituição Federal de 1988, e da LOAS 1993, a Assistência Social, ainda hoje, convive cotidianamente com referências da cultura patrimonialista, tecnocrática e clientelista, do favor, e ocupa um papel de pouca relevância no que tange ao orçamento e ao financiamento. Em relação a essa

convivência entre culturas e políticas com perspectivas divergentes, Couto et al. (2011) apontam para enormes desafios a serem enfrentados pelo conjunto dos sujeitos sociais, principalmente quando a relevância de determinações não se situa somente no campo específico da assistência social; isto é, as determinações sociais abrangem um campo amplo da esfera político-cultural que se espraia no conjunto das relações sociais. No entanto, cada vez mais, a assistência social é entendida e chamada para dar conta das soluções que outras políticas deixaram de atender; conseqüentemente, agravando o nível de necessidades, aparecem as vulnerabilidades que a assistência social deve dar conta. Entendemos que a Política de Assistência Social deve, assim como está na LOAS, responder pela proteção social, mas para tal deve concorrer a um orçamento público eficiente para que possa cumprir com seus compromissos. (NUNES, 2012, p. 106-107).

Refletir sobre a superação da pobreza de forma emancipatória sob o viés do sistema econômico vigente, remete à questão da inserção no mundo do trabalho em suas múltiplas formas, desde o emprego formal, ao informal e, ainda, na forma associativa, que envolve economia solidária, cooperativismo e desenvolvimento local. Não se afasta deste contexto, a necessidade de qualificação profissional, geração de trabalho e renda. Cabe dizer que ações voltadas aos desempregados fazem parte da história da política pública brasileira. (FERRARINI et al., 2016).

Em consonância com o exposto, Amâncio comenta que:

Desde promulgação da Constituição de 1988 foram sendo construídos os principais marcos legais do setor: LOAS (1993) e SUAS (2005), conferindo à Assistência Social maior centralidade no âmbito da Seguridade Social incorporando em seu público, todo tipo de segmentos populacionais: os considerados inaptos ao trabalho, os temporariamente sem emprego e os inseridos precariamente e sem acesso aos direitos trabalhistas e estabilidade financeira [...]. A partir de 2004, com a implantação do programa nacional de transferência condicionada de renda são alcançadas pessoas com maiores fragilidades no que concerne sua inclusão no mercado de trabalho, buscando proporcionar a eles uma renda mínima para o atendimento das suas necessidades sociais, consideradas básicas, como alimentação e moradia. (2015, p. 75).

O trabalho está no centro das políticas de assistência social reconhecido como um direito social, todavia, não a partir de sua lógica econômica, na perspectiva de uma política social não contributiva. Foi com a retomada do crescimento econômico após 2003, que o próprio mundo do trabalho passou a demandar um contingente maior de trabalhadores, na construção civil, exigindo uma mão de obra qualificada. Assim, mediante este desafio, a política de assistência social se propôs a realizar a inclusão produtiva de seus usuários, objetivando emancipá-los da política por meio da participação em programas de qualificação profissional. Com esse intuito tem início a elaboração e fixação da normatização de nível federal no setor, sobretudo após a aprovação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

Assim começa na prática a implementação do Programa Brasil Sem Miséria. (AMÂNCIO, 2015).

A assistência social como política pública, em interação com outras, poderá viabilizar proteção e melhoria de vida da população que dela necessitar, é mais do que somente aceitá-la no papel em forma de lei. “Mas, é aplicar recursos financeiros, materiais e humanos, é assumir compromisso, abandonar velhas práticas e respeitar as decisões dos mecanismos de deliberações e de controle social”. (NUNES, 2012, p. 107-108).

Seguindo essa linha de pensar, tem-se que é preciso analisar a evolução da legislação da política de assistência social, identificando suas interfaces com a inclusão produtiva. Surge um caminho para assegurar direitos para a população público-alvo da assistência social, especificamente quanto à elaboração de propostas concretas e efetivas de serem colocadas em prática como mecanismo de desenvolvimento social e conquista de reconhecimento do direito e cidadania. (NUNES, 2012).

Assim, é importante salientar que:

Os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), como estratégia do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, está inserido na Rede de Proteção Social Básica e tem como principal objetivo o atendimento das comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social, na perspectiva de prevenção e promoção das potencialidades destes indivíduos e grupos. Constituindo as estratégias do CRAS está o apoio e fomento à Inclusão Produtiva, bem como, o mapeamento de potencialidades para a articulação das diversas políticas responsáveis pela geração de trabalho e renda. A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) traz o desafio da Inclusão Produtiva como uma das estratégias de enfrentamento da pobreza, tendo como principais beneficiários os usuários do Programa Bolsa-Família e seus familiares, os jovens de 16 a 24 anos, os egressos de medidas socioeducativas e famílias em situação de rua [...]. O Plano Brasil sem Miséria do Governo Federal possui como um dos seus principais objetivos promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre. A Inclusão Produtiva, como ferramenta de gestão da política de Assistência Social, também está referenciada na SESEP – Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza. (ORTH; REIS; GUIMARÃES, 2013, p. 1).

Cabe ressaltar que ocorreram discussões quanto à inserção na agenda nacional sobre atribuir ou não a assistência social, “ações de geração de trabalho e renda, qualificação profissional e economia solidária, nos territórios a proliferação dos projetos não permitia mais ignorar a questão”. (SOUZA, 2013, p. 294).

Nota-se, assim que havia uma resistência da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em aceitar mais essa agenda, fundamentando tal posicionamento na compreensão de que a inclusão produtiva dependia de mudanças estruturais, assim:

De um lado, as pesquisas que registravam tais iniciativas com recursos dos fundos da assistência social, de outro, as agendas estratégicas do governo pressionando na localização e convencimento dos usuários. Desde 2007 os resultados das pesquisas com os CRAS apontam a utilização de recursos da assistência social em ações de inclusão produtiva. Em 2011, no monitoramento realizado pelo MDS, há registro que em 78,9% dos CRAS são desenvolvidos programas ou projetos de capacitação profissional e inclusão produtiva. No topo do ranking das ações mais frequentes estão os cursos de artesanato (83%), os cursos de capacitação profissional para o mercado de trabalho (68%) e o cadastramento para participação em programas de qualificação profissional (49%) (SOUZA, 2013, p. 294-295).

Neste cenário surge a seguinte questão: se não geram renda e não incluem produtivamente por que tais ações vêm ganhando destaque na assistência social? (SOUZA, 2013). É importante mencionar que para esta autora a qualificação profissional precisa gerar renda, caso contrário, não se trata de inclusão produtiva. Neste estudo será adotada a perspectiva de Ferrarini e Wallauer (2015, p. 30) que acreditam que a inclusão produtiva, no âmbito da assistência social, não representa somente a aprendizagem de uma profissão ou o encaminhamento para uma vaga de trabalho. Ela parte do pressuposto de que a renda não pode ser vista como um elemento isolado dentre as inúmeras carências das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Diante disso, a inclusão produtiva é considerada “um processo de fortalecimento de vínculos sociais, acesso a serviços, exercício de cidadania e inclusão em oportunidades mais efetivas de trabalho, com acompanhamento socioeconômico e garantia de renda”. Ela também abrange “processos de informação, encaminhamento e monitoramento de segmentos em situação de pobreza e vulnerabilidade social ao mundo do trabalho, à qualificação profissional e à elevação da escolaridade”.

Assim, a inclusão produtiva não tem a intenção de apressar ou retirar as famílias beneficiárias de programas de assistência social, pois ela é vista como um direito social e o trabalho não é exigido como contrapartida, como ocorre na experiência das políticas de ativação europeias³. Nesse sentido, “a inclusão produtiva não é porta de saída, mas travessia para outras políticas, de forma simultânea e amparada”. O desligamento do programa não é o propósito da inclusão produtiva, entende-se que esse deve ocorrer de forma natural através do aumento de renda, porém esse não pode ser o único critério e nem ser avaliado de forma isolada. (FERRARINI; WALLAUER, 2015, p. 31).

Em alguns casos, o receio da perda do benefício leva muitas famílias a abrirem mão de oportunidades econômicas e direitos trabalhistas que poderiam contribuir para a sua

³ São políticas que “exigem às pessoas que trabalhem em troca, ou em vez, dos subsídios da assistência social. Estas medidas visam, em primeiro lugar, ir ao encontro da luta contra a ‘cultura de assistência’ em que o sistema de ajuda social encerraria os mais desfavorecidos. [...]”. (LAVILLE, 2000, p. 142).

emancipação e autonomia. Ferrarini e Wallauer (2015) comentam que esses receios são entendíveis pela falta de informações sobre as oportunidades econômicas e sobre os dispositivos da política pública, que foram articulados para que essa alteração ocorra de forma cidadã. Assim, as mesmas autoras informam que:

O desligamento voluntário é um desses dispositivos e está previsto na Instrução Operacional nº 48 de 13/10/2011 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)/Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), sendo definidos como o momento em que a beneficiária responsável pela unidade familiar, ao seu próprio julgamento e em virtude do aumento da renda *per capita* familiar, mesmo que temporariamente, não necessitar mais do reconhecimento dos benefícios Programa. [...] O documento também prevê que, caso a beneficiária volte a precisar do benefício, retorne de maneira imediata a recebê-lo, procedimento denominado de “Retorno Garantido”. O período de reversão do cancelamento por desligamento voluntário é de 36 meses (MDS/SENARC) [...]. (FERRARINI; WALLAUER, 2015, p. 31-32).

Pode-se dizer que no âmbito da assistência social, a inclusão produtiva está vinculada à realização de cursos de capacitação, os quais se direcionam tanto para a inserção no mundo de trabalho, como para o empreendedorismo. Identificam-se ações voltadas a centralidade da qualificação profissional, com objetivo de reduzir as vulnerabilidades sociais por meio de capacitação profissional, todavia ainda existem obstáculos relacionados às deficiências em recursos humanos, infraestrutura e pouca adesão aos cursos. Essa realidade contribuiu para a criação do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), a este compete “[...] à assistência social, a mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social para acesso a cursos de capacitação, bem como a formação profissional e demais ações de inclusão produtiva”. (SOUZA, 2013, p. 295).

Para alcançar maior êxito no Brasil Sem Miséria, em seu eixo inclusão produtiva, no ano de 2012 foi criado, pela resolução nº 18 do CNAS, o Acessuas/Trabalho. Esse programa buscou reduzir a sobrecarga de trabalho das equipes dos CRAS em função do Pronatec. Além das ações de articulação, mobilização, acompanhamento, encaminhamento, esse programa também podia intermediar a inserção das pessoas em situação de pobreza e qualificadas nos cursos oferecidos pelo Pronatec para o mundo do trabalho. (AMÂNCIO, 2015). Assim, a mesma autora ainda afirma que:

O ACESSUAS/Trabalho realiza uma importante inflexão na gestão de políticas de inclusão produtiva no interior da assistência social ao definir mais claramente as competências das equipes socioassistenciais nesta direção. A definição de tais

tarefas, sobretudo de acompanhamento dos alunos e de encaminhamento para os cursos do Pronatec e para outras políticas sociais que possam auxiliá-los na conclusão dos cursos e no ingresso ao mercado de trabalho e ao empreendedorismo significa um avanço na gestão da inclusão social na assistência social por garantir recursos específicos, delimitar equipes exclusivas e possibilitar o planejamento mais coerente de ações. (AMÂNCIO, 2015, p. 87).

Vale dizer que o método para desenvolver novas técnicas de inclusão social e produtiva consiste na devida implementação do SUAS, tendo os sujeitos, usuários da política, como personagens principais e participantes de sua gestão. O principal obstáculo da Política de Assistência Social é gerar e assegurar meios mais efetivos de participação e controle dos cidadãos para que se possa construir uma nação mais participativa e democrática. (ORTH; REIS; GUIMARÃES, 2013).

Concorda-se com Ferrarini et al. quando dizem que:

É imprescindível para que indivíduos em situação de pobreza e vulnerabilidade social acessem o mundo do trabalho. A inclusão produtiva tem característica intersetorial justamente porque não depende apenas de oportunidades de trabalho. O acesso integral e efetivo às oportunidades disponíveis se dá quando as demais necessidades, que impedem esses cidadãos de ingressar de forma emancipatória no mundo do trabalho, são sanadas. O público alvo destas políticas tem demanda de diversas áreas, como educação (creches ou aulas de turno integral, por exemplo); habitação (por morar em domicílios precários em locais de alto risco de contaminação ou de enchente) e saúde (na espera por alguma cirurgia ou dependência de tratamento), além de inúmeras outras. (2016, p. 243).

As políticas sociais, ao valorizarem a ideia de inserção por meio do emprego, transfiguram-se de “passivas” em “ativas”. Num Estado-Providência⁴ ativo, a participação no mundo de trabalho é vista como indissociável do processo de inserção social na sociedade moderna. O Estado ativo deve garantir aos mais pobres o trabalho, a manutenção de um lar livre de violência e a frequência regular à escola. (MOSER, 2011).

De acordo com Ferrarini (2016) as políticas de ativação, apesar das diversas críticas quanto aos seus fundamentos e implementação e de não ter atingido objetivos tão audaciosos, estão se disseminando amplamente. No Brasil, a inclusão produtiva tem sido vista como uma política social de ativação, suscitando um conjunto de análises e controvérsias.

Com o objetivo de viabilizar a inclusão social e produtiva emerge o Pronatec, programa coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e criado pela Lei n. 12.513/2011.

⁴ O termo “Estado-Providência” é utilizado por autores portugueses, porém seu uso não é único na literatura. Outros escritores utilizam outras terminologias como *Welfare State*, “Estado Social” e “Estado de Bem Estar”, para designar uma organização política e econômica que coloca o Estado capitalista como agente regulador das políticas sociais. (MOSER, 2011).

O programa oportuniza de forma gratuita a qualificação profissional para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, na forma do FIC. (AMÂNCIO, 2015). O público alvo do programa abrange os mais vulneráveis socialmente e devido a sua importância, será tratado com maior profundidade no decorrer deste estudo.

5.2 Educação profissional

É nítido no Brasil o processo de desemprego que vem ocorrendo. Essa realidade tem contribuído para ampliar a vulnerabilidade social e por consequência a exclusão do mundo do trabalho de inúmeros trabalhadores. Outro fator preponderante tem sido atribuído às novas tecnologias e às novas exigências do mundo do trabalho. Daí tem-se um ciclo que oportuniza a exclusão daqueles que não possuem condições de manter sua subsistência quanto mais investir em educação.

Desde as suas origens, a formação profissional brasileira sempre foi destinada às classes menos favorecidas, demonstrando uma grande distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que faziam as tarefas manuais (ensino profissional). O trabalho manual era associado ao esforço braçal e físico e, com isso, gerava a ideia de sofrimento e escravidão, contribuindo para aumentar a distinção, deixando fortes marcas e preconceitos a quem executava o trabalho manual. Durante muito tempo, essa herança colonial escravocrata influenciou pejorativamente nas relações sociais e também na perspectiva da sociedade em relação à educação e à formação profissional no Brasil. Para a maior parte da população, o desenvolvimento intelectual era visto como desnecessário e a baixa escolaridade dos trabalhadores não era considerada um impedimento para a expansão econômica. (FERREIRA; SCHENKEL, 2010). Por isso, procede destacar a crítica sobre o ensino técnico de nível médio na história brasileira se caracterizar mais por um modelo de treinamento do que por uma educação técnica mais abrangente. (FAGIANI; PREVITALI; FRANÇA, 2012).

Assim, pode-se dizer que, historicamente, a educação profissional se direciona para uma formação voltada ao mundo de trabalho. No Brasil, prevaleceram políticas públicas baseadas na dualidade entre uma educação para o trabalho, destinada às classes mais pobres, onde os jovens precisavam entrar cedo no mundo do trabalho, e outra destinada aos bem-sucedidos, que tinham condições de alcançar graus mais elevados de escolaridade. (FERREIRA; SCHENKEL, 2010).

No Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990, o ensino profissional passou por uma série de mudanças e um aumento nos investimentos. Desse modo, verifica-se que:

A reforma da Educação Profissional (REP) implementada durante a década de 1990 esteve assentada em um discurso que vincula a necessidade urgente de adequação dos diferentes países às transformações ocorridas nos setores produtivos e de serviços, tendo em vista o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e a introdução de tecnologias modernas que se baseiam principalmente no desenvolvimento da microeletrônica. A grande inspiração para sua elaboração foram os documentos do Banco Mundial (BM), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos setores produtivos mundiais (FAGIANI; PREVITALI; FRANÇA, 2012, p. 4208).

Nota-se a necessidade de pensar a educação para além de uma perspectiva utilitarista que serve apenas aos propósitos do mercado, é preciso investir na formação de sujeitos sociais plenos, significa dizer uma formação com consciência cidadã, transformadora, ou seja, vinculando à educação, à questão do tempo presente e futuro. Ao mesmo tempo, ela tem o potencial de viabilizar sociedades mais justas e fraternas, enquanto as ações que dependem de bases políticas de sustentação para atingir metas solidárias ainda não são consideradas eficazes.

Nesse sentido, vale assinalar que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), prevista no art. 39 da LDB, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, desenvolvendo-se por meio dos seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 1996).

Diante da coexistência entre uma estereotípica lógica de exclusão e uma brutal cotidiana insensibilidade, em relação às vulnerabilidades sociais, dá-se ênfase a Lei n.º 12.513/2011 que instituiu o Pronatec, o qual veio ao encontro de efetivar a solidariedade e a dignidade ao ampliar a oferta de cursos de EPT. (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016).

Na Lei n.º 12.513/2011, em conformidade com seu artigo 20:

[...] autoriza os serviços nacionais de aprendizagem que integram o sistema federal de ensino na condição de mantenedores a criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior, observando-se a competência da União para regulação, supervisão e avaliação. Essa lei foi alterada pela de n.º 12.816/2013, que ampliou o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. De acordo com a Lei n.º 11.741/2008, a organização da educação profissional se dá por meio de eixos tecnológicos. Os eixos tecnológicos são definidos como sendo a “linha central de

estruturação de um curso, definida por uma matriz tecnológica, que dá a direção para o seu projeto pedagógico e que perpassa transversalmente a organização curricular do curso, dando-lhe identidade e sustentáculo”[...]. (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 160-161).

O trabalho e a educação parecem ser a equação mais provável para a superação das exclusões, contudo, entende-se que nem tudo pode ficar à mercê dos mecanismos do mercado, sendo necessárias ações de políticas públicas sociais para erradicar predisposições antissolidárias enraizadas no mundo de hoje. Em consonância com o exposto, Saviani comenta que:

A escola elementar não precisa, então, fazer referência direta ao processo de trabalho, porque ela se constitui basicamente como um mecanismo, um instrumento, por meio do qual os integrantes da sociedade se apropriam daqueles elementos, também instrumentais, para a sua inserção efetiva na própria sociedade. Aprender a ler, escrever e contar, e dominar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade. Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Assim, no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo. (2007, p. 160).

Ainda se está distante de atingir uma meta, em relação à oferta de educação profissional, a demanda cresce vertiginosamente, principalmente ao se observar os egressos do ensino médio, da educação de jovens e adultos, os que não conseguiram a continuidade aos estudos na educação superior e os que aguardam uma oportunidade de profissionalização para inserção no mundo de trabalho. Acresça-se ainda, a falta de investimentos na formação dos docentes que atuam na educação profissional, de pesquisa do mercado de trabalho para a implantação de cursos e de um sistema de avaliação que possibilite identificar as necessidades de melhoria na qualidade da oferta desta modalidade de ensino. (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016).

É bem verdade que a partir de 2000 tem-se, além de uma conjuntura econômica favorável, um projeto político direcionado ao mercado interno, com ações que visam à redistribuição de renda. Afasta-se neste momento do viés privatista e adota-se uma visão

mais orgânica na relação com os entes federados (estados e municípios) e políticas integradoras e planejadas. Assim, com essa nova visão:

Os fundos públicos para a educação foram ampliados, em especial o Fundeb, que passou a abranger toda a educação básica. Além disso, aperfeiçoaram-se os mecanismos de avaliação da educação. A partir de 2004, criou-se a possibilidade do ensino médio integrado e polimodal. O Governo optou, contrariamente ao projeto liberal, por reforçar a rede pública de ensino profissional através dos IFETs, articulado ao desenvolvimento regional e local. Além disso, o Governo Federal estabeleceu uma política de apoio institucional e material às escolas profissionais estaduais. Todo esse conjunto de medidas está articulado nas novas propostas do PNE e do Pronatec. A rede federal, alicerçada nos IFETs, terá que ser mantida e expandida, buscando torná-la o centro norteador do ensino técnico de qualidade. Por outro lado, o Pronatec terá um papel importante na articulação do setor público com o setor privado. (WINCKLER; SANTAGADA, 2012, p. 107).

Ao se pensar na equação educação, trabalho e superação da exclusão, deduz-se que educar significa salvar vidas, portanto, o discurso precisa de marcos referenciais, como a intervenção da política social, que pode atuar contra o predomínio da lógica de mercado, onde coexistem tendências de inclusão e exclusão. Portanto,

[...] para além das condições de exploração do trabalhador, é preciso pôr luz sobre o seu próprio trabalho. Assim, o aprofundamento do conhecimento das condições socioeconômicas e culturais, da relação do trabalhador com sua atividade de trabalho e das representações e dos sentidos atribuídos à condição de aluno-trabalhador, é fundamental para a elaboração e implementação de políticas públicas e propostas político-pedagógicas no âmbito da educação e qualificação profissional. (FISCHER; FRANZOI, 2009, p. 46).

Em última análise, pode-se dizer que as transformações no mundo do trabalho, com suas novas exigências e tecnologias incorporadas diariamente aos processos produtivos, têm sido fatores que colaboram para o aumento do desemprego. Por consequência, com as dificuldades de qualificação para o novo mundo do trabalho, que é extremamente dinâmico, minimizam-se cada vez mais as oportunidades daqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade social. As respostas do poder público ao longo dos anos, no que se refere às políticas educacionais, ainda não são suficientemente eficazes para atender a demanda por formação profissional, revelando a importância do objeto empírico da pesquisa, o Pronatec que será tratado a seguir.

5.3 O Pronatec como política de qualificação profissional

O Pronatec foi criado pelo governo federal em 2011, através da Lei nº 12.513, de 26 de outubro, que mais tarde foi parcialmente alterada pela Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013. Esse programa foi criado com a intenção de ser a política pública mais completa e abrangente para alastrar a oferta de EPT para as pessoas tradicionalmente excluídas do processo educacional do país. Ele é constituído de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (RAMOS, 2017).

O Pronatec tem como objetivos: ampliar, interiorizar e coletivizar a oferta de cursos de EPT, presenciais e à distância e, também, de cursos FIC ou qualificação profissional; estimular e apoiar a rede física da EPT; auxiliar para melhorar a qualidade do ensino médio público, através da vinculação com a educação profissional; aumentar as oportunidades educacionais dos trabalhadores através de incentivo na formação e qualificação profissional; promover a difusão de recursos pedagógicos para alicerçar a oferta de cursos de EPT; instigar a articulação entre a política de EPT e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011). De forma direta e clara, pode-se dizer que:

[...] a finalidade principal do Pronatec é oferecer oportunidade de formação profissional aos trabalhadores e estudantes, buscando criar condições favoráveis para a inserção destes cidadãos no mundo do trabalho, com o intuito de enfrentar a carência de mão de obra qualificada, que, especialmente no momento de sua concepção e criação, era um dos importantes desafios que o País tinha para viabilizar o seu crescimento econômico. (RAMOS, 2017, p. 32).

Para alcançar os objetivos propostos pela lei que criou o Pronatec, são considerados cursos de EPT: os de FIC ou qualificação profissional, devendo ser relacionados pelo Ministério da Educação e possuir uma carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas; os de educação profissional técnica de nível médio, que devem possuir uma carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas, estar alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e por todas as demais condições estabelecidas na legislação aplicável; e, os de formação de professores em nível médio, modalidade normal. (BRASIL, 2011).

Para organizar a oferta dos cursos do Pronatec, o programa apresenta treze eixos tecnológicos, que são: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar,

Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer. (BISPO, 2018).

O Pronatec propõe-se a atender um público prioritário, que se enquadre, principalmente, em situações de vulnerabilidade social. De acordo com a sua lei de criação, têm prioridade no atendimento: os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos (EJA); todos os trabalhadores, inclusive os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda (como o PBF), especialmente as mulheres responsáveis pela unidade familiar; e, os estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública ou em instituições privadas, na condição de bolsista integral.

É importante ressaltar que será incentivada a participação de pessoas com deficiência nas ações do Pronatec, sempre observadas as condições de acessibilidade e atuação. Também serão favorecidos os povos indígenas, as comunidades quilombolas e os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2011).

Para atender a essa totalidade de beneficiários, o Pronatec cumpre suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Estes contam com a participação voluntária dos SNA, de instituições públicas e privadas de ensino superior, de instituições de EPT e de fundações públicas de direito privado dedicadas à EPT, habilitadas nos termos da Lei nº 12.513/2011. (BRASIL, 2011).

Os cursos do Pronatec são gratuitos e disponibilizados nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades do Sistema S⁵, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio. Como já mencionado anteriormente, são oferecidos três tipos de cursos: técnico para quem já concluiu o ensino médio, cuja duração mínima é de um ano; técnico para quem está matriculado no ensino médio, cuja duração mínima também é de um ano; e FIC ou qualificação profissional, com duração mínima de dois meses, para os trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários dos programas de transferência de renda do governo federal. (BISPO, 2018).

Como afirmado, o PRONATEC é um programa bastante abrangente, resultado da decisão de se enfrentar um problema atual em fase aguda: a baixa escolaridade e qualificação de parcela majoritária dos trabalhadores brasileiros, em um momento em que o crescimento da economia exigia crescentes volumes de mão de obra especializada. Ele busca atacar todas as principais causas do problema e atender,

⁵ SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte).

mediante ações flexíveis, a características específicas dos diversos segmentos da população trabalhadora, tal como percebido ou demandado em cada caso. O seu desenho revela, portanto, compreensão da situação do trabalhador brasileiro, da trajetória da economia nacional e do estágio em que se encontra a EPT no país. (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p. 48).

O Pronatec foi desenvolvido por meio das seguintes linhas de ação:

- a) **Expansão da Rede Federal:** aumento da oferta de cursos FIC, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação. Essa ação teve início em 2003, com a finalidade de interiorizar a rede federal de ensino;
- b) **Programa Brasil Profissionalizado:** realizado em 2007, baseia-se no repasse de recursos para as redes de educação profissional dos estados com o objetivo de ampliar a oferta e o fortalecimento da educação profissional integrada ao ensino médio nas respectivas redes escolares;
- c) **Rede e-Tec Brasil:** iniciada em 2007, com o objetivo de oferecer cursos técnicos, FIC ou de qualificação profissional, na modalidade à distância. Participam da oferta destes cursos as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as Unidades de Ensino dos SNA e as redes estaduais de educação profissional;
- d) **Acordo de Gratuidade com os SNA:** cuja finalidade é oferecer cursos técnicos, FIC ou de qualificação profissional, com vagas gratuitas para as pessoas de baixa renda, priorizando os estudantes e trabalhadores, através de recursos próprios dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem adquiridos pela contribuição compulsória prevista em lei;
- e) **Bolsa-Formação:** iniciou em 2011, com a Lei nº 12.513 (mesma lei do Pronatec) e é a única ação que tem caráter inovador. Propõe a oferta gratuita de cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos FIC ou qualificação profissional. (BISPO, 2018).

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, recentemente foram desenvolvidas duas novas iniciativas, uma é o Mediotec, que representa uma oportunidade para os alunos do ensino médio das redes públicas estaduais cursarem também, na forma concomitante, um curso de educação profissional de nível médio. As vagas são gratuitas e custeadas através da Bolsa Formação. Esta ação tem a finalidade de garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja qualificado também para se inserir no mundo do trabalho. (BRASIL, 2018).

A outra iniciativa se refere ao Pronatec Oferta Voluntária, trata-se de uma ação do MEC para expandir a formação profissional, de forma gratuita. Através desse programa, são oferecidos cursos FIC ou de qualificação profissional nas modalidades presencial e à distância. Poderão participar pessoas que possuam o ensino fundamental incompleto até o ensino médio completo e, também, cursos técnicos subsequentes. Estes cursos envolvem parceria público-privada na oferta de EPT, desde que submetidos ao Edital de Chamada Pública nº 79/2016 para oferecer os cursos de forma voluntária, ou seja, sem o recebimento de proventos por parte do MEC. (BRASIL, 2018).

Outro componente estendido com o advento da Lei nº 12.513/2011 foi o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que abriu duas novas linhas de financiamento: o Fies Técnico, destinado aos estudantes interessados na realização de cursos técnicos (os contratantes, em caráter individual); e, o Fies Empresa, destinado as empresas que tiverem interesse em oferecer formação profissional e tecnológica a trabalhadores. Essas novas modalidades de financiamento oportunizam o acesso a cursos em unidades de ensino privadas, incluindo as do Sistema S, ofertantes de FIC ou qualificação profissional e de EPT de nível médio. (BRASIL, 2011).

Dentre todas as ações e iniciativas que integram o Pronatec, a Bolsa-Formação merece um destaque especial, pois essa modalidade é pioneira no programa. Através dela, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/MEC custeia a oferta de vagas gratuitas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, cursos FIC ou qualificação profissional nas instituições vinculadas às diversas redes de ensino no país.

De acordo com a sua lei de criação (Lei nº 12.513/2011), e a portaria que a regulamenta (Portaria MEC nº 817/2015), os valores transferidos para as instituições ofertantes do Pronatec abarcam todas as despesas de custeio das vagas, como mensalidades, materiais didáticos e encargos educacionais, podem incluir também o fornecimento de alimentação e transporte aos alunos. (BRASIL, 2018).

[...] o Bolsa-Formação é uma das iniciativas do PRONATEC voltado para ampliar as possibilidades de acesso gratuito à educação profissional e tecnológica (EPT), em escolas federais, estaduais e distritais de educação profissional, unidades integrantes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA), fundações públicas precipuamente voltadas à educação profissional e tecnológica e instituições privadas. Para tanto, utilizava a capacidade ociosa das estruturas já existentes nessas redes, a partir da oferta de vagas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (FIC). Apesar da denominação, não se trata propriamente de uma bolsa, mas de um processo de transferência direta de recursos. (BISPO, 2018, p. 108).

Para atingir os objetivos do Pronatec, a União está autorizada a repassar recursos financeiros para os estabelecimentos de EPT das redes públicas estaduais e municipais ou do Sistema S referentes aos valores das bolsas-formação, de que trata o inciso IV, do art. 4º, da lei de instituição do programa. A Bolsa-Formação se subdivide em dois tipos de incentivo diferentes: a Bolsa-Formação Estudante e a Bolsa Formação Trabalhador. A distinção entre elas está baseada na tipologia dos cursos ofertados e no perfil do público atendido em cada modalidade. (BRASIL, 2011).

Através da Bolsa-Formação Estudante são oferecidos cursos técnicos de nível médio de, no mínimo 800 horas, que devem estar em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) organizado pelo MEC e com as Diretrizes Curriculares Nacionais determinadas pelo CNE, e também com as demais condições estabelecidas na legislação aplicável. Os cursos ofertados pela Bolsa-Formação Estudante podem ser nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio, para estudantes que estão regularmente matriculados ou que já encerraram esse nível de ensino, inclusive aqueles da EJA. (GALLINDO; FERES; SCHROEDER, 2015).

Já a Bolsa-Formação Trabalhador prevê a oferta de cursos FIC ou qualificação profissional de, no mínimo 160 horas, que devem estar em conformidade com o Guia Pronatec de Cursos FIC e consoantes aos eixos tecnológicos da EPT. Os cursos são oferecidos para trabalhadores de diferentes perfis, beneficiários dos programas de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, estudantes do ensino médio com idade igual ou superior a 15 anos, entre outros. (GALLINDO; FERES; SCHROEDER, 2015).

No âmbito da Bolsa-Formação, cabia à SETEC, as atividades de planejamento, formulação, coordenação e a avaliação da ação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o responsável pelo repasse dos recursos do programa e também pela análise da conformidade financeira das prestações de contas dos recursos transferidos às redes estaduais, distrital e municipais e aos SNA, dentre outros. (BISPO, 2018).

A Bolsa-Formação, consoante com a legislação, envolvia parceiros ofertantes e demandantes. Os parceiros ofertantes são todas as instituições de ensino que estão habilitadas legalmente para ofertar cursos de EPT. Portanto, como parceiros ofertantes tinham-se:

as instituições privadas e públicas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal de educação profissional e tecnológica, além dos SNA, devidamente habilitados, nos termos da Lei nº 12.513/2011. Esses agentes se tornavam parceiros ofertantes, por meio de termo de adesão e eram responsáveis pela oferta educacional, pela assistência estudantil e pela certificação dos alunos, além de garantir o acesso pleno

à infraestrutura educativa, recreativa, esportiva, especialmente bibliotecas, laboratórios de informática e quadras esportivas. (BISPO, 2018, p. 109-110).

Os parceiros demandantes são os órgãos e entidades da administração pública que apresentam a necessidade de oferta de cursos para um público específico. E então, são parceiros demandantes: as Secretarias de Educação Estaduais e do Distrito Federal; alguns Ministérios, com destaque para o MDS, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); e, demais secretarias vinculadas ao MEC. Os parceiros demandantes, após o firmamento do termo de compromisso, são responsáveis por identificar os cursos de qualificação necessários para o seu público alvo. Cabe a eles, ainda, mobilizar, captar, selecionar e realizar a pré-matrícula do público destinatário para as vagas. (BISPO, 2018).

O acesso à educação profissional vem crescendo em todo o país, especialmente a partir da expansão física das redes públicas. A prova disso é que, em 2014, foi oferecido ensino técnico em 520 das 559 microrregiões brasileiras. Também, foi estabelecida uma meta de 12 milhões de vagas em cursos técnicos e de FIC do Pronatec para o quadriênio de 2015-2018. O cenário educacional reivindica ações articuladas para reagir às necessidades dos cidadãos brasileiros de forma coerente e sistemática. Assim, para a consolidação da EPT como política pública torna-se necessário o desempenho partilhado de todos os parceiros do Pronatec para possibilitar o aperfeiçoamento de suas ações. (GALLINDO; FERES; SCHROEDER, 2015).

Demonstrado a importância do Pronatec enquanto uma política social e que seus objetivos se alinham ao atual cenário de crise globalizada, no qual a formação profissional tornou-se uma exigência e um diferencial no mundo do trabalho, cabe dizer que a educação se torna um bem social capaz de reduzir as desigualdades e aproximar os cidadãos de seus sonhos. Isso será apresentado a partir da análise dos dados da pesquisa que geraram este estudo que trata dos cursos de EPT, realizado junto aos alunos egressos dos cursos Pronatec/FIC e, concomitantemente, beneficiários do PBF; demandantes e supervisores dos cursos do Pronatec/FIC. Assim, no capítulo seguinte serão descritas as etapas metodológicas que culminaram nos resultados obtidos sobre o Pronatec nos municípios de abrangência do IFRS – Campus Sertão.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descreve-se o percurso metodológico que proporcionou a abordagem empírica do tema proposto nesta tese. Esse estudo caracteriza-se como teórico-empírico, já que é constituído por capítulos que apresentam a revisão teórica, os procedimentos metodológicos usados para construir o trabalho, a discussão, análise e interpretação dos dados e os resultados da investigação. Os estudos teóricos foram desenvolvidos a partir de material que já obtiveram tratamento analítico, como livros, artigos científicos e periódicos.

6.1 Delineamento e contexto da pesquisa

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa de cunho descritivo e adotou-se como procedimento o estudo de caso. A pesquisa qualitativa proporciona o conhecimento da realidade social por meio dos significados dos sujeitos participantes da pesquisa, possibilitando, portanto, uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e a captação de dados não facilmente articulados, como atitudes, comportamentos, motivos.

O objetivo da pesquisa qualitativa é “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. (BAUER; GASKELL, 2008, p. 68). Estrutura-se com o propósito de compreender o significado que os indivíduos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa qualitativa abrange questões e procedimentos que surgem e os dados são coletados no ambiente do participante, a análise destes é construída a partir das especificidades para os temas gerais e as interpretações realizadas pelo pesquisador envolvem o significado dos dados. Os pesquisadores que optam por essa forma de investigação tem como base o método indutivo, ou seja, foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação. (CRESWELL, 2010, p. 26).

Em relação à entrevista qualitativa, salienta-se a importância do mapeamento e compreensão do mundo dos entrevistados, este momento demanda que o pesquisador introduza:

[...] esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados e a condição

sine qua non da entrevista qualitativa. Tal compreensão poderá contribuir para um número de diferentes empenhos na pesquisa. Poderá ser um fim em si mesmo o fornecimento de uma "descrição detalhada" de um meio social específico; pode também ser empregada como uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica. (BAUER; GASKELL, 2008, p. 65).

Desse modo, o objetivo da abordagem qualitativa é captar o significado do sujeito em sua cultura (crenças, conhecimento, valores e práticas) e em seus sentimentos. Para Bogdan e Biklen (1994, p. 51), o “significado é de importância vital”, pois o pesquisador tem o objetivo de perceber aquilo que os sujeitos do estudo experimentam, o modo como interpretam suas experiências e como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem”.

A modalidade de pesquisa utilizada foi o estudo de caso. Para Yin (2005, p. 32) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Os estudos de caso constituem uma estratégia quando as questões envolvem “como” e “por que”. Pois, “quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Independentemente do tipo de estudo de caso, os pesquisadores precisam estar atentos ao projetar e realizar estudos de casos com intuito de superar as tradicionais críticas feitas ao método. (YIN, 2005, p. 19). Acrescenta o autor que:

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações - além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal. Para o estudo de caso, isso ocorre quando se faz uma questão do tipo “como” ou “por que” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle. (YIN, 2005, p. 27-28).

Da mesma forma, Stake (1995) conceitua estudos de caso como uma estratégia de investigação, na qual o pesquisador explora minuciosamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos. Os casos são relacionados pelo tempo e pela atividade, e os pesquisadores coletam informações detalhadas utilizando diversos

procedimentos de coleta de dados durante um período de tempo prolongado. (apud CRESWELL, 2010, p. 38).

Segundo Lüdke e André são características do estudo de caso:

1) Os estudos de caso visam à descoberta; 2) Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto”; 3) Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda; 4) Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação; 5) Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas; 6) Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; 7) Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. (2012, p. 18-20).

O caso pesquisado foi o Pronatec/FIC ofertado pelo IFRS – Campus Sertão, instituição localizada no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, Rio Grande do Sul (RS), a 25 km de Passo Fundo, região Norte do Estado. Essa instituição de ensino desde 1957 oferece uma educação profissional gratuita e de qualidade. Inicialmente, era oferecido somente o Curso Técnico em Agropecuária para alunos de diversos municípios e estados do Brasil. Com a criação dos Institutos Federais em 2008, esse estabelecimento passou a oferecer cursos técnicos e superiores para outras áreas, como: Informática, Agronegócio, Agronomia, Alimentos e Zootecnia, e recentemente curso *Lato Sensu* na área de Educação.

Na etapa exploratória, a partir da tomada de conhecimento sobre os cursos FIC oferecidos pelo IFRS - Campus Sertão e das cidades onde os referidos cursos foram desenvolvidos, realizou-se uma pesquisa utilizando-se os cadernos de chamada, onde constam os registros de alunos, frequência e conteúdos desenvolvidos, com o objetivo de descobrir o quantitativo de alunos matriculados e de alunos concluintes nesses cursos. Essas informações podem ser identificadas no quadro a seguir:

Quadro 3 – Informações sobre os cursos Pronatec/FIC ofertados pelo IFRS – Campus Sertão nos anos de 2013 e 2014

Número de cursos ofertados	Total de vezes ofertado	Números de matriculados	Número de concluintes	Percentual de concluintes
37	83	2162	1596	73,82%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

6.2 Do objeto

O objeto deste estudo é compreender a educação profissional, a dimensão do acesso, a profissionalização e o trabalho, enquanto formas de superação da pobreza. E para melhor

compreensão desse contexto, a globalização capitalista trouxe avanços tecnológicos e, conseqüentemente, o aumento da pobreza que historicamente persiste no Brasil e precisa ser compreendida numa perspectiva multidimensional. Desde a Constituição Federal de 1988, a assistência social passou a ser um direito de cidadania que propicia políticas com intuito emancipatório. A inclusão produtiva é um dos eixos desta política que visa proporcionar autonomia econômica e social às pessoas em situação de vulnerabilidade social através de qualificação profissional e do acesso ao mundo do trabalho. Esta política não tem a intenção apressar e nem de retirar famílias do PBF após o acesso ao mundo do trabalho, pois se entende que tal benefício é um direito social e o trabalho não é exigido como contrapartida. Assim, a inclusão produtiva não é considerada uma porta de saída, mas uma oportunidade de intersectorialidade entre as políticas.

O trabalho também vem perdendo seu valor com o desenvolvimento capitalista e os avanços tecnocientíficos. Na virada do século XX para o XXI surge um novo quadro relacionado ao trabalho, que propicia o desemprego, a desestruturação, a flexibilização e a precariedade do mesmo. Isto resultou em muitas desvantagens aos trabalhadores, principalmente, àqueles que se encontram em situação de múltiplas vulnerabilidades. Nesse momento, entra a assistência social, que entende que o sujeito não pode ser responsabilizado pela sua condição de pobreza, e, através da inclusão produtiva, oportuniza um direito a mais ao qualificar estes indivíduos e oportunizar autonomia e emancipação através da geração de trabalho e renda.

Em relação ao objeto empírico desse estudo, e como já referido, a pesquisa foi realizada nos cursos do Pronatec/FIC ofertados pelo IFRS – Campus Sertão, no período de 2013 e 2014, nos municípios abrangidos pela referida Instituição. O Pronatec foi a primeira iniciativa estruturada no Brasil que buscou de forma mais ampla, qualificar profissionalmente, as populações historicamente alijadas dos processos educacionais mais formais. Desse modo, os cursos tiveram como proposição viabilizar uma oportunidade de qualificação profissional para o mundo do trabalho, priorizando àqueles com vulnerabilidade social, educacional, cultural e econômica. Esse fator foi preponderante para assegurar o benefício do PBF e se inserir nos demais programas do governo federal. Nessa perspectiva, as questões que nortearam as reflexões de pesquisa foram: Quais as contribuições sociais e econômicas do Pronatec como política pública voltada à inclusão produtiva de beneficiários do PBF em situação de vulnerabilidade social nos municípios de abrangência do IFRS – Campus Sertão? Como efetivar a inclusão social numa perspectiva cidadã e a inclusão econômica em suas

múltiplas formas de acesso ao mundo do trabalho? O Pronatec foi uma boa iniciativa? O Pronatec deve ser replicado? O que poderia ser mudado no Pronatec? Como ocorreram os cursos Pronatec/FIC? O público do PBF teve sua realidade transformada após a realização dos cursos Pronatec/FIC?

Esta última questão vem contrastar e modificar a realidade que se apresentava em 2015, quando os números oficiais inerentes ao desemprego revelavam que 204 milhões de pessoas não tinham trabalho, incluindo 74 milhões de jovens. Aproximadamente 830 milhões de pessoas no mundo são trabalhadores pobres, vivendo com menos de 2 dólares por dia, e mais de 1,5 milhões têm empregos vulneráveis, ou seja, sem condições dignas de trabalho, sem voz ativa e sem segurança social. Esse contexto demonstra os desafios emergentes do desenvolvimento humano, bem como as crescentes desigualdades quando se analisa os fatores rendimento, riqueza e oportunidades. Neste período, 80% da população mundial detinha somente 6% da riqueza do mundo, e uma projeção de que em 2016, 50% tenderia a ficar na posse dos 1% mais ricos. A justificativa da crescente desigualdade tem relação com o mundo do trabalho, neste os salários não acompanham a produtividade e a parte do rendimento que cabe aos trabalhadores tem diminuído. A constância dessa realidade contribui para projeção de dois terços da população mundial, ou 6,2 milhões de pessoas, passarem a viver em áreas urbanas, gerando pressão sobre a capacidade de absorção das cidades em 2050. (PNUD, 2015, p. 5-6).

Em âmbito regional, a história se alinha à realidade nacional, no estado do RS as desigualdades e a pobreza também atingem níveis inadmissíveis. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2010) no RS existem no estado 198.126 pessoas extremamente pobres; em alguns municípios gaúchos a incidência de pobreza pode chegar a quase 30% da população local.

O exposto confirma os dados do Banco Mundial, sobre a contração da economia brasileira em 2015 e 2016, ser marco na estagnação da redução continuada da pobreza, note-se que:

Entre 2003 e 2014, a parcela da população brasileira vivendo com menos de US\$ 5,50 por dia (na paridade do poder de compra de 2011) caiu de 41,7% para 17,9%. Essa tendência se reverteu em 2015, quando a pobreza aumentou para 19,4%. As crescentes taxas de pobreza do Brasil têm sido acompanhadas por um salto na taxa de desemprego, que cresceu quase 6 pontos percentuais do primeiro trimestre de 2015 e chegou a 13,7% da população no primeiro trimestre de 2017, segundo a instituição. Em 2018, como o crescimento econômico deve ser abaixo do esperado – ficando em 1,2% –, as taxas de pobreza devem se manter altas. Trata-se de um problema que se distribui de forma desigual pelo país: varia de 6,1% (Rio Grande do

Sul) sendo mais forte na zona rural, onde mais de um terço (38,1%) da população vive em pobreza, ante menos de um quinto (17,6%) nas áreas urbanas. (ONU, Brasil, 2018).

O IFRS – Campus Sertão, onde foi realizado o estudo, localiza-se na região Norte do Estado do RS e segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) a referida região possui 1.945.000 habitantes e caracteriza-se pela produção agropecuária, com ênfase para a produção de cereais, tais como: soja, milho, trigo, cevada e feijão. Na produção pecuária destacam-se a produção de suínos, aves e gado de leite. O município de Sertão possui 6.294 habitantes, dos quais 3.387 residem na área urbana e 2.907 na área rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,751 e o índice de pobreza é de 19,38% da população.

Segundo o Índice da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) de Desenvolvimento Municipal (2018) no período compreendido entre 2013 e 2016, em relação a emprego, renda e educação dos municípios de Sertão, Estação, Getúlio Vargas, Coxilha e Sananduva quando comparados⁶, evidenciam a seguinte realidade quanto ao ranking de desenvolvimento:

Quadro 4 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Emprego e Renda

Informações do Município			Emprego e Renda							
			2013		2014		2015		2016	
Região	UF	Município	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
Sul	RS	Coxilha	0,6442	1.302°	0,6011	1.393°	0,5787	735°	0,5957	860°
Sul	RS	Estação	0,7593	434°	0,7253	442°	0,6361	352°	0,6495	465°
Sul	RS	Getúlio Vargas	0,6497	1.252°	0,6817	710°	0,5788	734°	0,6141	697°
Sul	RS	Sananduva	0,6959	847°	0,6773	743°	0,5492	974°	0,5442	1.322°
Sul	RS	Sertão	0,5042	3.167°	0,5676	1.744°	0,4862	1.651°	0,5184	1.670°

Fonte: Firjan (2018).

Quadro 5 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - Educação

Informações do Município			Educação							
			2013		2014		2015		2016	
Região	UF	Município	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
Sul	RS	Coxilha	0,7516	2.848°	0,7705	2.604°	0,7603	3.037°	0,7731	2.906°
Sul	RS	Estação	0,7942	2.071°	0,7653	2.686°	0,8717	1.002°	0,7992	2.414°
Sul	RS	Getúlio Vargas	0,8182	1.645°	0,8735	765°	0,8634	1.152°	0,8697	1.133°
Sul	RS	Sananduva	0,8142	1.714°	0,8195	1.680°	0,9072	572°	0,8828	898°
Sul	RS	Sertão	0,7892	2.159°	0,8850	627°	0,9055	584°	0,8190	2.027°

Fonte: Firjan (2018).

⁶ Metodologia: Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos) - Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos) - Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos) - Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos) (FIRJAN, 2018).

Os quadros 4 e 5 demonstram as notas e o ranking nacional de desenvolvimento nos cinco municípios onde a pesquisa foi realizada, levando em consideração os índices Emprego e Renda e Educação. No quadro 4 foi possível perceber que as notas atribuídas ao índice Emprego e Renda, nos anos de 2013 a 2016, se apresentaram com desenvolvimento regular a desenvolvimento moderado. Já no quadro 5, foi possível perceber que as notas atribuídas ao índice Educação, nos anos de 2013 a 2016, se revelaram com desenvolvimento moderado a alto desenvolvimento nessas cidades. Os dados vêm ao encontro da realidade da pesquisa realizada nos municípios destacados nos anos de 2013 e 2014, onde a Educação se apresentou como um indicador mais desenvolvido que os indicadores de Emprego e Renda.

Da mesma forma, os quadros representam a realidade do período de 1991 a 2010, que em âmbito nacional passou de 0,493 para 0,727, respectivamente, o que significa uma taxa de crescimento 47% para o Brasil; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 53,85%. No Brasil, o índice que mais cresceu foi Educação, com 0,358, seguida por Longevidade e Renda. A renda *per capita* no estado do RS cresceu em média 88,97% no mesmo período, passando de R\$ 507,61, em 1991, para R\$ 708,12, em 2000, e para R\$ 959,24, em 2010. Esse cenário revela uma taxa de crescimento média anual 3,41%.

Outro dado relevante envolve a proporção de pessoas pobres, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (ano 2010), passou de 26,84%, em 1991, para 15,56%, em 2000, e para 6,37%, em 2010. “A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini⁷, que passou de 0,59, em 1991, para 0,58, em 2000, e para 0,54, em 2010”. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018).

Com o objetivo de demonstrar a realidade dos municípios pesquisados destacam-se os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de cada município, iniciando-se com Sertão, a qual no período de 1991 a 2010 passou de 0,495 para 0,751. Isso demonstra que houve um crescimento de 51,72%, o que revela uma taxa de redução de desenvolvimento humano de 49,31% para o município com base no Índice de Gini. A Educação foi o índice que apresentou maior crescimento, com 0,385, seguida por Renda e Longevidade.

⁷ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

No mesmo período de 1991 a 2010, o IDHM do município de Estação passou de 0,534 para 0,753, a taxa de crescimento foi de 41,01% enquanto houve uma redução de 53% no desenvolvimento humano, o indicador Educação apresentou uma taxa de crescimento de 0,334, acompanhada dos indicadores Renda e Longevidade. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018).

Os indicadores do IDHM, Educação, Renda e Longevidade, em Getúlio Vargas no período de 1991 a 2010, revelaram-se crescente passando de 0,532 para 0,746. Houve um crescimento de 40,23% e redução do índice de desenvolvimento humano de 54,27%, com destaque para a Educação, com crescimento de 0,311 dentre os indicadores. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018).

O município de Coxilha, no período de 1991 a 2010, acompanhou o crescimento do IDHM dos municípios já descritos, a saber, de 0,415 para 0,706, com crescimento de 70,12%. A taxa de redução do desenvolvimento humano foi de 50,26% e a Educação apresentou o maior índice de crescimento entre os indicadores, com 0,415. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018).

Por fim, destaca-se o município de Sananduva, no período de 1991 a 2010, que apresentou um IDHM de 0,513, em 1991 e 0,747, em 2010. A taxa de crescimento foi de 45,61% reduzindo a taxa de desenvolvimento humano para 51,95%. A Educação mais uma vez foi o indicador que mais se destacou no índice de desenvolvimento humano, com 0,345. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018). Pode-se dizer que a Educação demonstrou ser um fator preponderante para o crescimento do IDHM. Houve a redução da taxa de desenvolvimento humano dos municípios, contribuindo para o crescimento da renda e conseqüentemente da qualidade de vida.

Nesse contexto social, o trabalho e a educação assumem um papel fundamental, que vai muito além da transmissão e construção de conhecimentos teóricos e práticos, pois perfazem uma responsabilidade maior na construção e no desenvolvimento de formas de identidades e de uma consciência crítica e emancipatória do trabalhador (OLIVEIRA, 2011). Assim, o acesso à escolaridade e ao conhecimento trarão melhores oportunidades no mundo de trabalho, com empregos de qualidade, em vez de se sujeitar a empregos informais e precários devido à baixa escolaridade.

A educação é considerada uma variável fundamental para o acesso às oportunidades de emprego e renda na sociedade. No Brasil, os maiores níveis de escolaridade possuem vínculo direto com o aumento da empregabilidade e retorno salarial, por consequência das

desigualdades sociais. Essa constatação está em conformidade com o relatório da “*Education at a glance 2018: OECD indicators*”, o qual informa que no Brasil uma pessoa com diploma de nível superior possui maior chance de adentrar no mundo do trabalho, efetivar seus direitos sociais, e nesse sentido, o Brasil perde somente para Costa Rica como país mais desigual no relatório. Assim, “expandir o acesso a esse nível de ensino, ampliando a participação de grupos desfavorecidos, seria uma forma de promover maior igualdade de oportunidades no País, conclui o relatório da OCDE”. (IBGE, 2018, p. 93).

No Brasil, as lutas contra a pobreza têm se caracterizado, historicamente, por ações de caráter assistencialista, paternalista e eleitoreiro. Com a Constituição Federal de 1988 iniciou-se um marco de mudanças no paradigma da proteção social. Primeiramente, foram determinados no artigo 6º os direitos sociais, que são: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Após isso, a assistência social deixou de ter o caráter caritativo e passou a ser considerada um direito de todo cidadão que dela necessitar. Por último, o Estado passou a ser o responsável direto pelo financiamento e gestão das políticas sociais, no sentido da participação entre as esferas federais, estaduais e municipais. (FERRARINI et al., 2016).

Assim, a partir da década de 1990 surgem inovações nas políticas públicas sociais brasileiras. O Estado começa a descentralizar as políticas sociais e amplia o poder dos municípios e a participação da população. Com isso, ele se aproxima dos movimentos sociais, do terceiro setor e estimula os conselhos municipais de controle social. (DRAIBE, 2002).

As políticas públicas têm desempenhado papel fundamental na superação dos problemas econômicos e sociais de famílias que vivem no contexto da pobreza e da vulnerabilidade social. Assim, pensar na superação da pobreza de forma emancipatória, levando em consideração o sistema econômico vigente, remete à questão da inserção no mundo do trabalho em suas múltiplas formas: emprego formal, empreendedorismo individual, empreendedorismo associativo (economia solidária e cooperativismo) e desenvolvimento local.

Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico, torna-se cada vez mais necessária a elevação dos níveis de escolaridade e de qualificação profissional. Com o advento da Lei nº 9.394/96 e do Decreto nº

2.208/97⁸ foi estabelecida uma nova configuração para a educação profissional que, conduzida pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional, foram ofertados cursos de nível básico, destinados à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentes de escolaridade prévia. Esses cursos profissionalizantes permitem ao aluno atualizarem-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho. (BELONI; WONSIK; PEREIRA, 2009).

A LDB foi aprovada através da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Desde a sua promulgação, essa lei já foi inúmeras vezes atualizada. A última atualização ocorreu por meio da Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. A LDB concebe a educação profissional como integrada aos vários níveis e modalidades de educação, às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (BRASIL, LDB, 1996). No quesito organização curricular, a atual legislação confirma os parâmetros que passam a orientar as ofertas educacionais na nova ordem da economia mundial.

As políticas educacionais em pauta, desde a criação da LDB, têm focado numa educação profissional mais abrangente. Enfatiza o desenvolvimento de competências profissionais além do adestramento nas técnicas de trabalho. A seguir, são apresentados segmentos da LDB, descritas em detalhes as políticas educacionais vigentes quanto aos cursos profissionalizantes. A Seção IV-A da LDB, Art. 36 (Brasil, LDB, 1996), se refere especificamente à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e define que: o ensino médio poderá preparar o aluno para uma profissão técnica, desde que seja atendida a formação geral desse discente. Essa habilitação profissional poderá ser oferecida na mesma instituição que oferece o ensino médio ou em cooperação com estabelecimentos especializados em educação profissional. A formação profissional de nível técnico poderá ser oferecida articulada com o ensino médio ou subsequente, destinada aos alunos que já tenham concluído o ensino médio.

A educação profissional articulada com o ensino médio poderá ser oferecida de duas maneiras: integrada e concomitante. A forma integrada é oferecida somente para os alunos que já tenham concluído o ensino fundamental e ocorre na mesma instituição do ensino médio com uma matrícula única; já a concomitante é destinada aos discentes que ingressem no ensino médio ou já estejam cursando, com matrículas distintas para cada curso. Nessa modalidade os cursos podem ocorrer na mesma instituição do ensino médio ou em outras

⁸Esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9>. Acesso em: 14 nov. 2014.

instituições de ensino distintas. Os diplomas dos cursos técnicos profissionais de nível médio terão validade nacional e habilitarão o prosseguimento nos estudos de nível superior, quando registrados. (BRASIL, LDB, 1996).

A qualidade da educação profissional pode desempenhar um papel estratégico para a autonomia humana, mas pela experiência histórica que tem demonstrado, por si só, não garante desenvolvimento econômico; ela precisa estar acompanhada de desenvolvimento social e cultural (BELONI; WONSIK; PEREIRA, 2009). Nesse sentido, é bom lembrar o professor Paulo Freire (2005), para quem a educação torna as pessoas portadoras de sua própria autonomia. Nesse sentido, o governo federal criou o Pronatec com o objetivo de fortalecer a articulação entre a educação profissional e a elevação da escolaridade, promover a valorização social da formação técnica no Brasil e, assim, ampliar as oportunidades de inserção e reinserção profissional, contribuindo para o desenvolvimento de país tanto na dimensão econômica quanto social.

O Pronatec também possui como finalidade superar a pobreza do país, criar oportunidades para as classes menos favorecidas elevarem sua renda e terem um acesso facilitado à educação. Esse programa foi criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com os seguintes objetivos:

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011, p. 1).

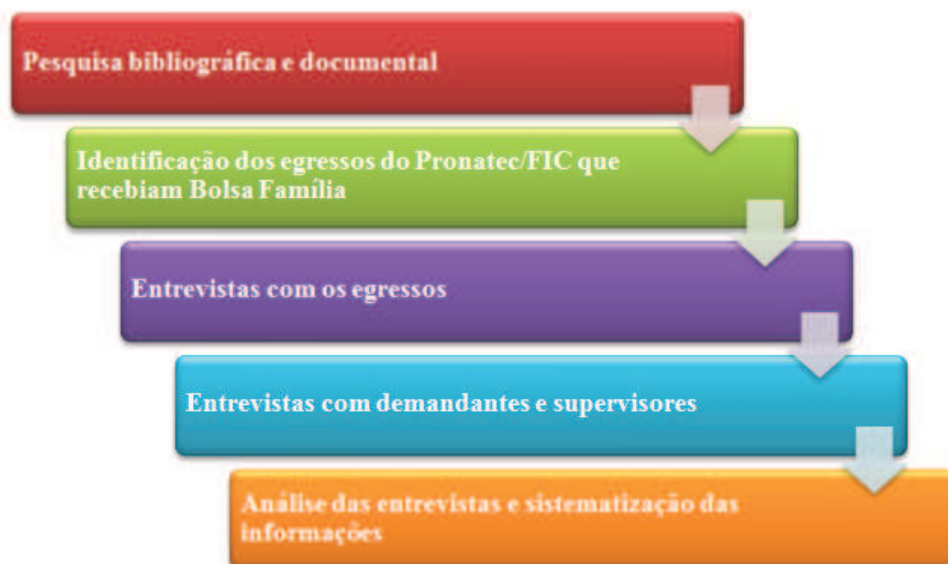
Pode-se dizer que o Pronatec se apresenta como uma oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza e da desigualdade, combate à vulnerabilidade das pessoas e formação para a cidadania. O Programa propõe oportunidade de escolhas e formação de uma consciência crítica rumo ao fortalecimento das ações representativas, empreendedoras e democráticas para os beneficiários do PBF nas mesorregiões nordeste e noroeste do Rio Grande do Sul. Quanto a outras produções teóricas sobre o Pronatec, pode-se dizer que elas crescem a cada dia. Ao fazer uma busca se percebeu um grande número de dissertações de

mestrado sobre o programa, porém teses de doutorado são muito poucas. Os trabalhos pesquisados fazem uma avaliação da implementação do programa, trazendo seus problemas e desafios como a evasão e a inserção dos egressos no mundo de trabalho, outros trazem a sua relação com o PBF, com o ensino médio, com a educação profissional em diversas regiões do Brasil. No IFRS – Campus Sertão até o momento desta pesquisa ainda não havia pesquisa com os dados do Pronatec dos cursos FIC.

6.3 Amostra e instrumento de coleta

A pesquisa teve como sujeitos os alunos, supervisores e parceiros demandantes dos cursos FIC oferecidos pelo Pronatec no IFRS – Campus Sertão nos anos de 2013 e de 2014. Esse período foi estabelecido porque foi somente nesses dois anos que o IFRS – Campus Sertão ofereceu os cursos FIC para a comunidade. Para a realização do estudo de caso, os procedimentos e instrumentos utilizados para a coleta de dados foram análise de documentos e entrevistas. Para melhor compreensão dos procedimentos metodológicos utilizados, apresenta-se o caminho que possibilitou concretizar a pesquisa na Figura 2:

Figura 2 – Processo da Pesquisa



Fonte: Autora, 2018.

A Figura 2 demonstra que, primeiramente, foram pesquisadas em fontes bibliográficas e documentais, conceitos, características e processos de implantação do programa, matrículas, concluintes, evasão, entre outras peculiaridades existentes. A pesquisa bibliográfica foi elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de

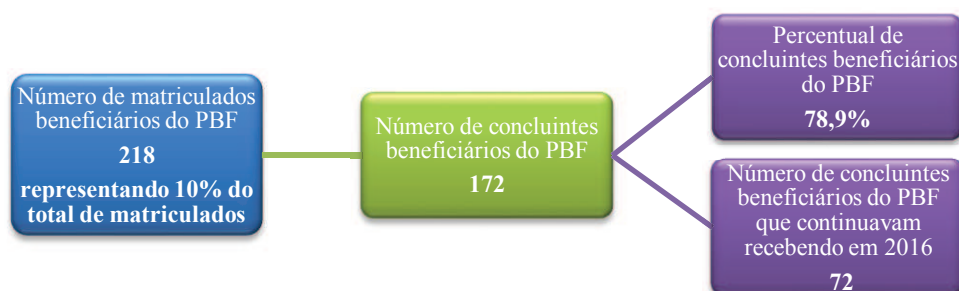
periódicos e com material disponibilizado na Internet. Já a pesquisa documental contemplou documentos, elaborados com finalidades diversas, como autorização, comunicação, legislação, entre outros.

Na sequência foi realizado o contato com os CRAS dos municípios da região, para identificar os participantes do programa que recebiam o benefício do PBF no ano da realização do curso e se em 2016 continuavam recebendo ou não esse auxílio. Também nesta etapa foram analisados documentos desses participantes durante sua inscrição e frequência nos cursos.

Para analisar as contribuições do Pronatec a partir da subjetividade de seus beneficiários, foi importante distinguir as relações entre as representações e concepções desses beneficiários e o contexto social em que eles se inserem, visto que as articulações do ser humano possuem uma base social. (BERTRAND, 1989).

A etapa descrita foi realizada no período de setembro a novembro de 2016. O contato com os CRAS foi por telefone e depois via e-mail nos 25 municípios onde os cursos foram realizados nos anos de 2013 e 2014. Após o retorno dos dados verificou-se que em seis municípios não havia nenhum aluno matriculado que fosse beneficiário do PBF. Os demais dados coletados constam na Figura 3.

Figura 3 - Informações sobre os beneficiários do PBF que realizaram os cursos FIC ofertados pelo IFRS – Campus Sertão nos anos de 2013 e de 2014



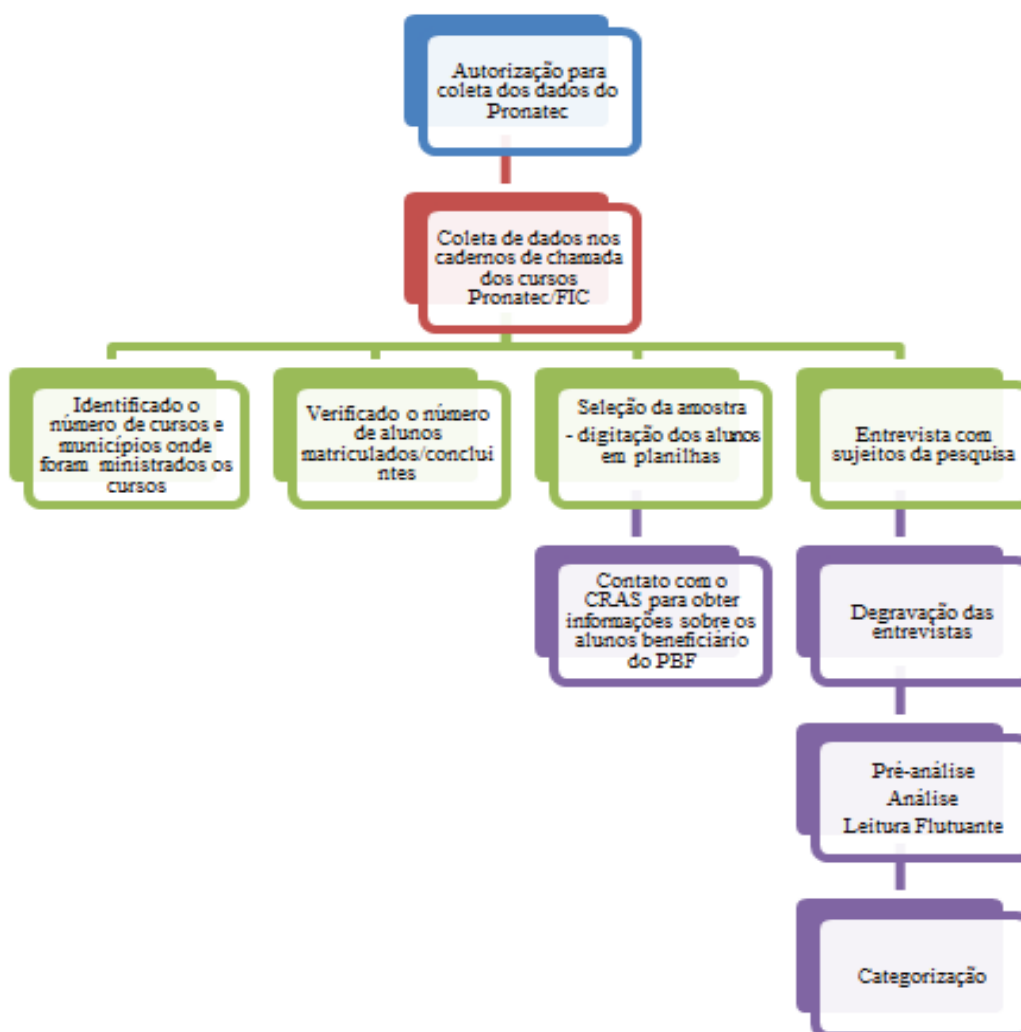
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As etapas seguintes, descritas na Figura 4, fazem parte do mapeamento da pesquisa, como será demonstrado a seguir.

6.4 Mapeamento da amostra e análise dos dados

Antes de descrever as etapas subsequentes com a identificação dos egressos do Pronatec que recebiam Bolsa Família, demonstra-se como se chegou a estes na pesquisa exploratória.

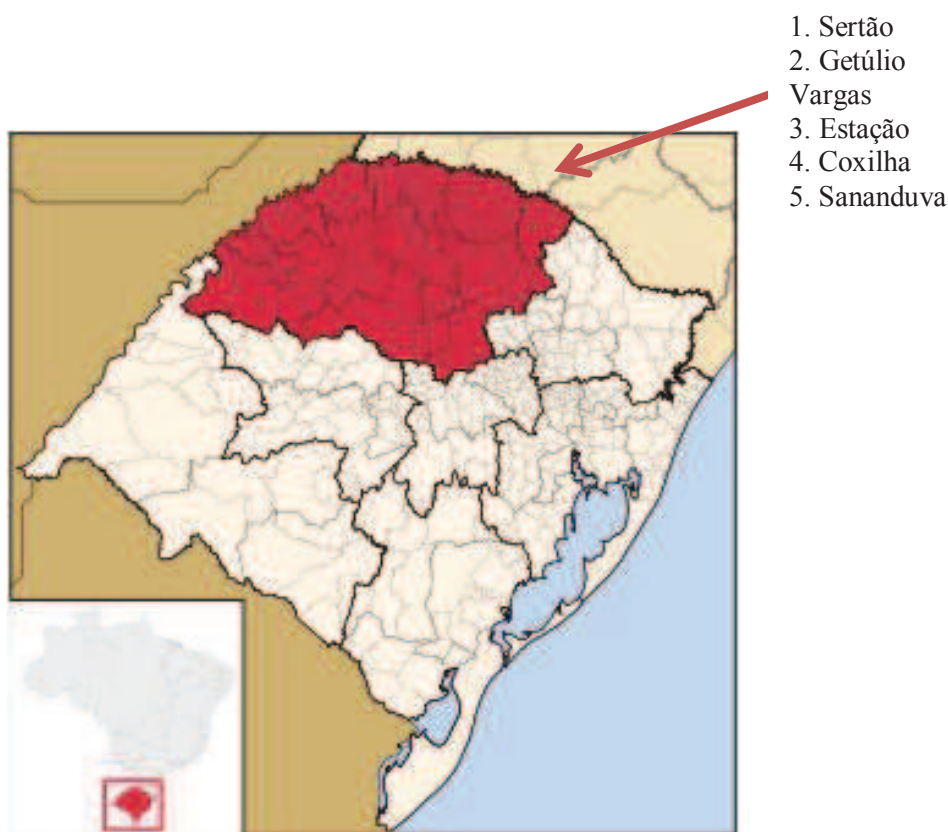
Figura 4 - Mapeamento da amostra



Fonte: Autora, 2018.

A etapa da entrevista do público identificado visou verificar os efeitos sociais e econômicos do programa, ou seja, o que mudou na vida dessas pessoas após a realização de um curso Pronatec no IFRS – Campus Sertão. Os entrevistados foram escolhidos em conjunto com o responsável pelo CRAS dos municípios de Sertão, Estação, Getúlio Vargas, Coxilha e Sananduva. A escolha dessas cidades se deu pela proximidade da pesquisadora.

Figura 5 – Localização dos municípios onde foi realizada a pesquisa



Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

A entrevista com os parceiros demandantes do Pronatec/FIC no IFRS – Campus Sertão, que são: os CRAS e os Sindicatos Rurais dos municípios da região e, também, os supervisores dos cursos FIC no IFRS – Campus Sertão objetivou a produção de conhecimentos sobre a realização do programa no local. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 51) “a entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio de interrogatório do informante, dados para a pesquisa”. Na pesquisa qualitativa as entrevistas podem ser de vários tipos, constituindo um espectro que vai desde uma conversa informal até um questionário padronizado. O grau de formalidade deve ser definido de acordo com os objetivos da pesquisa. Estes também definem quem entrevistar, o conteúdo das entrevistas, o número de pessoas entrevistadas e o tipo de entrevista apropriada para cada caso, que pode ser semiestruturada, com ou sem roteiro prévio (VICTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000).

Desse modo, foram entrevistados 3 (três) supervisores, 5 (cinco) demandantes e 12 (doze) alunos egressos dos cursos Pronatec/FIC. No Quadro 4 constam as legendas referentes aos supervisores, as quais serão utilizadas na apresentação dos resultados; o tempo de atuação

de cada um, a área de coordenação, bem como os eixos tecnológicos do Guia Pronatec de Cursos FIC da SETEC/MEC. Sobre estes, cabe elucidar que inicialmente apenas um supervisor coordenava todos os cursos Pronatec/FIC do IFRS – Campus Sertão. O aumento da oferta desses cursos gerou a necessidade de mais um supervisor, resultando na divisão dos eixos. Assim, o eixo Recursos Naturais direcionados para cursos da área rural, denominados, internamente, de FIC campo e os demais cursos voltados para área urbana tiveram uma denominação interna de Educação, Comércio e Serviços, cada um com seu respectivo supervisor.

No Quadro 6 são apresentadas as instituições demandantes, totalizando 5 (cinco), uma por município conforme Figura 5, sendo 4 (quatro) CRAS e 1 (um) Sindicato Rural.

Quadro 6 – Supervisores dos cursos Pronatec/FIC

		Tempo de atuação	Área do Pronatec FIC	Eixos Tecnológicos
S1	Supervisor	3 anos	Campo	Recursos Naturais
S2	Supervisor	1 ano	Educação, Comércio e Serviços	Demais eixos, exceto Recursos Naturais
S3	Supervisora	8 meses	Educação, Comércio e Serviços	Demais eixos, exceto Recursos Naturais

Fonte: Autora, 2018.

Quadro 7 – Demandantes dos cursos Pronatec/FIC

	Requerentes	Instituição
D1	Demandante	CRAS
D2	Demandante	CRAS
D3	Demandante	CRAS
D4	Demandante	CRAS
D5	Demandante	Sindicato Rural

Fonte: Autora, 2018.

Na Tabela 1 demonstram-se os sujeitos egressos, que totalizaram 12 (doze), sendo 7 (sete) concluintes e 5 (cinco) desistentes. A seleção desses sujeitos ocorreu da seguinte forma: de posse da lista dos egressos dos cursos Pronatec/FIC e que também eram beneficiários do PBF⁹, a pesquisadora foi até as instituições demandantes de cada município e solicitou o contato telefônico de um Egresso Concluinte (EC) e um Egresso Desistente (ED).

Todavia, a lista disponibilizada pelos demandantes contemplou um número maior de sujeitos que o solicitado, o que resultou num procedimento de seleção que incluiu aqueles que se prontificaram a participar da pesquisa.

⁹ Os beneficiários foram compreendidos neste estudo como todo e qualquer membro da família, incluindo filhos e o responsável direto pelo recebimento do benefício.

Tabela 1 - Cursos realizados pelos egressos entrevistados

Egressos	Cursos	Ano	Municípios
EC1	Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	2014	Coxilha
EC2	Agricultura Familiar	2014	Sananduva
EC3	Auxiliar Técnico em Agropecuária	2013	Sertão
EC4	Auxiliar Administrativo	2013	Sertão
EC5	Agente de Alimentação Escolar	2013	Getúlio Vargas
EC6	Cabeleireiro Assistente	2014	Estação
EC7	Mecânico de Máquinas Agrícolas	2014	Sertão
ED1	Produtor de Embutidos e Defumados	2013	Sertão
ED2	Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	2014	Coxilha
ED3	Auxiliar de Cozinha	2014	Getúlio Vargas
ED4	Cabelereiro Assistente	2014	Estação
ED5	Carpinteiro de Obras	2013	Estação

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Como instrumento de pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada devido a sua versatilidade, ou seja, o pesquisador pode obter resultados mais aprofundados sobre a opinião dos entrevistados e, ao mesmo tempo, ele também pode direcionar as perguntas de modo que a pesquisa não vire uma divagação. Para Triviños, a entrevista semiestruturada pode ser concebida e desenvolvida da seguinte forma:

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, 2010, p.146).

O processo de análise dos resultados contemplou a técnica de análise de conteúdo, de Bardin (2009), que segue as seguintes fases para o processo de categorização dos dados coletados: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A análise de conteúdo compreende as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com o objetivo de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas). Mais detalhadamente, a análise de conteúdo pode ser conceituada como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2009, p.42).

Diante do exposto, constata-se que a análise de conteúdo é um agrupamento de técnicas de análise de comunicações, que tem como finalidade transcender as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Para Chizzotti (2006, p. 98), o objetivo da análise de conteúdo é “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Com relação às comunicações, Bauer e Gaskell (2008) afirmam que os materiais textuais escritos são os mais tradicionais na análise de conteúdo, podendo ser trabalhados pelo pesquisador na busca por respostas às questões da pesquisa.

Desse modo, inicialmente realizou-se a pré-análise das entrevistas, as quais foram transcritas, buscando-se informações sobre o problema e o objetivo levantados no estudo. (BARDIN, 2009). Após, iniciou-se sua leitura flutuante, para posteriormente materializar a preparação do material, etapa de análise e efetuar, então, a exploração do material.

Nessa etapa, consolidaram-se as categorias iniciais e intermediárias: questão social, trabalho, educação e políticas sociais, com o objetivo de compreender os dados obtidos. Em seguida, visando abrir outras perspectivas de análise, foram agrupadas as categorias: perfil do público, motivo da evasão, operacionalização dos cursos Pronatec/FIC, efeitos socioeconômicos, para agrupar temas com características semelhantes em uma mesma categoria, dando origem as categorias finais do estudo, que apresentaram maior relevância e constância, conforme se apresenta no capítulo dos resultados do estudo.

6.5 Implantação do Pronatec no IFRS - Campus Sertão

O IFRS – Campus Sertão aderiu ao Pronatec em 2011. Neste mesmo ano, o Diretor Geral do Campus nomeou um Coordenador Adjunto para o programa. As demais vagas, como supervisores de cursos, orientadores educacionais e equipe de apoio técnico e administrativo, bem como, os referidos professores foram selecionados através de Editais de Seleção em 2012.

A equipe do Pronatec (supervisores, orientadores e equipe de apoio) trabalhava no programa no turno inverso ao seu horário normal de trabalho no IFRS - Campus Sertão. A carga horária semanal desses profissionais não poderia se estender a 20 horas semanais, pois todos recebiam uma bolsa para trabalhar no programa.

As aulas nos cursos do Pronatec iniciaram em maio de 2012 no IFRS - Campus Sertão. No entanto, a equipe do programa começou suas atividades anteriormente com a divulgação,

nos municípios próximos ao Campus, dos cursos do Pronatec que estariam sendo ofertados na Instituição. A mesma equipe visitou as secretarias de educação e as escolas estaduais.

A partir de maio de 2012 foram oferecidos três cursos técnicos no IFRS - Campus Sertão: Curso Técnico em Comércio, 70 vagas; Curso Técnico em Agropecuária, 70 vagas, e Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, 60 vagas, totalizando 200 vagas em seis turmas, duas de cada curso. Os alunos eram oriundos dos municípios de Sertão, Coxilha, Passo Fundo, Ibiaçá, Tapejara, Vila Lângaro, Estação, Erebang, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul e Charrua.

No ano de 2013, o IFRS – Campus Sertão ofereceu mais quatro turmas de cursos técnicos em municípios próximos. Em Tapejara foram ofertados dois cursos: Técnico em Comércio e Manutenção e Suporte em Informática, com uma turma de cada curso. Em Capão Bonito do Sul e em Esmeralda também foi ofertada uma turma em cada cidade, do Curso Técnico em Agropecuária. Em 2014, também, foi oferecida uma turma do curso Técnico em Agropecuária no município de Três Palmeiras.

Os cursos FIC passaram a ser ofertados pelo Campus Sertão nos anos de 2013 e 2014. Ao total, foram oferecidos 83 cursos para 25 municípios próximos à Instituição, com disponibilidade de mais de 2400 vagas. Os cursos FIC, com as suas respectivas cargas horárias, e as cidades onde foram oferecidos esses cursos pelo IFRS - Campus Sertão nos anos de 2013 e 2014 podem ser vistos nos quadros a seguir:

Quadro 8 - Cursos Pronatec/FIC ofertados pelo IFRS - Campus Sertão nos anos de 2013 e 2014

	Curso FIC	Carga horária	Cidades e número de vezes ofertado	Nº de vezes ofertados nos municípios	Eixo Tecnológico
1	Agente de Alimentação Escolar	160h	Getúlio Vargas	1	Desenvolvimento Educacional e Social
2	Agricultor Agroflorestal	200h	Pontão	1	Recursos Naturais
3	Agricultor Familiar	200h	Sananduva	3	Recursos Naturais
			Sarandi	1	
			Soledade	1	
			Ibiaçá,	1	
			Cacique Doble	1	
4	Agricultor Orgânico	160h	Pontão	1	Recursos Naturais
5	Apicultor	160h	Pontão	2	Recursos Naturais
6	Auxiliar Administrativo	180h	Sertão	2	Gestão e Negócios
7	Auxiliar de Cozinha	200h	Getúlio Vargas	1	Turismo, Hospitalidade e Lazer
8	Auxiliar de Fiscalização Ambiental	160h	Pontão	1	Ambiente e Saúde
9	Auxiliar Técnico em Agropecuária	200h	Sertão	1	Recursos Naturais
			Pontão	1	
			Sarandi	1	
			Rondinha	1	
			Sananduva	1	

			Tunas	1	
			Barracão	1	
			Jacuizinho	1	
			Campos Borges	1	
10	Bovino Cultor de Leite	200h	Pontão	2	Recursos Naturais
			Constantina	1	
			Ronda Alta	1	
11	Cabeleireiro Assistente	200h	Estação	1	Ambiente e Saúde
			Getúlio Vargas	1	
			Sertão	1	
12	Carpinteiro de Obras	200h	Estação	1	Infraestrutura
13	Cuidador de Idoso	160h	Sertão	1	Ambiente e Saúde
			Tapejara	1	
14	Desenhista Mecânico	160h	Tapejara	1	Controle e Processos Industriais
15	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	200h	Soledade	1	Controle e Processos Industriais
16	Fruticultor	200h	Esmeralda	1	Recursos Naturais
			Pontão	1	
17	Horticultor Orgânico	160h	Ibiraiaras	1	Recursos Naturais
			Pontão	1	
18	Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	180h	Tapejara	1	Turismo, Hospitalidade e Lazer
19	Inglês Básico	160h	Sertão,	1	Desenvolvimento Educacional e Social
			Campos Borges	1	
			Ciríaco	1	
20	Inseminador Artificial de Animais	200h	Pontão	2	Recursos Naturais
21	Inspetor Escolar	160h	Sertão	1	Desenvolvimento Educacional e Social
22	Introdução à Interpretação em Libras	160h	Passo Fundo	1	Desenvolvimento Educacional e Social
23	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	160h	Getúlio Vargas	1	Desenvolvimento Educacional e Social
24	Manicure e Pedicure	160h	Getúlio Vargas	1	Ambiente e Saúde
			Três Palmeiras	1	
25	Maquiador	160h	Sertão	1	Ambiente e Saúde
			Três Palmeiras	1	
26	Mecânico de Máquinas Agrícolas	160h	Getúlio Vargas	1	Controle e Processos Industriais
			Sertão	1	
			Rondinha	1	
27	Montador e Reparador de Computadores	160h	Getúlio Vargas	1	Informação e Comunicação
			Sertão	1	
28	Operador de Computadores	160h	Sertão	1	Informação e Comunicação
29	Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	160h	Sertão	2	Recursos Naturais
			Coxilha	1	
			Campos Borges	1	
			Capão Bonito do Sul	1	
30	Operador de Sistemas de Irrigação	160h	Pontão	1	Recursos Naturais
31	Padeiro	200h	Pontão	2	Produção Alimentícia
			Tapejara	1	
			Soledade	1	
			Rondinha	1	
32	Padeiro e Confeiteiro	160h	Sertão	1	Produção Alimentícia
33	Produtor Agropecuário	200h	Pontão	1	Recursos Naturais

34	Produtor de Embutidos e Derivados	160h	Sertão	1	Produção Alimentícia
			Cacique Doble	1	
			Constantina	1	
35	Produtor de Frutas, Hortaliças e Plantas Aromáticas processadas por secagem e desidratação	200h	Constantina,	1	Produção Alimentícia
			Ibiaçá	1	
			Ibiraiaras	1	
			Almirante Tamandaré do Sul	1	
36	Programador Web	200h	Tapejara	1	Informação e Comunicação
37	Viveirista de Plantas e Flores	160h	Sertão	1	Recursos Naturais

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Com o surgimento dos cursos FIC, a equipe do Pronatec no IFRS – Campus Sertão foi ampliada e dividida. Um grupo ficou com os cursos de Ensino Profissional e Tecnológico (EPT), destinados aos alunos regularmente matriculados nas instituições públicas de ensino médio de seus municípios que, no contra turno escolar, realizavam os cursos técnicos do Pronatec, com duração mínima de 800 horas. O outro grupo trabalhava com os cursos FIC, que se destinavam aos trabalhadores de diferentes perfis e também para os beneficiários dos programas de transferência de renda do governo federal. Esses cursos eram mais curtos, com carga horária mínima de 160 horas, duravam em torno de 3 meses e se realizavam no município de origem dos alunos.

É importante salientar que a captação e estimulação da população ou de determinados grupos sociais para participarem dos cursos do Pronatec, bem como a seleção e a pré-matrícula dessas pessoas, ficaram sob a responsabilidade dos parceiros demandantes. No IFRS – Campus Sertão os parceiros demandantes dos cursos de EPT foram as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), dos cursos FIC Campo foram os Sindicatos Rurais ou as Secretarias de Agricultura e, dos cursos FIC Educação, Comércio e Serviços foram os CRAS dos municípios.

Todos os cursos oferecidos pelo Pronatec no IFRS – Campus Sertão foram concluídos, exceto o Curso Técnico em Agropecuária que foi ofertado no município de Três Palmeiras em 2014. Como o IFRS – Campus Sertão não aderiu ao Pronatec em 2015, a partir deste ano não foi oferecido mais nenhum curso Pronatec na instituição e como faltavam dois anos para o término deste curso técnico, os alunos estão esperando para que retornem as aulas.

Com base nas declarações de um dos supervisores do Pronatec/FIC Campo é possível verificar que o IFRS – Campus Sertão tinha interesse em aderir aos cursos do Pronatec em 2015 e concluir aquele iniciado em Três Palmeiras, até para não gerar uma imagem negativa para a instituição. Porém, o referido campus não tinha autonomia para realizar a adesão e a

reitoria não desejava a continuidade dos cursos devido aos entraves vivenciados pelo programa anos anteriores. Isto pode ser confirmado na fala do supervisor:

Foi iniciado um curso Técnico em Agropecuária do Pronatec em Três Palmeiras e conseguimos dar um ano e terminou o Pronatec, eles estão esperando até hoje para terminar o curso. Quando surgiu uma possibilidade no ano retrasado (2015) de voltar o Pronatec, me ligou o supervisor de Porto Alegre e disse que estava com todos os cursos na mão, mas vocês têm que aderir aos cursos. Eu disse vocês quem? O Instituto, a reitoria, não o Campus, mas aí eles não quiseram porque deu muita bagunça, muita confusão para eles, mas tinha todos os cursos e o Campus Sertão não tem autonomia para pegar. (S1).

Neste capítulo demonstrou-se a trajetória da pesquisadora para concretizar o estudo de caso, cujo objeto foi o Pronatec. Para tanto, evidenciou-se a relação *sine qua non* da Educação como um indicador importante para redução das desigualdades. Para reduzir essas desigualdades cada vez mais há necessidade de programas e políticas sociais que estimulem o crescimento igual ou superior ao que foi constatado no período de 2013 a 2014, quando os índices de desigualdade e vulnerabilidade reduziram no país. Todavia, o Pronatec foi apenas uma das políticas sociais para esse fim, como será demonstrado nos resultados deste estudo.

7 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Neste capítulo o objetivo é apresentar os efeitos sociais e econômicos decorrentes dos Cursos Pronatec/FIC na vida dos beneficiários que realizaram os cursos ofertados pelo IFRS Campus Sertão. A pesquisa foi realizada com os egressos (concluintes/desistentes), supervisores e demandantes. A análise de conteúdo revelou quatro categorias, consideradas as mais importantes, que foram: motivo da evasão, operacionalização, efeitos socioeconômicos e motivo da conclusão, todas relacionadas aos cursos Pronatec/FIC.

Para melhor compreensão dos dados analisados, os entrevistados foram nomeados mediante as legendas que constam no Quadro 6, 7 e Tabela 1. Inicia-se a apresentação dos dados. Estão caracterizados na Tabela 2 e Tabela 3, os egressos beneficiários do PBF, concluintes e desistentes, quanto à idade, ao estado civil, ao sexo, à escolaridade, à atividade/ocupação, ao número de filhos e idade destes, no momento da entrevista, que foi realizada em 2017.

Em relação aos sujeitos beneficiários do PBF, identificou-se que dentre os egressos entrevistados, encontra-se também os familiares da beneficiária (em todos os casos, mulheres) que viviam sob a cobertura do benefício, o que justifica os sujeitos masculinos e femininos com idade entre 18 e 23 anos.

As Tabelas 2 e 3 evidenciam que os beneficiários concluintes e desistentes possuem baixa escolaridade, vulnerabilidades sociais e econômicas, necessitando de qualificação profissional para minimizar suas fragilidades e adentrar no atual mundo de trabalho.

Tabela 2 – Perfil dos beneficiários concluintes

Nº	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Atividade/Ocupação em 2017	Nº de filhos	Idade dos filhos
1	Masculino	18	Solteiro	2º Grau Incompleto	Não trabalha, só estuda	-	-
2	Masculino	23	Solteiro	Superior Incompleto	Funcionário público municipal	-	-
3	Feminino	20	Solteira	1º Grau Completo	Dona de casa	2 enteados	13 e 17 anos
4	Feminino	21	Solteira	Superior Incompleto	Caixa e atendente	-	-
5	Feminino	33	Casada	1º Grau Incompleto	Doméstica	2	2 e 11 anos
6	Feminino	39	Casada	2º Grau Completo	Manicure e diarista	2	4 e 15 anos
7	Masculino	20	Solteiro	2º Grau Completo	Prestador de serviços em aviários	-	-

Fonte: Autora, 2018.

O perfil dos egressos concluintes revela que o benefício advindo do PBF oportunizou que os filhos dos beneficiários permanecessem na escola e concluíssem os cursos do Pronatec/FIC. O PBF demonstra seus resultados também nesse âmbito na medida em que os filhos das famílias beneficiárias, que estão concluindo o ensino médio, já conseguem completar sua formação sem interrupções e almejar posições melhores no mercado de trabalho. (AMÂNCIO, 2015).

Tabela 3 – Perfil dos beneficiários desistentes

Nº	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Atividade/Ocupação em 2017	Nº de filhos	Idade os filhos
1	Feminino	47	Casada	1º Grau Completo	Servente de limpeza	2	16 e 22 anos
2	Feminino	36	Divorciada	2º Grau Completo	Agente Comunitária de Saúde	2	12 e 20 anos
3	Feminino	26	Solteira	1º Grau Completo	Diarista	1	6 anos
4	Feminino	42	Separada	1º Grau Incompleto	Do lar	6	20, 19, 16, 14, 11 e 6 anos
5	Feminino	35	Solteira	1º Grau Incompleto	Auxiliar de limpeza	2	20 e 6 anos

Fonte: Autora, 2018.

Demonstrado o perfil dos egressos, passa-se a análise das categorias já mencionadas no estudo.

7.1 Motivo da evasão

Os cursos Pronatec/FIC, enquanto políticas sociais visaram qualificar para o mundo do trabalho indivíduos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para tanto, utilizaram cursos de curta duração de qualificação profissional e estes ocorreram em 25 municípios nos anos de 2013 e 2014, sendo disponibilizados 37 cursos que foram ofertados 83 vezes. Os cursos eram escolhidos pelos demandantes, em conformidade com a realidade e necessidade de cada município, já que os mesmos buscavam, simultaneamente, qualificar para o trabalho formal ou fomentar o empreendedorismo individual ou associativo.

Paradoxalmente, a pesquisa evidenciou que ocorreram desistências. Estas se efetivaram por inúmeros motivos e comprometeram, muitas vezes, o programa. Observa-se pela fala de ED1: “Eu achava muito forte trabalhar o dia todo e depois ficar até umas horas porque a gente fazia o curso ali mesmo na Agroindústria. Então, eu tinha que sair porque é bastante esforçado o trabalho e daí fica até umas horas da noite todos os dias, eu não consegui

ir até o fim”. A desistência é justificada pela jornada dupla e considerada cansativa pela egressa desistente, demonstrando que a sua primeira opção foi manter o emprego e não a oportunidade de melhorar a qualificação profissional. Todavia, foram destacados por ED1 fatores que contribuíram com a desistência, como o tempo do curso diário, que durava 3h e 30min., tornando-se desgastante para quem trabalhava o dia inteiro, uma vez que se tornava difícil prestar a atenção e aprender em razão do sono, conforme relato.

No mesmo sentido, ED5 quando questionada sobre sua desistência falou que: “Eu tive que trabalhar nessa empresa que eu trabalho né, eu fui chamada lá. Como era no sábado, eu também trabalho no sábado né, daí não dava mais”.

Também a desistência decorre da necessidade de trabalhar e não poder conciliar as duas atividades, entretanto, é importante salientar que o curso não tem relação com a conquista do emprego formal, já que o curso realizado era de Carpinteiro de Obras e a atividade que a aluna desempenha na empresa é auxiliar de limpeza. Por outro lado, ED5 afirmou que se pudesse conciliar as duas coisas, terminaria o mesmo curso ou faria outro curso se continuasse o Pronatec.

Desse contexto, se extrai uma percepção positiva da entrevistada sobre o Programa. Fatores adversos contribuíram também para aumentar o número de egressos desistentes, ED2 se afastou devido à depressão, ED3, mencionou problemas pessoais e ED4 explicou que: “Por causa do meu bebê, esse de 6 anos.... É, dava muita convulsão, daí não tinha como eu deixar com os de menor [irmãos]... aí tive... era parte da noite daí... era muito difícil...”. Na época da desistência o filho da ED4 se encontrava com 3 anos. Cabe destacar ainda que a ED4 possui dois filhos com epilepsia, um com 14 anos e outro com 6 anos.

Algumas alunas explicaram que gostariam de terminar o curso que estavam fazendo e outras que demonstraram interesse em realizar outros cursos do Programa, se o mesmo tivesse continuidade. Por ser o perfil dos egressos desistentes predominantemente feminino, a desistência se deu em razão da falta de estrutura de serviços sociais, que viabilizem acesso a creches para os filhos, dificuldades de conciliar os cursos com a realidade familiar, a baixa escolaridade que dificulta acompanhar os conteúdos ministrados. Esses são alguns dos fatores relevantes para a desistência.

Os relatos vêm ao encontro das colocações de Ferrarini (2008), quando diz que os cursos de qualificação para as pessoas em situação de vulnerabilidade social por si só não são capazes de enfrentar as questões mais complexas que fazem parte do seu cotidiano. Como diz Ferrarini (2008, p. 60) “[...] os programas de geração de trabalho e renda têm dificuldade na

obtenção de êxito significativo com grupos de baixa escolaridade que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social e com pouco exercício de autonomia [...]”. Esta colocação pode ser confirmada nas Tabelas 1 e 2, que demonstram a escolaridade dos egressos. Acrescente-se ainda que, as dificuldades vivenciadas nas comunidades de baixa renda, para obtenção de êxito com programas de geração de trabalho e renda demandam a efetivação de políticas públicas que assegurem direitos, como saúde, educação, segurança, saneamento, informação, dentre outros.

Esses dados também encontram respaldo no estudo de Martins (2016), que analisou o Pronatec/Brasil Sem Miséria (BSM) como uma ação de inserção e/ou reinserção da população vulnerável ao mercado de trabalho por meio da qualificação profissional. Identificou que a situação das mulheres entrevistadas em sua maioria abrange a falta de oportunidade para continuar seus estudos e ingressar no mercado formal de trabalho, em razão de serem donas de casa, mães e esposas. Desse modo, “um dos desafios para o Programa é levar em consideração a realidade dessas mulheres, que, ou nunca tiveram um emprego formal ou já se encontram fora do mercado de trabalho”. (p. 121). Portanto, o ingresso das mulheres ao mercado formal de trabalho depende não apenas de políticas de transferência de renda, mas também da universalização do acesso às creches e também uma mudança na cultura organizacional das unidades ofertantes. (AMÂNCIO, 2015).

Outro ponto recorrente nas entrevistas refere-se às faltas e à evasão dos alunos. (MARTINS, 2016, p. 121). Além da falta de planejamento, a tardia descentralização dos créditos para a efetivação do projeto, o índice baixo de conclusão nos cursos - em média 48% dos alunos matriculados - e as altas taxas de abandono e evasão - em torno de 10% - são elementos combinados que ajudam a explicar a execução do Pronatec no Instituto Federal da Paraíba (IFPB). (RIBEIRO, 2017).

O Pronatec, numa perspectiva cidadã, representa uma política pública que tentou, pela primeira vez, alcançar essa população mais vulnerável, oferecendo uma qualificação profissional voltada para as pessoas que possuem baixa escolaridade. Entretanto, houve limitações que contribuíram para a desistência dos alunos.

7.2 Operacionalização dos cursos Pronatec/FIC

Os entrevistados foram indagados sobre a percepção dos cursos, quanto à estrutura e à infraestrutura pedagógica, assim como em relação ao apoio financeiro dado pelo Programa para todos os alunos que frequentavam regularmente as aulas. Inicia-se pela percepção dos

supervisores e demandantes sobre o planejamento e a implementação dos cursos Pronatec/FIC.

Verificou-se a implantação e o planejamento dos cursos do Pronatec/FIC na visão dos demandantes e dos supervisores que relataram como foram ofertados os cursos nos municípios, quanto à escolha dos cursos a serem ministrados. Demonstrou D1 que, sempre houve a preocupação com a demanda, o que era observado nas visitas que faziam junto às famílias, bem como os pedidos que chegavam até o CRAS. Assim, sentaram com a administração para ratificar os cursos que seriam disponibilizados. D2 explicou que: “no início, como começamos em 2013 com os cursos aqui, a maioria foi por sugestão dos ofertantes, depois quando nos apropriamos mais sobre o programa, o município passou a escolher por solicitação dos municípes”.

De acordo com D3, em seu município “foram escolhidos os cursos em uma reunião com pessoas dirigentes do comércio, sindicato e escolas”. O relato de D4 demonstra que a escolha ocorreu mediante uma reunião entre demandante e os setores privados que teriam condições de absorver a mão de obra qualificada. Dentre os cursos disponíveis foi escolhido o de Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas, sendo este o único que teve tempo hábil para ser realizado. Observa-se que tanto D3 como D4 informaram que foi promovido um encontro com empresas do município que poderiam absorver a mão de obra qualificada.

Identifica-se que a falta de conhecimento e informações sobre o programa, principalmente no seu início dificultou a escolha dos cursos. No entanto, gradualmente, foram constatados avanços no processo, que permitiram flexibilidade e considerado um ponto positivo quanto à definição dos cursos pelos municípios.

Diferente é a situação narrada por D5, que diz respeito a um Sindicato Rural, demandante que avaliou a necessidade de qualificar agricultores familiares, priorizando a realidade do seu público, bem como os sujeitos relacionados à sucessão familiar nas propriedades:

[...] discutimos a nossa necessidade, fizemos divulgação do que era o Pronatec, o que se propunha, a quem se dirigia. E as pessoas se inscreveram. Não tivemos inscrição voluntária suficiente, então, fizemos um contato mais intensivo via nossas lideranças nas comunidades desafiando as pessoas a fazerem parte, discutindo inclusive o melhor período da semana, melhor horário para se adequar a possibilidade das pessoas voltarem a estudar. Voltassem no sentido de que tinha muita gente que estava fora da sala de aula literalmente ou de fazer algum curso técnico profissionalizante. Assim, a partir dessa necessidade a gente pautou, então, os vários cursos, inclusive tivemos demandas de mais cursos, mas não foram contemplados. Então, levantamos necessidade aqui, vimos a quantidade necessária

de alunos e aí fizemos o contato com o IFRS – Campus Sertão para poder viabilizar. (D5).

Verifica-se que não se tratava de buscar emprego, mais oportunizar conhecimentos específicos para serem utilizados nas suas propriedades rurais. Relata S1 que:

Em relação aos cursos FIC, quem escolhia eram nossos parceiros nos municípios. Então, eles faziam a pesquisa deles [...] daquilo que eles mais necessitavam (o curso) aí eles enviavam para nós o pedido de tal curso, e a gente fazia a pactuação, o cadastro eles faziam lá também, as inscrições era tudo com eles. A parte deles era essa, pesquisa de mercado.

Nota-se que houve um interesse em focar em cursos que estivessem alinhados à necessidade de qualificação de cada município e, nesse sentido, os demandantes dos CRAS figuraram como mediadores importantes para que o programa alcançasse o público, para o qual, o Pronatec se direcionava. Em relação a essa constatação observe-se o que informa S3:

Pelo FIC da área que eu estava coordenando era sempre do interesse dos CRAS, era o que nós também, claro, poderíamos oferecer quanto à estrutura né, [...]. Então, por exemplo, se o CRAS de uma cidade tinha interesse no curso de Auxiliar de Cabeleireiro, a gente via se era possível né ter esse suporte e daí fechava o acordo com o CRAS da cidade. Então, partia sempre de uma conversa, de um acordo entre o CRAS e a coordenação. Só que, claro, o CRAS tem todo um estudo com a comunidade para ver que tipo de curso que aquela comunidade tinha como anseio. (S3).

Com base no aporte teórico sobre a inclusão produtiva, pode-se dizer que o comentário de S3 encontra respaldo nas conquistas advindas da Constituição Federal de 1988 e da LOAS de 1993, que menciona que a Assistência Social precisa ocupar seu papel nas políticas sociais. Entende-se que a Política de Assistência Social é relevante para que o público em situação de vulnerabilidade possa acessar à qualificação profissional e o trabalho. De acordo com Yazbek (2010, p. 62) essa política “permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros”. Assim, as políticas sociais devem proporcionar a realização de direitos, necessidades e potencialidades das pessoas pertencentes a um Estado.

Dando continuidade ao seu relato, assim mencionou S3:

Tudo tinha que ser muito acertado [...] mas, na medida do possível, como era um curso auxiliar e não um curso técnico, a gente oferecia na medida em que o campus tinha. Naquela época vinha muito auxílio financeiro, então, a gente comprava muito material para os cursos. Como eu ficava com a parte do Comércio tinha curso de

Cabeleireiro, de Cuidador de Idoso, então, tinha muito material. A gente não tinha estrutura, digamos assim, uma estrutura de um salão de beleza, então tinha que ser muita parceria com o CRAS. Então, se eles tinham o equipamento, alguma coisa que pudesse dar esse curso de auxiliar, era possível fornecer o curso, se não tinha algum tipo de estrutura, nem que seja a mínima, não era possível. Tipo padeiro, tinha que ter pelos menos uma sala lá naquele CRAS que a gente pudesse dar esse curso. E o material em si, farinha, no curso de padeiro, essas coisas mais grossas, mais substanciais, o campus com o dinheiro do Pronatec fornecia. O material de consumo era fornecido, já máquinas e equipamentos que precisavam não. O que o campus tinha e pudesse emprestar, que eram coisas mínimas, era possível, senão, não. (S3).

Existem divergências de pesquisadores em relação aos CRAS serem espaços para qualificação profissional e geração de renda. Colin et al (s.d.) argumentam que não cabe à assistência social a oferta de ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra ou de geração de renda. O papel da assistência social restringir-se-ia a contribuir para formação da intersectorialidade. No mesmo sentido, Souza (2013, p. 289) defende que o papel da assistência social compreende “fomentar a entrada dos usuários, dos serviços e benefícios da área da assistência social, ao mercado de trabalho”. A política da assistência social deve garantir direitos e promover a integração e o acesso a outras políticas, não cabendo a ela gerar o próprio trabalho.

A mesma autora ainda afirma que não há uma definição clara sobre as competências da política de assistência social. Assim, as secretarias responsáveis por essa política propagam ações que visam gerar trabalho e renda para as pessoas em situação de vulnerabilidade, amparadas pelo artigo 25 da LOAS:

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social. (BRASIL, 1993).

O estudo realizado não forneceu subsídios para que haja um posicionamento da pesquisadora em relação à assistência social oferecer espaços de qualificação profissional ou não. No entanto, através das entrevistas realizadas foi possível constatar que os cursos Pronatec/FIC demandados pela assistência social sempre priorizaram o público em situação de vulnerabilidade e, também, realizaram vários esforços no sentido de alcançar essas pessoas. Essa situação não ocorreu quando o demandante era o Sindicato Rural.

Em relação à divulgação dos cursos para captação de alunos, verificou-se que essa tarefa ficou sob a responsabilidade dos demandantes, que utilizaram vários meios de

comunicação para alcançar o público: “Por telefone, pela rádio da prefeitura, pelo jornal, tem o site da prefeitura que nós também utilizávamos”. (D1). Da mesma forma, outro demandante comentou que:

Através da imprensa oficial do município, a nossa rádio aqui do município, até nós fomos dar entrevista algumas vezes lá, eu e a que era coordenadora do CRAS na época, nos jornais municipais também. Contratávamos horas do carro de som para fazer propaganda de rua, até para o interior a gente foi fazer propaganda de rua com o carro de som, principalmente, depois que começou a vir o recurso do Acessuas Trabalho, daí a gente tinha o aporte financeiro também. Mas, foi bem divulgado, conseguimos fazer uma divulgação bem boa, bem ampla, principalmente, a gente focava nos bairros que teria o público prioritário que era mais a questão do Bolsa Família e do Cadastro Único. (D2).

Percebe-se que cada demandante utilizou os meios disponíveis nos seus municípios para divulgar os cursos do Pronatec/FIC. Contudo, o objetivo de todos era o mesmo, como pode ser visto na seguinte fala: “geralmente, era feita a divulgação por um programa de rádio, por cartazes e também de boca a boca porque cidade pequena sabe que é fácil. Não teve carro de som” (D3). No município do demandante D4 a publicidade se efetivou via emissora de rádio, “moto de som”, divulgação impressa e telefonemas para o público dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal. O demandante Sindicato Rural comentou como se procedeu a divulgação pela sua entidade:

Foi via rádio, programa de rádio. Também a gente fez visita a Secretaria Municipal de Educação para que também nos colégios, via direção das escolas, pudesse ser divulgado, principalmente, nas escolas rurais, já que o nosso público alvo aqui é a agricultura familiar. E, também, com entidades parceiras e cooperativas de crédito, de produção, de energia que temos aqui no município que chamamos de entidades parceiras, entidades afins. Desta forma, a gente fez chegar até as pessoas a proposta do Pronatec. (D5).

Ainda sobre a divulgação dos cursos para captação de alunos, todos os supervisores informaram que essa tarefa estava a cargo dos demandantes, confirmando, assim o depoimento deles sobre a propagação dos cursos. Compreende-se que os demandantes utilizaram todos os meios disponíveis em seus municípios buscando alcançar o maior número de pessoas interessadas em realizar os cursos oferecidos, dentro dos recursos que dispunham. Cabe inferir que estes não vieram do Pronatec, pois os repasses do programa eram direcionados à Instituição ofertante. Sobre esse assunto, passa-se aos relatos dos demandantes e supervisores.

Sobre o atraso no repasse de recursos financeiros, a maioria alegou que ocorreram problemas referindo-se a atrasos no pagamento das bolsas, tanto para os alunos como para os professores do Programa, como se identifica nas colocações a seguir: “Quando estavam acontecendo os cursos, foi a época em que o governo não repassava para os órgãos que estavam executando. Então, a gente teve atraso no pagamento dos alunos, e isso era uma das reclamações deles”. (D1). “Houve alguns atrasos no pagamento, mas, depois foi regularizado. Tanto para o município, quanto para os alunos, houve atraso no repasse daquele valor do vale alimentação, aquele auxílio que eles recebiam, mas, depois foi regularizado”. (D2). Porém, D2 explica que todos receberam a bolsa, mas ficou nítida a insatisfação deles com a situação, pois não era algo específico de um município e sim de todos. A mesma realidade é a de D3, que afirmou “[...] No primeiro não, mas, no segundo ano teve problemas de atraso no recebimento”. D4 alegou não possuir essa informação. Enquanto que D5 reafirmou que:

Sempre problemas há quando a gente faz este tipo de curso. Sim, teve alguns problemas pontuais que foram no seu tempo, resolvidos. Problemas, às vezes, da ordem documental, às vezes, era mesmo de caixa de quem tinha a função de pagar, às vezes, era problemas do banco que faltava uma atualização de cadastro. Então, tivemos vários problemas, mas resolvemos todos eles e não deixamos nenhum aluno descontente.

Os supervisores também analisaram como se efetivaram os repasses de recursos financeiros, narrando a razão do atraso:

Nossos recursos vinham pela Reitoria. A gente não pegava direto do governo. O governo mandava para Reitoria e a reitoria repassava para os campi onde que tinham os cursos. Quem fazia o repasse para nós era a Reitoria, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Uma coisa que fálhou, um pouco, foi essas verbas porque na realidade sempre atrasava. Apesar de que, quando a gente contratou os bolsistas a gente explicava antes que era em forma de bolsa e que poderia atrasar, mas havia muito tempo, às vezes, até três meses sem receber. Isso prejudicava bastante a equipe em si, não nós que já tínhamos um emprego garantido, mas principalmente, aquele bolsista que isso era a renda dele. Então, essa parte prejudicou um pouco porque não é a mesma vontade que o professor vai para sala de aula, sabendo que não recebe, não recebe, não recebe.... Acaba refletindo na qualidade do curso. (S1).

Segundo o mesmo supervisor, o atraso por parte da reitoria era um reflexo do governo federal que não repassava os recursos financeiros para esta instituição. Já S2, em um tom de ironia, afirmou: “A pergunta tinha que ser outra né, quando deu certo, quando funcionou o repasse, [risos]. Sempre! Sempre teve problemas”. Pode-se dizer que todos os programas sociais do governo federal, não somente o Pronatec apresentaram problemas de execução, de

continuidade, de repasse financeiro, frustrando as instituições envolvidas e a população para o qual estes programas se direcionam. (ALMEIDA, 2017, p. 95). Acrescenta Draibe (2000, p. 1), sobre os recursos financeiros que estes “permanecem muito centralizados no executivo federal, apesar da descentralização fiscal, de forte teor municipalista, realizada pela reforma de 88”. Note-se a fala a seguir:

Na época que eu fiquei não, assim, estavam vindo os pagamentos. Tinha alguma dificuldade com as bolsas porque eram mais questões práticas mesmo, os alunos tinham que entregar os dados, enfim, então, isso demorava. Logo depois, eu fiquei sabendo que começou a diminuir os repasses, logo teve o término do programa. (S3).

A referida supervisora comentou ainda que permaneceu trabalhando no Pronatec até agosto de 2014. Referente às matrículas e as aulas serem realizadas no Campus Sertão, em outros municípios, ou ainda como era determinado o local da realização dos cursos, os demandantes referenciaram que, via de regra, acontecia da seguinte forma: as pré-matrículas pelos demandantes e as matrículas eram efetivadas no IFRS - Campus Sertão. Em relação ao local de realização das aulas, era sempre primado por um local no município que ficasse mais próximo dos alunos. Esse contexto foi confirmado pelos supervisores, como é evidenciado na fala de S3:

Quando nós atendíamos os cursos da cidade de Sertão, eu lembro que teve dois cursos que foram no Campus, usaram a estrutura do Campus, foi o curso de Auxiliar de Confeiteiro ou Padaria, não lembro exatamente, e o de Informática, nível básico. Então, o município fornecia o transporte e os alunos vinham até o campus para utilizar a estrutura do Campus, a Agroindústria, a Padaria e também o Laboratório de Informática. Os outros eram nas cidades mesmo, nas localidades. [...] Vamos pegar exemplos de Getúlio Vargas, então, sempre é a conversa com o CRAS, sempre é esse acordo com o CRAS. Em Getúlio Vargas, todos os cursos foram oferecidos na cidade. O CRAS oferecia o espaço, teve o curso de Manicure e Cabelereiro, que é junto com o CRAS mesmo, eles têm salas de formação. O CRAS “gostava”, digamos assim, não sei se é essa a palavra, dessa parceria porque ele estava atendendo o público alvo que é público do Programa Bolsa Família, mas era definido com o município na negociação, o campus nunca impunha um lugar para o curso acontecer.

Uma fase importante do Programa foi a seleção dos docentes para ministrar os cursos, referente a isto, os demandantes comentaram que ocorria um processo seletivo, inferindo que:

O Instituto deixou bem livre para nós na época. Se nós tínhamos profissionais do município poderíamos utilizar este profissional do município, mas em termos de carpinteiro a gente não conseguiu indicar ninguém e de cabeleireiro fomos atrás de

um profissional, mas este acabou esbarrando na documentação e não conseguiu, então, o Instituto que indicou para nós os profissionais. (D1).

A seleção dos docentes ficava sob a responsabilidade do ofertante, entretanto, os CRAS tinham liberdade para indicar alguém do município e foi regra o processo seletivo para todos os candidatos inscritos. (D2). Nesse ponto, nota-se mais uma vez a flexibilidade do Programa, o qual não comportava imposições horizontais no quesito seleção de docentes.

Em narrativa D3 confirmou que os professores eram submetidos a um processo seletivo, cujos critérios de pontuação não soube informar. Segundo D4: “Olha, eu me lembro que na época eu fiz uma indicação desse professor e eu acho que ele participou de uma seleção”. [...] ele participou de seleção pública, fez tudo conforme os trâmites”. Da mesma forma, D5 explicou que:

Então, o professor tinha uma seleção pública, se inscrevia aqueles que quisessem. A gente ajudou a divulgar, inclusive, o processo de seleção. Também a gente convidou pessoas que tinham essa característica de atuação no meio rural para fazer parte do processo também, mas era um processo de seleção.

Portanto, subentende-se que os demandantes podiam indicar um professor para ministrar o curso no seu município, no entanto, este teria que passar por um processo seletivo público, tendo o mesmo critério para todos que buscassem ingressar no Programa. De acordo com os supervisores, funcionava da seguinte forma:

Na realidade era por edital, mas era feito aqui no Campus. O edital saía da reitoria, não era nosso também. Nós tínhamos uma coordenação aqui do Pronatec que era sentado e avaliado o que seria necessário para dar aquele curso, qual a graduação, ou qual... Na realidade nos FIC não era exigido graduação, tinha que ser técnico na área. Para começar eram cursos, vamos dizer assim, para pessoas já de níveis mais baixos, então, não precisa ter uma graduação, tu tinha que ter a prática e saber ensinar, mas mesmo assim, vinha da reitoria as avaliações por titulação, tinha as pontuações. Mas, a gente tentava avaliar assim, por exemplo, como vamos arrumar um pessoal de lá de Barracão onde tinha cursos se eu não conheço ninguém de lá. Então, a gente deixava essa autonomia para os parceiros, que era o sindicato de lá, para eles localizarem essa pessoa para dar o curso porque, na realidade, eles queriam que o curso fosse 100% também, que não fosse um mau curso. Então, eles escolhiam a pessoa certa e mandavam para nós fazer a seleção. Não era questão que ia ser aquela pessoa porque, de repente, se inscreveu lá dois ou três daquela região, então, nós tinha que avaliar. (S1).

Conforme S2 os critérios envolviam “inscrição e edital. Edital público aberto, análise curricular e entrevista. Havia um somatório entre a análise curricular e entrevista”. No que concordou S3, veja-se:

A escolha sempre por edital. Então tinham bancas de seleção e através de edital, mas sempre levando em conta a formação básica e experiência né, porque, assim, num curso FIC, como é um curso muito rápido, de curta duração, o professor tem que saber do que ele tá tratando. É um curso muito prático, então, tu não vai conseguir segurar teu público lá, o público do CRAS, se você não fizer a prática também. Então, só na teoria você não vai conseguir; eles querem sair do curso saber fazendo, então, se eu fizer o curso de manicure, eu tenho que saber não só a teoria de como fazer uma unha, eu tenho que sair de lá sabendo. Eu acho também que esta é a intenção do curso FIC e do CRAS, também de as pessoas saírem de lá com uma formação para poderem se virar depois, né.

Os supervisores descreveram como eram elaborados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos Pronatec/FIC. Neles havia parte da constituição pedagógica comum para todos os cursos, bem como sobre a possível participação dos alunos em algum momento. O relato de S1 demonstrou que os Projetos Pedagógicos eram elaborados por eles, embora houvesse um padrão, eles possuíam certa autonomia para adaptá-lo à realidade de cada município. Em relação à participação dos alunos, este supervisor comentou que: “Diretamente não tinha, era feito o mapeamento da demanda e conversado com o professor” (S1). E complementa, informando que os PPCs eram padrão para todos os cursos, acrescentou ainda que em todos os cursos FIC tinha uma disciplina chamada de Cidadania, com carga horária de 20 horas.

Não obstante, S2 explicou que:

Cabia ao supervisor fazer os PPCs de todos os cursos. Eu, particularmente, fiz de mais de vinte cursos, cursos totalmente fora da minha área, porém existia um padrão a ser seguido pelo programa. O Pronatec disponibilizava uma lista de cursos e ali tinha informações básicas, como: quantidade de horas do curso, a ementa desse curso. Então, com base na ementa e na quantidade de horas, a gente montava os PPCs.

Em seu depoimento fica ratificado que existe uma parte do planejamento pedagógico que era comum para todos os cursos, citando a disciplina de Cidadania. Para grupos vulneráveis com as múltiplas dimensões da pobreza, a formação precisa ser integral e cidadã, isto justificaria o porquê desses cursos do Pronatec/FIC estarem na assistência social e não em uma escola técnica. Não basta aprender uma atividade, é preciso conhecer seus direitos, bem como seus deveres, para exercer a cidadania. Assim, verifica-se a importância da disciplina centra-se na insuficiência de uma formação tecnicista. (FERRARINI, 2016).

Quanto à participação dos alunos na elaboração dos PPCs, S2 informou que nunca houve: “[...] porque a formação dos PPCs ocorreu em uma fase anterior à seleção dos alunos”. Da mesma forma, S3, em relação aos PPCs disse: “[...] eles eram sempre pensados de

antemão, assim, já organizados antes. Depois, o professor também nos auxiliava com uma parte técnica de uma área que a gente não conhecia, [...]” e alegou que não houve participação dos alunos no que se refere à elaboração dos PPCs.

Os entrevistados foram indagados se os beneficiários do PBF tiveram prioridade nas vagas dos cursos oferecidos pelo Pronatec/FIC, constatou-se que todos os demandantes e os supervisores afirmaram que esses tiveram preferências nas vagas ofertadas pelo IFRS – Campus Sertão, exceto o D5, que relatou:

[...] nós fizemos uma ampla divulgação para todos os que quisessem; fizemos o contato com a prefeitura também, né. Agora, não tivemos, assim, sobras de alunos, tivemos inclusive dificuldades de ter o número mínimo. Então, penso que ninguém ficou de fora, penso que quem queria, quem chegou até ele a informação e veio pro curso, a gente não barrou ninguém. Inclusive, assim, mesmo que não tivesse uma relação direta com o curso da agricultura familiar, por exemplo, sendo morador aqui da cidade e quisesse fazer o curso, a gente não impediu. A gente contemplou, inclusive, pessoas assim, filhos de agricultores que hoje estão na cidade e/ou que moram aqui na vila ou no bairro. Então, aqui não tivemos o problema de ter que deixar alguém fora, tivemos dificuldade de fechar o número de mínimo.

Cumpramos observar que essa situação era diferenciada em razão do demandante ser um Sindicato Rural que não tinha em sua entidade informações para identificar os beneficiários do PBF, nem tão pouco esse critério foi procurado pelo demandante para ser utilizado como diferencial na garantia da vaga. Essa constatação corrobora com os dados empíricos produzidos por Ferrarini (2016, p. 17) através de entrevista com Gestor Público Federal, responsável pela criação e implementação das ações de inclusão social e produtiva no então MDS "a inclusão produtiva só funcionou [para o público prioritário do PBF] onde a assistência social coordenou". Identifica-se que deveria ser uma prerrogativa a alocação de recursos para o trabalho na assistência social.

Os demandantes e supervisores realizaram uma avaliação sobre a procura e a participação dos beneficiários do PBF nos cursos do Pronatec/FIC e, em sua maioria, concluíram que a procura foi efetiva, entretanto, a participação não foi considerada como um fator positivo, como se verifica nas colocações de D1 e D2: “A procura foi boa, acima da expectativa até, mas, pra terminar o curso esbarrávamos em outras dificuldades”. (D1)

A procura foi boa. Eles vinham atrás de informações de que curso tinha e tal, mas, a participação efetiva deles nos cursos foi muito ruim no nosso município porque alguns só vinham pedir informações, você repassava e eles iam embora. Ficavam de voltar e não voltavam mais, outros vinham e realizavam a matrícula, aí tu ligava depois e informava, eu sempre ligava uma semana antes de começar a aula, embora, eles sabiam o dia que iria iniciar, mas eu ligava para firmar. Alguns iam uma ou

duas aulas e não iam mais, outros iam um tanto do curso e desistiam, tanto é que pode ver pela lista que foram poucos que concluíram. (D2).

De acordo com D3, embora em 2013 a procura tenha sido considerável, isto não se repetiu no ano seguinte e justifica tal assertiva pela pouca atratividade dos cursos. Relata ainda sobre os participantes que: “Tinha os que terminavam, tinha os que desistiam e tinha também aqueles inscritos que nunca compareceram. Não era só do Programa Bolsa Família que faziam isso, os demais também. Teve cursos que começou com uma grande quantidade de alunos e se formou um pingo”.

Ao concordar com a opinião, veja-se o que disse D4:

A gente tem dificuldade até hoje com a participação aqui nos cursos porque tudo o que a gente oferece, prioritariamente, é para os Bolsa Família e para os inscritos no Cadastro Único. Os inscritos, a gente consegue atingir, mas os bolsa a gente tem uma dificuldade na participação. A gente falava anteriormente que hoje os programas sociais, eles têm uma dificuldade de articulação né, que nem hoje o Bolsa Família tem essa condicionalidade da criança estar na escola e da pesagem, mas a gente vê ainda como muito deficitário essa coisa com relação aos cursos profissionalizantes e ao mercado de trabalho. A gente vê que essas políticas, elas não se articulam né, não tem critérios para isso. Então, a gente convida, tenta motivar, mas não tem nada que garanta com que participem, enfim né, nada além do convite e da motivação pessoal, além da gente dizer olha vai ser bom porque isso vai poder te tirar dessa situação de vulnerabilidade. Tem que ter, na verdade, um querer a mais da pessoa e hoje a gente também não tem uma condicionalidade da mesma forma que tem hoje se a criança não frequentar a escola, não participa. Até se acharia interessante o programa hoje ter alguma coisa que condicionasse, incentivasse, até se a gente fosse ver as próprias propagandas do Bolsa Família para participação, né, enfim... Na verdade, hoje não tem cobrança e a nossa parte não pode ser nada além da oferta.

Esse entendimento remete ao “workfare”, que teve origem nos anos 1980 sob a base do Estado providência, onde as políticas tinham como essência o princípio de que toda prestação social subentende uma contrapartida do beneficiário. Significa dizer que ele deve estar pronto para aceitar qualquer proposta de qualificação profissional ou emprego. Note-se a presença do elemento da condicionalidade, o qual implícita ou explicitamente, visa reduzir as despesas sociais. (SILVA, 2004). Embora evidencie o efeito financeiro e de emprego, trata-se de uma interpretação errônea quando se avalia o assunto sob o enfoque da condicionalidade, contrariando os propósitos da legislação constitucional quando preleciona que as políticas sociais são direitos fundamentais, devendo estar ao alcance de todos que necessitam. Então, somente assim, pode-se falar em inclusão produtiva, refletindo sobre o trabalho como “um elemento emancipador” afastando-se, deste modo de imposições e condições. (FERRARINI, 2016, p. 21).

Compreende a D4 que o CRAS não pode impor ou condicionar a participação dos beneficiários do PBF nos cursos do Pronatec/FIC. O que pode ser feita é a motivação, todavia, nem sempre funciona. A mesma demandante ainda relevou alguns fatores que contribuíram para com a baixa procura e participação dos beneficiários do PBF:

Eu acho que tem a questão da própria subjetividade deles, né. A questão quando a gente vai falar de pobreza, ela não é só de uma pobreza..., porque para estar no Bolsa Família tem que ser pobre né, tem que ter o critério da miserabilidade ou da pobreza, que é a questão da renda. Tem que ter o critério renda, pobreza pra estar dentro do Bolsa. E a gente vê hoje não é só uma questão de pobreza material, econômica, é uma pobreza um pouco cultural, uma pobreza escolar, uma pobreza de motivação de vida, da própria subjetividade de sair de casa, de participar com pessoas estranhas, um pouco de preconceito, de repente, eu acho eles se sentem uma parte um pouco mais excluída assim, né. Então, a gente já fez a experiência de envolver Bolsa Família com os outros cursos e a gente vê que por detalhes, um melindre, tu vê que é uma coisa bem da subjetividade mesmo da pessoa se sentir mal de participar, de não se sentir de repente tão bem, tão incluída, alguns, né. E outras também, eu acho que é pela questão de visualizar uma vida diferente, de querer uma vida diferente, eu acho que é essa parte assim.

A pobreza para além do viés econômico, observada a sua multidimensionalidade, abrange outros indicadores, como o acesso aos direitos sociais assegurados constitucionalmente. (FERRARINI, 2011). Portanto, a multidimensionalidade demanda que a pobreza não seja dissociada das dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, pois sem estas dimensões ter-se-á o comprometimento de direitos fundamentais. Ao ratificar o entendimento, Codes (2008) afirma que a pobreza é um fenômeno multidimensional e complexo que engloba vários fatores sociais econômicos.

Como já mencionado, a D5 faz parte de um sindicato, portanto com realidade diferenciada dos demais demandantes. Desse modo, respondeu quanto à procura e participação dos beneficiários do PBF: “A gente não olhou muito para esse aspecto né, se era beneficiário ou não do Bolsa Família. Foi assim, uma livre escolha das pessoas”. (D5).

Na concepção dos supervisores em relação à procura e à participação, note-se o que falou S1: “A procura era baixa, mas os que participavam, iam bem”. Convém registrar que, com base nos dados pesquisados nos municípios de Sananduva e Soledade, as colocações desse supervisor quanto à procura e participação de beneficiários do PBF nesses municípios são contraditórias. Ele afirmou: “[...] a cidade de Sananduva tinha bastante Bolsa Família e, praticamente, eram todos os cursos com Bolsa Família. Outro exemplo é Soledade, situação totalmente diferente, tinha bastante Bolsa Família e pouca procura pelos cursos”. Entretanto, foi constatado que dos quatro cursos ofertados, todos na área de FIC/Campo, de 121 alunos

inscritos no município de Sananduva, apenas 5 eram beneficiários do PBF. Em Soledade, dos 59 inscritos, somente 6 eram do PBF. Os dados em questão podem ser encontrados no Apêndice D. Avalia-se que as colocações do S1 supõem desconhecimento, entretanto, subentende-se que, por se tratar de uma primeira versão do Programa, lacunas são aceitáveis devido a algumas vezes, as ações de supervisores e demandantes deixarem aquém a sinergia.

De acordo com S2: “[...] Teve, claro, uma quantidade de desistências, mas eu classificaria como baixa, foi baixa a desistência, então, a participação foi boa”. Essa colocação encontra respaldo nos dados pesquisados na etapa exploratória, os quais demonstram que dos 218 inscritos nos cursos Pronatec/FIC que recebiam o Bolsa Família, 172 concluíram os cursos, perfazendo um percentual 78,9%. (Apêndice D).

No entendimento desse entrevistado, a procura e a participação foram paradoxais, como mencionou:

No geral, a procura é grande sempre. A participação, assim, o curso tem que ter vários mecanismos para que o aluno continue mesmo no curso porque senão eles desistiam, né. Nós começávamos com turmas grandes, de 40 alunos, então, tinha turmas que a gente tinha de 30 a 40 vagas e permaneciam 13, 12, no final. Então, tem que cuidar muito a duração do curso, né. A gente levava em consideração o catálogo de cursos FIC do MEC, que é uma coisa que eu não abordei antes. Lá tinha a descrição do curso, mas tinha que levar muito em consideração a carga horária e ver se aquele curso realmente vai dar certo pra aquela cidade, para aquele CRAS, para aquele contexto, para aquele público. Então, às vezes, não dava certo, e as pessoas acabavam desistindo, não participando. Enfim, este é um grande problema né, tem que manter no curso FIC esse público até o final. (S3).

Os demandantes e supervisores relataram sobre os principais limites, dificuldades e desafios do Programa para a instituição e para os alunos. Na percepção desse demandante verifica-se que:

Em termos de organização da gestão a gente sempre acaba esbarrando nos problemas da Instituição, que é acúmulo de função, que é falta de pessoal para trabalhar. Então, na época a gente não recebia nada, saiu tudo da prefeitura, então, acabava faltando material de expediente também, de ter um local apropriado para fazer esses cursos. Então, é barreira física mesmo que eu penso. Em relação aos inscritos, a principal dificuldade que eu vi foi a baixa escolaridade, tinha pessoas praticamente analfabetas ou analfabetos funcionais que tinham se inscrito e daí não conseguiam acompanhar a parte teórica; a questão de não ter com quem deixar os filhos também. *A profissional que veio, especificamente de Cabeleireiro, como não tinha informação do público que iria trabalhar, acabou não atingindo o objetivo que ela queria enquanto profissional e as pessoas que participaram esperavam mais. A grande maioria eram pessoas negras que participavam, então, desde os produtos, o cabelo....., então, faltou material para a profissional trabalhar também. E eram pessoas de baixa renda mesmo e faltava produto e a profissional pedia para elas comprarem e trazerem de casa. E as pessoas de baixa renda não tinham condições financeiras de comprar e daí ela comparava o outro município com o*

nosso que ela pedia para as alunas trazerem de casa os produtos e elas traziam. Só que eu sempre procurei trabalhar com ela assim, dizer que não tem como exigir da pessoa que estava fazendo o curso trazer o produto de casa. Isso teria que ter sido pensado antes e planejado melhor o curso. E de Carpinteiro de Obras teve bastante desistência, então, também a baixa escolaridade, alguns não gostam, acham que vai ser uma coisa e é outra, há o desinteresse mesmo. A profissional que veio de Carpinteiro de Obras era muito boa. E a de Cabeleireiro depois acabou se acidentando e não concluiu o curso, não veio mais. (D1), (grifo nosso).

Desde o Brasil colonial, o acesso à educação se restringia a poucos, sendo considerada desnecessária para a maior parte da população, no período a baixa escolaridade não afetava a expansão econômica do país. A trajetória histórica da educação profissional sempre gravitou em torno do e para o mundo do trabalho. (FERREIRA; SCHENKEL, 2010). Além disso, a desigualdade e a pobreza no Brasil são profundamente marcadas pelo traço da interseccionalidade entre classe, raça e gênero, o que se reflete não apenas nos indicadores sociais, mas está entranhado na subjetividade individual e social. Isso faz com que a reprodução das desigualdades ocorra até mesmo nas políticas e espaços voltados a sua erradicação.

A ênfase no comentário também se revela importante, por demonstrar que não ocorreu um diálogo entre os protagonistas do curso quanto às informações relacionadas ao perfil do público que realizou os cursos. Os principais limites, dificuldades e desafios do Programa para a instituição e para os alunos relatados por D2 foram as aulas práticas que não eram realizadas no município e o deslocamento dos alunos para o município vizinho. Embora, às vezes, a Prefeitura fornecesse o transporte, outras, eles precisavam pagar para se deslocarem, mesmo recebendo o auxílio financeiro, era uma dificuldade, devido a ser um “valor mínimo que seria para se deslocar dentro do mesmo município”, em suas palavras. Complementando ainda que:

Para o município, a maior dificuldade foi no início, o programa foi muito mal explicado e divulgado, então ligávamos para o Estado e ninguém sabia passar muitas informações, mandávamos e-mail ou ligávamos para o governo federal e as informações eram contraditórias, muitas vezes. Depois, também, com a questão do Acesso Trabalho, nós aderimos a ele e também no início houve informações contraditórias, portanto, resumindo, foi falha de informação de como proceder. (D2).

A demandante D3 destacou como dificuldade para os alunos, ir até o IFRS - Campus Sertão para realizar o curso, quando era ministrado no município (zona urbana) não tinha problema. A crítica dessa demandante evidencia que havia um desinteresse dos alunos, alegando que: “[...] eu acho era muito falta de vontade porque material tinha, ganhavam tudo,

professor tinha, tudo era gratuito, tinha incentivo financeiro”. (D3). A mesma demandante ainda comentou que: “Claro, teve cursos que teve uns professores que deixaram a desejar, tinha uns professores meio fraquinhos”. Talvez não tivesse muitos professores inscritos, então era difícil até para quem fez a classificação”. (D3). Também apontou como dificuldade a infraestrutura (necessidade de locar salas para ministrar os cursos). O mencionado fato apontado por D3, em relação a poucos professores inscritos nos processos seletivos, ocorria, muitas vezes, em função do demandante não encontrar nenhum profissional do seu município para indicar ou haver poucos ou nenhum servidor do quadro da Instituição ofertante e nem da região próxima ao Campus Sertão, disposto a ministrar as aulas nos cursos. Isso, geralmente, ocorria pela distância entre o ofertante e o demandante, que ultrapassava 100 Km, em alguns casos, e o programa não pagava deslocamentos. Esse cenário começou a se agravar mais a partir do período em que os recursos do governo federal começaram a ficar escassos e o interesse dos candidatos diminuiu devido aos atrasos no pagamento das bolsas do Pronatec.

De acordo com D4, a infraestrutura não foi vista como um problema ou dificuldade do programa:

[...] na verdade, esta logística foi um problema da própria prefeitura porque se a prefeitura vai ganhar um curso, o mínimo que ela tem que dar é espaço físico. Agora, se tem uma dificuldade das políticas ali no abrir a escola, isso é um problema interno, não é um problema com o programa, no meu ponto de vista. A ideia do programa é muito positiva, muito boa em si sabe, eu acho que atende muito porque se a gente for ver aqui a maioria das pessoas, de trinta alunos que começaram se formaram 22, 23 se formou uma turma cheia e desde, o início, teve participação. Eu não sei se os outros cursos iriam continuar assim, enfim, mas esta experiência com esse curso que a gente teve foi muito boa. Eu acho muito positivo porque a maioria das pessoas não teria dinheiro. Coxilha carece muito disso porque pra ter curso as pessoas tem que sair daqui. Então, um curso aqui, presencial, que as pessoas vão com todos os benefícios do Pronatec que, até repasse de lanche tinha, nossa! É muito top! É muito bom! (D4).

Para D5, os problemas da instituição envolveram comunicação e a parte financeira. Em relação aos alunos, as dificuldades foram de ordem pessoal e cultural, como disse a demandante:

Eu acho que a maior dificuldade do aluno foi ele se sentir aluno e, ele querer de fato despertar para necessidade da formação, ainda mais no meio rural, uma cultura de que depois de uma certa idade não precisa mais estudar. Então, a maior dificuldade ainda é pessoal, de você se colocar esse desafio e, da importância e da necessidade de você continuar aprimorando conhecimentos. Para mim, esse é o ponto chave. [...] Tínhamos problemas, assim, mais de linguagem, escrita, mas daí são coisas assim que dependendo da realidade da turma que você tem, vai trabalhando elementos e vai ajudando essas pessoas a evoluírem nesse aspecto também, até no próprio hábito

da leitura. Agora, outras dificuldades, assim, em termos de horários e dias, não porque a gente conversou e, no início da turma, a gente combinava. Em relação a local, também não era problema, inclusive a gente organizava caravanas para que um desse carona para o outro para viabilizar a participação de todos, né. Lanches o pessoal organizava, o horário que possibilitasse a mulher, o homem, o jovem poder participar. Então, penso que a maior dificuldade mesmo é pessoal, de você perceber a importância de estar inserido em um processo, e como isso acrescenta na vida das pessoas.

Na percepção de D5, os problemas de comunicação da instituição poderiam ser solucionados mediante uma ampla campanha de informação e divulgação. Ela acredita ainda que o Programa não deveria ser fisiológico e ideológico, mas sim, fazer parte de uma agenda de educação permanente, tornando-se um Programa dos brasileiros. Posicionando-se a respeito dessa colocação, fica subentendido a necessidade de os governos brasileiros darem continuidade às iniciativas que beneficiam a todos, independentemente de quem as elaborou.

Dentre os supervisores, quanto aos limites, dificuldades e desafios, S1 ressaltou que, no início, o Programa foi muito conveniente para as instituições que se tornaram adeptas a ele, no entanto, com o passar dos anos, gradualmente, ele foi apequenando-se. Nas palavras do supervisor:

Na realidade, no início era tudo bom. No começo, foi uma ótima para o campus, aqui alavancou os cursos e o campus. Nós tínhamos em todos os cursos do Pronatec quase mais alunos do que no nosso campus. No início, quando foi para aderir ao Pronatec, a ideia era assim: o campus que aderisse ao Pronatec teria “tudo que quisesse”. E foi, esse prédio aqui, veio verba porque nós estávamos com o Pronatec aqui dentro. Eles começavam a mandar dinheiro para aqueles campi que aderiram ao programa. Ajudou muito nosso campus aqui. [...] Começou a cair nos últimos dois anos, um ano, no último ano, 2014, começou os cortes de recursos, começou a diminuir, diminuir [...]. Quando o Sistec não funcionava, a gente não conseguia cadastrar. Ficou uns três ou quatro cursos para trás que o programa [Sistec] não abriu. A gente entrou em contato com a reitoria e ela disse que os cursos deveriam sair, depois nós demos um jeito. Esses cursos saíram e o governo não pagou porque não ficou cadastrado. De modo geral, nós estamos pagando cursos do Pronatec até hoje, tem gente na justiça que ainda não recebeu, vai ser pago, isso não tem dúvida! Eu vejo assim, na área de campo, tive excelentes cursos. (S1).

Acrescenta ainda sobre a maior dificuldade ter sido a diminuição do repasse dos recursos financeiros, pois segundo S1:

[...] a gente tinha dificuldade até, por exemplo, de conseguir bolsistas, professor para os cursos. Tinha que mendigar, porque os bolsistas passavam uns para os outros que não recebia “nunca”, vai lá e trabalha de graça. Ficou uma imagem negativa até para o próprio Instituto.

E complementa, acrescentando ainda limitação e os desafios:

[...] o FIC Campo sempre, sempre deu o número total. O único curso que deu um pouquinho de errado na minha área, foi o Curso de Auxiliar Técnico em Agropecuária em Ibiraiaras. Eles não conseguiram indicar ninguém de lá para dar o curso. Aí, uma professora que lecionava aqui pegou o curso, só que ela morava em Passo Fundo. E a gente, na classificação, nós sempre dizia o professor tem que se ambientar a carga horária que o aluno pode ir pra aula nesses cursos FIC. Não é você dizer meu horário é esse, se tu puder vir, senão não venha. E ela colocou isso para eles. Ela ia de Passo Fundo e só tinha um dia por semana para dar aula no curso. Os outros dias ela tinha aula aqui. Acabou formando 5 alunos de 40, foi o pior curso! (S1).

Sobre o mesmo assunto, S2 comentou que a equipe do Pronatec objetivava realizar o trabalho com a mesma competência do IFRS - Campus Sertão, porém, contava com um número reduzido de pessoas para realizar as atividades. Isso fica evidente na fala de S2:

[...] nós, da coordenação, da supervisão dos cursos, a gente se espelhava sempre, nas nossas ações, nas ações que, a gente tinha aqui dentro da escola. Só que a gente esbarrou numa situação tal que o que a gente queria fazer no Pronatec era algo mais ou menos idêntico ao que acontecia na escola, com toda a estrutura da escola. Só que na escola, nós temos uma quantidade de servidores, bem maior do que a quantidade de servidores que a gente tinha no Pronatec. Então, a gente quis fazer com um grupo reduzido, a estrutura de uma escola que tem esse grupo grande. Não funcionou por causa disso. [...] o pessoal que trabalhou no Pronatec, pelo menos aqui o que eu vi, fazia muito mais trabalho porque tinha que trabalhar por dois ou três servidores. Então, as limitações eram estas que a gente notou. A gente tentou fazer o Pronatec uma estrutura que tinha na escola e daí não deu muito certo.

S3 aponta como dificuldade a desistência dos alunos, e com intuito de sugerir uma melhoria citou como importante “a participação na escolha e no planejamento do projeto. Talvez, seria uma saída ter mais a participação do público, talvez numa reunião de comunidade antes”.

Os demandantes e supervisores apontaram o que poderia ser aperfeiçoado no planejamento e na implementação de cursos futuros do Programa. Para D1: “Nós não sentamos com o pessoal do Instituto para passar esse perfil (do público), e nem com os outros também. Mas, talvez, isso era uma coisa que deveria ser... ter sido pensado”. D2 faz referência à padronização dos docentes bolsistas do Programa, enquanto que para D3: “Professores mais qualificados. Eu acho que a qualificação do professor é muito importante. O material usado também é importante. Como a gente sabe que é licitação, o material é o mais barato e não tem muita qualidade”.

Os supervisores assim se manifestaram quanto ao que poderia ser aperfeiçoado:

Eu acredito que, em relação ao planejamento, eu vou sair da minha área porque eu trabalhava mais com outro supervisor, que trabalhava mais com os CRAS, mais a

parte social, administração, informática. Na parte dele tem que haver uma melhor administração na escolha dos cursos porque, às vezes, eles escolhiam um curso e não pensavam pra frente, que precisava ter uma estrutura para fazer a prática. Então, essa parte era muito mal planejada. De forma geral, a parte administrativa [o demandante] deveria sentar e analisar ponto a ponto do curso até o final. Já da minha área dos FIC [Campo], eles eram mais centrados. Eu acho que eram pessoas que estavam lidando com o público há tempo porque, os sindicatos, eles trabalham em cima de todos os cursos, eles têm aqueles cursos do Senar direto também, então eles já sabem como funciona. Por exemplo, veio um cara dar um curso de fruticultura, vai precisar ter um pomar para levar as pessoas fazerem a prática. Eles já tinham isso, na outra linha do meu colega, eles não tinham esse planejamento do que precisaria para fazer o curso. (S1).

Para S2, o que poderia ser aperfeiçoado no planejamento de cursos futuros seria uma consulta popular onde houvesse um número maior de pessoas opinando em relação aos cursos a serem ofertados no município. Quanto à implementação:

A implementação, agora vindo os cursos, são estes, o que a gente vai fazer? Eu não consigo visualizar algo pra mudar, se eu coordenasse eu faria tudo de novo como foi feito, da parte que cabe a coordenação. Agora, em um nível maior, de reitoria, pra mim, coordenador, a gente sentia muita falta de agilidade no repasse dos recursos financeiros. É muita burocracia envolvida, muito documento que tinha que ser feito para efetuar um pagamento para um bolsista. Por exemplo, vou pagar um professor, a burocracia envolvida era muito grande, tinha que haver uma forma mais ágil, era muito documento que faltava, era muito ponto dos bolsistas que vinham com problema. (S2).

De acordo com S3, o foco deveria ser o aprofundamento do diálogo entre o IFRS – Campus Sertão e os CRAS. Por fim, os entrevistados relataram pontos que consideraram importante acrescentar, identifica-se que para D1:

Voltando aos recursos, depois que terminou o Pronatec no município, nós recebemos um recurso do governo, que é através do Acessuas Trabalho, que é voltado ao Pronatec, para as famílias do Bolsa Família, para os beneficiários do BPC. Só que vem de cima para baixo, vem aquele recurso e não nos deixam gastar na nossa realidade, na nossa necessidade. Então, hoje, nós estamos com o dinheiro em conta e, até, nós tivemos que reprogramar este dinheiro para não precisar devolver para o governo. Talvez, vamos ter que devolver ainda porque a gente comprou três cursos e pagou com esse dinheiro. Então, futuramente, não sei se não vamos ter que devolver igual, mas pelo menos a gente proporcionou para essas pessoas outras oportunidades.

Nota-se que a flexibilização não alcançava o Acessuas Trabalho, ou seja, o demandante não tinha autonomia para utilizar os recursos financeiros desse programa em ações, mesmo que viessem ao encontro dos benefícios de seus munícipes.

Também se manifestou D5:

Eu acho, assim, que como eu dizia, este tema que fosse um programa permanente. Isso é uma coisa que, pena que não é, mas temos que fazer um esforço para que um dia venha ser um processo permanente! Eu acho que poderia melhorar, também todo um contato com a sociedade civil do município, por exemplo, do nosso município aqui, pudesse ser envolvida, assim, numa reunião, primeira, de sensibilização, de divulgação, e fazer mais parceiras neste aspecto. O próprio Instituto Federal de Sertão, a gente já fazia essa avaliação com o [supervisor V.S] e com outros que por aqui circularam. Também, o próprio Instituto, assim, ter uma equipe maior que pudesse dar o suporte. Às vezes, a gente se viu na dificuldade do material, da produção daquele material, que não tínhamos muito suporte para isso. A gente até tinha por opção construí-lo aqui né, localmente, a partir da realidade nossa, não é uma cartilha que vem pronta e você simplesmente aplica, não, aqui nós temos uma realidade, então, alguns materiais didáticos tem que ser construído no local.

Acrescenta o demandante que o Pronatec não disponibilizou nenhuma Bolsa Financeira para o sindicato, portanto, esse demandante fez referência ao acúmulo de tarefas, com mais as atribuições do Pronatec.

De acordo com S2 seria importante:

[...] ver um trabalho de análise mais profunda que envolva diversos espectros do programa Pronatec aqui na nossa região. [...] Eu queira saber, por exemplo, onde estão trabalhando atualmente todos aqueles alunos que ganharam o diploma de curso Pronatec, curso FIC e curso técnico. Será que eles estão na área, o que eles estão fazendo, eles evoluíram, eles continuaram seu ensino, sua aprendizagem nessa área, se especializaram nessa área, eu gostaria de ter esse retorno daqui a 5 ou 10 anos, depois de ter terminado o Pronatec. [...] porque foi um aporte financeiro gigantesco que o governo federal colocou ali, eu não sei quanto, mas eu creio que ultrapassa bilhões de reais, eu creio isso, e o resultado disso tudo, eu não sei, eu realmente não sei, mas gostaria de saber.

Para S3 o importante a ressaltar foi a necessidade de um contato com a realidade dos municípios, pois: “[...] acertar alguma coisa por telefone, não era a mesma coisa de ir até a cidade e tentar falar, conversar, resolver. Então, isso era muito importante, o contato direto com essas lideranças, com o CRAS”.

O relato dos demandantes e supervisores revelou como se efetivou a trajetória do planejamento e da implantação dos cursos Pronatec/FIC no IFRS – Campus Sertão, evidenciando, na percepção destes que o Programa foi positivo, e seu amadurecimento foi acontecendo no andamento, ao ponto de hoje, os entrevistados mencionarem que se o Programa voltasse, teriam informações importantes e fundamentais para contribuir com o seu êxito. Como argumenta S1: “Então, assim, foi um programa que hoje eu acho que daria para eles sentarem e fazerem um negócio bem feito, com tudo o que aconteceu porque eu acho excelente esse programa”.

O Pronatec também foi analisado sob a perspectiva dos egressos concluintes e desistentes. Foi possível verificar que a maioria dos concluintes teve uma percepção positiva sobre os cursos oferecidos, especificamente, quanto ao fornecimento do material disponibilizado, professores e aulas ministradas. Observe-se o que disse EC1 sobre os pontos fortes: “Nas práticas, quando fomos conhecer as máquinas”. O mesmo egresso destacou como ponto fraco, o baixo número de visitas técnicas para obter conhecimento sobre como se efetiva a prática.

Para EC2, como o espaço físico foi o Sindicato, o curso foi bom dentro das possibilidades. Todavia, mencionou que “os conteúdos, algumas vezes foi repetitivo”, isto sendo considerado como ponto fraco. Afirma EC2 que o ponto forte do curso foi que se alinhou a sua realidade, em decorrência da família estar inserida na agricultura. Veja-se em sua fala: “[...] serviu um monte de coisa, então para quem trabalha com essa parte de agricultura familiar, teve bastante coisa de cultivo, manejo, essas coisa assim.... Foi bem interessante as explicações que eles deram”. Este concluinte deixou como sugestão uma abordagem mais ampla sobre os conteúdos, as terminologias e, que fosse aprofundado um pouco mais o aprendizado.

Na percepção de EC3, o curso cumpriu com seus objetivos, pois o professor era paciente, com capacidade didática e os conteúdos eram apropriados, relatando como ponto forte a ajuda dos colegas, não mencionou nenhum ponto fraco. A avaliação de EC4 demonstra ser positiva:

Achei bem interessante porque antes de eu ingressar no curso de Auxiliar Administrativo, eu ainda estava em dúvida sobre qual graduação iria fazer. Aí através do curso foi o que eu gostei mesmo e foi o que me fez estar cursando Administração hoje. [...] Tudo era muito legal, tinha bastante aula ilustrativa, o professor explicava de um modo que a gente pudesse entender melhor.

Nesta fala de EC4 identifica-se a atipicidade sobre a egressa estar cursando uma graduação, bem como relatos sobre egressos que se encontram trabalhando com carteira assinada, o que não está em conformidade com o perfil do público do PBF. É procedente dizer que as entrevistas foram realizadas em 2017, portanto trata-se de egressos que já haviam concluído seus cursos Pronatec/FIC nos anos de 2013 e 2014, justificando-se, assim o perfil desses egressos.

Observa-se no relato os pontos fortes descritos pela entrevistada EC4, a qual elencou como ponto fraco, a carga horária do curso ser somente 160hs, pois a quantidade de conteúdo

para ser estudado demandava uma carga horária maior e nesse sentido ficou prejudicado o debate que não podia se estender muito. Essa entrevistada recomendou que: “[...] se ainda houvesse o curso Pronatec, seria uma oportunidade bem interessante para os jovens que querem ingressar no mercado de trabalho”.

A visão de EC5 sobre o curso revela-se positiva, segundo seu comentário: “Eu achei bom o curso, assim, porque tudo a gente ganhava, as apostilas, tudo né. E, assim a gente foi para fora para ver como trabalhava nas cozinhas. Isto foi bom também para concluir o curso”. Cabe registrar que tanto para EC1 como para EC5, conhecer, ter contato e aprender *in loco*, como acontece na prática, os cursos que eles estavam realizando foi significativo. A EC5 apontou como dificuldade pessoal, o acompanhamento do curso, em decorrência dos cálculos matemáticos, considerados por ela muito difíceis.

Contudo, interpretou como ponto forte que as aulas ministradas eram bem explicadas tornando o aprendizado mais fácil e a oportunidade de conhecer outras cozinhas. Como ponto fraco, sua percepção foi à mesma de EC2, portanto, argumentando sobre a necessidade de o curso ser mais qualificado e aprofundado. Ainda pontuou a necessidade de ter mais cursos disponíveis pelo Pronatec.

A entrevistada EC6 vivenciou uma realidade diferente em relação ao curso de Cabelereiro Assistente, pois a professora ministrante se acidentou necessitando se afastar no final do curso, deixando de mediar os conteúdos relacionados ao corte e à coloração dos cabelos, esses seriam os últimos conteúdos. Sobre o assunto, comentou a entrevistada: “Tinha todos os materiais, a professora era boa, mas quando foi para aprender o corte e a coloração dos cabelos que ela se acidentou e não veio mais dar aula”. Entende-se que deveria ter sido providenciado uma substituta para profissional que se afastou por motivos legítimos, todavia, note-se que os alunos se frustraram ao não concluir os conteúdos do curso, sendo injustificável essa falha em se tratando de um programa importante como o Pronatec.

Elencando como pontos fortes, a aprendizagem no curso, que, além do ganho do conhecimento, gerou efeitos econômicos positivos, no sentido de a entrevistada colocar em prática o seu aprendizado com os familiares, dispensando gastos com um profissional dessa área. Acrescenta ainda, a importância de disponibilizar uma carga horária maior às tarefas mais complexas. Desse modo, o único ponto fraco foi não concluir as duas etapas restantes (corte e coloração), todavia, fique registrado que todos no curso receberam o diploma de concluinte.

Para EC7, o curso foi considerado bom, mencionou que o professor é “super gente boa”, ou seja, demonstrava interesse e compromisso com as aulas e os alunos, apontando como ponto fraco, a falta de aulas práticas, como se verifica em sua fala: “[...] achei que de negativo a gente não teve como chegar a praticar, aulas práticas, só teve aula teórica, não teve aulas práticas”.

Os desistentes demonstraram ter uma percepção positiva sobre os cursos ministrados, como se pode verificar pelos comentários, ED1: “Foi muito bom no momento, eu estava sempre acompanhando, [...]. Muito bom, muito ótimo, os professores eram muito bons”. ED2: “Muito bom, o professor explicava muito bem, era bem dinâmico. Essa entrevistada também relatou que os materiais disponibilizados eram muito bons, e os conteúdos ministrados também. Para ED3: “Muito bom, eles sabiam explicar, havia dinâmica e a turma era bacana, os conteúdos também eram bem específicos e explicados”. Segundo ED4: “Achei muito legal, o professor muito bom, ensinava bem”. Na análise de ED5: “Muito bom, professor também muito bom, explicava bem. Se tu não pegava bem, ele te explicava de novo. Montava ali umas casinhas, tu ia aí ele te explicava. Ele tinha muita atenção com nós”. Mencionou ainda sobre o material que: “Eles tinham, traziam tudo, mostravam como é. Até para pregar um prego numa tábua. Eles eram muito competentes!”.

Os desistentes, de maneira geral, apontaram como pontos fortes do curso, o aprendizado prático, as relações pessoais que se formaram no decorrer do curso, a capacitação feminina em atividades até então rotuladas como masculinas, demonstrando o empoderamento das mulheres, como foi o caso do curso de Carpinteiro de Obras, quando a ED5 comentou que:

[...] porque assim, nem só o homem pode fazer isso aí. Às vezes, a gente não tem ali o homem em casa, daí tu pega e faz! Tu sabe, tu vai lá e faz, eu penso assim. Ou, arrumar um telhado daí tem que esperar vim, se tu já sabe, vai lá e arruma. Eu penso assim! Ou vai lá pedir para um vizinho, ou tem que pegar alguém pra fazer, se tu já sabe fazer, tu vai lá e faz! Por isso que esses cursos aí que tem, que nem torneiro mecânico, tem que ter para mulher também. Soldar, esse de carpinteiro, de pedreiro também, eu acharia muito bom para mulher.

Pelo exposto até o momento, verifica-se que tanto os egressos concluintes quanto os desistentes perceberam a estrutura e a infraestrutura pedagógica de forma positiva, pois enfatizaram o aprendizado teórico e prático, as habilidades e competências dos professores e os materiais didáticos disponibilizados. Apenas deixaram registrado que gostariam do

aumento da carga horária, mais aulas práticas e que os cursos do Pronatec tivessem continuidade.

No que concerne ao apoio financeiro, ou seja, a Bolsa-Formação, identificou-se que não ocorreram problemas em relação a essa questão, pois dos sete egressos concluintes, apenas dois mencionaram que receberam o benefício com atraso. A Bolsa-Formação é um aporte financeiro que os alunos do programa recebem para custear as despesas com transporte e alimentação. Também pode ser considerado um estímulo para que os discentes frequentassem os cursos disponibilizados pelo Pronatec.

Os estudos convergem para o entendimento de que o Pronatec é uma política social que veio ao encontro dos anseios da população vulnerável, que pela primeira vez na história teve acesso à qualificação profissional. O Pronatec proporcionou o enfrentamento de um problema solidificado no Brasil, relacionado ao déficit de escolaridade e qualificação de grande parte da sociedade que se encontra em situação de vulnerabilidade econômica e social, aproveitando-se do crescimento da economia e a necessidade de mão de obra qualificada. Nesse cenário, o Pronatec realizou ações que oportunizaram a população trabalhadora se capacitar para obter êxito no mundo do trabalho. “O seu desenho revela, portanto, compreensão da situação do trabalhador brasileiro, da trajetória da economia nacional e do estágio em que se encontra a EPT no país”, como argumentam Cassiolato e Garcia (2014, p. 48).

Pode-se inferir que o aumento das liberdades potencialmente proporcionadas aos alunos e egressos pela atuação da formação ofertada pelo Pronatec caracteriza-se em uma potencialidade para o exercício da cidadania e inserção no mundo do trabalho e geração de renda, ou seja, gerando maior autonomia dos alunos e egressos, “poder de agência” como diria Sen (2010); oportunidades para o exercício das liberdades como um aumento da qualidade de vida das pessoas. (MACEDO, 2015). A política pública Pronatec é considerada positiva, quando se identifica que o alunado concluinte alcançou uma qualificação, mesmo que seja de quatro meses. Todavia, é necessário avaliar outros aspectos inerentes à formação, como “a melhora da autoestima, a possibilidade de volta ao mercado de trabalho para os que estavam há certo tempo fora, o incentivo ao ingresso nas Instituições Federais como aluno de nível tecnológico ou superior, dentre outros”. (RIBEIRO, 2017, p. 87).

É inegável que a Política de Assistência Social como construção política é um marco histórico, pois mobiliza sujeitos sociais para agir em prol da ampliação de direitos sociais, redimensionando o debate sobre a pobreza e promovendo o deslocamento conceitual do

campo da ajuda e da carência para o direito. (ARAÚJO et al., 2010).

Contudo, mesmo ao se compreender que existam necessidades prementes de sobrevivência, o poder público tem criado ações de cunho emergencial como um meio para combater os efeitos da atual fase do sistema capitalista. Ações que ainda não alteraram os elevados níveis de pobreza nem enfrentaram o problema nas suas diferentes dimensões. Desse modo, as Políticas Sociais, mais especificamente a Política de Assistência Social não consegue dar conta das várias expressões da questão social. Associa-se a esse cenário que “o desmonte do Estado reduz as possibilidades de ação pública no sentido de minimizar as históricas desigualdades sociais presentes na sociedade”, fato que limita as chances de ampliação de acesso à cidadania social, oportunidades de trabalho, de renda e de condições de vida para amplos segmentos da população. (ARAÚJO et al., 2010, p. 154).

Fazendo-se uma relação com os achados da pesquisa e os estudos que tratam sobre o assunto, identifica-se que Souza (2016), em sua pesquisa constatou a qualidade dos cursos de curta duração (FIC), interpretando-a como positiva; entendimento advindo da opinião dos egressos, que apontaram atributos ótimo ou bom. A sugestão inerente ao aumento da carga horária e prática profissional identificados por Souza (2016), dá respaldo às afirmações dos egressos neste estudo, os quais sentiram falta de maior conhecimento prático.

7.3 Efeitos socioeconômicos

Nesta categoria os egressos concluintes, egressos desistentes, demandantes e supervisores revelaram suas percepções sobre a aprendizagem proporcionada pelo curso, e a sua contribuição para a qualificação profissional, inserção no mundo do trabalho antes da realização do curso e quais as transformações pessoais, familiares e comunitárias que podem ser associadas ao curso realizado. Ainda foi analisada, junto aos entrevistados, a atuação do ACESSUAS Trabalho. Cabe inferir que determinadas indagações não foram feitas a todos os entrevistados, respeitando-se a particularidade de informação que cada entrevistado pôde contribuir para a categoria em análise.

Em relação aos benefícios relacionados aos conhecimentos adquiridos, os egressos concluintes interpretaram como positivo, como demonstrou EC1 ao dizer que: “Foi bom, que na última granja que eu fui morar teve bastante coisa que eu fiz que aprendi no curso”. Menciona também que teve a oportunidade de colocar em prática o que aprendeu em sua função. Isso é confirmado também pela fala de EC2:

Ah, facilitou um monte de coisa! Como te falei antes, quem trabalha com esta área de interior, assim que tem..... Então, às vezes, a gente estava fazendo uma coisa errada, viu que estava fazendo errado, começou a fazer de outra forma e começou a funcionar. Então, eu lembro que eles falavam bastante de manejo de solo, essas coisas assim, eu uso tanto na minha horta na minha casa quanto no interior quando vou fazer alguma coisa lá. Então, eu acho que, o mais simples que a gente estava fazendo errado, com um simples conhecimento básico ali já ajudou bastante.

Em discordância com os egressos concluintes, no entender de EC3: “Não trouxeram benefícios porque não estou atuando na área”. Pode-se dizer sobre essa afirmativa que alguns egressos concluintes não interpretam a oferta de qualificação e aprendizagem como benefício, se ela não trazer a oportunidade de conseguir uma atividade remunerada na área. Todavia, outros possuem esta compreensão:

Eu acho que conhecimento de um pouco de tudo que antes a gente não tinha. Tu sai do ensino médio meio perdido ainda, então, é um método que tu aprende um pouco mais para ti ir pro mercado de trabalho, pra ti organizar um bom currículo, pra ti conseguir uma renda extra, como teria o curso de maquiador que eu achei interessante. Eu acho que seria isso, um conhecimento a mais. (EC4).

Em relação a EC4 é procedente salientar que o curso FIC realizado contribuiu para a escolha do curso superior, evidenciando que alguns dos egressos concluintes por meio dos cursos vislumbraram suas competências, o que lhes proporcionou empoderamento social. Verificou-se que cada egresso concluinte, ao seu modo e de acordo com a especificidade do curso escolhido, obteve determinados conhecimentos:

Eu aprendi como a gente tem que ter higiene na alimentação, lavar frutas, usar luva. Quando a gente vai numa cozinha usar tocas, não usar brinco e anéis, usar luvas, usar a roupa apropriada, ter bastante higiene na alimentação, escolher alimentos frescos, um montão de coisas. (EC5).

Propiciou também, como mencionou EC6, dicas que podem ser usadas tanto na profissão como nos cuidados consigo e seus familiares: “Eu não sabia fazer escova no cabelo, nem prancha e hidratação no cabelo, daí lá eu aprendi. Ela ensinou um truquezinho para tirar tinta da pele quando pinta o cabelo. Esses detalhezinhos são bem bons, tem gente que não sabe!”. Ao demonstrar, assim, sua percepção em relação ao curso de Cabelereiro Assistente, há um mesmo entendimento de EC7, que fez o curso de Mecânico de Máquinas Agrícolas: “Eu aprendi um pouco mais, eu entendi um pouco mais as coisas do motor, assim alguma coisa que não sabia, assim eu aprendi um pouquinho, mas não é muita coisa, mas aprendi um pouquinho, como funciona todos os negócios.”

Apesar da desistência de alguns egressos, a pesquisadora registrou suas percepções sobre os benefícios proporcionados pelo curso até momento em que estes permaneceram. De acordo com ED1: “Uma oportunidade de voltar a trabalhar na Agroindústria”. Para ED2, o curso proporcionou um aprendizado, até então, estereotipado como masculino: “A parte dos óleos. Hoje, [risos], eu já conheço um pouco e o meu pai é motorista também, então, ele, então, fala muito trocar o óleo de carro, daí o que é mais viscoso, o que é mais fino, essas coisas aí eu aprendi”. Na opinião de ED3, o curso trouxe novos aprendizados, porém esse não gerou resultado na esfera profissional. Outra egressa desistente afirmou que com o conhecimento adquirido até o momento em que frequentou o curso, possibilitou a prática com a família, caso de ED4: “Mas assim... aprendi a lavar o cabelo, até agora eu faço em casa para os meus filhos”. Em outro curso, predominantemente masculino, como foi o caso de Carpinteiro de Obras, destaca-se a participação feminina, o curso contou com a presença de duas mulheres e para ED5, os benefícios da aprendizagem foram considerados bons:

Muita coisa, muita coisa boa! Pra pregar uma tábua, pra arrumar um soalho sabe, muito interessante! Como se prega né, porque a gente, às vezes, prega ao contrário, mas ali eu aprendi que uma tábua é assim reta e tem que pregar um prego reto, né. (ED5).

Os entrevistados foram indagados sobre se o curso realizado contribuiu em relação à sua qualificação profissional, e se o curso os habilitou e encorajou para exercício da função. EC1 respondeu que: “Sim”. Quanto a estar preparada para exercer a função buscando um emprego nesta área, afirmou que: “É que já foi bastante tempo que foi feito, posso não lembrar de muitas coisas, mas dá pra arriscar!”. (EC1).

Embora EC2 seja um concluinte, quanto à qualificação profissional, se expressa de maneira ambivalente a EC1: “Profissional não porque, digamos assim, eu fui pra outra área, mas quanto a questão, digamos assim, do que eu faço fora daqui sim. Aqui eu não trabalho com isso, mas, digamos assim, quando tô lá no interior, sim!” (EC2). Com relação às aptidões necessárias para exercer a função relacionada ao curso EC2 se mostrou assertivo: “Com o que eu já tinha de conhecimento e com o que foi passado, sim. Se fosse trabalhar numa empresa assim, faltariam algumas coisas, mas pra trabalhar dentro da tua propriedade, sim, tu consegue”.

Na concepção de EC3, o curso não lhe proporcionou aprendizado profissional, portanto, não se sente habilitada nem encorajada a exercer a função. No que divergem EC4, EC5 e EC6:

[...] Eu já trabalhei num escritório como auxiliar administrativo, eu ocupei bastante coisas que eu aprendi no curso, mas eu acho que faltaria um pouquinho de prática, por exemplo, notas fiscais, recibos, essas coisas assim, um pouquinho de RH, eu acho que ajudaria bem mais, seria bem importante. (EC4).

Nas palavras de EC5: “Acho que sim, apesar de eu não trabalhar no ramo, contribuiu sim”. Complementa sentir-se habilitada, se caso surgisse uma vaga de emprego na área em que realizou o curso:

[...] Com o conhecimento do curso e a experiência adquirida eu iria trabalhar. [...] Sim, como eu disse eu trabalhava lá no restaurante antes, então, eu tenho mais ou menos uma noção do que fazer. Com o conhecimento do curso e a experiência adquirida, eu iria trabalhar. Eu quero voltar a estudar, ano que vem eu quero voltar. Como minha nenê já está grande, vou terminar o segundo ano [Ensino Médio] para mim ter alguma coisa. (EC5).

Comentou EC6 que acredita precisar de mais conhecimento para se sentir habilitada. Não obstante, EC7 afirma que: “Ah! Acho que não. Se tivesse, que nem, a aula prática que faltou né, acho que daí sim”.

Embora desistente, ED1 coaduna da mesma opinião da concluinte EC5, explicando que: “Na verdade, eu estou esperando uma oportunidade para colocar o aprendizado do curso em prática, ou seja, voltar na Agroindústria”. Afirma sentir-se encorajada para exercer a função na área que realizou o curso: “Eu sim, porque eu já tinha conhecimento ali da Agroindústria, estava ali há uns três anos”.

Para ED2 e ED3, o curso contribuiu um pouco, e ED3 afirmou se sentir capaz de atuar na área do curso realizado: “Sim, porque eu já trabalhava antes de fazer o curso. Eu fiz o curso para aprender um pouco mais, pra saber coisas que a gente não conhece, não sabe, comidas, nomes de produtos, tem muita coisa que eu aprendi ali”.

A egressa ED4 afirmou que os conhecimentos adquiridos no curso contribuíram para sua qualificação profissional no período em que frequentou, porém, quanto a estar habilitada e encorajada para seguir profissionalmente na área do curso, ela diz que: “Eu gostaria de fazer o curso de novo. [...] Até o final”. Da mesma forma, ED5 fala que: “Contribuiu”. Confirma igualmente que teria coragem de seguir profissionalmente.

Verificou-se junto aos egressos concluintes que somente três entrevistados estavam trabalhando antes da realização do curso. Destes, uma egressa trabalhava apenas no turno da manhã como doméstica e a outra era manicure em sua residência. Entre os quatro egressos desempregados, se encontravam três adolescentes que estavam estudando. Quanto aos

egressos desistentes, três afirmaram não estarem trabalhando, todavia, destes, uma exercia trabalho informal de faxineira; portanto, somente duas afirmaram estar trabalhando, uma na Agroindústria do IFRS – Campus Sertão, como funcionária terceirizada e a outra como Agente Comunitária de Saúde.

Por fim, foram avaliados os egressos concluintes e desistentes, buscando identificar se o curso produziu mudanças na sua vida pessoal, familiar ou comunitária. EC1 e EC3 relataram que o curso não produziu nenhuma mudança em sua vida. Já EC2 relatou que a troca de experiências contribuiu para o aprendizado, pois a maioria atuava em sua propriedade rural e foi possível compartilhar práticas de agricultura familiar. A partir do curso realizado, sempre foi mantido o contato com o Sindicato Rural.

Mencionou ainda sobre sua relação e aproximação com o demandante (sindicato), após o curso, afirmando que:

[...] sempre que eu preciso de alguma coisa pra propriedade eu tenho fácil contato com eles, não tem nada de diferente. O curso ajudou pelo fato de estar com as pessoas que trabalham lá dentro e, às vezes, você estando lá, querendo ou não, você começa a criar amizade com as pessoas que tão lá e, digamos assim, ajudar ajudou, porque eu conheci as pessoas que trabalham lá dentro, me aproximou mais deles, mas fora isso, nada de diferente. (EC2).

De acordo com EC4, os efeitos socioeconômicos foram percebidos no momento em que o curso oportunizou conseguir um emprego. Ela fala que:

[...] tive a oportunidade de arrumar um emprego, o que levou a criar mais vínculos com amigos, com a comunidade e, ao trocar de emprego a interação só aumentou, além de poder ajudar a família financeiramente. O curso me ajudou bastante em vários aspectos, tanto para fazer um documento quanto para me expressar melhor. O curso teve sim bastante influência.

Ademais, o exposto vem ao encontro das argumentações de Ferrarini (2016) quanto à efetivação do emancipatório, pois para concretizar este objetivo, o social é um fator que deve ter o mesmo valor do econômico, para assegurar que o ser humano tenha acesso aos seus direitos sociais e exerça sua cidadania, somente assim, ao trabalho pode ser atribuído sentido e significado.

Revelaram EC5, EC6 e EC7 que foram fortalecidos os laços de amizade, inferindo ainda a EC5, sobre a vontade de voltar a estudar. Depreenderam da mesma forma ED1, ED2, ED3, ED4 e ED5, que o fator mais transformador foram os laços de amizade, seguido da aproximação dessas pessoas com demandante (CRAS).

A pesquisadora analisou como os demandantes viram a atuação da equipe do Acessuas Trabalho, verificando-se que somente um demandante afirmou ter pactuado, relatando que:

Nós tivemos uma equipe composta por três profissionais, contratada no ano de 2014, se não me engano, atuaram daquele ano até a extinção do programa. [...] Eles faziam a questão das matrículas, a divulgação dos cursos, ajudavam na questão da pactuação de vagas. Esta parte também era feita por mim, como interlocutora e pela coordenadora do CRAS. A gente sentava junto com essa equipe para discutir. Até nós chamamos, antes da repactuação, os ofertantes, o pessoal da ACCIAS, CDL, SINE e sentamos junto com eles para ver a demanda do município. Chegamos a um denominador comum de quais seriam os cursos que a gente deveria pedir para qualificar no nosso município e ter a disposição essa mão de obra. (D2).

De acordo com Amâncio (2015), uma das funções do Acessuas Trabalho é fazer o encaminhamento, integração e acompanhamento dos egressos em situação de vulnerabilidade social, ao mundo do trabalho. Isso não ocorreu, e então, um fator deficiente para o Programa, ao se observar que quatro demandantes relataram não contar com a equipe Acessuas Trabalho, e explicaram os motivos. Segundo D1: “[...] só depois que a gente recebeu esse recurso (Acessuas Trabalho) que houve essa possibilidade, mas nós não tínhamos mais cursos do Pronatec em andamento”. De acordo com D3: “Não tenho conhecimento, mas eu não vi nenhuma equipe específica disto trabalhando”. Relata D4 que:

Não, a gente não pactuou o Acessuas. Não foi aberto para nós pactuar o Acessuas porque o Acessuas é justamente ter uma equipe pra isso, né. Por que tu imagina aqui só tem eu de assistente social no município, né. [...] A gente não tem gente para pegar e trabalhar essa questão emergente, no entanto, às vezes vem encaminhamento para mim assim: encaminhar para vaga de trabalho. Eu até tento fazer uma comunicação com as empresas, mas é que isso teria que ter alguém articulando, fazendo e vendo as vagas de trabalho que faltam e tal. A gente acaba não tendo né, e como não tem tanto gente aqui, enfim, a gente vence aqui a demanda emergente. [...] Nós, de município pequeno, não quer dizer que não tenha, a gente só tem pra fazer o básico, então, a gente tem que atuar no básico, na média e na alta complexidade, que é os acolhimentos, mas com recursos próprios. A gente acaba não tendo repasse de dinheiro para essas situações. E eu acredito que o Acessuas não deve ter sido disponibilizado por causa disto.

É importante frisar que o demandante D5 não contou com a equipe do Acessuas Trabalho, devido a sua condição de sindicato dos trabalhadores rurais.

Os demandantes e supervisores analisaram suas percepções sobre as mudanças ocorridas na vida das pessoas de seu município, com os cursos Pronatec/FIC e a maioria afirmou que tiveram uma percepção positiva. Como narrou D1:

Sim, eu acho que a mudança foi positiva. Especificamente de Carpinteiro, como a demanda era grande então, tem pessoas hoje que primeiro arrumaram as suas casas. A partir desse curso aprenderam o meio correto de fazer, de como reformar uma casa, porque fazer nova é meio difícil. Dos outros cursos, também que foram oferecidos, algumas pessoas conseguiram crescer dentro da empresa. Outras estão em casa, mesmo essas do curso de Cabeleireiro que vieram, mesmo elas sendo negras, elas aprenderam, elas fazem nelas mesmo, então, é uma forma de não precisar buscar outro profissional fora da sua casa. Eu penso que tudo o que você aprende, tudo o que você busca em conhecimento, mesmo não sendo profissional, você tem um crescimento pessoal, também de autoestima, de valorização, do cuidar de si mesmo.

O demandante D2, além de afirmar sua percepção, descreveu que:

[...] Teve o pessoal que conseguiu emprego depois, talvez, não por causa do curso, mas com certeza o curso auxiliou de alguma forma. Tivemos até mesmo empreendedores como, por exemplo, as meninas que fizeram o curso de Manicure e Pedicure, de Auxiliar de Cozinha umas estão trabalhando por conta ou em casa, enfim, não foram muitos, mas, teve os que fizeram a diferença na vida!

O demandante D3 explicou que de alguma forma o curso tocou as pessoas que o realizaram, inferindo que não é possível “[...] zerar, achar que não porque isso é uma coisa muito individual”. Ou seja, na percepção dele as modificações foram singulares, mesmo que não tenham sido formados grupos de trabalho, particularmente as pessoas sempre aprendem algo, em sua visão. Da mesma forma, D4 e D5 concordaram, afirmando que:

Eu acredito que sim porque muitas pessoas, até hoje, vêm aqui pedir quando vai ter cursos de novo, se os cursos do Pronatec vão ter. Teve um impacto muito bom! [...] e eu acho que foi positiva aquela turma e repercutiu muito bem porque até hoje a gente tem pessoas que deixam nome e o telefone caso tenha, que tem interesse em fazer tal e tal curso. (D4).

Sim, com certeza! Deu uma unidade nestas turmas, tanto que eles queriam, assim, sequência. Demandaram outros conteúdos, outras áreas para que fossem abordadas, né. Então, criou sim esta unidade, esta coisa assim das famílias lá que faziam parte. Inclusive eles promoviam, para além do Pronatec, outros eventos de celebrações, de comemorações de aniversário, de festas da turma, então, criou esta unidade de grupo. Fortaleceu a relação deles com o sindicato, independente de eles serem sindicalizados, nem todos eram sindicalizados, mas mudou esta visão das entidades municipais, a importância destas entidades estarem ali atuando para benefício deles. Melhorou também a nossa relação com o poder público local porque eles foram percebendo que o sindicato, para além da luta específica de sua categoria, pode estar fazendo várias outras coisas que contribuem com o todo do município. Então, também para as entidades locais aproximou, criou vínculos, melhorou relações, então, penso que foi positivo sim. (D5).

Em consonância com o exposto, passa-se a percepção dos supervisores sobre as mudanças ocorridas na vida das pessoas de seu município, com os cursos Pronatec/FIC. Cabe

dizer que um dos supervisores, S2, não soube informar, alegando que não acompanhou os resultados gerados nos municípios pelos cursos e S3 fez apenas suposições, sobre o curso cumprir suas funções, dar suporte para direcionar os egressos para o mundo do trabalho e ainda motivar para prosseguir com cursos técnicos ou de nível superior. Contudo, S1 relatou:

Eu acho que muda muita coisa, porque no momento que tu faz um curso, que tu aprende uma vírgula a mais, já ajuda num monte de coisa na propriedade. Qualquer curso que tu faça de qualquer área, um dia tu vai usar ele, não vai usar totalmente, mas tu vai usar uma parte que tu aprendeu, uma palavra a mais, uma vírgula, uma coisa assim. Os cursos chegaram para eles porque eles não têm as oportunidades que nós temos aqui. Nós temos muito mais oportunidade de fazer curso do que eles no interior. Se tu acha que aqui é um buraco, saia para ver! Eles chegam se esconder dentro de casa para não te atender de medo. Então, tu imagina eles virem para cidade, um exemplo, foi em Ibiraiaras com as mulheres. [...] Elas tinham que sair dos buracos e vir para cidade. Elas tinham um dia por semana de aula e elas sonhavam para chegar aquele dia ligeiro para vir pra cidade no curso. Então, eu vejo essa evolução foi muito....., nem que não aprendeu nada, mas tu saiu, tu conviveu com outras pessoas, tu conheceu, tu fez amizades. No último dia do curso, todas as mulheres choraram porque terminou o curso e como iriam fazer para se encontrar. Então, essa parte valeu muito a pena, pelos menos para tirar as pessoas..., pra dizer que tem um outro mundo lá fora, não só o deles.

Os demandantes e supervisores relataram o que observaram na relação dos alunos egressos com a sua família e a sua comunidade, após a realização dos cursos Pronatec/FIC. Como se percebe na fala de D1, houve melhorias nas relações sociais:

Até com nós também, nós tivemos acesso a várias famílias que nós não tínhamos conseguido chegar, a S.R.O. é um exemplo, ela tá participando até hoje dos cursos aqui no CRAS. Conseguimos fortalecer nosso vínculo com eles, de ter mais acesso a essas famílias. E a própria amizade que elas fizeram, fortalecimento entre elas mesmo, a família também. Então, apesar de todos os problemas, de todas as dificuldades que a gente teve, os nossos ganhos e os ganhos da família foram maiores do que todas essas dificuldades que teve. E elas vêm, se chamar elas vêm, tão sempre aqui perguntado se vai ter outro curso.

Embora o demandante D2 tenha informado não ter acompanhado os concluintes após o término dos cursos, subentende que: “[...] sim, seja pelo conhecimento adquirido ou a autoestima, deve ter melhorado o relacionamento nas famílias”. Enquanto D3 inferiu achar que sim, dizendo que “[...] o curso envolveu famílias, professores, coordenadores e etc., houve bastante envolvimento e vínculos criados”. Relatos consistentes foram feitos por D4 e D5:

Eu acho que houve uma melhoria da autoestima deles, da valorização deles estarem se qualificando, de voltarem a estudar, de verem a importância disso da qualificação

para o mercado de trabalho. Muitos estavam muito tempo longe da escola, muitos até reviram essa questão de voltar a estudar no EJA, dessa necessidade. Então, eu acho que repercutiu de uma forma muito favorável, assim, eles muito orgulhosos de receber o certificado. O certificado, na época, foi feito um coquetel e foi entregue pelo prefeito. Então, acho que foi uma coisa muito positiva, muito motivadora para eles, tanto que eles queriam segundo curso com o professor, eles queriam continuar, mas, infelizmente, não deu. O Pronatec foi uma experiência muito boa aqui em Coxilha, a gente não teve muita experiência do Pronatec, mas assim junto com o Instituto de Sertão, na época, foi um curso que deu certo, deu certo com o professor, deu certo com os alunos, tudo deu certo assim. (D4).

Pode-se destacar que foi dado um valor ao ritual elaborado pelo município para entrega dos certificados e esse procedimento foi realizado pelo prefeito. Assim, depreende-se a importância da valorização dos municípios quando executam boas práticas, sem interferência do governo federal, o que precisa ser incentivado:

Nós tivemos assim situações de famílias que os adultos iam todos para a aula, todos faziam o Pronatec, só não foram as crianças e os adolescentes. Aquela aula assim a gente via que eles esperavam com ansiedade aquele dia que fosse fazer a aula, por isso, para além dos conteúdos pré-determinados, outros aspectos da vida social, familiar, comunitária precisam ser abordados nesses momentos. Então, a gente como organização sindical, aqui nós aproveitamos bem o momento para trabalhar estes outros aspectos, inclusive desenvolver coisas que viessem a beneficiar o conjunto daquela comunidade ou da comunidade ao redor de onde ocorreu o curso para que ficasse algo marcado e marcante deste processo. Então, sempre que você reúne um grupo ali sai ideias maravilhosas, inclusive para a comunidade, de um entre ajuda entre eles, de resgate de algumas coisas que o mundo moderno faz com que a gente esqueça, que é a entre ajuda entre as famílias, os chamados mutirões, ou os “puxirões” como se dizia uma vez, que era alguém adoeceu, os vizinhos vão lá ajudar, ou é um momento intensivo de trabalho, de produção de silagem, por exemplo, a turma vai lá auxiliar para que depois você possa vir pra aula também e não perder nenhum nesse processo. E também, assim, se algum aluno faltava, entre eles mesmo, ia lá e pedia por que você não veio, então, eles se importavam entre eles também, então, isso é muito bacana! (D5).

Na percepção dos supervisores, os informantes S2 e S3 não se inteiraram sobre as mudanças ocorridas na vida das pessoas de seu município, com os cursos Pronatec/FIC. Já S1 compreendeu que: “Era uma maneira deles saírem do mundo deles e aprender algo diferente para levar para as suas propriedades”. (S1). Porém, uma interessante síntese sobre o término do Pronatec foi registrada por S2:

O Pronatec, simplesmente, de uma hora para outra, acabou. O Pronatec não foi um programa como a gente projeta normalmente, com um início, um desenvolvimento e um final bem definidos, sabemos onde vamos chegar. O Pronatec só tinha um planejamento e uma implementação e vamos, e vamos, e vamos não tinha um final definido. Simplesmente chegou uma hora que acabou. Tem cursos nossos que é um pecado, tem um curso Técnico em Agropecuária que a gente só conseguiu dar um ano de aulas, acabou, não tem mais, os alunos ficaram a ver navios, por exemplo,

um curso de três anos e meio, né. Não por culpa deles, não por nossa culpa, simplesmente, o recurso financeiro deixou de chegar, é frustrante, mas aconteceu. [...] Minha análise tá, não sou administrador, mas é o que eu faria caso fizesse um projeto, teria um final, eu saberia quando iria chegar ao final. Esse programa não teve final, ele acabou, não teve as ações para terminar o projeto.

Essa categoria remete a reflexão das ações de inclusão produtiva, as quais se efetivaram no Brasil nos últimos cinco anos, a fim de conduzir à formação de cidadãos integrados ao mundo pelo trabalho, considerando essa realidade como conquista de autonomia para uma vida digna sustentada. Com base na inclusão produtiva reforça-se o entendimento de que a renda não é um fator isolado frente às inúmeras necessidades de famílias em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, a inclusão produtiva é um meio para fortalecer os vínculos sociais, oportunizar o acesso a serviços, viabilizar a cidadania e promover a inserção ao mundo do trabalho, o que demanda processos inerentes à “[...] informação, encaminhamento e monitoramento de segmentos em situação de pobreza e vulnerabilidade social ao mundo do trabalho, à qualificação profissional e à elevação de escolaridade”. (FERRARINI; WALLAUER, 2015, p. 30). Com esse objetivo, o Pronatec tornou-se uma importante ação de inclusão produtiva, revelando a integração entre o social e o econômico. Com base na teoria sobre educação abordada no estudo, cabe inferir que a partir de 2000, o Brasil passou a apresentar uma conjuntura econômica favorável, projeto político direcionado ao mercado interno e ações objetivando redistribuição de renda, ou seja, adotou uma visão mais orgânica na relação com os entes federados (estados e municípios) e políticas integradoras e planejadas. Pode-se citar nesse contexto, ampliação dos fundos públicos para a educação como foi no caso do Fundeb, possibilidade do ensino médio integrado e polimodal; reforço da rede pública de ensino profissional, por meio dos IFETs, articulado ao desenvolvimento regional e local. Enfim medidas e ações ligadas às novas propostas do PNE e do Pronatec, entretanto, o que se verifica atualmente são políticas de educação fragmentadas, descontínuas; escassez de recursos e um enfrentamento entre público e privado, podendo este ser uma das fragilidades do Pronatec. (WINCKLER; SANTAGADA, 2012; NASCIMENTO; BARBOSA; SOARES NETO, 2015).

Verificou-se a trajetória dos entrevistados (egressos concluintes e desistentes) após a conclusão ou, no caso dos desistentes, depois da sua saída dos cursos Pronatec/FIC, quanto aos progressos e dificuldades relacionadas ao mundo do trabalho e conquistas. Já os demandantes e os supervisores relatam se possuem conhecimento sobre as oportunidades oferecidas aos concluintes dos cursos e se existe acompanhamento destes após terem cursado o Pronatec/FIC.

Os egressos concluintes relataram sobre sua inserção no mundo do trabalho após a realização dos cursos Pronatec/FIC, e as dificuldades observadas para conseguir um emprego. EC1 respondeu que não se inseriu no mundo do trabalho, ao que se acrescenta tratar-se de uma adolescente que ainda estava cursando o ensino médio, e queria esperar se formar para após ir à busca de um trabalho. No caso de EC2, o curso serviu para aprimorar as atividades em sua propriedade, como opção secundária, pois esse egresso é funcionário público municipal, e possui uma área de terra na qual investe em agricultura. Portanto, o curso proporcionou a ele nos fins de semana, colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas. EC3 afirmou não ter conseguido um emprego formal ou informal após a conclusão do curso, enquanto que EC4 afirmou se inserir no mundo do trabalho, creditando aos cursos Pronatec/FIC esta inserção:

Sim, consegui. Eu trabalhei numa loja, onde o dono da loja era fotógrafo, então, a gente fazia toda parte da fotografia, vendia álbuns, enfim, e eu trabalhei na parte financeira, no caixa, atender, que também a gente aprendeu umas coisas sobre isso no curso que foi bem importante. Graças ao curso e a alguns outros cursos que eu fiz, que me fizeram conseguir um emprego. Teve aquele algo a mais no currículo!

Para EC4, as dificuldades observadas para inserção no mundo do trabalho estão relacionadas à inexperiência profissional, conforme sua fala: “A maioria das empresas querem alguém que já seja experiente, que tenha pelo menos alguma bagagem”. Relatou ainda EC4 que, inicialmente, o emprego era informal, mas no momento da entrevista já estava inserida no mundo do trabalho formalmente, considerando sua remuneração satisfatória. A EC5 revelou uma situação que se refere ao reconhecimento do trabalho somente se este for formal, pois em seu relato, identifica-se essa percepção, no momento em que afirma não ter conseguido trabalho após a realização do curso de Agente de Alimentação Escolar. Todavia, menciona ter continuado na função de doméstica com carteira assinada, e no período noturno conseguiu uma vaga na área de alimentação de um Clube, sendo remunerada mediante noite trabalhada.

O relato demonstra que esta egressa possui uma visão do trabalho no sentido tradicional do emprego, revelando que a atividade profissional ainda é central na vida das pessoas. De acordo com Navarro e Padilha (2007, p. 14) quando o trabalho é reconhecido como central na vida das pessoas entende-se que é por meio desse que o homem se torna um ser social. Assim, o trabalho “não é apenas meio de satisfação das necessidades básicas, é

também fonte de identificação e de autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade”.

Para Sabino (2014) o trabalho vai estar presente em qualquer sociedade e a sua base ontológica não sofrerá alterações, o que se modificará é a forma de sua configuração em cada sociedade ao longo da história. Na coleta dos dados empíricos, observou-se que para os egressos concluintes (Tabela 2), que engloba também os filhos das beneficiárias, o trabalho ainda continua sendo visto no sentido tradicional do emprego e como central na vida dessas pessoas.

Já para os egressos desistentes (Tabela 3), que engloba, exclusivamente, mulheres beneficiárias do PBF, destaca-se que no momento do estudo, apenas uma afirmou não estar trabalhando, enquanto as outras quatro mulheres exerciam algum tipo de atividade. Embora não tenha sido objetivo desse estudo analisar a centralidade do trabalho junto às entrevistadas, pode-se, dizer que essa é questionável quando se trata de mulheres beneficiárias do PBF. Algumas nunca trabalharam fora e com todas as vulnerabilidades e também com o seu envolvimento com os cuidados domésticos devido à insuficiência dos serviços sociais, é possível perceber que o trabalho formal pode estar muito longe de seu alcance ou, muitas vezes, levá-las a se inserir num mundo laboral mais flexível.

No caso de EC6 e EC7, verificou-se que não ingressaram no mundo do trabalho após a realização dos cursos Pronatec/FIC, entretanto, EC6 já exercia a função de manicure e trabalhava em uma farmácia como diarista (3x/semana). De acordo com EC6, que realizou o curso de Cabeleireiro Assistente, a dificuldade de inserção no mundo do trabalho centra-se na inexperience, como ela disse “No salão, eles geralmente pegam quem tem mais formação, não apenas um curso”. Essa fala vem ao encontro do relato de EC4.

Os desistentes relataram não terem conseguido um emprego relacionado à sua participação nos cursos. A propósito, é oportuno comentar que “a roda da redução de desigualdades parou no Brasil. Entre 2017 e 2018, houve uma conjunção de indicadores negativos que contam a triste história de um grave recuo do progresso social no país”. Embora sejam dados recentes, este processo se iniciou no final de 2014, a partir da crise econômica, fiscal e política, fatores que acentuaram o desemprego no país, de 6,8% em 2014 para 12,7% em 2017, não mostrando sinais de reversão. (OXFAM, 2018, p. 11). Todavia, a pesquisa do PNAD em 2018 revela outra realidade, conforme Gráfico 1 e Quadro 2. Este cenário vem ao encontro do que ED1 respondeu: “Acho que é difícil porque as empresas estão diminuindo

cada vez mais o pessoal”, essa colocação diz respeito às dificuldades encontradas para inserção no mundo trabalho. Para ED3 estas dificuldades estão relacionadas:

A experiência, apesar de você saber o que fazer, se não constar na carteira, eles não levam em conta. Valorizam mais a experiência profissional que está registrada na carteira de trabalho do que a experiência prática. E eu não tenho nada registrado na carteira que eu trabalhei em restaurante.

Essas colocações de ED3 reforçam o já exposto por EC4 e EC6, quanto à percepção das dificuldades encontradas para adentrar ao mundo do trabalho. A propósito veja-se o que disse ED5: “Sim, porque pelo preconceito que mulher não faz nada e isso e aquilo!!!!”. Essa egressa desistente realizou o curso de Carpinteiro de Obras e suas colocações sobre o referido curso sempre gravitaram em torno do estereótipo de que certas atividades possuem características e cultura de serem apropriadas ao sexo masculino.

O exposto até o momento evidencia que a realização dos cursos Pronatec/FIC não viabilizou melhoras econômicas na vida da maioria dos egressos. Segundo EC1, que realizou o Curso de Máquinas e Implementos Agrícolas e trabalhou em uma granja por curto período, considera que a falta de continuidade não contribuiu para gerar melhoras econômicas. Da mesma forma EC2, que afirmou não ter retorno financeiro, contudo, ratificou a importância do conhecimento para sua atividade secundária, que é na sua propriedade rural.

No entanto, EC4 narrou que conseguiu um emprego e a melhoria econômica veio por meio de um emprego de turno integral:

[...] porque de um emprego de meio turno, eu fui para um emprego de turno integral. Pretendo ainda crescer um pouco mais profissionalmente e trabalhar em outras áreas e que minha renda aumente cada vez mais, mas, sim, o curso me ajudou bastante!

Foi analisado o que o IFRS - Campus Sertão e/ou municípios fizeram para propiciar oportunidade de empregabilidade aos concluintes dos cursos Pronatec/FIC, e de acordo com S1:

O que a gente fica sabendo, principalmente, dos cursos técnicos, dos FIC não, os FIC é mais aqueles cursos de curta duração, então, não é uma profissão que tu pegou naquele curso, foi um aperfeiçoamento. Agora dos técnicos formados fora, que foi em Capão Bonito do Sul, a maioria deles estão empregados. Os técnicos é a mesma coisa dos nossos técnicos, se eles quiserem sair daqui trabalhando, eles saem, tem mercado de trabalho. Eu acredito que o Pronatec veio para dar mais uma oportunidade para aqueles que quiseram fazer aqui um curso técnico, porque na realidade a oferta de vagas para os técnicos aqui é 120 por ano, então, há uma

grande procura, então, muita gente fica fora. Eu vejo que a oportunidade foi grande do Pronatec para os cursos técnicos porque é curso de profissão.

Pode-se dizer que os supervisores salientaram que não houve iniciativa do IFRS – Campus Sertão, no sentido de encaminhar os egressos para o mundo do trabalho, a propósito disse S3 que:

O campus não tinha um programa de ex-alunos, um cadastro, alguma coisa assim... e para garantir a empregabilidade, teria que ter isto. A própria formação é uma forma de garantir a empregabilidade, dando ao aluno essa possibilidade de sair, mas talvez, ajudando dessa forma, poderia ser uma saída, mas não sei se esse era o papel do Campus também, como é uma coisa que já se extinguiu.

Da mesma forma, os demandantes informaram que os municípios não protagonizaram nenhum tipo de iniciativa que propiciasse encaminhamento dos egressos ao mundo do trabalho. Explicou D1 que:

Não, não temos também por falta de estrutura. Até um dos objetivos desse recurso que veio do governo federal [Acessuas Trabalho] poderia contratar uma equipe para fazer esse levantamento, buscar quem terminou, quem não terminou, o que tá fazendo, só aí faltou o apoio da administração mesmo. A gente poderia contratar uma equipe específica para isso, assistente social, psicóloga, locar carro, comprar combustível, locar um lugar para fazer essa sala de pesquisa, equipamentos. Então, tudo isso pôde ser feito com esse recurso, mas aí você esbarra no entendimento da administração também, não falando mal, mas é a realidade. O Pronatec sobrecarregou bastante o nosso trabalho aqui, às vezes, tinha dez, quinze pessoas esperando para fazer a inscrição, fazer cópias e, se tivesse uma equipe específica disto, iria ser bem rápido.

Complementando, D1 ainda afirmou que o programa não disponibilizava bolsas (recursos financeiros) para contratação de pessoal nos CRAS como o IFRS – Campus Sertão dispunha para contratação da equipe de apoio. Sobre outros recursos financeiros D1 destacou que: “[...] a gente recebeu esse recurso (Acessuas Trabalho) que houve essa possibilidade, mas nós não tínhamos mais cursos do Pronatec em andamento”. Esse contexto revela a ineficácia das políticas públicas. Na percepção de D2, ocorreu falha nesse sentido, o que é justificado: “[...] pela falta de tempo de ir atrás. Alguns casos, eu mesma liguei no SINE para ver sobre vagas, alguns, nós conseguimos indicar, mas, entretanto, não sabemos se foram contratados. Fora isto, nada”. E o demandante (Sindicato Rural) relatou o seguinte cenário:

[...] as pessoas já estavam locadas numa unidade familiar de produção, a grande maioria deles, então, era exatamente para aprimorar, aperfeiçoar e gerar mais renda a partir do local, a partir daquilo que eles já estavam fazendo nas suas propriedades.

Por isto que a gente escolheu Agricultura Familiar e enfatizamos os conteúdos mais direcionados a essa parte de técnicas, de gestão das propriedades, do relacionamento familiar. Então, não tínhamos muito este objetivo de conseguir um trabalho para esses concluintes, não; era melhorar, aprimorar aquilo que eles já estavam fazendo nas suas propriedades. (D5).

Além da falta de encaminhamento dos egressos para o mundo do trabalho, ainda ficou evidenciado que o IFRS – Campus Sertão, não possui um estudo ou acompanhamento de egressos, no sentido de identificar sua realidade profissional após o término dos cursos do Pronatec/FIC. Importante relato sobre o assunto fez D3, ao encaminhar pessoas para o mundo do trabalho por meio da Assistência Social:

[...] você sabe que eu acho que aqui, por ser cidade pequena, as pessoas têm um pouco de preconceito enraizado, aí o público da assistência social, falar com a assistente social. Tanto que teve um caso numa época assim que eu tentei com pessoas que precisavam, a gente tava com um caso na Promotoria, que o promotor pediu tem que tentar integrar essa família no mercado de trabalho. E eu fiz o movimento de ligar, tentar ir buscar emprego junto com a pessoa, fazer currículo e daí eu sei que fui numa empresa em Passo Fundo e ela ainda comentou comigo que a assistente social ir junto é uma coisa que não é muito favorável, que a empresa vê com olhos de problema, enfim, por ser assistente social, por estar lotada na Secretaria de Assistência Social. Aqui, eu acho que, por se pequeno e as pessoas se conhecerem muito, eu tentei fazer uns dois ou três movimentos, mas nunca deu muito certo. Eu acho que, de repente, se tivesse um departamento diferente da Assistência Social, porque aqui liga muito essa questão de assistente social, está sendo atendida pela assistente social porque eles ainda estão ligados a questão de problema, questão assistencialista, então, eu acho que, se teria outro órgão com tem em Passo Fundo, teria uma repercussão diferente.

Eis que a inclusão produtiva, enquanto eixo de uma política social, direcionada a promover a autonomia econômica de famílias, por meio de Programas como o Pronatec, que oportunizam qualificação profissional e ingresso no mundo do trabalho, tendo como prioridade beneficiários dos Programas Sociais do Governo Federal. Mesmo com limitações, proporcionou refletir sobre a importância de atentar para as demandas do público alvo, os quais necessitam ter acesso a direitos sociais, garantidos constitucionalmente, como educação, saúde, trabalho, habitação, moradia, saneamento, dentre outros, revelando, assim, a importância de “[...] uma visão integrada, superando a fragmentação setorial e os interesses individuais de cada secretaria ou de um grupo específico”. (FERRARINI et al., 2016, p. 243).

Em virtude das categorias analisadas e em última análise passa-se a categoria motivação dos egressos que concluíram os cursos Pronatec/FIC.

7.4 Motivo da conclusão

Nesta última categoria faz-se uma correlação da percepção dos entrevistados com as categorias iniciais e intermediárias, para compreender a motivação dos egressos concluintes.

No que diz respeito à questão social, pode-se inferir que os egressos concluintes fazem parte do grupo que reflete desigualdades econômicas, culturais e sociais, portanto, tendo limitado o seu acesso aos direitos sociais. E como diz Tomaz (2013, p. 5) exigem “[...] a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos”. Pois, a questão social, sob o viés do Pronatec tem o condão de trazer oportunidades que proporcionem igualdade e dignidade. Para EC4, a conclusão do curso representou “crescimento profissional mesmo em uma área da qual eu gostava, além de ser uma oportunidade a mais no meu currículo e pra mim crescer profissionalmente”.

O trabalho enquanto categoria evidencia que se dissociado do social apenas reproduzirá desigualdades e exclusão, como explica Veronese (2009, p. 4) quando diz que existe uma discriminação em relação ao conhecimento adquirido pelas pessoas pobres, levando a entender que seu aprendizado não merece credibilidade. Esse entendimento quando analisado somente sob a perspectiva econômica, tem-se a desigualdade na oportunidade de vagas, cargos de liderança, remuneração, dentre outros que inferiorizam suas capacidades. De acordo com Amartya Sen “a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais [...] que o crescimento econômico pode possibilitar”. (SEN, 2010, p. 61).

Assim, a educação passa a ser um eixo motivador na vida daqueles que investem numa formação para se tornarem sujeitos sociais plenos. Nesse sentido, as políticas sociais defendem o vínculo entre o econômico e o social para que a pobreza não seja vista somente pelo viés econômico, pois ela é “uma situação complexa e multidimensional, que exige a atenção em serviços que possam contribuir para [...] superação das situações de vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais”. (COLIN; PEREIRA, 2013. p. 104-105).

Daí a importância atribuída ao objeto desse estudo, o Pronatec, que com seus cursos representou a realização de um sonho, até, então, presente no imaginário de muitas pessoas, devido a sua condição econômica, educacional e social, elementos que contribuíam para desacreditar da sua capacidade em frequentar os cursos, obter aprovação e certificação. (MONTAGNER; MULLER 2015). Todavia, como afirma EC1: “O conhecimento do curso, que a gente vai aprendendo cada vez mais!”, mesma visão de EC2: “Conhecimento” e EC3

que afirmou ter gostado do curso. Verifica-se que mesmo mediante as adversidades esses egressos sentiram-se motivados a concluírem seus cursos. Acrescenta EC5 que:

Para mim aprender a parte de higiene, a parte de alimentação, como a gente cuida dos alimentos. Para trabalhar na cozinha, a gente tem que ter higiene, usar luvas e essas coisas tudo e para poder ter um serviço, mais tarde, nessa área.

Identificou-se, também que as preocupações dos egressos se direcionavam para conquista de um mercado de trabalho formal, entretanto, houve o reconhecimento dos benefícios sociais, culturais e as possibilidades de empreender. Portanto, o Programa surge com a perspectiva de que essa realidade pode ser mudada. Para isso, é fundamental o compromisso de todos os parceiros na compreensão da realidade e que com investimento no processo de educação profissional de qualidade, essa realidade pode ser transformada, mudando as oportunidades de educação e de trabalho dessa parcela da população, que via de regra tem dificuldades de vencer as barreiras das condições de vulnerabilidade em que se encontram. (MONTAGNER; MULLER, 2015). Observa-se a colocação de EC6: “Era bom o curso” e EC7: “Eu acho que foi bom, eu aprendi um monte de coisa”.

Depreende-se como diz Andrade (2011) que compreensões distorcidas não podem limitar os efeitos produzidos pelos processos sociais que envolvem as questões de qualificação profissional, pois mesmo que houvesse apenas um egresso concluinte, já seria um fator positivo, principalmente quando se pensa em qualidade de educação e não quantidade, mentalidade já ultrapassada, que fazem parte de teorias utilitarista.

Os processos sociais envolvidos na questão social estão articulados para desenvolver potencialidades, dentre os quais, qualificação, educação, geração de emprego, trabalho, segurança, moradia, enfim direitos sociais. Eis que o pensamento de Amartya Sen respalda os objetivos das políticas sociais, ao sustentar que é preciso refletir sobre a pobreza considerando a expansão das liberdades e capacidades. A construção de uma sociedade sustentável e emancipatória vinculam-se a ações corporativas e pedagógicas, que objetivem uma formação integral oportunizando o empoderamento e o fortalecimento de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social, política e cultural.

Foi possível identificar que alguns egressos interpretaram ser significativo o aprendizado para o uso pessoal. Um exemplo, foi o curso de Cabelereiro Assistente, a egressa, embora não tenha conseguido um emprego formal, nem condições financeiras de empreender, entendeu que o curso possibilitou utilizar seu conhecimento com familiares e amigos. Mesmo

entendimento daqueles que cursaram Agente de Alimentação Escolar, Manicure, Carpinteiro de Obras, Mecânico de Máquinas Agrícolas, Auxiliar de Cozinha, são alguns exemplos. Todavia, esse cenário não é entendido como gerador de inclusão produtiva.

Depreende-se com base no relato dos supervisores sobre a observância das mudanças ocorridas pelos egressos em seus municípios que dois fatores se evidenciaram: primeiro não houve uma ação inerente ao acompanhamento dos egressos nesse sentido e o segundo envolve a descontinuidade das políticas sociais, o Pronatec não foi uma exceção, percebe-se que é necessário um maior envolvimento do poder público, realizando por exemplo, consulta popular e das instituições envolvidas como o CRAS, IFETs e Governo Federal, bem como empresários, o mercado e organizações sociais para que a mão de obra possa ser absorvida.

Ademais, é preciso considerar que cada região, seja em âmbito estadual ou municipal tem suas peculiaridades, portanto, como diz Pochmann (2011) é preciso várias revisões nos sistemas de formação, qualificação profissional e empregabilidade quando se busca gerar resultados positivos por meio de novas perspectivas que se referem ao trabalho. Nesse contexto, reside à importância de pensar o trabalho enquanto identidade do sujeito numa perspectiva multidimensional. (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007; COLIN; PEREIRA, 2013). Caso contrário, como explica Antunes (2007) ocorrerá a precarização e o desemprego. Segundo o mesmo autor, atualmente fatores como as novas tecnologias, a globalização e a economia contribuem para um mundo do trabalho que valoriza a ultraqualificação. Esse cenário colaborou para ampliação do desemprego e simultaneamente para o aumento dos níveis de informalidade. (ANTUNES, 2007; NAVARRO; PADILHA, 2007).

O trabalho está vinculado à saúde biopsíquica, é mais que somente uma questão econômica, motivo pelo qual afirmam Navarro e Padilha (2007) que o trabalho é central na vida das pessoas. Portanto, é necessário conceber políticas fortes e eficientes que venham ao encontro de reduzir os índices de desigualdade, exclusão e desemprego. (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000). A propósito destaca-se o próprio Pronatec, como se evidencia na pesquisa, quando os egressos revelaram que gostariam que o programa continuasse. Os supervisores interpretaram que agora já há maturidade para dar prosseguimento ao programa, considerando o mesmo um excelente programa.

Os estudos e dados apresentados na pesquisa demonstram a relação entre a assistência social e a inclusão social e produtiva, e se constituem um meio para promover a capacitação e qualificação profissional, elementos importantes para iniciação no mundo do trabalho.

(NUNES, 2012). Compreende a autora, que a Política de Assistência Social deve ser compreendida como protagonista da proteção da população brasileira que vive em situação de risco e vulnerabilidade social. “Entendemos que a Política de Assistência Social deve, assim como está na LOAS, responder pela proteção social, mas para tal deve concorrer a um orçamento público eficiente para que possa cumprir com seus compromissos”. (NUNES, 2012, p. 106-107). O desafio da inclusão produtiva e social vem sendo um objetivo da política de assistência social, a qual visa emancipar seus usuários por meio da participação em programas de qualificação profissional, um exemplo prático foi a implementação do Programa Brasil Sem Miséria. (AMÂNCIO, 2015).

Ferrarini et al. (2016) salientam que a inclusão produtiva tem natureza intersetorial, pois não depende apenas de oportunidades de trabalho, razão pela qual o público alvo dessas políticas requer a integração de outras áreas para solucionar suas demandas. Um exemplo claro dessa colocação na pesquisa foram os egressos desistentes serem todos do sexo feminino, significa que uma das áreas não atuou para possibilitar às mães continuassem seu curso, deixando seus filhos em creches. Esse dado demonstrado corrobora com o estudo de Amâncio (2015).

Pode-se inferir que as ações do poder público em relação às políticas educacionais ainda são insuficientes para atender às necessidades brasileiras, no que se refere a formação profissional. (OLIVEIRA; BATISTA, 2017). Essa realidade contribui para que o Estado crie ações e programas para este fim, podem ser somados a isso: a fragmentação e a fragilização das políticas sociais e a hegemonia do modelo capitalista e mercados financeiros. Acrescente-se a esse contexto que o social não pode ser dissociado do econômico quando se pretende o emancipatório por meio do trabalho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as contribuições do Pronatec como política pública voltada à inclusão produtiva de beneficiários do PBF em situação de vulnerabilidade social nos municípios de abrangência do IFRS – Campus Sertão.

A princípio, destaca-se a importância do aporte teórico desse estudo para compreensão do tema proposto. Do mesmo modo, a questão social possibilitou verificar que o crescimento capitalista foi determinante para aumentar os índices de pobreza, desigualdade e exclusão, culminando na crise das políticas sociais e escassez de recursos públicos. Cabe dizer que o trabalho adquiriu um novo sentido a partir do fortalecimento das políticas sociais, pois como diz Antunes (2008) o maior desafio da humanidade é dar sentido ao trabalho humano e também tornar nossa vida dotada de sentido e constituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho.

Portanto, com base no campo empírico do estudo, pode-se afirmar que ocorreram limites na implementação do Pronatec quanto à geração da inclusão social e produtiva, o que não desqualifica o programa que estava em sua primeira versão, no qual todos eram aprendizes. O Pronatec se mostrou um bom programa que, para ser aprimorado, na percepção dos entrevistados, deveria ter continuidade.

Retomando-se a análise do aporte teórico, constatou-se com base nos autores e indicadores de desemprego e renda e educação, que ambos vêm sendo comprometidos no Brasil e se constituem fatores que contribuem para ampliar a vulnerabilidade social e a exclusão do mundo do trabalho, justamente pela falta de oportunidade de acessar a cursos de capacitação e qualificação profissional. Também é importante mencionar que no período em que os resultados do programa eram esperados, se iniciou no Brasil (ano de 2015) uma grave e persistente crise econômica que, provavelmente, interferiu na geração de trabalho e renda.

Por tais razões, o estudo centrou-se na importância das políticas sociais e de seus protagonistas, dando ênfase ao papel da assistência social quando se trata de atender a população vulnerável socialmente. Ela possui o contato direto com essa população mais pobre, articulando políticas e contextos e atuando como mediadora para cumprir seu papel junto a outras áreas e proporcionar a inclusão produtiva e social. Nesse cenário, o Pronatec veio para auxiliar na concretização da inclusão social e produtiva, com intuito de gerar oportunidades para os mais pobres.

Com a intenção de compreender os objetivos e conceitos do Pronatec, bem como sua implementação pelo IFRS – Campus Sertão em sua área de abrangência, ratifica-se que apesar dos limites e dificuldades, o programa cumpriu o básico no que se refere a sua operacionalização, pois foram ofertados 37 cursos de diferentes áreas, que se repetiram 83 vezes em 25 municípios da região, totalizando um universo de 2.162 alunos matriculados. O Programa também se mostrou flexível em algumas etapas e teve uma boa avaliação pela maioria dos entrevistados.

Dentre as dificuldades e problemas foram evidentes os atrasos nos pagamentos, a descontinuidade, inadequação com a jornada de trabalho de seus alunos, problemas de estrutura, infraestrutura e recursos humanos e conteúdos repetitivos. Todavia, identificou-se que houve legitimidade e veio ao encontro das expectativas dos atores do Pronatec. Desse modo, os avanços e os limites do Pronatec são os mesmos das políticas brasileiras ao longo de sua história, fragmentadas, descontinuadas, recursos financeiros escassos ou que não chegam, burocracias e informações que não são homogêneas.

O programa representou empoderamento ao se identificar o acesso ao conhecimento, os vínculos sociais criados, a participação na vida das comunidades, o acesso a informações, o estímulo à continuidade dos estudos e maior interação com os demandantes e com o IFRS – Campus Sertão, pontos que se consideram como positivos em relação ao Programa. Todavia, constatou-se a reprodução da exclusão, pois a escolaridade exigida para muitos cursos era somente o ensino fundamental incompleto. Esse detalhe do Programa comprometia a capacidade de compreensão dos egressos, já que os cursos eram mais complexos e necessitavam que os egressos matriculados tivessem uma maior capacidade de interpretação. Ainda, outro aspecto constatado foi a falta de material condizente com o tom da pele e tipo capilar, como o caso de mulheres negras que realizaram cursos de Cabelereiro Assistente, o que demonstra a interseccionalidade das desigualdades no Brasil, até mesmo nas políticas criadas para combatê-las.

Os egressos em geral possuem a expectativa de trabalhar, sonhos profissionais e atribuem sentidos diferenciados ao trabalho, contudo, não foram identificadas ações públicas ou privadas de encaminhamento ou acompanhamento desses egressos ao mundo do trabalho. Pode-se inferir que é preciso conhecer as populações e suas necessidades, evitando condicionalidades para promover o acesso ao mundo do trabalho por meio de políticas sociais. Entende-se que, mesmo diante da falta de oportunidades de trabalho digno e adequado

à realidade, a implementação dos cursos tem o condão de aumentar as capacidades laborais e a autoestima.

Quanto aos efeitos socioeconômicos na vida dos beneficiários do programa que concluíram o curso, pode-se afirmar que a obtenção de um emprego após o término do curso não foi uma realidade. Constatou-se que a falta de comprovação de experiência prévia na carteira de trabalho colabora para a permanência na situação de desemprego ou leva as pessoas a aceitarem um trabalho informal. Também faltou uma parceria público-privada que promovesse ações de encaminhamento ao mundo do trabalho. Outro aspecto constatado foi a falta de implementação e consequentemente de atuação do Acessuas Trabalho nos municípios e ainda no município em que teve sua atuação, foram identificadas falhas no cumprimento de suas atribuições, pois nenhum egresso concluinte foi encaminhado ao mundo do trabalho.

Verificou-se a necessidade de ampliar a discussão sobre como concretizar políticas públicas de qualificação profissional, pois é preciso que mais programas ou políticas sociais venham dar respostas às necessidades e às carências das populações mais vulneráveis, o que demanda uma percepção complexa e multidimensional do problema que envolve avançar de maneira concreta em direção à inclusão e às oportunidades econômicas em harmonia com as políticas sociais e promover um desenvolvimento emancipatório para a cidadania.

Do ponto de vista do Pronatec, com base nos dados do estudo, ele deveria ter continuidade, sem fisiologismo e ideologias, tornando-se parte de uma agenda de educação permanente direcionado para reduzir os índices de desigualdades, sejam elas sociais, econômicas, políticas, culturais e laborais, pois sua maturidade pode contribuir para aumentar o êxito no acesso à qualificação e consequentemente, ao mundo do trabalho.

Por fim, é importante salientar que o capitalismo, desde o seu período inicial, mostrava limitações na sua capacidade de regulação social, pois as condições e as oportunidades eram sempre desiguais entre a população. O Estado regulava a atividade econômica e defendia os interesses da classe dominante. No entanto, após um período de regulação social e econômica, as desigualdades sociais e as desvantagens dos trabalhadores se veem diminuídas, o que foi realizado pelo Estado de Bem-Estar-Social. Contudo, vê-se na atualidade uma profunda desregulamentação do trabalho e o retorno à vulnerabilidade, mesmo daqueles que tinham uma maior proteção social: aumento da informalidade, das flexibilizações, das terceirizações, das precarizações, dentre outros.

Ainda que iniciativas de educação profissional para os segmentos em situação de pobreza e vulnerabilidade social tenham seus méritos, não podem ser compreendidas fora do quadro de precarização das condições de trabalho e de redução dos direitos dos trabalhadores.

Para futuras investigações deixa-se como sugestão, o seguinte tema: “O significado do trabalho na vida das beneficiárias do PBF que concluíram cursos de qualificação profissional”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliane da Silva Magalhães. **Pronatec: implantação e desenvolvimento** no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/ Campus Pirapora. 2017. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, 2017.

ALVES, Cleusimar Cardoso; VILELA, Taisa Alves Silva; RODRIGUES, Elisangela Pimenta. A Responsabilidade do Estado enquanto provedor de Políticas Públicas e o Serviço Social: aspectos polêmicos. In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, CRESS 6ª Região, BH. **Anais...**, BH, 7 a 9 de junho, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20RESPONSABILIDADE%20DO%20ESTADO%20ENQUANTO%20PROVEDOR%20DE%20POL%20%C3%8DTICAS%20P%20%C3%9ABLICAS%20E%20O%20SERVI%20%C3%87O%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 19 jul., 2018.

AMÂNCIO, Júlia Moretto. **Inclusão produtiva e assistência social: desafios da implementação a partir das experiências recentes do PRONATEC/BSM e do ACESSUAS/Trabalho**. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, DF, n.24, p. 73-93, 2015.

AMARAL, George. **A categoria trabalho em Marx: alguns apontamentos sobre sua centralidade ontológica**. 2014. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/a_categoria_georgea.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

ANDRADE, Alba dos Prazeres de. **Questão Social e Proteção Social e a América Latina e Pan-Amazônia**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, São Luís MA, 23 a 26 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_OS_TERRITORIOS_POVOS_E_COMUNIDADES_TRADICIONAIS/QUESTAO_SOCIAL_E_PROTECAO_SOCIAL_NA_AMERICA_LATINA_E_PANAMAZONIA.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez/Unicamp, 2006.

_____. Dez teses sobre o trabalho do presente e uma hipótese sobre o futuro do trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007, Caxambu MG. **Anais...** Minas Gerais, 2007.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

ARAÚJO, Cleonice Correa et al. Relação entre pobreza e trabalho no Brasil: expressão de seus dilemas na política de assistência social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís/MA, Número Especial, 139-160, Ago., 2010.

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante das desigualdades**. Dados [online], vol. 50, n.3, p. 499-533, 2007.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: 10 dez., 2018.

AUGUSTO, André Guimarães. O fim da centralidade do trabalho? **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 87-104, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero e Augusto Pinheiro. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUE, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.42, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741>>. Acesso em 16 jul. 2015.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem: um manual prático**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELONI; Belmiro Marcos; WONSIK, Ester Cristiane; PEREIRA, Arcelo Luis. **Contexto histórico e políticas públicas da educação profissional no século XXI: apontamentos introdutórios**. 2009. Disponível em: <http://gephishnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/contexto_historico_e_as_politicas_publicas_da_educacao_profissional_no_sec_xxi-apontamentos_introdutorios.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BERTRAND, Michèle. O homem clivado: a crença e o imaginário. **Enciclopédia Aberta da Psique**. São Paulo, nº 4, p. 15-40, 1989.

BISPO, Fabiana Carvalho da Silva. **A influência das regras na formulação de políticas públicas: o caso do Pronatec**. 2018. 180f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2018.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto-Portugal: Porto, 1994.

BONETI, Lindomar Wessler. Exclusão e Inclusão Social: teoria e método. **Contexto e Educação**, Unijuí Ano 21 n. 75, p. 187-2006, Jan./Jun. 2006.

BRAGHINI, Nayara Carvalhaes; DONIZETI, Tânia Cristina de Oliveira; VERONEZE, Renato Tadeu. As bases sócio-históricas da ontologia do ser social: o trabalho. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: CRESS MG, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/hotsite/1/paginas/home.php?pg=5>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. **Regulamenta o Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/Decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 14 out. 2014.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Bolsa-Formação - Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/bolsa-formacao/apresentacao>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Mediotec**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mediotec>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Pronatec Oferta Voluntária**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/oferta-voluntaria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Conheça o Programa Bolsa Família. Brasília; 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania**. Manual de Gestão do Programa Bolsa Família. 2. ed. Brasília/DF, 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família – **Acesso a educação e saúde**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família - **Benefícios**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família - **O que é**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família beneficia mais de 13,7 milhões de famílias em junho**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de>>

imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. NOB/SUAS. **Norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2005.

_____. PNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acesso em: Fev. 2017.

CAMARGO, Camila Fracaro et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CAMARGO, Marcio Lima. **Trabalho enquanto categoria fundante na existência humana e atual fase de reestruturação produtiva do capital**. (2011). Disponível em: http://www.secep.com.br/arquivos/Trabalho_enquanto_categoria_fundante_na_existencia_humana_e_atual_fase_de_reestruturacao_produtiva_do_capital.pdf. Acesso em 12 de maio de 2018.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CARDOSO, Luis Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 23, n. 2, p. 265-295, Nov. 2011.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. 2005. 334f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à Educação Profissional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Texto para discussão 1919.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e terra, 1999. v. 3

CATTANI, A.D.; FERRARINI, A. V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 164-172, jul/dez. 2010.

- CAVALCANTE, Pedro Luiz. Programa Bolsa Família: descentralização, centralização ou gestão em redes? **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 60, n. 1, p. 29-46, Jan./Mar. 2009.
- CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008.
- COHN, Amélia; FONSECA, Ana Maria. O Bolsa Família e a questão social. **Teoria e Debate**, n. 57, mar./abr. 2004.
- COLIN, Denise Ratmann Arruda; PEREIRA, Juliana Maria Fernandes; GONELLI, Valéria Maria de Massarani. Trajetória de construção da gestão integrada do sistema único de assistência social, do cadastro único e do programa bolsa família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.
- _____; _____. Gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda: alguns apontamentos sobre a experiência brasileira. In: COLIN, Denise Ratmann Arruda et al. (Orgs.). **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2013.
- COLIN, D. et al. Assistência Social e Inclusão Produtiva. Mimeo. In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, DF, n.24, 2015.
- CORREIA, Delamar Aparecida de Souza. **Relações ocultas nas chaminés abandonadas de União da Vitória**: a industrialização na década de 50. Material apresentado como requisito parcial ao Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE2008-História) do Governo do Estado do Paraná: Caderno Temático/Pedagógico. Curitiba: UFPR, 2008.
- COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 19, n. 1, p. 29-37, 2007.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.
- CRESTANI, Dinamir Antônio; OLIVEIRA, Celmar. Que tipo de estado de bem-estar social é este? **Rev. Elet. Cient.**, UERGS, v. 4, n. 2 (Número Especial), p. 299-319, 2018.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre : Anmed, 2010.
- DRAIBE, S.; RIESCO, M. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 220-254, mai/ago, 2011.

DRAIBE, Sônia. **Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis**. Material preparado PNUD – Taller Inter-regional – Chile, 2002.

_____. A reforma dos programas sociais brasileiros: panoramas e trajetórias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24, 2000, Petrópolis/RJ. **Anais...** 24º Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro, 2000.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho Informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 37, p. 289-308, jul./dez. 2002.

ESTIVILL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias**. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão social e a Pobreza, 2003.

FAGIANI, Cilson César; PREVITALI, Fabiane Santana; FRANÇA Robson Luis de. Trabalho e educação profissional no Brasil: formação humana ou para o mercado? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.14.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **IFDM 2018 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Recorte Municipal Abrangência Nacional - Ano Base 2016**. Publicações Firjan, 2018.

FERRARINI, Adriane Vieira. et al. O desafio da inclusão produtiva de famílias pobres em contexto de desigualdade socioeconômica e políticas públicas fragmentadas. IN: FAGGION, Gilberto Antonio; LUZ, Lucas Henrique da (Orgs). **Anais do IV Colóquio Internacional IHU: políticas públicas, financeirização e crise sistêmica**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Casa Leiria, 2016, p. 233-249. Disponível em: http://repositorio.unisinos.br/ihu/iv-ci-ihu/IV_CI_IHU.html. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. **Inclusão produtiva de famílias pobres e vulneráveis: conhecendo para transformar**. 2013. Projeto de pesquisa apresentado ao Edital do CNPq, 2014.

_____. **Multidimensionalidade da pobreza e a integração de políticas: concepções e metodologias para o desenvolvimento social**. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2011v12n101p48>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. **Pobreza: possibilidades de construção de políticas emancipatórias**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. Inclusão produtiva na política de assistência social: *workfare* à brasileira ou ampliação de direitos? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40, 2016, Caxambu MG. **Anais...** Minas Gerais, 2016.

_____; WALLAUER, Jéssica Caroline; **Cartilha da inclusão produtiva de Canoas: acesso ao trabalho, emprego e economia solidária**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

FERREIRA, Francisco H. G.; LITCHFIELD, Julie A. Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil - 1981/95. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FERREIRA; Nilce Vieira Campos; SCHENKEL, Cladecir Alberto. A Educação profissional no contexto da modernidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SENEPT, 2., 2010, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: CEFET-MG, 2010.

FIORI, José Luís. Estado do Bem-Estar Social: padrões e crises. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, Dez. 1997. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf> Acesso em: 12 jun., 2018.

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação humana e educação profissional diálogos possíveis. **Educação, Sociedade & Culturas**, n 29, p. 35-51, 2009.

FONSECA, Kely H. C.; et al. A Trajetória das Políticas Sociais e a Assistência Social no Brasil: Avanços e Espaços de Conquistas. In: XIII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E IX ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO – UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. **Anais...** Universidade Vale do Paraíba, 2009. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0016_1038_01.pdf Acesso em: 12 jun., 2018.

FRANÇA JUNIOR, Reginaldo Pereira; LARA, Ricardo. Trabalho e ser social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 20-31, jan./jun. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALLINDO, Erica L.; FERES, Marcelo M.; SCHROEDER, Nilva. O Pronatec e o fortalecimento das Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. In: MONTAGNER, Paula; MULLER, Luis Herberto (Orgs). **Inclusão Produtiva Urbana**: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. n. 24. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015, p. 21-45.

GENNARI, Adilson; ALBUQUERQUE, Cristina. Globalização, desemprego e (nova) pobreza: Estudo sobre impactes nas sociedades portuguesa e brasileira, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], v. 92, 2011. Disponível em: <http://rccs.revues.org/3970>. Acesso em: 12 out. 2017.

GHIZZO, Fabrícia Destro; VASCONCELLOS, Rita de Kátia Ottes. **Marco legal da política de Assistência Social no Brasil e a garantida de direitos aos cidadãos em situação de ‘pobreza’**. 2015. Disponível em: <http://itecne.com.br/social/edicoes/2015/artigos/MARCO%20LEGAL%20DA%20POLITICA%20DE%20ASSISTENCIA.pdf> Acesso em: 12 jun., 2018.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**: São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2001.

GOLOVANEVSKY, Laura. **Reflexiones sobre *El trabajo***. *Un valor en peligro de extinción* de Dominique Méda. Documento de Trabajo N° 18. San Salvador de Jujuy: SIMEL Nodo NOA/FCE/UNJu, 2013.

GRAZIA, Maurício Reis. Adeus ao proletariado: uma análise da influência de André Gorz na discussão sociológica de classe e estratificação social no Brasil. In: ALVES, Giovani (Coord) et al. **Anais do VIII Seminário do Trabalho**. [recurso eletrônico]: trabalho, educação e políticas sociais no século XXI. Marília, SP: UNESP, 2012. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt9/adeus.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Roni Adrian. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI. São Paulo: Cortez, 2015. v. 2

GUERRA, Yolanda et al. O debate contemporâneo da “questão social”. In: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 28 a 30 de agosto, **Anais...** Universidade Federal do Maranhão - Questão social e desenvolvimento no Século XXI, São Luís- MA, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 21. ed. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

IAMAMOTO, Maria Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis** (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social - ABEPSS), ano 2, n. 3, jan/jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2016.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE/PNAD Contínua. **Série Histórica de taxas de desemprego**. 2012 a 2018.

LAVILLE, J-L. Iserção e workfare na Europa: perspectivas histórica e ideológica. Reflexões a partir do exemplo francês. In: SEMINÁRIO EUROPEU: POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE COMBATE À POBREZA NA UNIÃO EUROPEIA: A GARANTIA DE UM RENDIMENTO MÍNIMO, 2000, Almancil/Portugal: União Europeia. **Actas...**, 2000.

LIMA, Cristiano de França. A realidade do trabalho em transformação: trabalhador, onde vais? In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3., 2008, Londrina/PR. **Anais eletrônicos...** Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina, 2008. Disponível em:

<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/cristiano_franca.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 87-97, dez., 2016.

LUCÁKS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2012.

MACEDO, Aelejancer Barbosa. **A articulação entre Pronatec e Bolsa Família: A execução do Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do Bolsa Família no Vale do Urucuia, Noroeste de Minas, 2015, 140f.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Brasília (UnB), Brasília, 2015.

MARTINS, Aline de Araújo. **A política de assistência social e a promoção ao trabalho: uma análise do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego - Pronatec Brasil sem miséria na percepção dos egressos da Casa Brasil do bairro Granja Portugal. 2016. 135f.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O manifesto comunista**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATIAS, Vandeir Robson da Silva. Exclusão social e pobreza no espaço urbano - o papel do estado na sociedade capitalista brasileira: contribuições para um debate. **Caminhos de Geografia**, v. 1, n. 13, p. 175-186, out. 2004.

MELO, Hildete Pereira de et al. **O setor serviços no Brasil: uma visão global - 1985/95**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

MESQUITA, Camile Sahb. **O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e alcance social. 2007. 139f.** Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAGNER, Paula; MULLER, Luis Herberto (Orgs). **Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. n. 24. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015.

MOSER, Liliane. A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: *workfare* e medidas de ativação. **Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 68-77, jan./jun. 2011.

NASCIMENTO, Pedro Henrique Luna; BARBOSA, Suzane da Silva; SOARES NETO, João Gomes. O papel das políticas educacionais no desenvolvimento da educação. II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015. **Anais...** Campina Grande, PB, 14 a 17 de outubro, 2015.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, Edição Especial 1, p. 14-20, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400004>. Acesso em: 20 dez. 2016.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis** (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social - ABEPSS), ano 2, nº 3, jan/jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de Bem-Estar-Social: origens e desenvolvimento. **Katálysis**, Santa Catarina n. 5, jul./dez., 2001.

NUNES, Neuza Maria dos Santos. **Inserção produtiva e assistência social**: caminhos para a inclusão? 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Patricia Whebber Souza de. Construção de identidades profissionais: da formação profissional à vivência da inserção no mercado de trabalho. **Revista LABOR**, Fortaleza, n. 6, v.1, 2011. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume6/8_CONSTRUCAO_DE_IDENTIDADES_PROFISSIONAIS_DA_FORMACAO_PROFISSIONAL_A_VIVENCIA_DA_INSERTAO_NO_MERCADO_DE_TRABALHO.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

OLIVEIRA, Salvador Rodrigues de; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Empregabilidade e inserção social dos jovens como desafios para a educação profissional e tecnológica. **Revista Impulso**, Piracicaba, v. 27, n 70, p. 55-66, set./dez. 2017.

ONU – BRASIL. **Banco Mundial alerta para desigualdades de renda no Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-alerta-para-desigualdades-de-renda-no-brasil/> Acesso em: 10 dez., 2018.

ORTH, Thiana; REIS, Patrícia Lane Araújo; GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. Inclusão produtiva: um desafio à política de assistência social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6. O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 20 a 23 de agosto, **Anais...** Cidade Universitária da UFMA, São Luís do Maranhão, 2013.

OXFAM BRASIL. **A distância que no one**: um retrato das desigualdades brasileiras 2017. São Paulo: Oxfam: Brief Comunicação, 2017.

_____. **País Estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras 2018. São Paulo: Oxfam: Brief Comunicação, 2018.

PANSIERI, Flávio. Liberdade como desenvolvimento em Amartya Sen. Constituição, Economia e Desenvolvimento: **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, v. 8, n. 15, p. 453-479, jul./dez.2016.

PAUGAM, Serge. **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho no Brasil pós-neoliberal**. Brasília: Liber Livros, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: One United Nations Plaza New York, NY, 2015.

PRIEB, Sérgio Alfredo Massen. A tese do fim da centralidade do trabalho: mitos e realidades. **Economia e Desenvolvimento**, Universidade Federal de Pernambuco, n. 12, nov., p. 48-76, 2000.

RAMOS, Viviane Silva. **O ensino médio integrado e a bolsa-formação estudante do Pronatec no IFRS**: inclusão excludente? 2017. 242f. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, 2017.

RIBEIRO, Isabella Medeiros Lopes. **A implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba. 2017. 135f. João Pessoa, 2017.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Priscila Françoise Vitaca; BELLINI, Maria Isabel Barros. Proteção Social e as transformações do trabalho. **Revista Serviço Social & Saúde**, UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, p. 103-122, Dez. 2010.

SABINO, Mariana Correia Silva. Fundamentos Ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil – concreto e trabalho abstrato. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**, 03, p. 135-147, Maio 2014. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n03/_edit/ubimuseum03-print-folder/ubimuseum.03.sabino-mariana.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SALAZAR, Silvia Neves. A centralidade da categoria trabalho na contemporaneidade. **Revista Em Debate**, Rio de Janeiro, n. 7, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_emdebate.php?strSecao=input0>. Acesso em: 24 jul. 2018.

SANTANA, Eline Peixoto de; SILVA, Jéssica Aparecida dos Santos da; SILVA, Valdianara Souza da. Histórico da Política de Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. In: VI JORNADA INTERVACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, 2013. **Anais...**, 20 a 23 de agosto, São Luís, Maranhão, 2013.

SANTOS, Larissa M.N. **Pobreza como provação de liberdade**: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro. 2007. 191 p. Monografia (Conclusão de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SANTOS, Breno; MELO, Marina. Debates sobre a centralidade do trabalho e a participação na informalidade. **International Journal on Working Conditions**, (RICOT Journal), n. 1, Porto: IS-FLUP, p. 25-44, set., 2011. Disponível em: <http://ricot.com.pt/artigos/1/BSantos_%20MMelo_25.44.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFScar**, São Paulo, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFScar, n.1, p. 49-68, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de letras, 2010.

SILVA, Armindo. Políticas de activação e de inclusão social no quadro da União Europeia. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra, Portugal. **Anais...** Coimbra, Portugal, 16 – 18 de setembro, 2004.

SILVA, Fernanda Cristina da. **Assistência social e cultura política**: o processo de uma política em construção. 2012. 125f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/ MG, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.

_____. **O Programa Bolsa Família nos marcos da luta contra a pobreza no Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://reco.concordia.ca/pdf/WPdaSilva2006.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____; YAZBEK, Maria Camelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Matheus Passos. **Origens dos modelos de estado de bem-estar social e de estado neoliberal**. Revista do Curso de Direito da Faculdade Projeção, v. 3, p. 11-22, 2008.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: IPEA, 2009. (Texto para discussão, n. 1424).

SOUSA, Marcelo Alvares de. A tese da perda da centralidade do trabalho como despolitização do capitalismo contemporâneo. **ENFOQUES**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 24-100, jul., 2003.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira. Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. **O Social em Questão**, ano 12, n 30, p. 287-298, 2013.

SOUZA, Maria Luisa Hilleshein de. **Avaliação da efetividade dos principais cursos FIC Pronatec do Instituto Federal de Santa Catarina: benchmarking** com cursos técnicos de longa duração. 2016. 74p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2016.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 7ª. ed.. São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 77, mar. 2004.

_____. Qual política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital? **Argum**, Vitória, v. 8, n. 2, p. 6-15, maio./ago. 2016.

TOMAZ, Mariana Andrade. A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade. In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 20 a 23 de agosto, **Anais...** Cidade Universitária da UFMA, São Luís do Maranhão, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela R. Borges de; FARIAS, Luis Otávio. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 731-741, 2009.

VASAPOLLO, Luciano. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n. 2(28), p. 368-386, 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11876>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

VECCHI, Ipojuacan Demétrius. **Noções de Direito do Trabalho**: um enfoque constitucional. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de passo Fundo, 2009.

VERONESE, Marília Veríssimo. Economia solidária e desigualdades imateriais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu MG. **Anais...**33º Encontro Anual da ANPOCS, Minas Gerais, 2009.

VICTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. A educação profissional no Brasil. **Revista Interações**, n 40, p. 152-169, 2016.

WANDERLEY, Luiz E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK Maria Carmelita (Orgs). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2008.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

WILLIAMS, Ava Renarda; HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima; LEITE, Izildo Corrêa. Uma breve viagem pela história da pobreza: condições de vida, representações e formas de intervenção. In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira, RAIZER, Eugênia Célia (Orgs). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória, ES: EDUFES, 2013.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n 3, p. 97-110, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Mudanças atuais no capitalismo e perspectivas para as políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís/MA, Número Especial, 59-65, Ago., 2010.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis** (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social - ABEPSS), ano 2, nº 3, jan/jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.110, p. 288-322, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAMBAN, Neuro. **A teoria da justiça de Amartya Sen**: liberdade e desenvolvimento sustentável. Tese (Doutorado em Filosofia) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS ALUNOS EGRESSOS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____ Sexo: _____

1.3 Estado Civil: _____

1.4 Escolaridade: _____

1.5 Atividade/Ocupação: _____

1.6 Número de filhos: _____ Idade dos filhos: _____ Sexo: _____

1.7 Número de filhos que residem na residência: _____

1.8 Número de membros em idade economicamente ativa do estabelecimento familiar:

1.9 Tem problemas de saúde na sua família (incluindo você)? Caso positivo, quais?

1.10 Na sua família há outras situações que requerem cuidados especiais (idosos, deficientes, outros)?

2 PARTICIPAÇÃO NOS CURSOS DO PRONATEC

2.1 Qual o curso que você fez no Pronatec/FIC?

2.2 Você teve mais opções de cursos para escolher neste programa?

2.3 Como obteve informações para ingressar no curso?

2.5 O que te fez concluir o curso? Ou O que te fez desistir do curso?

2.6 Em caso de desistência, faria outro curso do Pronatec/FIC? Qual? Por que motivo?

2.7 O que você achou do curso (aulas, professores, materiais disponibilizados, conteúdos, pagamento da bolsa-formação)?

2.8 Houve dificuldades em frequentar e acompanhar o curso? Quais?

2.9 Fale sobre os pontos fortes do curso:

2.10 Fale sobre os pontos fracos do curso:

2.11 Em sua opinião, o que poderia ser diferente no curso ou no programa de forma geral.

3 . EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO CURSO REALIZADO

3.1 Que benefícios os conhecimentos adquiridos trouxeram para você?

3.2 O curso realizado contribuiu em relação à sua qualificação profissional? Você saiu habilitado/encorajado para exercer a função?

3.3 Você estava empregado antes de realizar um dos cursos do Pronatec/FIC?

3.4 Você conseguiu se inserir no mundo do mundo do trabalho com o curso realizado? Quais as dificuldades que você enfrentou/enfrenta para se inserir no mercado de trabalho? Como relaciona tais dificuldades com a crise econômica do país?

3.5 Se conseguiu emprego, esse foi:

Emprego formal Emprego informal Contrato temporário
Empreendedorismo individual formal ou informal Empreendedorismo associativo

3.6 Se conseguiu emprego, quantas horas por semana trabalha nessa ocupação?

3.7 Se conseguiu emprego, qual foi o valor total da sua remuneração no último mês? Você considera esta renda obtida satisfatória?

3.8 Após a realização do(s) curso (s) Pronatec/FIC você percebeu melhoras econômicas em sua vida? (Aquisição de bens/reformas na casa)

3.7 O curso produziu alguma(s) mudança(s) na sua vida pessoal, familiar ou comunitária? Em caso positivo, quais? (Voltou a estudar, melhorou relacionamentos, rede social, laços sociais, acesso a serviços públicos, envolvimento com causas da comunidade/participação em movimentos sociais/contato com a política pública)

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS DEMANDANTES

1. DADOS GERAIS

1.1 Nome _____

1.2 Idade _____ Sexo: _____

1.3 Estado Civil _____

1.4 Escolaridade _____

1.5 Atividade/Ocupação: _____ Tempo de atuação: _____

1.6 Tipo de vínculo profissional:

() Concursado () Contrato temporário () Cargo Comissionado () Outro

2 . PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS DO PRONATEC/FIC

2.1 Como se deu a escolha dos cursos ministrados no município pelo Pronatec/FIC?

2.2 Como foi feita essa divulgação no município para captação de candidatos?

2.3 Houve problemas com o repasse de recursos financeiros? Em caso positivo, quais?

2.4 As matrículas e as aulas foram realizadas no município ou fora dele? Como era determinado o local da realização dos cursos?

2.5 Como ocorreram as escolhas dos professores que trabalharam nos cursos e quais os critérios que eram adotados?

2.6 Os beneficiários do Programa Bolsa Família tinham prioridade nas vagas dos cursos oferecidos pelo Pronatec/FIC?

2.7 Como você avalia a procura e a participação dos beneficiários do Programa Bolsa Família nos cursos do Pronatec/FIC?

2.8 Na sua opinião, quais os principais limites, dificuldades e desafios do programa (para instituição e para os alunos)?

2.9 O que poderia ser aperfeiçoado no planejamento e implementação de cursos futuros?

2.10 Tem algo que não perguntei sobre o tema e considera importante acrescentar?

3 EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO CURSO REALIZADO

3.1 O que o município fez ou tem feito para propiciar oportunidade de empregabilidade aos concluintes dos cursos?

3.2 No município houve a atuação da equipe do Acessuas Trabalho? Em caso positivo, como foi essa atuação? Em caso negativo, porque não houve atuação dessa equipe?

3.3 Você entende que os cursos Pronatec/FIC provocaram mudanças na vida das pessoas de seu município? Em caso positivo, quais?

3.4 Quais os efeitos da participação dos seus munícipes nos cursos Pronatec/FIC, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho?

3.5 O que o curso representou na relação dos alunos egressos com a sua família e a sua comunidade?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS SUPERVISORES

1. DADOS GERAIS

1.1 Nome _____

1.2 Idade _____ Sexo _____

1.3 Estado Civil _____

1.4 Escolaridade _____

1.5 Atividade no Pronatec/FIC _____ Tempo de atuação no Pronatec/FIC: _____

1.6 Tipo de vínculo no Campus Sertão

() Concursado () Contrato temporário () Cargo Comissionado () Outro

2 . PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS DO PRONATEC/FIC

2.1 Como se deu a escolha dos cursos ministrados pelo Pronatec/FIC?

2.2 Como foi feita essa divulgação para captação de candidatos?

2.3 Houve problemas com o repasse de recursos financeiros? Em caso positivo, quais?

2.4 As matrículas e as aulas foram realizadas no Campus Sertão ou nos municípios? Como era determinado o local da realização dos cursos?

2.5 Como ocorreram as escolhas dos professores que trabalharam nos cursos e quais os critérios que eram adotados?

2.6 Como eram elaborados os Projetos Pedagógicos dos cursos Pronatec/FIC? Tinha alguma parte que era comum para todos os cursos? Houve participação dos alunos em algum momento? Em caso positivo, qual?

2.7 Os beneficiários do Programa Bolsa Família tinham prioridade nas vagas dos cursos oferecidos pelo Pronatec/FIC?

2.8 Como você avalia a procura e a participação dos beneficiários do Programa Bolsa Família nos cursos do Pronatec/FIC?

2.9 Na sua opinião, quais os principais limites, dificuldades e desafios do programa?

2.10 O que poderia ser aperfeiçoado no planejamento e implementação de cursos futuros?

2.11 Tem algo que não perguntei sobre o tema e considera importante acrescentar?

3. EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO CURSO REALIZADO

3.1 O que o IFRS – Campus Sertão fez ou tem feito para propiciar oportunidade de empregabilidade aos concluintes dos cursos Pronatec/FIC?

3.2 Existe estudo de avaliação (diagnóstico) desses aspectos por parte do IFRS – Campus Sertão?

3.3 Na sua opinião, o curso provocou mudanças na vida das pessoas que realizaram os cursos Pronatec/FIC ministrados pelo IFRS – Campus Sertão? Em caso positivo, quais?

3.4 Quais os efeitos da participação dos alunos dos cursos Pronatec/FIC, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao mundo do trabalho?

3.4 O que o curso representou na relação dos alunos egressos com a sua família e a sua comunidade?

APÊNDICE D – DADOS COLETADOS NA PESQUISA EXPLORATÓRIA

ESTAÇÃO

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Carpinteiro de Obras	26	4	6	23,1	0	0	0
2014	Cabeleireiro Assistente	23	12	7	30,4	4	33,3	2
	TOTAL	49	16	13	26,5	4	25,0	2

GETÚLIO VARGAS

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Libra	23	0	11	47,8	0	0,0	0
2013	Montador e Reparador de Computadores	25	2	15	60,0	1	50,0	0
2013	Agente de Alimentação Escolar	28	3	12	42,9	1	33,3	1
2013	Mecânico de Máquinas Agrícolas	31	0	25	80,6	0	0,0	0
2014	Manicure e Pedicure	25	1	11	44,0	0	0,0	0
2014	Cabeleireiro Assistente	24	0	7	29,2	0	0,0	0
2014	Auxiliar de Cozinha	23	2	12	52,2	1	50,0	0
	TOTAL	179	8	93	52,0	3	37,5	1

SERTÃO

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Montador e Reparador de computadores	25	3	13	52,0	2	66,7	2
2013	Operador de computadores	31	0	10	32,3	0	0,0	0
2013	Auxiliar Técnico em Agropecuária	33	1	19	57,6	1	100,0	1
2013	Auxiliar Administrativo	30	4	19	63,3	2	50,0	0
2013	Padeiro e Confeiteiro	31	3	24	77,4	2	66,7	1
2013	Inspetor Escolar	31	1	16	51,6	0	0,0	0
2013	Produtor de Embutidos e Defumados	32	1	22	68,8	0	0,0	0
2013	Operador de Máq. e Implem. Agrícolas	28	0	28	100	0	0,0	0
2014	Cuidador de Idoso	29	1	24	82,8	0	0,0	0
2014	Auxiliar Administrativo	20	4	16	80,0	3	75,0	3
2014	Maquiador	21	1	18	85,7	1	100	1
2014	Cabeleireiro Assistente	24	4	14	58,3	2	50,0	2
2014	Viveirista de plantas e flores	28	2	15	53,6	1	50,0	0
2014	Operador de Máq. e Implem. Agrícolas	35	0	28	80,0	0	0,0	0
2014	Mecânico de Máquinas Agrícolas	21	1	18	85,7	1	100	1
2014	Inglês Básico	22	1	17	77,3	0	0,0	0
	TOTAL	441	27	301	68,3	15	55,6	11

COXILHA

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Operador de Máq. e Implem. Agrícolas	35	7	22	62,9	3	42,9	0
	TOTAL	35	7	22	62,9	3	42,9	0

PASSO FUNDO

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Introdução à Interpretação em Libras	27	0	10	37,0	0	0,0	0
	TOTAL	27	0	10	37,0	0	0,0	0

TAPEJARA

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Programador Web	30	0	15	50,0	0	0,0	0
2013	Desenhista Mecânico	30	0	15	50,0	0	0,0	0
2014	Cuidador de idosos	25	0	10	40,0	0	0,0	0
2014	Padeiro	30	0	22	73,3	0	0,0	0
2014	Inglês aplicado a Serviços Turísticos	32	0	20	62,5	0	0,0	0
	TOTAL	147	0	82	55,8	0	0,0	0

PONTÃO

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Agricultor Orgânico	21	9	20	95,2	9	100,0	2
2013	Operador de Sistemas de Irrigação	21	8	21	100,0	8	100,0	1
2013	Auxiliar Técnico em Agropecuária	23	6	22	95,7	6	100,0	3
2013	Bovinocultor de leite	21	7	19	90,5	7	100,0	0
2013	Produtor Agropecuário	21	6	21	100,0	6	100,0	4
2013	Inseminador Artificial em Animais	22	0	8	36,4	0	0,0	0
2013	Apicultor	21	16	21	100,0	16	100,0	0
2013	Padeiro	25	0	25	100,0	0	0,0	0
2013	Auxiliar de Fiscalização Ambiental	21	6	21	100,0	6	100,0	3

2014	Fruticultor	22	10	22	100,0	10	100,0	7
2014	Horticultor Orgânico	21	0	21	100,0	0	0,0	0
2014	Bovinocultor de leite	21	0	21	100,0	0	0,0	0
2014	Agricultor Agroflorestal	22	10	22	100,0	10	100,0	5
2014	Apicultor	21	0	21	100,0	0	0,0	0
2014	Inseminador Artificial de Animais	27	14	22	81,5	11	78,6	0
2014	Padeiro	23	0	18	78,3	0	0,0	0
	TOTAL	353	92	325	92,1	89	96,7	25

SARANDI

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Agricultor Familiar	28	0	14	50,0	0	0,0	0
2014	Auxiliar Técnico em Agropecuária	31	0	21	67,7	0	0,0	0
	TOTAL	59	0	35	59,3	0	0,0	0

SOLEDADE

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Agricultor Familiar	16	0	10	62,5	0	0,0	0
2014	Eletricista instalador predial de baixa tensão	18	0	4	22,2	0	0,0	0
2014	Padeiro	25	6	19	76,0	5	83,3	2
	TOTAL	59	6	33	55,9	5	83,3	2

RONDINHA

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Auxiliar Técnico em Agropecuária	21	2	16	76,2	2	100,0	1
2014	Padeiro	23	3	20	87,0	2	66,7	0
2014	Mecânico de Máquinas Agrícolas	29	3	24	82,8	3	100,0	0
	TOTAL	73	8	60	82,2	7	87,5	1

TRÊS PALMEIRAS

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Manicure e Pedicure	24	7	15	62,5	4	57,1	3
2014	Maquiador	22	1	18	81,8	1	100,0	0
	TOTAL	46	8	33	71,7	5	62,5	3

CONSTANTINA

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Produtor de Frutas, Hortaliças, Ervas Aromáticas por Secagem e Desidratação	26	0	26	100,0	0	0	0
2014	Bovinocultor de Leite	25	1	24	96,0	1	100,0	0
2014	Produtor de Embutidos e Derivados	25	0	18	72,0	0	0,0	0
	TOTAL	76	1	68	89,5	1	100,0	0

CAMPOS BORGES

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Auxiliar Técnico em Agropecuária	34	3	28	82,4	3	100	2
2014	Operador de Máq. e Implem. Agrícolas	32	2	23	71,9	1	50	1
2014	Inglês Básico	20	3	16	80,0	3	100	1
	TOTAL	86	8	67	77,9	7	87,5	4

IBIRAIARAS

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Horticultor Orgânico	23	0	11	47,8	0	0,0	0
2014	Produtor de Frutas, Hortaliças, Ervas Aromáticas por Secagem e Desidratação I	29	0	29	100,0	0	0,0	0
2014	Produtor de Frutas, Hortaliças, Ervas Aromáticas por Secagem e Desidratação II	28	0	27	96,4	0	0,0	0
	TOTAL	80	0	67	83,8	0	0,0	0

SANANDUVA

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Agricultura Familiar	31	1	25	80,6	0	0,0	0
2014	Agricultor Familiar I	30	3	27	90,0	3	100,0	0
2014	Agricultor Familiar II	30	1	28	93,3	1	100,0	0
2014	Auxiliar Técnico em Agropecuária	30	0	28	93,3	0	0,0	0
	TOTAL	121	5	108	89,3	4	80,0	0

IBIAÇÁ

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Produtor de Frutas, Hortaliças, Ervas Aromáticas por Secagem e Desidratação	34	1	34	100,0	1	100,0	1
2014	Agricultor Familiar	30	2	30	100,0	2	100,0	1
	TOTAL	64	3	64	100,0	3	100,0	2

RONDA ALTA

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Bovinocultura de Leite	22	0	19	86,4	0	0,0	0
	TOTAL	22	0	19	86,4	0	0,0	0

CAPÃO BONITO DO SUL

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Operador de Máq. e Implem. Agrícolas	30	0	6	20,0	0	0,0	0
	TOTAL	30	0	6	20,0	0	0,0	0

TUNAS

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Auxiliar Técnico em Agropecuária	31	16	25	80,6	13	81,3	11
	TOTAL	31	16	25	80,6	13	81,3	11

BARRAÇÃO

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Auxiliar Técnico em Agropecuária	34	5	23	67,6	5	100,0	5
	TOTAL	34	5	23	67,6	5	100,0	5

JACUIZINHO

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Auxiliar Técnico em Agropecuária	30	3	27	90,0	3	100,0	3
	TOTAL	30	3	27	90,0	3	100,0	3

CIRIACO

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Inglês Básico	18	1	18	100,0	1	100,0	0
	TOTAL	18	1	18	100,0	1	100,0	0

ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2014	Produtor de Frutas, Hortaliças, Ervas Aromáticas por Secagem e Desidratação	30	3	28	93,3	3	100,0	2
	TOTAL	30	3	28	93,3	3	100,0	2

CACIQUE DOBLE

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Produtor de Embutidos e Derivados	18	0	17	94,4	0	0,0	0
2014	Agricultor Familiar	27	0	26	96,3	0	0,0	0
	TOTAL	45	0	43	95,6	0	0,0	0

ESMERALDA

Ano	Curso FIC	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
2013	Fruticultor	27	1	26	96,3	1	100,0	0
	TOTAL	27	1	26	96,3	1	100,0	0

	Nº inscritos Geral	Nº inscritos B.F.	Nº aprovados Geral	%	Nº aprovados B.F.	%	Aprovados com B.F. 2016
TOTAL GERAL	2162	218	1596	73,8	172	78,9	72